



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E**  
**ECOLOGIA SOCIAL – EICOS**  
**LINHA DE PESQUISA 1 - ECOLOGIA SOCIAL, COMUNIDADES E SUSTENTABILIDADE**

**Renata Amorim Almeida Fonseca**

**CAMINHOS VIVOS DA TRANSIÇÃO SOCIAL E ECOLÓGICA:**

**Alternativas sistêmicas e comunitárias para o Bem Viver, com  
inspirações no tecer da Teia dos Povos do Brasil**

**TESE DE DOUTORADO**

**Rio de Janeiro**  
**2023**

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH

Instituto de Psicologia - IP

Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS

Linha de Pesquisa 1: Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade

**CAMINHOS VIVOS DA TRANSIÇÃO SOCIAL E ECOLÓGICA:  
Alternativas sistêmicas e comunitárias para o Bem Viver, com  
inspirações no tecer da Teia dos Povos do Brasil**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ) como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Doutoranda: Renata Amorim Almeida Fonseca

Orientadora: Marta de Azevedo Irving

Co-orientadora: Beatriz Akemi Takeiti

## CIP - Catalogação na Publicação

F676c Fonseca, Renata Amorim Almeida  
Caminhos Vivos da Transição Social e Ecológica:  
Alternativas sistêmicas e comunitárias para o Bem  
Viver, com inspirações no tecer da Teia dos Povos do  
Brasil / Renata Amorim Almeida Fonseca. -- Rio de  
Janeiro, 2023.  
312 f.

Orientadora: Marta de Azevedo Irving.  
Coorientadora: Beatriz Akemi Takeiti.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós  
Graduação em Psicossociologia de Comunidades e  
Ecologia Social, 2023.

1. Comunidades. 2. Sustentabilidade. 3.  
Alternativas Sistêmicas. 4. Clima. 5.  
Biodiversidade. I. Irving, Marta de Azevedo,  
orient. II. Takeiti, Beatriz Akemi, coorient. III.  
Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

# FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

## Ata de Defesa de Doutorado

Às 13:00 hs do dia 29/06/2023, o(a) aluno(a) RENATA AMORIM ALMEIDA FONSECA (registro nº. 119001991), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores - membros efetivos: Marta de Azevedo Irving (orientadora e presidente da banca), CPF nº 627.646.247-00, Beatriz Akemi Taketti, CPF nº 259.447.918-70 (coorientadora), Samira Lima da Costa, CPF nº 017.646.317-81, Lucimara Rett, CPF nº 098.650.448-38, Liliane Cristine Schlemer Alcântara, CPF nº 500.479.220-87 e Xose Manuel Santos Solla, Passaporte PAD585560; membros suplentes: Gustavo Mendes de Melo, CPF nº 079.590.257-38 e Maria Elizabeth de Oliveira, CPF nº 307.930.174-91. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado "Caminhos Vivos da Transição Social e Ecológica: alternativas sistêmicas e comunitárias para o Bem Viver, com inspirações no tecer da Teia dos Povos do Brasil" foi: ( ) aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; ( ) aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias\*; ( ) reprovado. APROVADO(A), o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca:  
Orientador(a) Marta de Azevedo Irving  
Beatriz Akemi Taketti  
Samira Lima da Costa  
Alunos(a) Renata Amorim Almeida Fonseca

Beatriz Akemi Taketti  
Xose Manuel Santos Solla

Observações: A banca aprovou por unanimidade a tese defendida e enfatizou sua qualidade excepcional e ineditânea, bem como sua relevância no atual contexto histórico político do país. Recomenda, ainda, sua publicação na íntegra como livro e como artigos em revistas indexadas. A tese foi também indicada como destaque do Programa para representar-lo em eventuais prêmios acadêmicos e sugeriu

Atestado de cumprimento das exigências\*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data e tem 60 dias para entregar a versão final encadernada.

Marta de Azevedo Irving  
Assinatura do Orientador

Data 29.06.2023

fortemente a continuidade da pesquisa em nível de pós-doutorado.

## AGRADECIMENTOS

---

Em primeiro lugar, agradeço à sociedade brasileira pela oportunidade de ter estudado ao longo de minha formação acadêmica, desde a graduação, em universidades públicas federais, democráticas, gratuitas e abertas ao livre pensar. Reconheço o privilégio de poder ter me dedicado ao estudo, à pesquisa e à reflexão, a partir dessas bases, fruto de uma construção histórica coletiva, e ter me aproximado cada vez mais de mim mesma. Assim, pude compreender que conhecimento é autoconhecimento, apoia o despertar, e o quanto isso é transformador, libertador! Faltam palavras para expressar a grandeza de todo o processo, reconheço e agradeço pelas incontáveis contribuições recebidas, direta e indiretamente, nessa trajetória até aqui. Como real motivação dessa construção, deixo com esta tese algumas sementes para, quiçá, possam germinar, do solo fértil daqueles que entrem em contato com ela, um mundo verdadeiramente melhor para todos os seres!

Honro e agradeço, em especial, à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, em particular, ao Instituto de Psicologia e ao Programa de Pós-graduação EICOS em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Aos docentes, por partilharem com dedicação e maestria os seus saberes e inspirarem tanto com suas condutas. Quantas leituras, quantos debates e quantas valiosas e transformadoras reflexões foram suscitados através de vocês?! Aos colegas discentes, por estarem juntos na jornada, entre partilhas e boas risadas, especialmente durante as aulas presenciais das disciplinas no primeiro ano do doutorado, em 2019, em um mundo inteiramente diferente, pré-pandemia. Como poderíamos imaginar tamanha mudança, logo no ano seguinte, transformando a vida em A.C. e D.C. (antes e depois da Covid-19)? À equipe da Coordenação e Secretaria, muita gratidão pelo trabalho incansável, pela paciência e por apoiarem em processos administrativos, em especial ao Ricardo Fernandes, sempre disponível e disposto a ajudar, de pronto!

Sobretudo, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da Bolsa de Doutorado que possibilitou a realização desta pesquisa e, também, pela concessão da Bolsa de Capacitação Discente no Exterior, no âmbito do Programa de Internacionalização (PrInt), que viabilizou a minha vivência por três meses na Universidade de Santiago de Compostela, na Galícia, Espanha, em uma experiência imensamente rica em inúmeros sentidos!

Agradecimentos muito especiais à professora Marta de Azevedo Irving, pelo acolhimento em seu Grupo de Pesquisa em Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS), por ter aceitado o desafio de me orientar no doutorado, em meu

retorno à academia interessada em pesquisar um tema tão inovador nesse espaço como a territorialização do Bem Viver! Gratidão imensa por ter estado sempre firme ao meu lado nessa jornada, apontando caminhos, abrindo possibilidades. Não foi fácil, mas seu espírito de vanguarda e sua força, seu comprometimento e sua competência fizeram aumentar em mim a confiança, a admiração, o respeito e o carinho por você. Obrigada pelas leituras atentas em cada uma das revisões da tese e dos artigos, pelas trocas de ideias e por me ensinar tanto! Às amigas e aos amigos do GAPIS, pela troca de afetos e de experiências, vocês são muito queridas e muito queridos, sem o apoio de vocês os desafios da vida acadêmica seriam, sem dúvida, ainda maiores. O grupo é grande e também o carinho por cada uma e cada um que passou por aquela salinha da Praia Vermelha (e depois pelas telinhas). Estamos retomando nossos encontros presenciais, o que me traz grande alegria! Às amigas Yasmin Nasri e Graciella Ferreira, o que teria sido dessa travessia sem vocês? Não tenho palavras para expressar os sentidos da existência de vocês nesse percurso, transformando a jornada acadêmica, não raro adoeceadora, em uma jornada de cura. Fica o registro de amor e carinho imensos, da UFRJ para a vida!

À querida professora Beatriz Takeiti, por ter estado junto, sempre afetuosa e atenciosa, na coorientação desse trabalho. Suas contribuições foram muito valiosas: as diversas referências sobre metodologia narrativa compartilhadas, as suas colocações, desde a qualificação e na preparação para o campo, iluminaram meus caminhos sem igual! À querida professora Samira Lima da Costa, por ser inspiração em tantos sentidos da vida e por se relacionar com todos de modo admirável, com tamanha sensibilidade e sabedoria! Muito obrigada à vocês, duas Bias, e às companheiras e aos companheiros do Laboratório Memórias, Territórios e Ocupações: Rastros Sensíveis (LabMems) e ao Grupo Prajna pelas leituras, partilhas, construções, desconstruções, bons afetos e encontros.

Ao supervisor no exterior, professor Xosé Manuel Santos Solla, pelo acolhimento no Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela, pela abertura e gentileza com que me recebeu desde o primeiro contato, ainda no Brasil. Cada conversa nesse período de convivência, seja na organização do Seminário de Pesquisa no CISPAC, seja nas reuniões sobre o Acordo de Cooperação entre UFRJ e USC, entre outras oportunidades, nutriu o encantamento com sua pessoa e com a Galícia, guardados em meu coração para sempre. Gratidão pela oportunidade de expandir as redes de pesquisa, de partilhar perspectivas e resultados e enriquecer minha experiência como pesquisadora com essas trocas e as vindouras que, acredito, virão!

Aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade de leitura do trabalho e de participar desse momento tão especial de construção conjunta de saber, contribuindo com suas

visões para o aprimoramento da tese. Muitíssimo obrigada!!!

Às amigas e aos amigos do Conselho Brasileiro de Assentamento Sustentáveis (CASA BRASIL), por termos caminhando juntas ao longo de boa parte dessa jornada da pesquisa e realizado tantas ações conjuntas no modo remoto-pandêmico, especialmente, ao grupo do Círculo de Pesquisa. Merecemos desafiar as distâncias e nos abraçar!

À comunidade do Assentamento Terra Vista pela confiança, pela receptividade, por abrirem as portas de suas casas e seus corações. Ingrid, Kiune, Clare, seu Isaac, pai Luciano, Nayane, Valdenir, Cristina, Andreia, Branca, Loira, Solano, Dayse, seu Capixaba, dona Teresa e, especialmente, Joelson e Solange, por partilharem um pouco do seu tempo e suas vidas comigo, inspirando amizade e afeição. Felicidade seguirmos juntas, estreitando os laços na tessitura do Bem Viver. Honro e admiro suas trajetórias. Digo e repito: o trabalho feito no Terra Vista é grandioso e não é exagero afirmar, uma vez mais, que vivi para ver o que encontrei aí. Digam ao povo que avance! Companheiras e companheiros da Teia dos Povos do Brasil, em especial, Erahsto, e da Teia RJ, Timo, dona Juju e demais, vamos juntas em comunidade na diversidade! Aos que lutam pela Vida e por justiça, muito obrigada!

À minha mãe Sandra e ao meu pai Moacyr, por serem amor e apoio incondicionais, solo firme que me sustentam as raízes e dão asas para alçar voos rumo aos sonhos. À minha filha Flora Maria e ao meu filho Luis Felipe, por serem a mestra e o mestre maiores da minha existência, meu coração que bate fora o peito! Ao meu marido, amor da vida Ricardo, pela parceria, paciência, escuta, por todo o suporte emocional, afetivo, amoroso e resolutivo e, acima de tudo, por compartilhar comigo a aventura de viver, sonhar e realizar! À minha irmã Fabiana, ao meu irmão Bruno por estarem juntos nessa e em outras, e a meus sobrinhos Pedro, Vicente e Bento, pela alegria que trazem para a minha vida! Aos meus amados avós, Evaltina da Costa, Leonor e Milton Pitanga, aos meus ancestrais, por todo amor e pela vida que me permite estar aqui hoje. Aos meus tios e tia, aos primos e primas, pelos laços de sangue e afeto que nos unem. Às minhas amigas e meus amigos que parecem estar sempre presentes, mesmo sem nos encontrarmos. À minha amiga Patricia Porciano pela elaboração do mapa de localização da tese. Aos não-humanos Sirius, Maya, Nenha, Mozart, Picachu, Lua, Leon, Betoven, a outros seres e energias, montanhas, rios e mares que me acolhem, pelo encantamento no cotidiano. Aos mestres e às mestras de compaixão e sabedoria por generosamente inspirarem a liberdade, em especial, ao Lama Padma Samten. Por fim, e mais que tudo, à Vida que atravessa nossas vidas nessa Grande Teia, começo, meio e começo, amplidão que abarca e permeia todas as nossas relações.

## RESUMO

FONSECA, Renata Amorim Almeida. **Caminhos Vivos da Transição Social e Ecológica: Alternativas sistêmicas e comunitárias para o Bem Viver, com inspirações no tecer da Teia dos Povos do Brasil.** Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

---

A pesquisa de tese se fundamenta em aportes teóricos da crítica decolonial latino-americana para problematizar os desafios estruturais associados ao cenário de crise socioecológica global. Neste processo dialógico de construção de conhecimentos, se recriam alternativas epistêmicas às concepções disjuntivas forjadas pelo pensamento ocidental-moderno para a compreensão de interrelações complexas na conexão entre Cultura e Natureza. Enquanto as perspectivas desenvolvimentistas tendem a delinear soluções que, não raro, ignoram a potencialidade da multiplicidade de opções que povos e comunidades vêm formulando frente ao modelo civilizatório (e mental) em crise, as perspectivas do pós-desenvolvimento afins ao Bem Viver colocam em relevo os caminhos próprios da própria sociedade civil como opção pedagógica nesse sentido. Entre as proposições advindas de movimentos sociais brasileiros, se destaca a “aliança preta, indígena e popular” em luta “por terra e território”, forjada na articulação da Teia dos Povos, insurgente no Assentamento Terra Vista. Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre as narrativas e as práticas de resistência e de (re)existência enquanto alternativas para uma transição justa e ecológica, o percurso metodológico envolveu: a) levantamento bibliográfico e documental; b) rastreamento e tessitura das redes nas mídias digitais; c) procedimentos éticos e aterramento no campo-território; d) observação participante, entrevistas-narrativas e escuta sensível; e) organização, síntese, análise e interpretação das informações. Foi possível perceber a incidência de alternativas sistêmicas construídas em comunidade na interseccionalidade da crise civilizatória, sem se restringir à realidade do campesinato, mas abrangendo o potencial dos territórios para inspirar caminhos e políticas públicas em um horizonte urgente de transição justa e ecológica. Enquanto núcleo de base aglutinador, o Assentamento Terra Vista tem funcionado como potência de articulação aos modos de existência plurais e regenerativos, orientados por princípios ético-políticos outros, tanto do ponto de vista material, relacionado a demandas concretas no que diz respeito à moradia, trabalho, alimentação e conservação da biodiversidade, quanto àquelas simbólicas relativas ao senso de pertencimento ao coletivo e à natureza. Como pilares deste trabalho, destacam-se: a) a centralidade do papel da educação; b) as práticas agroecológicas, agroflorestais e a soberania alimentar; c) o protagonismo das mulheres e dos jovens; d) a resignificação do trabalho e da geração de renda. Tais processos vivos merecem estudos e acompanhamentos continuados, no sentido do fortalecimento das capacidades de resiliência e de adaptação frente a um novo regime climático, associado à restauração de vidas e biomas com vistas às “economias do cuidado”, à luz do paradigma civilizatório ancestral de Bem Viver.

**Palavras-chave:** Comunidades. Sustentabilidade. Alternativas Sistêmicas. Pós-desenvolvimento. Clima. Biodiversidade.

## ASBTRACT

FONSECA, Renata Amorim Almeida. **Living Pathways Towards Social and Ecological Transition:** Systemic and community alternatives for Good Living (Buen Vivir), inspired by the weaving of the Peoples' Web (Teia dos Povos) of Brazil. PhD Thesis in Psychosociology of Communities and Social Ecology, Institute of Psychology, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

---

The thesis research is based on theoretical contributions from decolonial and Latin American critics to problematize the structural challenges related to the current socio-ecological crisis. In this dialogical process of knowledge construction, epistemic alternatives to the disjunctive conceptions forged by modern-Western thought are recreated for the understanding of complex interrelations in the connection between Culture and Nature. Whilst developmental perspectives tend to outline solutions that often ignore the potential of the multiplicity of options that people and communities have been formulating in the face of the collapsing civilizational (and mental) model, post-development perspectives aligned to the Good Living highlight the pathways taken by civil society itself as a pedagogical option. In this context, among the propositions of Brazilian social movements, those of the “black, indigenous, and popular alliance”, struggling “for land and territory”, forged in the articulation of the Teia dos Povos at the Terra Vista Settlement stand out. Aiming to broaden the understanding of narratives and practices of resistance and (re)existence, as alternatives for a just and sustainable transition, the following methodological steps were carried out: a) bibliographical and documentary surveys; b) tracking and weaving of networks in digital medias; c) ethical procedures and grounding in the field-territory; d) participant observation, narrative interviews and sensitive listening; e) organization, synthesis, analysis and interpretation of information. It was possible to perceive the impact of systemic alternatives built in community in the intersectionality of the civilizational crisis, without being restricted to the reality of the peasantry, but encompassing the potential of territories to inspire pathways and public policies in an urgent horizon of a just and ecological transition. As a unifying nucleus, the Terra Vista Settlement has functioned as a power of articulation for plural and restorative modes of existence, guided by other ethical-political principles, both from a material point of view, related to concrete demands, such as housing, work, food and biodiversity conservation, as well as symbolic ones related to the feeling of belonging to the collective and nature. The pillars of this work include: a) the centrality of the role of education; b) agroecological, agroforestry practices and food sovereignty; c) the protagonism of women and youth; d) the redefinition of work and income generation. Such living processes deserve continuous studies and monitoring to foster capabilities of resilience and adaptation, regarding a new climate regime, associated to the restoration of lives and biomes, towards the “economies of care” rooted in the ancestral paradigm of Good Living.

**Keywords:** Communities. Sustainability. Systemic Alternatives. Post-development. Climate. Biodiversity

## LISTA DE FIGURAS

3.1.1-1	Dinâmica da curva de declínio da biodiversidade mundial.	63
3.1.1-2	Linha do tempo da produção de relatórios pelo IPCC, evidenciando o aumento da concentração de CO <sup>2</sup> atmosférico ligado às atividades antropogênicas.	66
3.1.1-3	Dinâmica da curva de aumento da temperatura global e a projeção de cenários futuros, com base nos níveis de emissão de CO <sub>2</sub> projetados.	67
3.1.1-4	Cenários comparativos de riscos com o aumento da temperatura global, com base no 6º <i>Relatório de Avaliação do Grupo de Trabalho 2 do IPCC – impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças do clima.</i>	69
3.1.1-5	Transformações necessárias para mitigar as mudanças climáticas e manter o limite de 1,5°C ao alcance, de acordo com o 6º <i>Relatório de Avaliação do Grupo de Trabalho 3 do IPCC – mitigação às mudanças do clima.</i>	70
3.1.2-1	Modelo <i>Doughnut Economics</i> , considerando os limites planetários (biofísicos) e sociais do desenvolvimento para o século XXI.	73
3.1.2-2	Desempenho social dos países estudados entre 1992 e 2015, em relação aos limites planetários (a posição desejável deve se situar o mais vertical e à esquerda possível).	74
3.2.1-1	Cartografia social da “Casa Construída pela Modernidade”.	84
3.2.1-2	Cartografia social do “Cabeça de Caixa”, ilustrando a produção de subjetividades pela racionalidade moderna.	85
3.3.1-1	Cartografia social “Aos Cuidados da Terra”, revelando as relações sistêmicas entre as dimensões ocultas, “subjetivas”, e as aparentes, “objetivas”, propícias à vida.	90
3.3.1-2	“Teia das cinco curas.”	91
4.1.1-1	Vertentes ideológicas associadas à “trindade” do Bem Viver latino-americano.	108
4.1.1-2	Diferentes aportes intelectuais conectados às três vertentes ideológicas do Bem Viver.	113
4.1.1-3	Mapa mental das ideias-síntese que integram o paradigma do Bem Viver.	115
4.1.1-4	Região de Tawantinsuyu, antigo império Inca, no continente de Awayayala.	116
4.2.3-1	Horizontes de futuro e a transição rumo a culturas regenerativas.	140
5.1-1	Exemplos de ações práticas desenvolvidas pela articulação da Teia dos Povos.	148 a 149
5.1-2	Registros fotográficos de Teias dos Povos Estaduais, conforme a apresentação da articulação.	150
5.1-3	Cartaz de divulgação do Curso de Formação <i>Aprender na Prática: Formação Agroecológica Integral</i> , oferecido pela Universidade dos Povos, no Assentamento Terra Vista.	151
5.1-4	Registros fotográficos do Assentamento Terra Vista, em 2018, à esquerda (após o processo de transição agroecológica) e em meados da década de 1990, à direita (no início das atividades do assentamento).	159
5.1-5	Registro fotográfico da I Jornada de Agroecologia da Bahia, em 2012, marco de criação da Teia dos Povos, com a presença da engenheira agrônoma Ana Maria Primavesi, referência na Agroecologia.	161
5.1-6	Imagens do protesto pelo assassinato do pescador Josias, obtidas em registros audiovisuais realizados durante a <i>VII Jornada de Agroecologia da Bahia</i> , em 2023.	166
5.2-1	Mapa de localização municipal e a inserção regional do Assentamento Terra Vista.	171
5.2-2	Registros fotográficos obtidos no Assentamento Terra Vista (2022).	173
5.2-3	Primeira turma de alunos/as do acampamento que deu origem ao Assentamento Terra Vista.	175
5.2-4	Registros fotográficos do Centro Integrado Florestan Fernandes (CIFF).	176
5.2-5	Registro fotográfico do Rio Aliança, próximo ao Centro Integrado Florestan Fernandes, após fortes chuvas, em dezembro de 2022.	178
5.2-6	Registro fotográfico do Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos.	179
5.2-7	Registros fotográficos de área de cacauicultura consorciada com outras espécies frutíferas.	182

5.2-8	Registros fotográficos da Fábrica Escola do Chocolate Litoral Sul, com os jovens do Assentamento Terra Vista recepcionando a visita de jovens universitários.	183
6.1-1	Diagrama de sistemas integrados ( <i>whole system design</i> ) nas quatro dimensões da sustentabilidade, segundo a proposta do Programa Gaia Education (2005).	198
6.1-2	Diagrama esquemático de representação dos 17 ODS da <i>Agenda 2030</i> , com destaque às três dimensões integradas de sustentabilidade (ecológica, social e econômica).	201
6.1.1-1	Roda de conversa em volta da fogueira no Assentamento Terra Vista para compartilhamento de saberes durante a vivência “Aprender na Prática: Formação Agroecológica Integral”, oferecida pela Universidade dos Povos.	204
6.1.2-1	Registros fotográficos de vivências em práticas agroflorestais no Assentamento Terra Vista, realizados durante o curso “Aprender na Prática: Formação Agroecológica Integral”, oferecido pela Universidade dos Povos.	206
6.1.2-2	Figura esquemática de práticas de cultivos agroflorestais.	207
6.1.3-1	Registro fotográfico do processo de destilação de rizomas de lírio-do-brejo ( <i>Hedychium coronarium</i> ), colhidos e preparados durante a vivência “Aprender na prática: formação agroecológica integral” e os fitocosméticos e fitoterápicos produzidos (desodorantes, óleos essenciais, sabonetes, cremes e pomadas) pelas mulheres do Arte da Terra, alguns deles preparados na oficina realizada no mesmo período.	209
6.1.3-2	Folder de divulgação (frente e verso) do trabalho do coletivo de mulheres do Assentamento Terra Vista, Arte da Terra.	211
6.1.4-1	Foto aérea de uma das agrovilas existentes no Assentamento Terra Vista, Arataca/BA.	213
6.1.4-2	Chocolate Terra Vista e Livro Por Terra e Território, exemplos de produtos e da centralidade do trabalho realizado no Assentamento Terra Vista e pela Teia dos Povos divulgado nas redes.	213
6.2-1	Diagrama das cinco esferas da “flor da transformação” das alternativas sistêmicas, centradas em valores comuns que as interconectam.	228
6.3-1	Inscrição contida em uma placa de madeira no gramado central do Centro Integrado Florestan Fernandes, no Assentamento Terra Vista: inspiração para a criação de inéditos-viáveis como políticas de vida.	241

## LISTA DE QUADROS

4.1.1-1	Treze princípios e práticas cotidianas associadas à sabedoria ancestral do Bem Viver.	112
4.2.2-1	Matriz-síntese sobre desenvolvimentos alternativos e alternativas ao desenvolvimento.	128
4.2.2-2	Matriz de Indicadores de Bem Viver, conforme proposta de Alcântara e Sampaio (2020).	133 a 134
4.2.3-1	Matriz-síntese sobre horizontes de mudança no contexto da crise da modernidade.	143
5.1-1	Princípios da Teia dos Povos, conforme a apresentação da articulação.	151
5.1-2	Matriz-síntese das caminhadas e dos passos da jornada rumo à autonomia, segundo o “Programa” da Teia dos Povos, proposto em Ferreira e Felício (2021).	157 a 158
5.3-1	Matriz-síntese das alternativas comunitárias desenvolvidas pelos coletivos do Assentamento Terra Vista e as dimensões de sustentabilidade envolvidas.	187 a 193
6.1-1	Dimensões sistêmicas da sustentabilidade nas alternativas comunitárias.	198 a 199
6.1.2	17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (UN, 2015b).	200
6.2-1	Matriz-síntese dos princípios ético-políticos associados ao pluriverso de alternativas, enquanto “pistas” para as transições desejáveis no sentido do Paradigma Civilizatório do Bem Viver.	221 a 223



“Quando perguntaram ao poeta zen Thich Nhat Hanh  
‘Do que nós mais precisamos para salvar o mundo?’

As pessoas esperavam que ele identificasse as  
melhores estratégias a adotar nas causas sociais e ambientais.

Mas, Thich Nhat Hanh respondeu:

‘O que nós mais precisamos fazer é ouvir dentro  
de nós os sons da Terra chorando’.

Quando aprendemos a ouvi-los, descobrimos que nossa dor e nosso amor  
pelo mundo são a mesma coisa. E isto nos faz mais fortes.  
Como células vivas em um corpo maior, nós sentimos o trauma de nosso mundo.

É natural e mesmo saudável que o façamos, porque  
isto mostra que ainda estamos vitalmente conectados à teia da vida.

Então, não tenha medo da tristeza que você poderá  
sentir ou da raiva ou do medo: estas respostas surgem não de uma  
patologia particular, mas das profundezas do nosso pertencimento mútuo.

Reverencie sua dor pelo mundo quando ela se fizer  
sentir, e a honre como testemunha de nossa interconectividade.”

Joanna Macy



Nosotros bendecimos los pechos de Madre  
Llevas a Madre Pachamama dentro de ti  
Ella no está fuera de ti  
Pachamama no es solo tu entorno  
Así que respira y se consciente de tu cuerpo  
Y mira profundamente dentro de el  
Date cuenta de que eres la Tierra  
Y tu consciencia es también la consciencia de la Tierra  
No cortar árboles,  
No contaminar el agua  
Eso no es suficiente  
Eres Pachamama, La Madre Tierra,  
No hay nada más  
Para expresar las cualidades de Pachamama  
Nosotros bendecimos los pechos de la Madre  
Los rios que fluyen  
Las mañanas con cantos y trinos  
Y la flama del amor consciente y devoto  
En ese silencio se teje el nuevo mundo  
Y nosotros somos jardineros de este jardin.

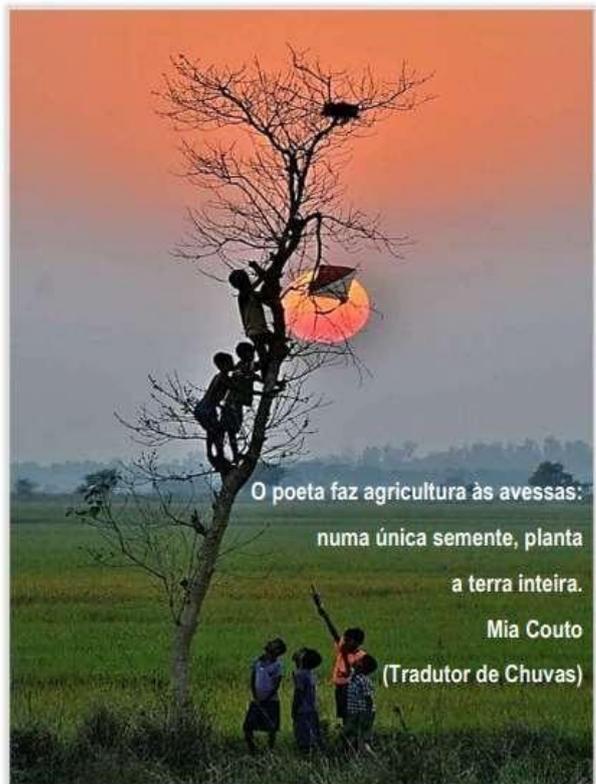
Maestros Andinos

# SUMÁRIO

---

<b>1. CONTEXTUALIZANDO A TRAVESSIA E OS ENTRELAÇAMENTOS DA PESQUISA</b>	
1.1 Apresentação .....	17
1.2 Implicação ético-política.....	22
1.3 Questão de investigação e justificativa .....	26
1.4 Objetivos geral e específicos .....	33
1.5 Perspectiva teórica e estrutural da tese .....	34
<b>2. PERCURSO METODOLÓGICO</b>	
2.1 Desenho ético-político da pesquisa: senti-pensante, exploratória, qualitativa e engajada.....	41
2.2 Etapas metodológicas .....	46
2.2.1 <i>Levantamento bibliográfico e documental</i> .....	46
2.2.2 <i>Rastreamento e tessitura das redes nas mídias digitais</i> .....	48
2.2.3 <i>Procedimentos éticos e aterramento no campo-território</i> .....	52
2.2.4 <i>Observação participante, entrevistas-narrativas e escuta sensível</i> .....	53
2.2.5 <i>Organização, síntese, análise e interpretação das informações</i> .....	57
<b>3. CRISE CIVILIZATÓRIA E COLAPSOS (ECOS)SISTÊMICOS</b>	
3.1 Pelos (des)caminhos do (des)envolvimento (in)sustentável.....	59
3.1.1 <i>Biodiversidade em declínio e emergência climática</i> .....	62
3.1.2 <i>Sistema Terra, Limites Planetários e Sociais</i> .....	71
3.2 Fraturas, ruínas e linhas de fuga: superando ideais e crenças modernos/coloniais .....	77
3.2.1 <i>“A Casa da Modernidade”</i> .....	82
3.3 Descolonização do imaginário e emergência de horizontes de (co)existência .....	86
3.3.1 <i>“Aos cuidados da Terra”</i> .....	89
<b>4. POR JUSTIÇA ECOLÓGICA E SOCIAL: Em Busca de Alternativas</b>	
4.1 Epistemologias aterradas e saberes plurais: religando ecologias.....	93
4.1.1 <i>O poder dos “sem poder”</i> .....	97
4.1.2 <i>Entrelaçando conhecimentos e lutas</i> .....	102

4.2 Bem Viver: uma via possível para ressignificar caminhos e horizontes? .....	105
4.2.1 <i>Da micropolítica comunitária à “natureza de direitos” na América Latina</i> ....	105
4.2.2 <i>Desenvolvimentos alternativos ou alternativas ao desenvolvimento?</i> .....	127
4.2.3 <i>(Re)pensando as transformações em curso</i> .....	139
<b>5. TERRITORIALIZANDO O BEM VIVER</b>	
5.1 Por terra e território: a Teia dos Povos em luta no Brasil.....	147
5.1.1 <i>As Jornadas de Agroecologia e a potência dos encontros</i> .....	160
5.2 Da questão agrária ao Assentamento Terra Vista.....	168
5.3 Alternativas Comunitárias: tecendo o Bem Viver .....	184
<b>6. HORIZONTES DE TRANSIÇÃO</b>	
6.1 Dimensões das alternativas sistêmicas .....	197
6.1.1 <i>A centralidade do papel da educação</i> .....	202
6.1.2 <i>As práticas agroecológicas, agroflorestais e a soberania alimentar</i> .....	205
6.1.3 <i>O protagonismo das mulheres e dos jovens</i> .....	208
6.1.4 <i>A ressignificação do trabalho e da geração de renda</i> .....	212
6.2 Rastros sensíveis do <i>pluriverso</i> e confluências de alternativas.....	215
6.3 Inéditos-viáveis como políticas de vida frente a situações-limite .....	233
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	
7.1 Para não concluir: algumas sementes de futuros possíveis.....	242
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	252
<b>9. APÊNDICES</b> .....	271
9.1 Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE)	
9.2 Roteiro de entrevista-narrativa	
9.3 Lista de entrevistadas e entrevistados	
9.4 Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	
<b>10. ANEXOS</b> .....	282
10.1 Cartas Finais das Jornadas de Agroecologia da Bahia	
10.2 Aprovação do Projeto de Pesquisa-ação entre Teia dos Povos e UFRJ pela <i>Adaptation Research Alliance</i> (ARA)	



## LAVOURA

Alguém  
Que fala pouco  
Um dia me disse  
Que a palavra  
Mais precisa  
Ou a que você  
Mais precisa dizer  
Só fica pronta  
Depois de muito  
Muito muito  
Silêncio  
Tarso de Melo

# 1. CONTEXTUALIZANDO A TRAVESSIA E OS ENTRELAÇAMENTOS DA PESQUISA

---

*“O que fazemos ao solo, fazemos a nós mesmos.”*

Vandana Shiva

## 1.1 Apresentação

A contemporaneidade vem sendo atravessada por crises e incertezas cujos entrelaçamentos traduzem um cunho sistêmico, de caráter civilizatório. Em seus fundamentos, se encontram, sobretudo, aspectos ético-políticos associados a valores e concepções disjuntivas das realidades que acabam por produzir formas insustentáveis de existência, incompatíveis com as bases de sustentação da vida (MORIN; KERN, 1993; LATOUR, 1994; LEFF, 2001; KRENAK, 2019).

Sem dúvida, o mundo tal como o conhecemos vem experimentando transformações aceleradas. O esgotamento do modelo societário capitalista e neoliberal, baseado no extrativismo e nos princípios da geopolítica desenvolvimentista, vem tornando cada vez mais tangível a insustentabilidade socioambiental. A expropriação dos territórios, somada às ameaças das mudanças climáticas e da erosão massiva da biodiversidade, explicitam assim a dupla fratura, colonial e ambiental, emergente das pressões pela busca incessante por crescimento econômico, colocando em relevo a necessidade urgente de se reconfigurar a ideia de desenvolvimento, ao reivindicar noções de bem-estar vinculadas aos bens comuns (OSTROM *et al.*, 1999; FERDINAND, 2022).

Nesse sentido, as soluções incrementais, instrumentais e tecnológicas têm se revelado insuficientes no enfrentamento de uma série de problemas sociais e ambientais, o que implica, sobremaneira, a urgência de se colocar em marcha uma verdadeira transição paradigmática<sup>1</sup>, civilizacional (BOFF, 1999; MORIN 2011b; SANTOS, 2021). Não obstante, a busca por alternativas viáveis, no sentido de uma transição societária justa e ecológica, requer a ampliação do campo de possibilidades aos processos de interação socioambiental desvinculados de concepções instrumentais, mercadológicas. Mesmo porque, as apostas orientadas pelo

---

<sup>1</sup> A transição paradigmática, segundo Boaventura de Souza Santos (2021), seria um processo ao longo do qual as “cinco monoculturas” que caracterizam os sistemas capitalistas dariam lugar à expansão de “cinco ecologias”: da monocultura do saber rigoroso às ecologias de saberes; da monocultura do tempo linear às ecologias das temporalidades; da monocultura da classificação social à ecologia das diferenças e dos reconhecimentos; da monocultura da escala dominante à ecologia das trans-escalas; e da monocultura do produtivismo capitalista à ecologia de produtividade.

crescimento econômico infinito e pelos êxitos individuais, têm se mostrado não somente insustentáveis, como também claramente inviáveis na atualidade (STEFFEN *et al.*, 2015; FANNING *et al.*, 2022; CHANCEL *et al.*, 2023).

Ampliando o campo de visão e ajustando as lentes através das quais se filtra o olhar para o mundo, observa-se a interdependência como um pressuposto da existência. Como uma clara evidência dessa afirmação, tem-se a crise sanitária desencadeada pela Pandemia de COVID-19, ilustrando, pedagogicamente, os insondáveis entrelaçamentos entre as vidas humanas e não humanas, tanto no plano individual como coletivo, no nível local como no global (MBEMBE, 2020; SANTOS, 2020; 2021; SAMPAIO *et al.*, 2022). Assim, os desdobramentos decorrentes do equívoco cognitivo de se compreender a realidade como se cada parte do todo fosse, intrinsecamente, desvinculada das demais refletem, inequivocadamente, uma incompreensão da complexidade intrínseca às interrelações na biosfera (LOVELOCK; MARGULIS, 1974; MORIN, 2000; 2005).

Outrossim, diante do presente panorama global de incertezas, são reveladas as relações de interdependência e indissociabilidade entre as diferentes dimensões da existência, tendendo a tornar sem sentido divisões modernas rígidas, marcadas por dicotomias e disjunções que se desdobram em uma série de binarismos e cisões nas relações entre Cultura e Natureza. Tal complexidade, por conseguinte, expõe a impossibilidade do pensamento moderno-ocidental, a partir de suas bases onto e epistemológica, de solucionar, sozinho, os intrincados desafios da atual era do Antropoceno<sup>2</sup>, assombrada pela perspectiva de colapsos e desastres (ecos)istêmicos (CRUTZEN; STOERMER, 2000).

Em outras palavras, uma série de pensadores e pensadoras, como Arturo Escobar (2003), Boaventura de Souza Santos (2007), Enrique Leff (2006), Vandana Shiva (1993), dentre muitos outros e muitas outras ligados aos diversos campos do saber, têm dedicado suas vidas ao debate crítico sobre o tema, apontando para o desafio de se estar buscando enfrentar problemas complexos, para os quais as soluções convencionais são incapazes de funcionar. Essas reflexões sugerem que o conjunto de pressupostos científicos, filosóficos e técnicos da modernidade, que

---

<sup>2</sup> Em 2000, o químico Paul Crutzen e o biólogo Eugene Stoermer cunharam o termo “Antropoceno” para designar uma nova era geológica marcada pelos impactos das atividades antropogênicas na Terra, afetando a superfície terrestre, os oceanos, os rios, a atmosfera, a flora e a fauna e todo o ambiente global. Desde então, cientistas e não cientistas têm empregado a palavra como um apelo à ação pela sustentabilidade ecológica. Além da proposta ainda não ter sido integrada à escala de tempo geológico oficial, há outras controvérsias em torno do termo, considerado despolitizado por alguns autores, ao camuflar assimetrias e responsabilidades e reforçar a ideia segundo a qual toda a humanidade seria responsável, de igual modo, pela degradação socioecológica. Nesse sentido, outras designações vêm sendo propostas para ilustrar algumas das contradições do “Antropoceno”, tais como: “Capitaloceno” (Moore, 2016), “Plutoceno” (Solón, 2019), “Homemtropoceno” (Raworth, 2014), ou ainda “Tecnoceno” (Hornborg, 2015) e “Lixoceno” (Armiero, 2021).

tomaram determinada visão de mundo como única via interpretativa para explicar os demais sistemas do planeta, constituem-se em elementos que conformam o próprio Antropoceno, concorrendo para aprofundar e retroalimentar um estado permanente de crise (CHAKRABARTY, 2009; BONNEUIL; FRESSOZ, 2016; LATOUR, 2014; 2019; COSTA, 2019).

O reconhecimento de tais questões paradigmáticas e intersubjetivas estruturantes da situação global, por conseguinte, parece relevante para que se possa compreender e debater, apropriadamente, no plano epistemológico, os caminhos possíveis em direção a futuros desejáveis. Buscando transcender as recorrentes apostas no pragmatismo das soluções tecnológicas, baseadas na racionalidade funcional dominada pela lógica de mercado para o enfretamento da crise civilizatória, aposta-se, sobretudo, em abordagens vinculadas à dimensão da alteridade (LEFF, 2001; 2006; 2009; KRENAK, 2019). Nessa reflexão sobre as múltiplas escalas de mudanças sensíveis, urgentes e necessárias, se reconhece ainda a existência de realidades e possibilidades distintas, comumente inscritas na agenda de muitos movimentos sociais de vanguarda, enraizados em sistemas de transmissão de conhecimentos, valores e formas de estar no mundo com um forte e diferenciado substrato histórico e cultural (PORTO-GONÇALVES, 2006a; 2006b; DE LA CADENA; BLASER, 2018; FERNÁNDEZ-PRIETO *et al.*, 2021).

Em tempos de aumento das vulnerabilidades particulares e compartilhadas, epistemologias emergentes vêm colaborando, nesse sentido, para explicitar as conexões entre as dimensões macro e micro, global e local da existência, tornando centrais as práticas dialógicas que permitam visibilizar e valorizar as inúmeras formas de conhecer e estar no mundo. Isto porque, o diálogo entre diferentes perspectivas ontológicas e epistemológicas, buscando transcender as representações da ciência moderna e do desenvolvimento centralizadores e homogeneizantes, contribui para ampliar o repertório de opções políticas e de construções de outros mundos possíveis, partindo de uma “antropolítica” em direção a “cosmopolíticas”, que não se pretendem ser universais, mas sim pluriversais e contextualizadas (SANTOS, 2007; STENGERS, 2018; KOTHARI *et al.*, 2019; NORBERG-HODGE, 2019; ESCOBAR, 2020).

Partindo dessa perspectiva, situada no seio do debate socioambiental crítico, a presente pesquisa de tese, por sua vez, se propõe a um exercício de reflexão-ação ao examinar a trajetória de experiências comunitárias forjadas nas territorialidades em luta emancipatória por justiça social e ambiental, as quais guardam complexidades e contradições, mas, também, inúmeras

capacidades alternativas e oportunidades pedagógicas, como vozes de esperança e resiliência em meio às inúmeras adversidades contemporâneas (HAESBAERT, 2021; KOTHARI, 2021; FERREIRA; FELÍCIO, 2022; ZIBECCHI, 2022).

Ancorada na Linha de Pesquisa I - Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, partindo, portanto, de um campo de investigação interdisciplinar, a pesquisa busca, nesse sentido, contribuir para o movimento de superação da cisão forjada pelo pensamento moderno entre as Ciências Humanas e Sociais e as Ciências da Natureza, ao reafirmar as subjetividades envolvidas no debate socioambiental.

Reconhecendo a não-neutralidade da ciência, abrindo perguntas e se comprometendo com a transformação das realidades, almeja-se, sobretudo, apoiar o protagonismo de movimentos sociais de resistência e de (re)existência na construção de alianças políticas para uma transição justa e ecológica. Esse representa, portanto, um convite à investigação acerca de iniciativas orientadas pelos compromissos de sustentabilidade, em conjunto com os próprios sujeitos coletivos empenhados na construção de processos autônomos e regenerantes do tecido socioambiental (g)localmente, em ressonância com as proposições do paradigma comunal e societário do Bem Viver (ACOSTA, 2016).

Mais do que uma categoria conceitual, o paradigma de Bem Viver, como fonte de inspiração desta tese, expressa, sobretudo, uma via para se reafirmar a concretude do cotidiano, a experiência material e objetiva de vida. Essa visão de mundo, portanto, não representa somente um horizonte prospectivo de futuro, mas também um horizonte existencial, praticado nas relações, em interação com o mundo não-humano, uma construção social ancestral para os “bons conviveres”. Forjado em bases distintas do paradigma dominante, essa opção de vida se abre à multiplicidade das culturas, se traduzindo, nesse caso, como uma proposta “concebida a partir da cosmovisão andina, a qual incorpora as ideias de bem-estar, natureza como sujeito de direito e uma convivência em harmonia e equilíbrio” (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020, p. 92). Assim, a relação entre Cultura e Natureza se estabelece pelo reconhecimento da própria natureza como ente vivente, do senso de interdependência e do sentido de pertencimento comunitário, incluindo os não-humanos, em um sistema integrado, sendo este considerado “aspecto chave para a construção do Bem Viver” (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020, p. 91).

No contexto contemporâneo de fronteiras paradigmáticas, importa mencionar ainda que a busca por modos outros de (bem) viver se articula à ressignificação das formas de se perceber

a realidade, existir e se relacionar – consigo, com o outro e com os demais seres – reorientando a construção de modos de vida que colocam em questão os modos capitalísticos, patriarcais e coloniais de existência. Portanto, a transição para uma vida sustentável, ou seja, para um viver alinhado aos próprios ciclos vitais, implica um outro paradigma civilizatório, uma outra visão de mundo e (cosmo)política ontológica e, nesse processo, está implícito o compromisso com a superação das “linhas cartográficas abissais globais”<sup>3</sup>, como condição (SANTOS, 2007).

Como advoga Boaventura de Sousa Santos (2007), a proposta de uma Ecologia de Saberes, enquanto uma tradução intercultural de conhecimentos entre cosmovisões distintas, busca considerar a importância de saberes e práticas populares, negados e apagados ao longo da modernidade, na construção de novos paradigmas alinhados ao Bem Viver, em detrimento de se levar em conta determinados saberes hegemônicos, não raro reducionistas, com perdas das noções de multiplicidade e diversidade, de modo a se buscar incorporar, cada vez mais, as dimensões da complexidade dessa transição (LEFF, 2006; MORIN, 2011b; CARVALHO; ÁGUAS, 2015; VERBUNT, 2016).

Tal argumentação tem se fortalecido no contexto das discussões sobre decolonialidade e pós-desenvolvimento (QUIJANO, 2005; WALSH, 2010; MIGNOLO, 2013; GUDYNAS, 2011; ACOSTA, 2016; ESCOBAR, 2018), apontando para o reconhecimento de que a instrumentalização da razão pela matriz colonial do poder produziu paradigmas distorcidos no âmbito do conhecimento e gerou frustração com relação às promessas libertadoras não-cumpridas pela modernidade, abrindo espaço a projetos ético- políticos alternativos, pensados desde a pluralidade dos territórios, como forma de enfrentamento aos passivos de desigualdade social e degradação ambiental contemporâneos.

Com essa perspectiva, desde a América Latina, o paradigma do Bem Viver vem se afirmando “como uma oportunidade para imaginar outros mundos” (ACOSTA, 2016), se distinguindo de outras correntes do denominado pós-desenvolvimento pelos seus fundamentos, enraizados na cosmovisão de sociedades indígenas no seio das quais Cultura e Natureza são concebidas como indissociáveis (MAMANI, 2010). Contudo, tende a ser evidente a

---

<sup>3</sup> As Epistemologias do Sul, conforme discutidas por Boaventura de Sousa Santos (2007), vêm contribuindo para promover a expansão de imaginários políticos para além das “linhas cartográficas abissais” que demarcam o esgotamento intelectual e político do denominado Norte global, traduzido na incapacidade de enfrentamento dos desafios e ameaças prementes. Partindo do entendimento de que as “linhas cartográficas abissais” que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial, permanecem no pensamento moderno ocidental, permeando as relações políticas e culturais excludentes entre o Sul e o Norte global. A injustiça social global estaria, assim, estreitamente associada à uma injustiça cognitiva global e a luta por justiça social global requer, por conseguinte, um pensamento “pós-abissal”, sobretudo ecológico, cujos princípios ético-políticos constituem as premissas programáticas de uma Ecologia de Saberes (SANTOS, 2007).

necessidade de se conceber estratégias que transitem entre subjetividade e objetividade e contemplem as singularidades de cada territorialidade (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020).

Assim, a desconstrução de conceitos arraigados, a descolonização do pensamento e o estabelecimento de relações dialógicas entre os conhecimentos ancestrais e acadêmicos estão no cerne de movimentos propositivos alinhados à perspectiva do Bem Viver. Nesse sentido, para ilustrar e aprofundar esse debate, a pesquisa de tese se dedicou à investigação de experiências práticas desenvolvidas pelas próprias territorialidades, com destaque para as alternativas comunitárias situadas no contexto do Assentamento Terra Vista e do movimento autônomo de articulação política emergente desse território, denominado Teia dos Povos, cujas propostas vêm ganhando adesão popular e captando a atenção de pesquisadores e de diversos atores sociais no Brasil e no mundo (TUGNY, 2020; FERREIRA; FELÍCIO, 2021; PIMENTEL; MENEZES, 2022; AGUIAR; PIRES, 2022; ZIBECCHI, 2022).

## **1.2 Implicação ético-política**

Partindo dessa reflexão introdutória, cabe situar a motivação do desenvolvimento da pesquisa de tese, emergente de uma série de inquietações ao longo de uma trajetória de vida fortemente implicada com o campo socioambiental. Ao definir implicação, Barbier (2002) enfatiza o compromisso ético e político do pesquisador com a práxis<sup>4</sup> científica, considerando sua própria história familiar, suas relações de produção e de classe, seu próprio projeto sociopolítico, de forma que o conhecimento produzido resulta dessa síntese. A esta noção de implicação, o autor agregou dois aspectos centrais de reflexão: a filosofia de vida e o sistema de valores. Segundo essa perspectiva, o/a pesquisador/a implicado/a investiga trazendo a sua visão de mundo e as suas crenças pessoais para o processo, inevitavelmente.

Assim, para além de uma construção intelectual, a orientação ético-política da pesquisa se pauta na intenção de contribuir para as mudanças regenerativas do tecido social e ambiental, a partir de um movimento distinto à tendência dominante, que opera desde diretrizes centralizadoras que se movem “de cima para baixo” e de conhecimentos que vêm “de fora para dentro”. De modo análogo à emersão de um mergulho (ou de um germinar), o sentido desse movimento se construiu de “dentro para fora e de baixo para cima”, emergindo de um processo de reconexão intrapessoal e interpessoal com as práticas comunitárias ligadas à t(T)erra, em

---

<sup>4</sup> Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1987), define práxis como sendo a atividade teórico-prática de transformação das circunstâncias. A produção de conhecimento se retroalimenta nesse movimento integrado, reflexivo e criativo, colaborando para transformar as realidades em uma união dialética entre reflexão e prática, na qual a teoria se modifica com a prática, que por sua vez se modifica com a teoria.

retroalimentação pelos afetos das experiências vividas, em contato profundo com o mundo mais que humano, numa dinâmica em espiral, ascendente e dialógica.

Ao longo de uma larga atuação profissional como analista e consultora em estudos, projetos e programas ambientais e socioambientais voltados à avaliação de impactos e ao licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura e energia, também, à responsabilidade social e à conservação da biodiversidade, uma série de incômodos e questionamentos se manifestaram. Reflexões, introspecções, desconstruções e reconstruções foram suscitadas mediante o *modus operandi e vivendi* instituídos pelo modelo societário de desenvolvimento vigente e pelos hábitos de vida urbano-industrial. De fato, a implicação central da pesquisa se orienta por uma busca existencial por justiça ambiental e social, por alternativas que ressignifiquem padrões de produção e consumo, modos de ser e viver, de conhecer e se relacionar, fortemente condicionados pela cultura dominante, de matriz ocidental, eurocentrada.

Desse modo, em um dado momento dessa trajetória de vida, a jornada investigativa sobre outras vias existenciais possíveis foi atravessada pelo paradigma do Bem Viver: uma contundente proposta contra-hegêmica cunhada desde o nosso continente, cujo potencial para revitalizar as relações socioecológicas é defendido pelo economista equatoriano Alberto Acosta (2016) como “uma oportunidade para imaginar outros mundos”. Seus princípios se constituem com base em cosmovisões originárias, indígenas andinas e amazônicas, cujas culturas se reconhecem como intrinsecamente ligadas à Terra. Essa leitura tem orientado uma série de projetos e mesmo programas de Estado, materializados no denominado “novo constitucionalismo latino-americano”, em políticas públicas inovadoras, como aquelas dirigidas ao reconhecimento da natureza enquanto sujeito de direitos (EQUADOR, 2008) e do estado plurinacional (BOLÍVIA, 2009), pautando em um tipo de relação que se pretende ser mais ética e justa entre os humanos e entre os humanos e os não-humanos.

O reconhecimento da importância e o aumento do interesse pelas propostas e pelos conhecimentos provenientes de visões de mundo outras, entrelaçados a outro tipo de relação de convivialidade<sup>5</sup>, muito deles ligados à vivência de povos e comunidades tradicionais, vêm marcando, assim, os debates sobre decolonialidade em diversos campos (MEDINA, 2006). Frente à crise civilizatória, o diálogo com os saberes encobertos e prejudicados pela modernidade, tem sido decisivo também em projetos direcionados à uma visão integrada de viabilidade econômica, sustentabilidade ecológica e justiça sociocultural, segundo uma

---

<sup>5</sup> No sentido da capacidade de fazer conviver dimensões de produção e cuidado, de efetividade e compaixão, de modelagem e criatividade, de liberdade e fantasia, de equilíbrio multidimensional e complexidade social (ILLICH, 1973).

perspectiva sistêmica.

Nesse diálogo, a conexão com a ancestralidade e o reconhecimento da sabedoria popular, de pessoas “comuns” cujos modos e meios de vida, não raro, dependem, irremediavelmente, de uma relação estreita com a terra, vem atravessando minha existência. Uma série de vivências pessoais, familiares e profissionais, no decorrer também de uma formação acadêmica interdisciplinar como bióloga, com mestrado em Ciência Ambiental e com formação complementar em *design* para a sustentabilidade, contribuiu para traçar caminhos e escolhas de pesquisa que me trouxeram até aqui. O engajamento no campo das Ciências Biológicas, em estudos de Ecologia com ênfase na dinâmica de populações da macrofauna marinha, nas etapas iniciais da vida acadêmica, segundo uma perspectiva de pesquisa básica, deu lugar à uma abordagem interdisciplinar de pesquisa em Etnobiologia, envolvendo pescadores artesanais, a partir do reconhecimento da importância do conhecimento ecológico tradicional para os processos de tomada de decisão que afetam os processos ecossistêmicos, as vidas humanas e não-humanas, em gestão ambiental.

Investigações sobre modos e meios de vida diferenciados, distintos dos usuais em uma sociedade urbana e industrializada, conduziram a uma aproximação com projetos de Permacultura, Agroecologia, Bioconstrução e outros de cunho educativo e levaram a conhecer o universo das comunidades sustentáveis ou Ecovilas. As andanças e a jornada de visitação a tais iniciativas confluiu com o interesse pelo programa de formação do *Gaia Education*, denominado *Ecovillage Design Education (EDE ou Design para a Sustentabilidade)*, o que considero como um dos divisores de água em minha jornada formativa de elucidção para as transições pessoais e profissionais em curso. Este programa disponibiliza uma série de conhecimentos, ferramentas e habilidades desenvolvidos nas ecovilas com o objetivo de “educar para a transição para uma cultura sustentável integral, de alcance global, mas decididamente local em sua aplicação” (GAIA EDUCATION, 2005, p.3).

Com uma abordagem sistêmica, teórica e vivencial, integra diversos temas em torno de quatro dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica e cultural, com o objetivo de catalisar o poder comunitário para a regeneração e o redesenho da presença humana na Terra. Com essa proposta, o Programa *Gaia Education* colabora no *Global Action Programme* da UNESCO para o alcance dos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas* (UN, 2015b) e está presente em 50 países. Importa mencionar ainda que foi também a partir do Programa *Gaia Education* que tive contato com vários pesquisadores formados pelo Programa EICOS, contribuindo para despertar o

reencantamento que inspirou a minha reaproximação com a universidade pública e me conduziu à retomada de minha jornada acadêmica como pesquisadora.

Entendendo o meu lugar como agente de transição, tenho me colocado a serviço de projetos e programas socioambientais envolvendo diferentes setores da sociedade, incluindo a atuação junto aos movimentos sociais, como ao *Conselho de Assentamentos Sustentáveis do Brasil* (CASA Brasil), rede brasileira ligada ao movimento latino-americano e global de ecovilas e à tessitura da própria Teia dos Povos, com participação na articulação regional da Teia no Rio de Janeiro. O diálogo entre saberes e fazeres comunitários tradicionais e intencionais, em uma perspectiva de tradução intercultural, segundo a Ecologia de Saberes (SANTOS, 2007), tem, assim, motivado investigações acerca dos diversos modos e meios de vida, em alianças para uma outra forma de (co)habitar a Terra.

Com essa diretiva, indago sobre como as diferentes territorialidades e as práticas comunitárias correspondentes, em diversos contextos e realidades sociais brasileiras, podem convergir e funcionar como sementes multiplicadoras do compromisso de sustentabilidade e transformação social? E como uma pesquisa acadêmica, consubstanciada pela perspectiva do Bem Viver, poderia cumprir a sua função social e, assim como um agricultor agroecológico e florestal, manejar tais sementes e colaborar para potencializar alianças para a regeneração do tecido da vida?

Desconstruções profundas e sensíveis parecem cada vez mais necessárias em uma sociedade habituada a soluções pré-formatadas e respostas rápidas, onde tempo e espaço são escassos, pouco dedicados ao exercício da contemplação e da filosofia (a afeição, o amor pela sabedoria), não raro, consideradas dispensáveis, ou uma perda de tempo. Mas, como podem ser consideradas perda de tempo se aquelas atividades são capazes de suscitar os mais profundos questionamentos e as mais genuínas respostas aos grandes desafios da existência, como vislumbres de caminhos criativos para a transformação das realidades?

Nesse sentido, pensar a universidade e a pesquisa acadêmica enquanto espaços de fronteira, propícios ao exercício da composição entre saberes, em reflexões que integram filosofia, ciência, artes e técnicas para melhor servir à vida, significa reconhecê-las como potentes vias catalizadoras da profunda transformação cultural em curso. Esse movimento, ao mesmo tempo em que nos desafia, serve como um convite à superação de modelos mentais e narrativas sobre quem somos que não mais nos servem.

### 1.3 Questão de investigação e justificativa

Como discutido nas seções anteriores, na contemporaneidade se observa problemas socioambientais entrelaçados cujas soluções requerem transformações sistêmicas profundas, em nível individual e coletivo, assim como uma maior atuação política de diversos grupos e atores sociais. Desde as mudanças climáticas globais, aumentando a frequência e a intensidade dos eventos climáticos severos, até o agravamento das desigualdades quanto às condições de atendimento das necessidades humanas básicas, com graves efeitos deletérios na saúde mental, inclusive, tais efeitos sistêmicos de tal *policrise* se fazem cada vez mais evidentes, afetando as diversas dimensões da vida humana e não-humana (ONU, 2015; UNEP, 2021).

Em latim, o termo *crisis* traduz um estado de caos e incerteza. Em grego, o termo *krísis*, em sua origem, era empregado no campo da medicina para definir um ponto crucial, uma espécie de encruzilhada, entre a evolução de uma doença para a cura ou para a morte e, na economia, o termo era utilizado para designar uma fase de transição entre um surto de prosperidade e outro de depressão, segundo o *Dicionário Eletrônico Houaiss* (s/d). Os sentidos de crise como um período de transição e de oportunidade são assim discutido por Scarano (2019), enquanto os sentidos de separação, decisão, definição também caracterizam esse estado. A humanidade parece se encontrar justamente nesse ponto, a enfrentar um contexto de *policrises* que se manifesta nas múltiplas dimensões da vida na Terra: ambiental, social, cultural, econômica, ética, política e em muitas outras (MORIN; KERN, 1993; MORIN, 2005).

Por essa perspectiva, é possível compreender a Pandemia de COVID-19 não apenas como uma situação de exceção em meio ao “normal”, mas sim como um alerta às condições de vulnerabilidade humanas, em um contexto de incertezas frente às aceleradas transformações em curso (SANTOS, 2020). Além disso, em vista aos processos de degradação de habitats, de desmatamento de diferentes biomas, agravados em um contexto de aceleração da perda de biodiversidade e das mudanças climáticas, as pandemias decorrentes de zoonoses, ou seja, de doenças transmitidas pela fauna como a COVID-19, tendem a ser recorrentes, como mais um indicativo da crise ecológica global (LATOURE, 2020; IPBES, 2020; DOBSON, *et al.*, 2020).

Algumas evidências, nesse sentido, são apontadas em publicações recentes do *Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente* (UNEP). O Relatório *Fazendo as pazes com a Natureza* (UNEP, 2021), por exemplo, aborda a “tríplice emergência global: clima, biodiversidade e poluição” e traz informações alarmantes sobre o que poderia ser entendido como “estado do mundo”, a partir da consolidação de dados do *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* (IPCC), da *Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade*

e *Serviços Ecossistêmicos* (IPBES), do *Panorama Ambiental Global* do PNUMA e das novas descobertas de pesquisa sobre o surgimento de doenças zoonóticas, como a COVID-19:

- O planeta está no caminho de um aumento de temperatura de 3,5 °C até o final do século (muito além do limite considerado seguro, de 1,5 °C, estabelecido como uma das metas no Acordo de Paris);
- 9 milhões de pessoas morrem ao ano por problemas respiratórios causados pela poluição do ar;
- 1 milhão das 8 milhões de espécies de plantas e animais estão ameaçadas de extinção;
- 400 milhões de toneladas de metais pesados e produtos químicos estão sendo lançados nas águas a cada ano;
- Mais de 4,3 bilhões de pessoas são afetadas pela degradação dos solos;
- Cerca de 60% dos estoques pesqueiros estão sofrendo com a sobrepesca, superando a sua capacidade de reposição;
- A poluição plástica nos oceanos cresceu mais de dez vezes desde 1980. Há 400 zonas anóxicas (com pouco oxigênio, consideradas mortas) nos oceanos.

Todos esses elementos parecem conformar um quadro sintomático de um projeto civilizatório construído em bases cognitivas equivocadas, derivado de perspectivas dualistas que denotam rupturas ontológicas, como aquelas que separam Cultura e Natureza, humanos e não-humanos, povos desenvolvidos e primitivos, conhecimento ancestral e ciência, arte e tecnologia, afetividade e racionalidade, mente e corpo, rural e urbano, entre outros binarismos. Além das disjunções produzidas entre os elementos que integram os sistemas planetários, o projeto civilizatório parece ter se consolidado, também, a partir de sentidos de inferioridade e superioridade, mediante uma hierarquização que atribui diferentes graus de valor e define os elementos a serem incluídos ou excluídos de um processo de desenvolvimento baseado na expropriação de “recursos” e em uma acumulação capitalista que almeja um crescimento *ad eternum* inviável.

Em contraposição, como ressalta Scarano (2019), a evolução na Biologia, assim como as demais dinâmicas ecológicas na natureza (ODUM, 1988), não ocorrem linearmente em um crescente, mas sim em ciclos de ascensão e declínio, em caminhos espirais que avançam à medida que também retrocedem. Nesse descompasso sistêmico, a (in)sustentabilidade resulta de ações que, por sua vez, são precedidas por processos que envolvem a subjetividade e a cognição, incidindo sobre antigas estruturas que apartaram a vida humana dos ciclos ecológicos

e criam mecanismos de poder que influenciam o pensar, o ser e o agir (GUATTARI, 1991; 1996; MATURANA; VARELA, 1991; QUIJANO, 2000).

Assim, respostas mais efetivas aos desafios multidimensionais, em diferentes escalas da vida humana e não-humana, são, portanto, necessárias e requerem mudanças profundas que incidam sobre a racionalidade ambiental (LEFF, 2001) subjacente à sociedade de consumo (BAUMAN, 2007). As noções de crescimento, progresso e desenvolvimento, que estão na base da natureza insustentável da atual organização da economia, contudo, continuam a orientar as políticas públicas e tem se mostrado insuficientes para orientar mudanças estruturais que incidam sobre as instâncias de poder nas sociedades, tanto local como globalmente (ESCOBAR, 1995; SVAMPA, 2010; GUDYNAS, 2011).

Contudo, o histórico do debate em torno dos conflitos entre desenvolvimento e natureza não é recente e remonta à década de 1960. No auge da chamada *Revolução Verde*, quando a indústria de agroquímicos impulsionou a produção mecanizada de alimentos em larga escala, Raquel Carson publicou a obra *Primavera Silenciosa* (CARSON, 1964), considerada um marco para o movimento ambientalista. Nesta obra, a autora denunciou os efeitos da contaminação química no ambiente e na saúde humana, em decorrência do uso de fertilizantes organoclorados, conhecidos, também, como poluentes orgânicos persistentes.

Segundo a retrospectiva realizada por Irving (2014), após quase uma década dessa denúncia, foi publicado o *Relatório do Clube de Roma*, também conhecido como *Relatório Meadows*, intitulado *Os Limites do Crescimento* (1972). Esta publicação cinquentenária, considerada um marco fundamental no debate ambiental, apontou, principalmente, para os riscos da tendência de aumento da população, os limite de recursos e a contaminação ambiental (MEADOWS *et al.*, 1972). Não por coincidência, também em 1972, foi realizada a *Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente*, a *Conferência de Estocolmo*. Um de seus desdobramentos foi o estabelecimento de uma *Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento* pelas *Organização das Nações Unidas*, com a missão de avaliar os problemas globais do desenvolvimento e orientar soluções para seu equacionamento. Posteriormente, em 1987, foi publicado por esta Comissão, também conhecida como *Comissão Brundtland*, o relatório “*Nosso Futuro Comum*” (WCED, 1987), o qual cunhou, pela primeira vez, a terminologia “desenvolvimento sustentável”, concebido como o tipo de desenvolvimento “que atende às necessidades das gerações presentes e futuras”, da qual se derivou a noção de Sustentabilidade.

A abertura à participação social de atores de outros segmentos da sociedade nesse debate multilateral, para além de chefes de estado e da cúpula intergovernamental da ONU, marca a realização da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, conhecida como *Rio 92*, como fruto das reivindicações dos movimentos sociais (SAITO, 2011). A partir de então, o debate socioambiental se popularizou e entrou definitivamente como pauta prioritária global, tendo como resultado os diversos compromissos pactuados multilateralmente, como a *Agenda 21 Global*, a *Convenção de Combate à Desertificação*, a *Convenção sobre Diversidade Biológica*, a *Convenção do Clima*, assim como os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (NASCIMENTO, 2012; IRVING, 2014).

Desde então, muitos acordos globais vêm sendo pactuados no âmbito das *Conferências das Partes* dessas Convenções, as chamadas COPs, como o Acordo de Paris (UN, 2015a) no âmbito da *Convenção do Clima* e tantos outros, como os compromissos e as metas dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030*, pactuados em 2015, sob as diretrizes do relatório “*O Futuro que Queremos*”, estabelecidas na *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*, também conhecida como *Rio+20*, realizada em 2012 no Rio de Janeiro, marcando os 20 anos da *Conferência Rio 92* (UN, 2015b).

Ou seja, até então, em um período de aproximadamente sessenta anos, muitos avanços foram alcançados em termos de acordos internacionais, pesquisa e tecnologia, com desdobramento em maior conscientização sobre o tema e em mudanças de comportamentos individuais e coletivos. Contudo, apesar de todos esses esforços, olhando para o conjunto da sociedade, é possível afirmar que continuamos caminhando em direção a “um futuro que não queremos” (IRVING, 2014), no qual os riscos e as ameaças à humanidade se mostram cada vez mais graves e contundentes com o passar dos anos.

Assim, estratégias complementares aos esforços que vêm sendo realizados são necessárias e urgentes, em diferentes escalas e setores de atuação humana, no sentido de uma mobilização global mais efetiva e concreta no nível dos territórios. Mas, para além do foco nas questões ambientais *strictu sensu*, parecem ser necessárias mudanças profundas de paradigmas, com implicações nos sistemas de crenças, valores, modos e meios de vida, em parâmetros ontológicos que acabem por se desdobrar em transformações sociais e culturais alinhadas aos compromissos de sustentabilidade (LEFF, 2001; 2006; 2009; LOUREIRO, 2012).

Nessa reflexão, Irving (2014) discute as diferentes ideologias e posições que atravessam o debate, ressaltando a perspectiva de Enrique Leff (2009) diante de duas vertentes antagônicas que orientam esse campo pulsante de reflexão:

*Para Leff (2009), o sentido de sustentabilidade poderia ser interpretado também segundo duas vias distintas de análise: uma primeira via se inscreve no discurso formal de desenvolvimento sustentável que se configura na racionalidade teórica e instrumental, econômica e tecnológica da modernidade, ou ainda na perspectiva economicista envolvida no debate. Essa vertente de pensamento surge da economia ambiental de corte neoliberal e domina o discurso da globalidade econômico-ecológica, que se traduz desde o Nosso Futuro Comum e se consolida nos acordos da Rio 92, na Agenda 21, e se plasma na geopolítica do desenvolvimento sustentável. A segunda via para a interpretação se configura a partir de uma nova racionalidade social e produtiva. Nessa perspectiva, o termo e o debate conceitual envolvido se desvinculam dos pressupostos da racionalidade econômica – e, também, da perspectiva ecologista – para se sustentar na potencialidade ecológica da diversidade cultural; o que implica a clara desconstrução do pensamento científico da modernidade e uma reconstrução do mundo, alicerçado em uma nova racionalidade ambiental, na direção das denominadas sociedades sustentáveis. Para ele, essa nova racionalidade, fundada na ecologia e na cultura, estaria aberta à diversidade e à diferença, e à coexistência de inúmeras racionalidades (IRVING, 2014 p. 33 e 34).*

Refletindo sobre essa questão, a autora resgata também as ponderações de Loureiro (2012) sobre a necessidade de construção de *sociedades sustentáveis*, marcada pela pluralidade em seus contornos e suas nuances:

*Por todas essas razões e controvérsias, Loureiro (2012) defende a noção de “sociedades sustentáveis”, uma vez que essa seria menos permeável às contradições mencionadas, uma vez que parte, por pressuposto, da negação da possibilidade de existência de um único modelo idealizado de felicidade e bem-estar a ser alcançado por meio do desenvolvimento, entendido por alguns como linear e universal. Segundo tal leitura é necessário que se reflita sobre inúmeras vias e formas possíveis de organização social, estabelecidas segundo modos particulares de ordem econômica e cultural e de relações com a natureza (IRVING, 2014, p. 34).*

Nessa direção, pesquisadores como Santos (2007) e Escobar (2003) apontam para os motivos pelos quais a perspectiva da ciência moderna, orientada pela ontologia naturalista e epistemologia ocidental, no contexto da modernidade, não seria capaz de sozinha dar conta de conceber estratégias adequadas para a superação dos complexos problemas contemporâneos. Isso porque, a superação da visão de mundo disjuntiva parece ter se tornado um imperativo no processo de construção de novos rumos. Nesse sentido, mudanças profundas e estruturais quanto à forma de se pensar e estar no mundo, com desdobramentos em uma práxis integradora de pesquisa acadêmica e ação política, inclusive, parecem se tornar cada vez mais imprescindíveis (MORIN, 2005; GUATTARI, 1991; FREIRE, 2013).

No bojo dessas inquietações, não raro, soluções orientadas “de cima para baixo” parecem ignorar a multiplicidade das opções que povos e comunidades ao redor do globo vêm formulando como alternativas de enfrentamento ao modelo civilizatório em crise. Segundo

reflexões de Irving (2014), nesse sentido, parece ser insuficiente uma ética da conservação, sendo também necessária desconstruir a racionalidade que vem orientando um processo de racionalização instrumental do mundo, que desconsidera os potenciais ecológicos e os valores culturais que sustentam a vida no planeta.

Uma das estratégias possíveis, nessa direção, consistiria em ampliar o debate acadêmico vinculado aos compromissos de sustentabilidade, reafirmando as perspectivas locais, fundadas em experiências tantas vezes invisibilizadas, provenientes das margens do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1974). Identificar e tornar visíveis as iniciativas territorializadas que buscam congregar geração de renda, qualidade de vida e conservação ambiental, construídas desde a vivência cotidiana com base em outros tipos de relação entre humanos e não-humanos, poderia, assim, contribuir para se buscar promover outras possibilidades políticas. Isso significa lançar luz sobre as narrativas e os atores que estão a ensaiar saídas para a crise civilizatória no campo prático dos territórios, de modo que se possa aprender com esses processos, para então buscar, de alguma maneira, contribuir para o seu fortalecimento e sua difusão, em construções sociais coletivas que operam junto e não contra a natureza rumo a sociedades resilientes, sustentáveis e equitativas.

Nesse sentido, a produção de conhecimento na universidade, em diálogo com conhecimentos populares e tradicionais não acadêmicos, se concretiza, progressivamente, como uma prática insurgente, de modo a contribuir para que inovações em curso possam ser mais amplamente adotadas e, assim, inspirar alianças mais amplas com atores sociais diversos.

A partir dessa perspectiva, e tendo como antecedente o debate crítico sobre a crise civilizatória, a busca por alternativas no sentido da construção de sociedades sustentáveis, resilientes e equitativas, em um contexto de colapsos (ecos)istêmicos, a pesquisa investiga vias possíveis de transição social e ecológica, com base em experiências vivas, desconhecidas ou nem sempre reconhecidas, levadas a cabo por povos e comunidades em seus territórios de vida, desde epistemologias forjadas no contexto do Sul global. Com esse propósito, o processo de aprendizagem e articulação junto aos movimentos sociais visou interpretar experiências pessoais e coletivas, suas potencialidades e fragilidades nas quatro dimensões (ecológica, econômica, social e cultural), a partir da perspectiva decolonial do paradigma ancestral comunitário e civilizatório de Bem Viver.

Considerando o contexto latino-americano, em particular, essa pesquisa se pautou em um tipo de “inversão”: olhar para o fenômeno contemporâneo da construção de comunidades e assentamentos sustentáveis em território nacional, com as lentes de uma ontologia e uma

epistemologia próprias, constituídas com base na contribuição de visões de mundo marcadas pelos vínculos históricos à terra e aos modos de vida comunitários. Isso porque, diante do avanço do processo de colapso socioambiental e da convergência de múltiplas crises (ecológica, climática, social, econômica, política, cultural, psicossocial), se reconhece que a própria sociedade civil vem promovendo movimentos propositivos e práticas políticas inovadoras de coletivização e territorialização, germinando alternativas sistêmicas para as quais, não raro, as políticas de desenvolvimento não têm conferido a devida atenção. Nesse bojo, emergem uma sucessão de indagações:

- Em que medida as estratégias territorializadas de resistência e (re)existência poderiam contribuir para fazer frente às crises do modelo de desenvolvimento hegemônico?
- Como podem ser fortalecidas as potencialidades e enfrentados os limites das alternativas comunitárias promovidas por movimentos articulados em rede desde o Sul global?
- Quais os significados atribuídos à natureza e ao sentido de comunidade nesses territórios de vida e como estas relações influenciam as práticas políticas no cotidiano?
- Como as narrativas, os saberes e os fazeres socioambientais oriundos dos territórios de vida comunitários poderiam inspirar políticas públicas para uma transição justa e ecológica e contribuir para o avanço das agendas de clima e biodiversidade, com ênfase no contexto brasileiro?
- E como mobilizar os recursos necessários para fortalecer e expandir as ações?

A partir dessas questões mobilizadoras, a principal hipótese levantada nessa pesquisa é a de que iniciativas autônomas, mobilizadas pela própria sociedade civil e articuladas em rede, desde os territórios de existência comunitários, poderiam fornecer pistas à construção de alternativas plurais de transição justas, ecológicas (gerando renda e qualidade de vida e salvaguardando a conservação da biodiversidade) e regenerativas (dos tecidos ecológicos, sociais, econômicos e culturais), capazes de inspirar caminhos em políticas públicas, construídos desde a base social, em direção a sociedades sustentáveis, considerando, sobretudo as emergências climáticas e da biodiversidade, tidas como os maiores desafios contemporâneos da humanidade.

Frequentemente, são questionadas as relações de poder estruturais em políticas públicas e as possibilidades de promoção de alternativas ao desenvolvimento com base no fortalecimento comunitário, mediante alianças entre atores sociais heterogêneos, mesmo quando valores, visões e estilos de vida não são os mesmos. Mas, a partir da abertura à escuta e do respeito

mútuo, mediante o diálogo entre diferentes saberes e fazeres modernos e ancestrais, acadêmicos e técnico-científicos, populares e tradicionais, talvez possam ser encontrados pontos de convergência básicos a serem trabalhados nesse momento histórico reconhecido mundialmente como crucial.

Desastres cada vez mais contundentes, provocados por chuvas torrenciais, enchentes, incêndios florestais, quebra de safras e problemas de saúde relacionados às mudanças climáticas e à erosão da biodiversidade, entrelaçadas às migrações, aos conflitos e à deterioração da qualidade de vida, vêm afetando fortemente os mais vulneráveis e produzindo um “efeito dominó” que tende a se agravar frente às incertezas nos anos que virão. Assim, para responder a desafios dessa natureza, uma espécie de “colaboração radical” se faz necessária, tanto para melhor compreender as reais necessidades envolvidas, como para identificar oportunidades, ou mesmo produzir evidências, para melhorar as condições individuais e coletivas de vida (SOUTH-SOUTH-NORTH, 2021). Nesse contexto incerto, especialistas em boas práticas para a pesquisa-ação em adaptação climática vêm reconhecendo o potencial das inovações comunitárias na promoção de esforços de adaptação também em outros lugares, enquanto se constrói, ao mesmo tempo, resiliência à mudança do clima, o que configura mais uma das motivações centrais para a pesquisa.

#### **1.4 Objetivos geral e específicos**

Inspirada pelo arcabouço teórico brevemente situado, e consubstanciada pelas devidas justificativas apresentadas, buscando responder às questões de investigação levantadas e, em última instância, contribuir para o fortalecimento das capacidades de enfrentamento ao contexto de crise socioecológica e civilizatória, a pesquisa de tese tem como objetivo geral:

✓ Ampliar a compreensão sobre as narrativas e as práticas de resistência e de (re)existência, enquanto alternativas para uma transição justa e ecológica, tendo como inspirações a articulação da Teia dos Povos e as experiências comunitárias do Assentamento Terra Vista (Arataca, BA).

A partir do objetivo geral, constituem-se como objetivos específicos da tese:

- 1) Problematizar o contexto contemporâneo de *policrise*, considerando, sobretudo, os desafios da emergência climática e da erosão da biodiversidade, a partir de um debate crítico sobre as perspectivas modernas/coloniais de desenvolvimento;
- 2) Situar as alternativas sistêmicas e comunitárias no âmbito do *pluriverso*, abordando os

sentidos do Bem Viver, suas bases ontológicas e epistemológicas e seus desdobramentos ético-políticos na América Latina, enquanto via possível para ressignificar caminhos e horizontes, pautando um outro tipo de relação entre Cultura e Natureza, desde uma perspectiva forjada no Sul global;

- 3) Levantar e documentar, no contexto brasileiro, experiências de organização social e produtivas contra-hegemônicas, alinhadas aos sentidos de Bem Viver, enquanto ensaios de possibilidades concretas para inspirar ações e políticas de transição justa e ecológica;
- 4) Interpretar e sistematizar as experiências coletivas identificadas, a partir de uma práxis psicossocial, buscando traduzir vivências em conhecimentos acadêmicos e produzir subjetividades alinhadas a uma perspectiva decolonial de sustentabilidade.

### 1.5 Perspectiva teórica e estrutural da tese

Para o alcance dos objetivos propostos, a perspectiva teórica adotada na pesquisa se fundamentou no aprofundamento das abordagens epistêmicas decoloniais e das propostas afins problematizadas na literatura do *pluriverso*<sup>6</sup>, com enfoque, sobretudo, em autores da América Latina<sup>7</sup>. O ancoramento da pesquisa se construiu segundo uma perspectiva interdisciplinar, na interface entre a Ecologia Social e a Psicossociologia, uma vez que os processos de subjetivação atravessam as questões socioambientais estudadas, marcando, assim, a sua aterrisagem no Programa EICOS.

A Ecologia Social é compreendida aqui como uma linha epistemológica articulada à Ecologia Política (ALIMONDA, 2015), e parte do pressuposto de que os problemas ecológicos estão profundamente assentados em problemas sociais, associados aos domínios dos sistemas políticos hierarquizantes, para os quais busca saídas através de modos societários adaptados ao desenvolvimento em escala humana e biosférica (BOOKCHIN, 1986; 1993).

---

<sup>6</sup> Pluralismo de conceitos, cosmovisões e práticas sintonizados com os princípios de justiça social e ecológica, engajados na construção de “um mundo onde caibam outros mundos”, segundo princípios zapatistas, em contraste com o universalismo propagado pela modernidade ocidental. Nesse sentido, no livro “Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento” (KOTHARI *et al.*, 2019), os autores Ashih Kothari (Índia), Ariel Salleh (Austrália), Arturo Escobar (Colômbia), Federico Demaria (Espanha) e Alberto Acosta (Equador) mapeiam ao redor do mundo e reúnem cerca de 15 soluções “mainstream” e mais de 90 alternativas “radicais” que desafiam o *status quo* com essa perspectiva.

<sup>7</sup> Projetos teóricos críticos semelhantes se ligam na práxis, por exemplo, na Filosofia da Libertação, na Pedagogia Crítica, na Psicologia Social Crítica e Comunitária, na Educação Popular e na Pesquisa-ação Participativa. Estas linhas epistemológicas inspiradoras se associam, assim, em porosas fronteiras na composição do pensamento crítico latino-americano da segunda metade do século XX (MIGNOLO, 2003; 2008; CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007; WALSH, 2002; 2009; 2012; BALLESTRIN, 2013; MALDONADO-TORRES, 2016).

Inúmeros debates e reflexões críticas em torno da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente perpassam diferentes tradições acadêmicas, abordagens e perspectivas teórico-metodológicas, como amplamente discutido por Alimonda (2015). No caso latinoamericano, tendo em conta a realidade brasileira, merecem destaque os estudos sobre os denominados conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004), evidenciando os inúmeros exemplos de movimentos sociais, cujas ações vão ao encontro do enfrentamento ao neoextrativismo associado a projetos de desenvolvimento e grandes empreendimentos (SVAMPA, 2019).

Nesse contexto, as questões sociais e ambientais não se dissociam e nem se opõem, mas se interconectam e, como apontado por Porto-Gonçalves (2006a) e, tampouco, “não podemos mais pensar o indígena ou o camponês ou uma comunidade afrodescendente nos seus palenques e quilombos como o atraso a ser superado” (p. 458). Isso porque, se reconhece que as visões de mundo, os saberes e as práticas de diversas comunitárias, nesse campo, deixam de ser entendidos como periféricos a um debate oriundo do meio urbano e suas lutas territoriais pela reprodução da via passam a ocupar um lugar de protagonismo nas transições necessárias.

Partindo dessa prerrogativa, inúmeros pensadores oriundos tanto do Sul como do Norte global vêm apontando para a necessidade de uma ruptura ou abertura epistemológica para que seja possível abordar apropriadamente a complexidade da crise de uma civilização, essencialmente construída com base em disjunções e injustiças históricas, e incorporar outras perspectivas ontológicas ao debate. Assim, apoiando essa leitura, o arco epistemológico que integra a pesquisa abrange uma constelação de autores e autoras em posição de fronteira paradigmática entre saberes complementares, na busca por uma composição entre saberes “sintéticos e orgânicos”<sup>8</sup>, em um fazer acadêmico que se pretende ser também “contra-colonial” em suas práticas (BISPO DOS SANTOS, 2015).

Nesse bojo, constituindo uma das expressões da teoria crítica contemporânea, o pensamento decolonial tem sua origem na década de 1990, no seio do Grupo de Estudos Modernidade/Colonialidade, estreitamente ligado às tradições das Ciências Sociais e Humanidades na América Latina e no Caribe. Como amplamente discutido por Quintero e colaboradores (2019), essa proposta vem contribuindo como uma contundente alternativa

---

<sup>8</sup> Segundo o lavrador e intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos, relator de saberes das mestras e dos mestres com os quais convive, segundo o próprio autor, “há um saber orgânico e um saber sintético. Enquanto o saber orgânico desenvolve o ser, o saber sintético desenvolve o ter. Somos operadores do saber orgânico e os colonialistas são operadores do sintético” (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 101). O autor propõe a contra-colonização para interromper os modos colonialistas, entendendo, contudo, que os saberes orgânicos e sintéticos podem “confluir”, em relações de complementaridade, enquanto estratégia contra-colonial.

contra-hegemônica nas reflexões sobre as especificidades histórica e sociopolítica das sociedades latino-americanas. Neste campo, Silvia Rivera Cusicanqui (2018) representa também uma fonte de inspiração, no sentido da “descolonização” intelectual/epistêmica, que remonta, ainda, aos movimentos anticoloniais africanos e asiáticos no pós-guerra, tendo em Frantz Fanon (1968) uma referência primordial.

Com essa perspectiva, como apontado por Grosfoguel (2008), do ponto de vista epistêmico, não obstante a superação do modelo eurocêntrico leve tempo para ser transposto, por estar tão profundamente arraigado nas estruturas societárias, o “giro decolonial” vem ajudando a responder às reflexões críticas sobre o projeto da modernidade/colonialidade, colaborando para desconstruir condicionamentos socioculturais e possibilitando a abertura para a apreensão de experiências territoriais, contemporâneas e ancestrais.

Cabe ressaltar, que esta via epistêmica não constitui uma forma saudosista na tentativa de uma volta ao passado, mas, ao contrário, se apoia nas experiências passadas para compreender o presente e (re)pensar o futuro, como um modo de reconhecimento de outras possibilidades, a partir de culturas que nos constituem e nos permitem conceber outras realidades. Sem idealizar e, tampouco, negligenciar as realidades indígenas, o exercício da criatividade, nessa perspectiva, permitiria a construção coletiva caminhos plurais para o enfrentamento da colonialidade do poder que se desdobra, através do racismo estrutural, na invisibilização, até os dias de hoje, de práticas e conhecimentos não-ocidentais (QUIJANO, 2000; 2005).

Ao articular o legado do colonialismo europeu e a ordem social contemporânea, neste debate, ganha relevo e centralidade o conceito de colonialidade do poder, cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000; 2005). Constitutiva do padrão de poder mundial, a colonialidade do poder se enraíza na construção de uma ideia de raça, criada com o intuito de naturalizar uma suposta condição de inferioridade dos colonizados em relação aos colonizadores, ao buscar legitimar as estratégias de dominação e controle do trabalho e dos recursos em prol do capital e do mercado mundial. A dominação epistêmica/filosófica/científica/linguística a acompanha e se mantém, mesmo com o fim do colonialismo e a independência político-administrativa das colônias e o despertar para esse fenômeno constitui um ponto sensível, central nos debates sobre decolonialidade e transformação socioecológica, segundo as perspectivas críticas (QUIJANO, 2000; 2005).

Assim, desde a colonização do continente Abya Yala<sup>9</sup>, o processo de genocídio e etnocídio, através da exclusão, segregação e racismo, se expressa como uma tragédia histórica para os povos indígenas originários do continente, se estendendo a outros povos e comunidades tradicionais e locais até os dias atuais. Em resposta, esses grupos sociais procuram construir suas lutas cultivando conhecimentos ancestrais, populares e espirituais que sempre estiveram fora do cientificismo próprio da teoria eurocêntrica. E nesse contexto de resistências, a concepção do paradigma do Bem Viver emerge como um discurso do final da década de 1990, impulsionado pelos movimentos indígenas, pela convergência entre esses movimentos e as ideologias de outros movimentos globais (especialmente aqueles anti/alter-globalização e ambientais) e pelo desencanto com o “mal-desenvolvimento” generalizado, delineando novos caminhos para o debate e a práxis na América Latina (VANHULST; BELING, 2014).

O pensamento/ação ambiental latino-americano vem se desenvolvendo, portanto, em resposta aos fundamentos da matriz de racionalidade eurocêntrica, considerando a dinâmica da geopolítica do desenvolvimento sustentável como uma das formas reeditadas de colonialismo. O rico acervo cultural de conhecimentos construídos pelos povos dessa região do globo, com base em relações de convivialidade, se reflete na mega-diversidade biológica e representa um patrimônio da humanidade de onde surge um novo léxico teórico-político, no qual se defende a descolonização (Silvia Rivera Cusicanqui, Aníbal Quijano, Edgardo Lander, José Angel Quintero Weyr), a interculturalidade (Catherine Walsh), a transmodernidade (Enrique Dussel) e o pluralismo jurídico (Porto-Gonçalves), como exemplos de propostas afins.

Nessa conjuntura, em meio a conflitos socioambientais territoriais envolvendo o uso da terra e das águas, se testemunha a emergência de uma série de experiências e caminhos originais rumo ao que seriam as possíveis sociedades sustentáveis: as Reservas Extrativistas, no caso brasileiro, os Direitos da Natureza, constitucionalizados no Equador, o Estado Plurinacional, constitucionalizado na Bolívia, enquanto ideias para uma nova agenda política, baseada no reconhecimento do rico patrimônio cultural e natural latino-americano como fonte criadora para reinventar a existência. Nesse contexto, os conceitos de território e de territorialidade possibilitam a compreensão das relações entre Cultura e Natureza que estão no cerne da crise ecológica, explicitando que o que está em jogo é a luta por uma reapropriação social da natureza (LEFF, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2012).

---

<sup>9</sup> Abya Yala é o nome conferido pelo povo Kuna, distribuído do sul do Panamá ao norte de Colômbia, ao continente “rodeado de mar”, “terra matura”, “terra viva” ou “terra em florescimento” (ALCÂNTARA *et al.*, 2020). Esta denominação para a América Central/Sul vem sendo amplamente adotada na esfera política, a partir do “Foro Indígena de Abya Yala” realizado em 2013, onde representantes indígenas de 17 países do continente participaram da “Conferência Mundial sobre Povos Indígenas” da ONU, realizado na Guatemala (ALCÂNTARA *et al.*, 2020).

Nesse bojo, o debate em torno do Bem Viver, enquanto paradigma sociobiocêntrico (ACOSTA, 2016) expõe as vulnerabilidades do modelo de desenvolvimento ocidental e apresenta alternativas para uma transição embasadas nas tradições indígenas, enraizando seu pensamento na lógica de (con)vivialidade de diversos grupos étnicos (MEDINA, 2006). Com raízes nos Andes, o Bem Viver, ou *Buen Vivir/Vivir Bien*, deriva dos povos quéchua (no Equador, cuja expressão em língua materna seria *sumak kawsay*) e aymara (na Bolívia, cuja expressão seria *suma qamaña*), mas encontra ressonância também em concepções provenientes de experiências ancestrais de vida de inúmeros outros povos no mundo.

Esse movimento, em parte, se alinha às ideias da teoria de Decrescimento de Serge Latouche, de Convivialidade Humana de Iván Illich, à Ecologia Profunda de Arne Naess e a outras propostas oriundas de regiões centrais do capitalismo global, no dito Norte global, problematizadas na literatura *pluriversa*<sup>10</sup> que inspira essa tese (DÁVALOS, 2008; ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017; KOTHARI *et al.*, 2019).

Assim, o Bem Viver não trata de um conceito utópico nem tampouco de uma busca por modelos societários supostamente perfeitos, mas sim traz correspondência na realidade concreta, também como uma via de leitura de modos substanciais de vida, cujas formas diferenciadas se fundamentam em pelo menos três pilares de convivialidade: viver bem com o outro, a natureza e o próprio espírito. A polissemia da proposta se refere aos diversos sentidos de sua aplicação: como uma filosofia de vida (ACOSTA, 2016), cosmologia (WALSH, 2010), atitude de vida (CORTEZ, 2011), ontologia (THOMPSON, 2011) e como via para o desenvolvimento (RADCLIFFE, 2012).

Por conseguinte, o Bem Viver aqui é compreendido como um campo semântico amplo, onde se inserem as experiências emancipatórias que apontam para a transição da compreensão reducionista do mundo, resultante de uma suposta dominação da natureza, para o entendimento sistêmico e complexo da dinâmica socioambiental (SAMPALIO *et al.*, 2018). Privilegiando as dimensões que valorizam a preservação das tradições e os modos de vida desconectados da dinâmica do consumo das sociedades urbanas ocidentalizadas; defendendo as relações sociais

---

<sup>10</sup> Entre tantas autoras e autores e referência que inspiraram a pesquisa, merecem destaque as/os seguintes pensadoras/es e respectivas obras: Freire (1987; 1997), Guattari (1991); Escobar (1995; 2018; 2020), Morin e Kern (1993), Morin (2005; 2011), Quijano (2000; 2005), Mignolo (2003; 2008; 2017), Leff (2001; 2006; 2009), Santos (2000; 2007; 2021), Shiva (2003), Porto-Gonçalves (2006a 2006b; 2012), Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), Fals Borda (2009); Lander (2010), Walsh (2010; 2013), Gudynas (2011; 2019), Acosta (2016), Dilger *et al.* (2016), Maldonado- Torres (2016), Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2017); Bispo dos Santos (2015), Alcântara e Sampaio (2017; 2020), Sampaio *et al.* (2018; 2022), De la Cadena e Blaser (2018), Cusicanqui (2018); Kothari *et al.* (2019), Sólón *et al.* (2019), Scarano (2019), Svampa (2019), Krenak (2019; 2020a; 2020b; 2020c), Andreotti *et al.* (2018; 2019); Kothari (2020; 2021), Ferreira e Felício (2021), Ferdinand (2022) e Lang (2016; 2022).

mais solidárias; a geração de trabalho e renda sob a perspectiva de modos de produção e de distribuição mais cooperativas; o revigoramento dos significados de virtude humana e do próprio Estado, distanciado do racionalismo utilitarista, com o emprego justo dos bens comuns e das habilidades humanas locais (SAMPAIO *op. cit.*).

Inspirada no diálogo intercultural associado à perspectiva do Bem Viver e orientada por um referencial teórico-metodológico interdisciplinar (e mesmo transdisciplinar), a presente tese busca compreender processos complexos em andamento e, portanto, ainda pouco estudados, identificando os desafios e as potencialidades envolvidas no movimento de construção dos chamados “territórios de Bem Viver”, nesse momento crítico de transição. Desse modo, ao explicitar determinadas experiências micropolíticas se pretende contribuir, sobretudo, para o fortalecimento de capacidades, através da difusão de conhecimentos e práticas em curso, visando ainda subsidiar a articulação de parcerias e intercâmbios entre atores diversos, bem como inspirar políticas públicas orientadas desde a base da sociedade.

Para que se compreenda também o eixo lógico da pesquisa de tese, sua estrutura está configurada em sete capítulos. Neste primeiro capítulo introdutório, se contextualizou a pesquisa e foram apresentadas as justificativas para a sua realização, a questão de investigação, seus objetivos, incluindo as implicações e as inquietações que motivam e movem esse trabalho.

A seguir, o segundo capítulo aborda o percurso metodológico, ou seja, os caminhos trilhados para a construção da pesquisa, os princípios ético-políticos que a orientam e o detalhamento de cada etapa metodológica.

No terceiro capítulo, busca-se discutir, em profundidade, a estreita relação entre a crise civilizatória em curso, marcada pela convergência de múltiplas crises e colapsos (ecos)istêmicos, e a conjuntura do projeto da modernidade/colonialidade. Discute-se, ainda, a lógica colonialista reeditada com a globalização econômica, sob a égide do ideal de desenvolvimento e progresso. Nesse debate, a busca incessante e inalcançável pelos compromissos de sustentabilidade do desenvolvimento cede espaço à discussão sobre a racionalidade dominante a ser superada, mediante à descolonização subjetiva e epistêmica, como horizonte para a emergência de outras possibilidades de (co)existência. Utiliza-se de recurso de representação gráfica, como uma forma para se apresentar, simbolicamente, os diagnósticos e prognósticos discutidos, e, assim, através de cartografias sociais desenvolvidas por autores de referência, se pretende mobilizar sentidos e suscitar reflexões críticas e sensíveis.

O reconhecimento da necessidade urgente de uma transição paradigmática, para que

modos e meios de vida mais justos e sustentáveis possam se expressar na sociedade, está presente como a tônica do debate apresentado no quarto capítulo. Parte-se da premissa de que, se o paradigma moderno deu origem à crise, propostas concebidas com base nos seus pressupostos, não serão capazes de solucioná-la. As alternativas para a transição são interpretadas como oportunidades para se pensar, sistemicamente, fenômenos complexos como a subjetividade humana, as dinâmicas ambientais e as relações sociais. Nesse âmbito, adentramos na conceituação do Bem Viver, em sua ontologia e suas origens enquanto uma tradução intercultural, como via potencial para ressignificar caminhos e horizontes existenciais de reconexão entre Cultura e Natureza.

No quinto capítulo, discute-se o movimento para a territorialização do Bem Viver, desde a ancoragem na micropolítica comunitária dos povos e comunidades latino-americanas. Isso porque os princípios do Bem Viver vêm permeando a emergência de projetos ético-políticos alternativos ao projeto societário em crise e vêm também inspirando movimentos autônomos de articulação, liderados pelas próprias territorialidades empenhadas na construção de “outros mundos possíveis”. São discutidas as oportunidades potenciais de se olhar, estrategicamente, para as lutas por justiça ambiental e social, como casos ilustrativos da territorialização dos princípios do Bem Viver no Brasil, partindo de iniciativas concretas, como as experiências do Assentamento Terra Vista e seu movimento de articulação política da Teia dos Povos.

No sexto capítulo, os horizontes de transição são discutidos a partir da análise das experiências e narrativas comunitárias concretas oriundas da Teia dos Povos e do Assentamento Terra Vista, para se pensar em possibilidades futuras de construção de territórios de vida, como “inéditos-viáveis”, considerando os desafios e as potencialidades desse movimento.

Por fim, no sétimo capítulo são apresentadas as considerações finais do debate proposto na tese. Referências bibliográficas, apêndices e anexos são apresentados na sequência.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

---

*“O sujeito que interroga é, ao mesmo tempo, o que produz o fenômeno sob análise e, mais ainda, é o que interroga o sentido do fenômeno, partindo do lugar de quem dá sentido ao mesmo, e neste processo cria a própria significação de si e do fenômeno. Ou mais, ao saber sobre isso, mexe no seu próprio agir, imediatamente e de maneira implicada.”*

Emerson Merhy

### 2.1 Desenho ético-político de pesquisa: senti-pensante, exploratória, qualitativa e engajada

Tendo como pano de fundo o debate introduzido até aqui, esta pesquisa se ancora, portanto, no campo interdisciplinar de estudos da Ecologia Social, no âmbito do Programa EICOS de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e da Ecologia Social. Desde uma perspectiva alinhada ao paradigma ético-político do Bem Viver (ACOSTA, 2016), ao se fundamentar nos aportes teórico-metodológicos da crítica decolonial latino-americana (QUIJANO, 2000; CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL 2007; WALSH, 2010), buscou-se problematizar, de modo propositivo, os desafios estruturais e cognitivos associados ao cenário de crise ecológica/climática e contribuir para seu enfrentamento coletivo, em última instância.

Isso porque, em meio ao reconhecimento de uma condição de colapsos (ecos)istêmicos e de emergência climática, se reconhece também a contribuição dos povos e comunidades tradicionais e locais no desenvolvimento de sistemas de conhecimento, modos de vida e de organização social e produtiva ecologicamente equilibrados, em vinculação com seus territórios. Assim, desde a vivência cotidiana e da luta política, diversos grupos sociais vêm sendo, cada vez mais, compreendidos como guardiões de florestas, ecossistemas e biomas pela própria ciência e por diversos organismos multilaterais globais (FAO, 2021; ICCA, 2021; ZANJANI, 2023).

Ao resistirem na conexão entre humanos e não-humanos e expressarem-se em distintas formas e culturas, as alternativas sistêmicas forjadas no seio das territorialidades e na articulação política dos movimentos sociais têm se mostrado capazes de potencializar soluções para a prosperidade das coletividades, em inúmeros casos em “confluência” na tessitura de uma verdadeira “tapeçaria global de alternativas” (KOTHARI *et al.*, 2019; KOTHARI, 2020).

De um lado, perspectivas desenvolvimentistas convencionais buscam delinear soluções para a crise contemporânea que, não raro, ignoram a potencialidade da multiplicidade de opções

que povos e comunidades vêm formulando como alternativas ao modelo civilizatório (e mental) em crise. Por outro, perspectivas pós-desenvolvimentistas, como as que orientam essa produção, colocam em relevo os caminhos próprios trilhados pela sociedade civil, ao protagonizar modos de resistência e (re)existência contra-hegemônicos, apontando desde as bases da sociedade para um *pluriverso* de possibilidades resilientes, equitativas e sustentáveis (DE LA CADENA; BLASER, 2018; ESCOBAR, 2018; KOTHARI *et al.*, 2019).

Nesses casos, torna-se cada vez mais urgente conhecer as experiências comunitárias, apreender as diferentes visões de mundo e perspectivas para se pensar em horizontes e caminhos possíveis de transformação alternativos ao modelo hegemônico, visando identificar potencialidades, mas também os desafios a serem transpostos, inclusive em políticas públicas, com ênfase no contexto brasileiro.

Assim, a atitude crítica diante do discurso e das práticas orientados pela lógica predominante de desenvolvimento, vem instigando a formulação de políticas alternativas que implicam no uso de tecnologias e abordagens outras, adaptadas à cultura, necessidades, e aos fins dos povos, das pessoas comuns. Como no caso dessa pesquisa, muitos pesquisadores têm priorizado a investigação sobre sistemas de conhecimento e práticas de pequena escala, apropriados à escala humana. Reconhecendo que os modos de vida autônomos e o bem-estar de inúmeros grupos sociais foram comprometidos pelas forças homogeneizantes, caberia resgatar a vitalidade dos valores ancestrais, estimulando desde a interculturalidade a tolerância entre tradições diferentes, bem como incentivando movimentos de defesa das expressões econômicas e políticas locais (FALS-BORDA; ANISUR RAHMAN, 1991).

Esse caminho metodológico se alinha às propostas destes autores, para os quais o século XXI será "o século do despertar", no qual os povos despertarão para suas vozes interiores, seus direitos e as suas possibilidades, engajando-se em lutas sociais em defesa de suas histórias próprias. Partindo desses pressupostos, em meio ao *pluriverso* de alternativas sistêmicas (abrangendo múltiplas e interconectadas dimensões da existência), desde uma abordagem inter e transdisciplinar, buscou-se o diálogo entre modos distintos de produção do saber (acadêmico e popular) e a complementaridade entre teoria e prática, propondo a experimentação de uma práxis investigativa aos modos e meios de vida comunitários. Para tanto, optou-se por investigar os movimentos das territorialidades em rede no contexto brasileiro, tendo sido elencadas as iniciativas do Assentamento Terra Vista, fomentadas em seu movimento autônomo de articulação sociopolítica da Teia dos Povos.

Visando identificar oportunidades e desafios para a composição<sup>11</sup> e a confluência<sup>12</sup>, buscou-se conhecer os saberes e fazeres territorializados e avaliar, em que medida, eles vêm contribuindo na construção de estratégias para o enfrentamento das crises socioambientais contemporâneas, considerando, ainda, o resgate do sentido da vida em comunidade e da relação com a natureza, princípios ético-políticos considerados essenciais na construção dos territórios de Bem Viver (WALSH, 2010; GUDYNAS, 2011; ACOSTA, 2016).

Desde uma perspectiva senti-pensante, exploratória, qualitativa e engajada, a produção de conhecimento nessa pesquisa se construiu, por conseguinte, adotando-se um arcabouço teórico-metodológico alinhado à implicação ética-política que a motiva, marcada pelo engajamento com a transformação das realidades sociais, no sentido da busca por justiça socioambiental (MERHY, 2004). Merhy (2004) concebe o arcabouço teórico-metodológico como uma “caixa de ferramentas”, na qual os conceitos constituem caminhos auxiliares na compreensão das realidades, sendo pensados e repensados a medida em que são produzidas as afetações pelo contato com o campo de investigação. Teoria e prática são, assim, retroalimentadas pelos encontros e pelas vivências, afetando e sendo afetadas por elas, em circularidade, como experienciado na práxis dessa pesquisa.

A abordagem qualitativa adotada visou a transposição de perspectivas objetivistas e métodos cartesianos de análise, mas também o enfoque nas singularidades dos sentidos atribuídos aos fenômenos sociais vividos no cotidiano comunitário. Essa escolha marca, portanto, a inserção da pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EICOS/IP/UFRJ) e sua ancoragem no campo interdisciplinar.

Definida por Maisonneuve (1977) como uma “ciência-charneira”, ou uma ciência da interação entre os processos psíquicos e sociais, a Psicossociologia se originou na Europa como proposta teórica dentro do campo da Psicologia Social, buscando compreender as realidades objetivas, a partir da associação entre psicologia e sociologia, considerando os desafios para

---

<sup>11</sup> A ideia de composição se refere aos devires possíveis decorrentes do encontro entre saberes ontológica e epistemologicamente distintos, em uma relação de complementaridade, para encaminhamento de questões contemporâneas complexas. Algo genuinamente novo é capaz de emergir a partir do contato, do campo de infinitas possibilidades da natureza. A produção de novas narrativas nessas bases, como fruto de encontros, seria, portanto, uma potente composição, capaz de suscitar práxis inovadoras, a partir do encontro de diferentes “linhas de forças”.

<sup>12</sup> A noção de confluência possui centralidade na tese, sendo concebida enquanto “conexões possíveis para fortalecer trajetórias, uma lição aprendida com as águas ao expandirem seus cursos em fluxo e poder quando se encontram”, na definição de Antônio Bispo dos Santos, intelectual quilombola (BISPO DOS SANTOS, 2015). O pensamento do sociólogo ambiental indiano Ashish Kothari, também caro nesse debate, também concebe o termo com sentido semelhante e atravessa o contexto das redes *Vikalp Sangam, Global Tapestry of Alternatives e Radical Ecological Democracy* (KOTHARI et al., 2019).

cada um desses campos disciplinares explicarem, separadamente, as condutas humanas no contexto das interações sociais cotidianas.

Embora na América Latina a Psicossociologia tenha seguido os rastros daquela de origem europeia, destacadamente a francesa, importa apontar a relevância da Psicologia Social Crítica, nesse campo, a partir da crise da Psicologia Social e da Reforma Psiquiátrica nos anos de 1960 e 1970. Historicamente constituída na América Latina como Psicologia Sócio-histórica, com o trabalho de Silvia Lane, e como Psicologia Comunitária Latino-americana, com Martín Baró e Maritza Monteiro, o diálogo com outros movimentos críticos da época, como a Pedagogia Crítica de Paulo Freire e a Pesquisa Ação-Participante de Orlando Fals Borda, vem delineando a Psicossociologia como um campo interdisciplinar crítico dentro dessa perspectiva (TAKEITI *et al.*, 2021).

Dedicado ao pensamento psicossocial, com foco nos processos grupais e comunitários de nossa região, articulada a uma visão ecológico-social, o Programa EICOS, inicialmente denominado Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades (daí a sigla EICOS, pela qual o Programa é conhecido), passou a ser denominado Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, e tomou um rumo decidido na direção de processos contemporâneos ancorados em uma interdisciplinaridade que se enraíza nos campos da Psicologia Social e da Ecologia Social (EICOS, 2022).

A interdisciplinaridade marca também o campo de estudos da Ecologia Social, cujo pressuposto fundante se baseia na indissociabilidade entre Cultura e Natureza, tendo como ponto de partida um posicionamento político crítico frente aos modos de vida na contemporaneidade, o que vem consolidando o campo como uma forma de enfrentamento à crise civilizatória (IRVING, 2014).

Sendo assim, as discussões interdisciplinares relacionadas às relações e interfaces entre os campos das Ciências da Natureza e das Ciências Humanas e Sociais, constituem um eixo teórico-metodológico fundamental da pesquisa, sintonizado com os pressupostos fundadores do Programa EICOS, desde sua origem em 1989, conforme apresentado por Irving e colaboradoras, na publicação de Chardel e Reber (2014):

*Refletir sobre as concepções de natureza e cultura e os aspectos psicossociais do desenvolvimento em suas dimensões sociais, culturais, ecológicas, econômicas e políticas, por meio do fortalecimento da pesquisa participativa para o estabelecimento de treinamentos focados em ação educativa comunitária (IRVING et al., 2014).*

Com efeito, importa interpretar os afetos, a memória coletiva e a luta comunitária, e também a polissemia envolta no conceito de comunidade, o que implica no debate sobre as formas de participação social, seus elementos potencializadores e suas consequências na realidade coletiva vivida (COSTA; DE CASTRO E SILVA, 2015).

Considerando todos esses pressupostos, nessa investigação buscou-se, ainda, contribuir para as reflexões em torno do tema dos sentidos e das relações com a natureza, reforçando a importância de se fazer coro a vozes que já estão a trilhar caminhos plurais de reconexão. Mais do que encontrar respostas fechadas, interessa, sobretudo, a abertura a novas perguntas que levantem adequadamente o problema, formular novas entradas para condução a novas saídas.

Desde um lugar de fronteiras, o tema de investigação da tese foi delineado e ganhou novos contornos, a partir da vivência junto ao Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS/UFRJ/CNPq) e ao Núcleo de Pesquisa Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura (SINERGIA/UFRJ/CNPq), cujas investigações são orientadas à interpretação dos fenômenos psicossociais contemporâneos, associados ao contexto da crise civilizatória, inspiradas no paradigma da complexidade (MORIN, 2005).

O intuito de superar a lógica separativa cartesiana que atravessa a pesquisa científica, nas relações entre sujeito e objeto, mente e corpo, razão e emoção e na assimetria entre os distintos sujeitos sociais, balizou os contornos dessa pesquisa que reconhece a existência de uma sintonia fina entre racionalidade e sensibilidade nos processos cognitivos orientando, assim, o ato de investigar. Alinhada à sociologia senti-pensante de Fals Borda (2009), se buscou combinar as lógicas afetiva-emocional e dialética-racional para contribuir no fortalecimento do protagonismo comunitário no processo de transformação das realidades socioambientais territoriais.

Implicada com a construção de uma autonomia epistêmica pelos países do Sul, destacadamente no contexto latino-americano, no qual se desenvolvem a investigação-ação participativa e a pesquisa participante (FALS-BORDA; RAHMAN, 1991; BRANDÃO, 1984; 1987), a participação aqui caminhou no sentido de uma colaboração mútua entre os sujeitos da pesquisa, partindo do reconhecimento das diferenças e tensões, mas também da alteridade, na construção de um conhecimento enriquecido por experiências sinérgicas e/ou complementares.

Partindo dessas prerrogativas, em meio ao contexto de adversidades e incertezas que caracterizam a conjuntura global e o contexto nacional, se interroga uma vez mais: como as inúmeras experiências de base comunitária, dispersas nos territórios e concebidas em outras

bases ontológicas e epistemológicas, podem funcionar como sementes multiplicadoras de sustentabilidade e transformação social aplicadas?

Com base nas inspirações teórico-metodológicas apresentadas, se delineou uma composição de multi-métodos para o alcance dos objetivos de pesquisa, no sentido de incidir sobre duas urgências suscitadas pelo jogo de forças das narrativas em disputa, nesse momento histórico crucial: a) documentar novas e/ou distintas formas de organização social e produtiva e de práticas políticas, associadas às dimensões ecológica, social, econômica e cultural da sustentabilidade, bem como as subjetividades delas emergentes; e b) elaborar abordagens teórico-metodológicas que ultrapassem distinções subsistentes aos sistemas naturais e culturais, suplantando visões fragmentadas e reducionistas que prefiguram categorias científicas de análise nesse processo.

Para que se possa compreender também potencialidades e desafios associados às alternativas sistêmicas territorializadas, visando contribuir, em última análise, para visibilizar e fortalecer os modos de existência e subjetividades plurais conectados à natureza, em ressonância com as dimensões trinas de identidade cultural, equidade social e sustentabilidade ecológica associadas à ética comunitária do Bem Viver, a metodologia adotada nesse percurso envolveu as seguintes etapas que serão apresentadas e descritas a seguir:

- Levantamento bibliográfico e documental;
- Rastreamento e tessitura das redes nas mídias digitais;
- Procedimentos éticos e aterramento no campo-território;
- Observação participante, entrevistas-narrativas e escuta sensível;
- Organização, síntese, análise e interpretação das informações.

## **2.2 Etapas metodológicas**

### ***2.2.1 Levantamento bibliográfico e documental***

O levantamento bibliográfico e documental foi realizado tendo em vista a identificação de teorias, conceitos e informações capazes de conferir fundamentos às questões de pesquisa e também um balizamento à práxis. Para tanto, foram levantados documentos, artigos científicos, trabalhos publicados em anais de eventos, livros, dissertações e teses, através de portais da *internet*, de bases de dados de organismos nacionais e internacionais e de portais eletrônicos de pesquisa (*Portal de Periódicos/CAPES, SciELO e Google Scholar*).

A estratégia de busca na literatura para compor o referencial teórico da pesquisa foi

iniciada pela seleção de critérios de relevância do conteúdo aos temas tratados nos capítulos que compõem a tese. Um conjunto de palavras-chave relevante para a questão de pesquisa foi definido, *a priori*, para orientar a busca na literatura, tendo sido cada palavra usada individualmente e em combinação com as demais, nos idiomas português, espanhol e inglês. Dentre as palavras chaves utilizadas podem ser destacadas: “*Bem Viver/Buen Vivir/Good Living*”; “*Comunidades Sustentáveis/Comunidades Sostenibles/Sustainable Communities*”; “*Alternativas de Transição/Alternativas en Transición/Transition Alternatives*”. Uma série de outros termos e critérios de busca também foram empregados, a partir das referências obtidas e do avanço da pesquisa.

Cabe ressaltar a contribuição direta das disciplinas cursadas no Programa EICOS<sup>13</sup> na construção dessa etapa do percurso metodológico. Tanto a bibliografia recomendada, quanto as reflexões e atividades realizadas foram fundamentais para compor os fundamentos dessa pesquisa acadêmica, devido, sobretudo, à pertinência das temáticas abordadas para definição da questão de pesquisa e a construção do projeto de investigação.

Nos encontros presenciais e virtuais promovidos pelos grupos de pesquisa GAPIS/SINERGIA e LABMEMS, a leitura e o debate de textos acadêmicos foram também muito significativos nesse sentido. Andanças presenciais e virtuais, e a própria Pandemia de COVID-19 constituíram afetos que, indubitavelmente, impactaram profunda e definitivamente todo o percurso metodológico.

Também não poderia deixar de mencionar as contribuições recebidas ao fechamento desse processo, nas etapas finais do doutorado, a partir da vivência propiciada pelo Programa de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PrInt/CAPES) na UFRJ, através da bolsa de capacitação discente realizada durante três meses na Universidade de Santiago de Compostela, Galícia, Espanha. A troca de experiências internacionalmente, junto aos grupos de pesquisa dos Departamentos de Geografia e História, em encontros e seminários de pesquisa, foram culminantes para o enriquecimento do debate e no fechamento da pesquisa de tese sobre transição socioecológica e as novas territorialidades.

---

<sup>13</sup> Com destaque para as seguintes disciplinas eletivas: Novas territorialidades rurais (Prof<sup>a</sup> Marta de Azevedo Irving); Narrativas, memória comunitária e escuta sensível (Prof<sup>as</sup> Samira Lima da Costa e Beatriz Akemi Takeiti); Trajetória da crítica decolonial latino-americana (Prof<sup>as</sup> Catalina Pardo e Claudia Miranda); Novos horizontes socioambientais: como pensar a vida em ruínas? (Prof<sup>a</sup> Marta Pinheiro, *in memoriam*); Introdução à Micropolítica (Prof<sup>o</sup> Emerson Merhy); Encontro de Saberes (Prof<sup>a</sup> Samira Lima da Costa).

### 2.2.2 *Rastreamento e tessitura das redes nas mídias digitais*

Se por um lado, a pandemia de COVID-19 impactou a realização de trabalhos de pesquisa em campo e as vivências presenciais previstas, por outro, a mudança do padrão de interação social de presencial para virtual promoveu a possibilidade de encontros diversificados imprevistos, aproximando distâncias por meio de eventos e reuniões *online* que, em outro momento, muito provavelmente não aconteceriam nesse formato. A situação de isolamento social imposta pela pandemia deslocou grande parte dos acadêmicos e de outros profissionais para o trabalho remoto e o ambiente *online* e, nessa nova dinâmica, a participação em encontros virtuais e reuniões se tornou cada vez mais usual, aproximando pessoas de diversas partes do país e do mundo.

Também em razão desse contexto, realizando-se uma análise de conjuntura de um mundo pós-pandêmico, atravessado pela perspectiva de agravamento da emergência climática, torna-se indiscutível a insustentabilidade e os esgotamentos do modelo de desenvolvimento hegemônico, reforçou-se a importância do debate proposto pela pesquisa, com o aumento do interesse, em torno da busca por caminhos de transição para modos de ser e estar no mundo alinhados à condição de interdependência ecológica.

Esse argumento se desdobrou também em possibilidades para se pensar a própria pesquisa. A partir do formato de interação *online*, buscou-se realizar uma investigação ampla e um mapeamento abrangente de experiências e iniciativas protagonizadas pela sociedade civil, no sentido de se promover as mudanças desejáveis rumo a uma transição justa e ecológica para outras ecossocioeconomias (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017).

Nesse percurso, partindo dos levantamentos bibliográfico e documental e das incursões de campo pré-pandemia, a pesquisa exploratória em veículos midiáticos<sup>14</sup>, em canais como *Youtube*, *Instagram* e *Facebook*, proporcionou encontros com movimentos e ações comunitárias inovadores, caracterizados pelo protagonismo de sujeitos coletivos que apontam para potencialidades que transcendem as respostas emergenciais e convencionais da sociedade dominante (LATOURE, 2020). À luz do Bem Viver, esse protagonismo representa um elemento-chave nas estratégias de articulação em rede para a construção de alternativas produtivas economicamente viáveis, socialmente inclusivas, ecologicamente adequadas, que possibilitem o enfrentamento de inúmeras vulnerabilidades marcantes na contemporaneidade.

---

<sup>14</sup> O que foi designado nesta pesquisa como “rastreamento e a tessitura das redes nas mídias digitais” pode ser compreendido como “observação participante virtual”, também referida como “etnografia *online*”, “netnografia” ou “etnografia virtual”, parte de rol de metodologias cada vez mais utilizado em sociologia, filosofia, psicologia e economia (WILLIAMS, 2007; DOMINGUEZ *et al.*, 2007).

Esse contexto, marcou também o engajamento junto ao *Conselho de Assentamentos Sustentáveis do Brasil* (CASA Brasil), rede brasileira vinculada à *Rede Global de Ecovilas* (GEN) e à respectiva rede regional, o *Conselho de Assentamentos Sustentáveis da América Latina* (CASA LATINA). Esse engajamento envolveu a organização de encontros remotos abertos ao público denominados *Saberes em Prosa*, realizados com objetivo de compartilhamento de informações sobre temas de interesse coletivo, especialmente neste período de distanciamento social, contando com a presença de um especialista sobre cada tema. O primeiro encontro abordou o manejo das águas e o segundo os aspectos legais envolvidos na formalização das ecovilas no Brasil.

No âmbito da rede CASA Brasil, a partir dos encontros em reuniões mensais realizadas remotamente, foi construída, ainda, uma articulação científica em torno do tema da construção de assentamentos sustentáveis e ecovilas, com o envolvimento de um grupo de pesquisadores vinculados a diferentes universidades brasileiras e estrangeiras. Além da produção e difusão de conhecimentos qualificados, buscou-se o diálogo com a sociedade em torno de temas correlatos à formação de comunidades sustentáveis e regenerativas. Nesse processo, foi coletivamente construído e publicado o artigo-manifesto *Zonas de Agroecologia e Ecovilas: uma proposta para os planos diretores municipais* (ROYSEN *et al.*, 2021), abordando os entraves presentes na legislação que rege o ordenamento territorial brasileiro ao estabelecimento desses territórios, como também os caminhos possíveis para um equacionamento dessa situação.

Outro desdobramento desses encontros, foi a organização dos *Seminários Avançados de Pesquisas em Assentamentos Sustentáveis* (SAPAS), criado como um fórum para divulgação de trabalhos acadêmicos sobre assentamentos sustentáveis e ecovilas, atualmente em sua oitava edição. Nesse espaço para encontro e colaboração em rede, pesquisadores buscam agregar discussões interdisciplinares ao universo de seus estudos, identificar lacunas e convergências, construir novas agendas e criar parcerias. Os resultados preliminares da tese foram apresentados no IV SAPAS sob tema “*Por modos outros de Bem Viver: alternativas de transição socioecológica e narrativas comunitárias no movimento brasileiro de Ecovilas*” (FONSECA, 2021) disponível no canal do *Youtube* da rede CASA Brasil.

Cabe ressaltar, novamente, que o planejamento das atividades de campo que vinha sendo pensado no horizonte do ingresso no Programa EICOS, não previa esse tipo de ação vinculada à pesquisa. No entanto, por todas as razões expostas, a realidade viva imposta pelo contexto da pandemia reconfigurou as possibilidades de incursão em campo que acabaram por se desdobrar no processo metodológico em curso. Cabe mencionar também que, além da

organização e/ou participação nos eventos mencionados, o engajamento em iniciativas de coletivos, como a atuação na rede CASA Brasil, representou, enquanto vivência, um aporte significativo para a construção dos sentidos da pesquisa, não apenas como a realização de uma etapa diagnóstica, mas sobretudo, como parte de um processo vivo de intervenção- investigação que orienta seus rumos.

Assim, o trabalho a partir das redes se configurou como um recurso metodológico para o desenvolvimento de ações que se pretendem fomentadoras de protagonismo, numa convergência temática entre diferentes atores sociais em processos de identificação e enfrentamento de questões de interesse coletivo, como discutido em profundidade por Costa e Mendes (2014). Nesse processo, de acordo com Brandão (1984), a participação do pesquisador como membro de coletivos em estudo é indicada como método em pesquisas qualitativas, exploratórias, descritivas e interpretativas das realidades vividas, cujos objetivos envolvem um conhecimento mais aprofundado sobre os processos de subjetivação e a contextualização dos fenômenos sociais investigados, como nesse caso. Nota-se, portanto, que a inserção nos espaços de articulação dos movimentos sociais nas mídias digitais foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa nesse contexto pandêmico.

Tal processo de acompanhamento e construção de redes, além de ter contribuído para ampliar a compreensão dos acontecimentos, das relações e dos comportamentos, acabou por conduzir a outros espaços qualificados de diálogo e à expansão da atuação junto a outros movimentos, na composição de uma “rede de redes”. Nesse processo vivo, as confluências entre as alternativas comunitárias vêm sendo tecidas e assim novos fluxos e movimentos locais e globais se inter cruzaram, conferindo contornos novos à pesquisa.

Nesse fluxo, cabe também destacar o envolvimento através das redes com o trabalho do grupo *Global Tapestry of Alternatives* (GTA), liderado por renomados autores nesse debate, como Ashish Kothari (Índia), Ariel Salleh (Austrália), Arturo Escobar (Colômbia), Federico Demaria (Espanha) e o próprio Alberto Acosta (Equador), um dos responsáveis pela difusão do paradigma do Bem Viver. Este grupo vem mapeando em todo o globo o *pluriverso* de alternativas na tessitura de “um mundo onde caibam outros mundos”, com destaque para o protagonismo de coletivos da Índia, do México e da Colômbia. Como atividade afim, cabe ainda citar a vinculação e a participação em eventos e encontros do *Post-development Academic-Activist Global Group* (PeDAGoG), uma pulsante rede internacional de pesquisadores acadêmicos e não-acadêmicos vinculados à esta rede. Esta troca de informações na rede possibilitou o contato direto com Ashish Kothari para a tradução para o português do inspirador

artigo de sua autoria, publicado na Scientific American, intitulado *These Alternative Economies are Inspirations for a Sustainable World* (KOTHARI, 2021).

Foi nesse movimento de rastreamento e tessitura das redes que ocorreu também o encontro com o caso emblemático escolhido para o “aterramento” do debate proposto na tese: o movimento da Teia dos Povos e sua ancoragem territorial no Assentamento Terra Vista, localizado no município de Arataca, zona cacauera da Região Sul do estado da Bahia. A Teia dos Povos se constitui como uma articulação estratégica entre povos, comunidades e territórios rurais e urbanos, organizações sociais, políticas e educacionais com o objetivo de formular caminhos para a emancipação coletiva sob o chamado por terra e território para, através da educação popular e da agroecologia, construir territórios de Bem Viver (TEIA DOS POVOS, 2022).

Nessa articulação, fundada a partir do Assentamento Terra Vista com o intuito de “transbordar” suas experiências para outros territórios e fortalecer uns aos outros, representantes de comunidades indígenas, quilombolas, de pescadores, periféricas e camponesas se juntam, enquanto núcleos de base e elos, distribuídos por várias regiões brasileiras. Através das narrativas difundidas pelos canais de divulgação e comunicação do movimento nas plataformas *Youtube*, *Instagram* e *Telegram*, foi realizado o acompanhamento de suas ações, o que possibilitou também o conhecimento sobre o livro *Por Terra e Território: caminhos da revolução dos povos no Brasil* (FERREIRA; FELÍCIO, 2021), referência fundamental para o “aterramento” da presente pesquisa. Nesse movimento de presença cada vez maior das redes através das mídias digitais no contexto da pandemia, desde 2020, quando a Teia lançou no portal de vídeos *Youtube* o canal *Diálogo com os Povos*, uma série de programas ao vivo (as denominadas *lives*) e outros conteúdos vêm sendo produzidos com alguns dos principais mestres e mestras dos saberes tradicionais e populares que se conectaram à aliança nos últimos anos (PIMENTEL; MENEZES, 2022).

Nesse movimento de articulação das redes em mídias digitais, territórios distantes passaram a se encontrar e se conectar, o que propiciou a publicação da tradução do artigo *Essas Economias são Inspirações para um Mundo Sustentável* (KOTHARI, 2021) no site da Teia dos Povos e a realização de encontro virtual entre membros da Teia e do GTA para futuras colaborações. A partir desse engajamento, o estabelecimento de laços de confiança contribuiu para o desenvolvimento da etapa seguinte da pesquisa: a realização da observação participante e a colheita de narrativas em campo no período pós-qualificação, após a aprovação do projeto e dos instrumentos de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia

e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ.

### ***2.2.3 Procedimentos éticos e aterramento no campo-território***

Após o exame de qualificação de doutorado, tendo recebido os aportes da banca avaliadora, a proposta metodológica da pesquisa foi consolidada e submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ, por meio da *Plataforma Brasil*<sup>15</sup>. Os procedimentos éticos foram realizados antes da etapa de incursão de campo, com base na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual determina que todas as pesquisas que envolvem o contato com seres humanos devem ser apreciadas previamente por um comitê de ética.

Naquele momento, se previu a realização de entrevistas-narrativas em ambiente *online* a serem gravadas, mediante autorização, com a previsão de duração de aproximadamente uma hora, seguindo um roteiro semiestruturado com o objetivo de apreender as percepções dos narradores sobre a temática da pesquisa, em acordo com as “Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual”, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep/CNS), em 24 de fevereiro de 2021. Contudo, com o avanço da vacinação e do controle das condições de melhoria da situação da Pandemia de COVID-19, houve uma adaptação nesse procedimento e adoção de práticas associadas às atividades presenciais, as quais foram aos poucos sendo retomadas, o que permitiu a oferta e a participação em vivências coletivas e realização de encontros. Nesse processo, houve a oportunidade de realizar, então, uma incursão ao território do Assentamento Terra Vista para coletar narrativas, a partir de entrevistas e conversas informais realizadas em campo.

Assim, no contexto local do território comunitário, foi realizado o convite para a participação da pesquisa e, antes do narrador “especialista” responder às perguntas do roteiro semi-estruturado de entrevista-narrativa, foi apresentado à/ao interlocutora/a participante os termos do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), contendo todas as condições e objetivos da pesquisa para anuência e assinatura. Ambos, o roteiro semi-estruturado de entrevista-narrativa e o RCLE, encontram-se anexos. Cabe destacar, no entanto, que o instrumento de pesquisa elaborado teve o intuito de servir mais como um guia do que como um formulário ou questionário fechado a ser preenchido, funcionando, nesse sentido, como ponto de partida disoarador da conversa, a partir dos temas de interesse, salvaguardando entre o entrevistado/a e a entrevistadora, nesse caso, o espaço para os imprevistos e as singularidades

---

<sup>15</sup> Plataforma Brasil (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP do Conselho Nacional de Saúde). Disponível em: <<https://plataformabrasil.saude.gov.br/>> Acesso em: 16 de abril de 2021.

de cada situação e contexto, como em uma conversa informal, permitindo favorecer a disponibilidade para um encontro genuíno entre pesquisador e interlocutor/a, como ouvinte e narrador/a.

#### ***2.2.4 Observação participante, entrevistas-narrativas e escuta sensível***

Ainda que a inserção no campo-tema dessa pesquisa tenha se iniciado em ambiente *online*, durante o rastreamento e a tessitura das redes nas mídias digitais, a imersão no campo-território foi fundamental para definir novas possibilidades exploratórias de pesquisa e seu aprofundamento, envolvendo a articulação de proposições teóricas com a experiência empírica na produção de saberes contextualizados (KROEF *et al.*, 2020).

A opção pelo trabalho de campo com a adoção da observação participante (BRANDÃO, 1984; 1987), frequentemente adotada em estudos exploratórios com viés qualitativo (desenvolvidos na antropologia, na psicologia e em outras áreas de conhecimento), utilizando-se da escrita de diários de campo para registro e posterior análise da experiência, se deu nesse sentido, tendo ocorrido durante e após a participação na vivência *Aprender na Prática: Formação Agroecológica Integral*, oferecida como atividade inicial da Universidade dos Povos, no Assentamento Terra Vista, Arataca/BA. Nessa ocasião, a imersão no território comunitário ocorreu no período de 26 de novembro a 08 de dezembro de 2022, tendo possibilitado apreender, em parte, a realidade local e, sobretudo, realizar uma aproximação com os moradores locais pelo contato presencial, ajudando a aprofundar os afetos e a compreensão dos fenômenos estudados.

O momento formativo na comunidade foi considerado oportuno também para a realização da observação participante, pois favoreceu a inserção no próprio contexto da dinâmica comunitária e propiciou condições favoráveis para a pesquisa, mediante a possibilidade de um duplo exercício: de participante como observador e de observador como participante (MÓNICO *et al.*, 2017). Enquanto técnica de investigação, a observação nas circunstâncias do cotidiano, como nesse caso, apresenta uma série de vantagens, entre as quais se evidenciam: a) a espontaneidade dos comportamentos dos participantes; b) o fato de ser possível observar os eventos à medida que ocorrem; c) o acesso a eventos ou grupos que seriam inacessíveis ou de difícil acesso à pesquisa por outras vias; d) a percepção da realidade do ponto de vista interno ao ambiente em estudo, o que possibilita a obtenção de um retrato mais fidedigno à situação vivida (MÓNICO *et al.*, 2017).

Essa opção metodológica responde ao objetivo de proceder a uma adequada participação

de forma “não intrusiva” e de modo a reduzir a repressão de emoções extravasadas ou comportamentos efetuados, bem como a artificialidade dos mesmos. Nesse contexto, as notas de campo surgem como ferramenta importantes para "documentar a realidade não documentada" (MÓNICO *et al.*, 2017).

Esta abordagem foi utilizada diante do interesse de conhecer a dinâmica do grupo mais do que em recolher respostas a questões específicas. Para este outro fim, foi adotado o método de entrevistas-narrativas complementares, em interações mais focalizadas, também como uma oportunidade para a verificação do entendimento das informações apreendidas na observação. Além da realização de 9 (nove) entrevistas-narrativas em profundidade (uma delas tendo sido realizada em ambiente virtual após a vivência), o registro de memórias vivenciadas em campo se deu com o auxílio de diário de campo e de recursos audiovisuais, possibilitando compor a posterior sistematização dos aportes recebidos nesta “ciranda de conhecimentos” (FALS BORDA, 2009).

Através da observação e da participação em um momento formativo no contexto da vida coletiva cotidiana, foi possível identificar as/os protagonistas de cada “frente de trabalho” e iniciativa no território do assentamento. Além do mapeamento das/os “especialistas” em cada tema de interesse, em torno das quatro dimensões da sustentabilidade (ecológica, econômica, social e cultural), incluindo a dimensão ético-política das alternativas sistêmicas, as conversas e as partilhas informais também contribuíram para tecer a teia de indicações que compôs a “amostragem aleatória” para a realização da colheita de narrativas e da escuta sensível em torno das práticas e saberes comunitários. O resgate de memórias através da oralidade e, também, através dos registros documentais obtidos (cartas, atas de reunião, apresentações usadas em eventos, postagens na *internet*, vídeos, fotografias etc.) nessa associação de métodos, constituíram recursos de pesquisa valiosos nessa composição.

As indicações pelas moradoras e pelos moradores das/os “especialistas” a serem consultadas/os, além de terem permitido seguir os rastros das redes de relações estabelecidas entre o próprio grupo comunitário (COSTA; MENDES, 2014), “abriram as portas”, literalmente, para acessar as pessoas e as suas próprias casas, onde se deu a maior parte das entrevistas-narrativas. Costa e Mendes (2014) ressaltam, no entanto, que deve ser observada a possibilidade desse procedimento conferir certo poder e privilégio de fala a um ou outro determinado grupo ou ator específico designados a participarem da pesquisa. Para evitar esse eventual risco, buscou-se observar as questões de gênero, raça, entre outras, relativas à salvaguarda das representatividades sociais, conforme recomendado pelas autoras, o que, de

fato, se refletiu em uma amostra aleatória heterogênea, contemplando as mulheres (a maioria das narradoras), os/as jovens e os/as idosos/as, em uma faixa de 23 a 63 anos de idade.

Como procedimento chave nesse processo de interação com a comunidade, para buscar compreender os sentidos das práticas, as histórias de vida e os modos de inserção no território, foi adotada a escuta sensível (BARBIER, 1998), uma prática metodológica-terapêutica amplamente utilizada na na dimensão científico-clínica da psicologia (campo de estudos no qual a pesquisa encontra ancoragem), buscando reunir as dimensões sociológicas e psicológicas na práxis. Enquanto método, essa prática “transversal” à pesquisa propõe um exercício de atenção plena por parte do pesquisador, focada na enunciação do interlocutor. Nos encontros, durante a fala do interlocutor/narrador, o pesquisador/ouvinte, adota uma postura de abertura total e concentra seus sentidos na expressão do outro, buscando deixar em suspensão naquele momento o seu próprio conjunto de valores, significados e referências, e mesmo os procedimentos planejados (CARVALHO; COSTA, 2011).

Segundo Carvalho e Costa (2011), essa “desterritorialização” de crenças e imaginários durante a escuta sensível possibilita a produção de novos significados e conhecimentos, despertados pelo encontro genuíno entre narrador e ouvinte. Isso porque, nos atos de narrar e ouvir, as memórias são revisitadas e reeditadas e nesse encontro adquirem novos contornos. Essa possibilidade de recriação e/ou cocriação das realidades confere, justamente, à produção de narrativas grande potência transformadora. Mais do que uma ferramenta de disputa política, as narrativas se constroem, assim, como forma de produção de conhecimento, tendo em vista a abertura de possibilidades, caminhos e horizontes transformadores que estas apontam (PEREIRA, 2021).

No que toca à relação entre os sujeitos da pesquisa, a escuta sensível fornece inúmeras pistas e possibilidades de aplicação, de acordo com Barbier (1998; 2002). Segundo a teoria psicossociológica existencial e multirreferencial proposta pelo autor, são sugeridas três dimensões no âmbito da escuta: a científico-clínica, que abrange a metodologia da pesquisa-ação; a poético-existencial, aberta ao imprevisível que concerne às ações comunitárias e as especificidades individuais; e a espiritual-filosófica, que inclui os valores mais profundos relativos aos sentidos da vida, íntimos a cada um. Ainda segundo o autor, a escuta sensível se expressa através “de um eixo de vigilância”, sustentado em três tipos de imaginários: o pessoal-pulsional, que remete às questões das pulsões, às forças que impelem o indivíduo a buscar a satisfação de seus desejos; o social-institucional que trata das significações imaginárias sociais, advindas das importantes transformações que se impõem pelas instituições e organizações; e o

sacral que chega por forças incontroláveis: telúricas, ecológicas, cósmicas, com pandemias, com a morte e o não-ser. Cada um dos três imaginários cria sua transversalidade, ou seja, liga os elos inseparáveis em uma rede simbólica. E para identificar esses imaginários, um dos princípios básicos da escuta sensível é a empatia, como requisito para sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro que permite a compreensão de atitudes, comportamentos, sistemas de ideias, de valores, de símbolos e mitos (BARBIER, 1998).

De modo distinto ao emprego de entrevistas, nas quais o entrevistador se atém a questões específicas previamente formuladas, na escuta sensível para a produção de narrativas, a expectativa é de que o sujeito narrador assuma um papel mais livre e ativo no encontro com o sujeito ouvinte. De acordo com Benjamin (1994), em um encontro genuíno, é preciso que se respeite a condição de narração ao narrador e de escuta ao ouvinte, o requer a disponibilidade de tempo, energia e a predisposição para uma presença de qualidade a ambos, com abertura ao inesperado que, porventura, possa emergir. Nessa pesquisa, em muitos momentos, os narradores se colocaram na dianteira do diálogo, conduzindo os rumos da conversa, sem conferir espaço ou mesmo gerar a necessidade do roteiro, sem, no entanto, comprometer as condições adequadas para a colheita de informações relevantes para o estudo dos temas de interesse.

Nessa pesquisa, também acompanhamos a proposta do intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015), popularmente conhecido como Nêgo Bispo, quanto a centralidade do “objetivo resolutivo”: aquele que considera a relevância da pesquisa para os envolvidos na investigação, o que reforça a importância de uma abertura genuína à escuta sensível durante o encontro para que se possa compreendê-lo. Partindo dessa premissa, as perguntas gerativas relacionadas a experiências individuais e coletivas foram elaboradas de forma aberta o suficiente para conferir liberdade de fala aos narradores e assim possibilitar captar tais nuances.

Partindo de questionamentos balizados pelos objetivos iniciais propostos, esses encontros se configuraram como abertos o suficiente ao inesperado, tanto para salvaguardar a perspectiva da alteridade e liberdade do outro, como para possibilitar a emergência de outras perspectivas sobre o tema em foco e, assim, registrá-los de forma mais fidedigna e conectada aos contextos das práticas experienciadas na comunidade e aos modos próprios de produzir subjetividades. Buscou-se observar, também, as contradições e ambiguidades que porventura pudessem existir diante de perguntas e intencionalidades notadamente não-neutras, cabendo a adoção de certa flexibilidade e abertura ao espaço do/a(s) outro/a(s) envolvido/a(s) na pesquisa, suas questões, as suas falas e mesmo os seus silenciamentos.

Lembrando que a nova realidade pandêmica, em suas diferentes fases, se por um lado se impôs como um impeditivo aos encontros presenciais, também abriu possibilidades para encurtar distâncias e ampliar os horizontes de alcance a outros espaços e corpos-territórios. Ambas as possibilidades de encontro, remotos e presenciais, foram utilizados no percurso metodológico de construção da pesquisa e se lançou mão do uso de dispositivos e ferramentas de comunicação digitais como *Whatsapp* e *Googmeet*, popularizados com esse fenômeno.

Segundo Benjamin (1994), é no processo de escrita que o pesquisador se expressa na narrativa, como fruto da composição que decorre da escuta, e o que permanece como registro em sua memória seria tão ou mais fidedigno ao encontro do que a transcrição literal do que foi narrado pelo narrador (BENJAMIN, 1994). Assim, durante os encontros foi solicitada a permissão dos interlocutores para a gravação de voz em dispositivo eletrônico, visando a obtenção de registros auditivos não para serem transcritos, mas para serem consultados e revisitados posteriormente, com o intuito de contribuir para o enriquecimento da análise e a da reinterpretação das informações obtidas, caso fosse percebido como necessário.

### ***2.2.5 Organização, síntese, análise e interpretação das informações***

Com base nos resultados obtidos com a imersão no campo-tema, as informações decorrentes da observação participante e das conversas no campo-território foram interpretadas mediante adaptações das técnicas “Análise de Conteúdo” (BARDIN, 2016) e “Análise de Conteúdo Temática” (MINAYO, 2001). As informações registradas manualmente nos diários de campo foram transcritas para o computador, ainda no decorrer da pesquisa em campo e finalizadas posteriormente. Com o encerramento da observação participante, foi realizada a leitura flutuante de todas as informações registradas. A partir da referida leitura, elementos temáticos foram se destacando, assim como, foram estabelecidos os recortes desse material. As informações levantadas e registradas foram sistematizadas em uma matriz síntese, analisadas e interpretadas como resultados da pesquisa.

A proposta de utilização desse método envolveu: a organização do material obtido; a definição de categorias de análise com objetivo de permitir a classificação dos elementos de significação das narrativas; e a interpretação dos resultados, a partir da reflexão sobre as informações obtidas por dados primários, complementados pelos levantamentos de dados secundários. A definição de categorias de análise foi realizada *a priori* para a produção de narrativas, orientada pelos objetivos propostos. Contudo, a perspectiva de produção de conhecimento nessa pesquisa, buscou a abertura necessária para que o conhecimento fosse produzido a partir da vivência vinculada aos territórios e, assim, tais categorias puderam ser

contextualizadas e revistas *a posteriori*, desde um horizonte epistêmico decolonial, aberto ao encontro de saberes (SANTOS, 2007).

A seguir, por fim, são apresentados os resultados e as discussões apreendidas da imersão no campo-tema e no campo-território da pesquisa. As considerações finais do trabalho são apresentadas na sequência.

Para além de qualquer uma pretensão de busca pela “verdade”, ressalta-se, nesta pesquisa, uma preocupação afim à orientação de Brandão (1984), quanto a forma de abordagem das relações estabelecidas e seu propósito:

*É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir* (BRANDÃO, 1984, p. 12).

### 3. CRISE CIVILIZATÓRIA E COLAPSOS (ECOS)SISTÊMICOS

---

*“As melhores e mais evoluídas tecnologias são aquelas que não destroem a própria base sobre a qual vivemos.”*  
Vandana Shiva

#### 3.1 Pelos (des)caminhos do (des)envolvimento (in)sustentável

A partir dos aportes teórico-metodológicos apresentados e da contextualização realizada até aqui, busca-se neste capítulo aprofundar o debate sobre o pulsante campo temático da sustentabilidade, tendo em conta suas dimensões ecológica, social, econômica e cultural (GAIA EDUCATION, 2005).

Convencionalmente, os debates sobre desenvolvimento articulam os passivos gerados pela globalização da economia neoliberal aos problemas ligados à crescente degradação ambiental e ao agravamento das desigualdades sociais, apoiando-se no tripé econômico, ecológico e social para se pensar, sistemicamente, os compromissos de sustentabilidade (UN, 2015b). Entretanto, além dessas três dimensões, a quarta dimensão “oculta” e subjetiva da cultura é considerada especialmente fundamental na reflexão proposta nesta tese. Para além dessa leitura, Ignacy Sachs (2002) propõe, pelo menos, outras quatro, em um total de oito dimensões a serem consideradas nesse debate: ambiental, econômica, social, cultural e espacial, psicológica, política nacional e internacional.

Considerando a polissemia em torno do tema, cabe destacar sua vinculação direta com o debate sobre desenvolvimento, que se pretende ser sustentável, entendido desde a origem de sua proposta como aquele “capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”, conforme definição da *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, no marco do *Relatório Nosso Futuro Comum* (também conhecido como *Relatório Brundtland*) (WCED, 1987, p. 41).

Compreendida como uma “ideia-força” (LOUREIRO, 2012) para “projeção de horizontes desejáveis” (IRVING; OLIVEIRA, 2012; IRVING, 2014), a noção de sustentabilidade, associada aos compromissos ambientais multilaterais globais, expressa um certo tipo de responsabilidade intergeracional. Todavia, o jogo de forças das narrativas em disputa envolvidas revela inúmeras controvérsias que vinculam essa noção aos ideais de crescimento econômico nos moldes capitalistas, que também busca por se sustentar.

Assim, conforme apontado por Leff (2009), a crise ecológica, desencadeada pelos problemas ambientais diagnosticados nas décadas de 1960 e 1970, parece ter sido mal compreendida e desviada de seu senso crítico. Isso porque, à medida que a sociedade civil, a academia e a gestão pública iniciam as reflexões sobre os efeitos perversos do crescimento econômico na dinâmica socioecológica, logo se buscaram saídas vinculadas a dispositivos criados com base na racionalidade que produziu o problema, de cunho ontológico.

Nesse sentido, segundo o autor, parece ser comum observar perspectivas interpretativas sobre sustentabilidade que geram a percepção equivocada de serem os problemas ambientais meros problemas técnicos, para os quais se busca a redução de impactos, segundo uma proposta de desenvolvimento que se pretende ser menos perversa, menos desigual, menos insustentável. Muitas discussões direcionam, assim, o debate a contornos técnico-instrumentais, ao centrarem-se apenas na dimensão ambiental *strictu sensu* da sustentabilidade. Ou seja, determinando apenas as “condições ecológicas” para o desenvolvimento, sem abordarem, contudo, a multidimensionalidade que também o configura como insustentável.

Nesse processo, desde a pactuação da *Agenda 21* durante a *Rio 92*, como ficou popularmente conhecida a *Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas*, até o desenho, mais recentemente, dos *17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* a serem alcançados até 2030, no âmbito da *Agenda 2030* (UN, 2015b), se persegue, um caminho que parece ser inelutável de desenvolvimento e crescimento, sob determinada forma de racionalizar os problemas ambientais, inscrita em uma perspectiva ontológica que está na própria origem da crise (LEFF, 2009).

Por pressuposto, tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas, não raro, possuem suas leituras da realidade inscritas em uma determinada lógica que rege a ordem e a desordem do mundo, o que acaba por direcionar seus comportamentos, propósitos e decisões e obstaculizar a concepção de opções fora desta determinada ordem. De tal modo, a capacidade de promover transformações estruturais diante da crise civilizatória se reduz, uma vez que sob o regime ontológico que governa o mundo, não se consegue conceber soluções críticas para o problema, ao operar segundo uma racionalidade que domina o planeta, inscrita na lógica acumulativa do capital (LEFF, *op. cit.*).

Assim, as noções de crescimento, progresso e desenvolvimento estão na base da atual organização da economia e continuam a orientar as políticas públicas e estratégias de desenvolvimento, mostrando-se insuficientes para conduzir às mudanças estruturais e reverter o quadro atual de degradação social e ambiental. Isto suscita reflexões a respeito de elementos

intersubjetivos, constituintes da própria racionalidade dominante, ao ser construída a partir da tradição do pensamento ocidental que configura a racionalidade, os valores e o imaginário da modernidade. Nessas bases, a crise ambiental contemporânea reflete uma crise do modo de produção de conhecimento, uma crise do pensar, que parece perpassar e mesmo anteceder a crise do capitalismo (LEFF, 2001).

Escobar (2018) se refere a uma crise dos modos de vida e de produção do conhecimento que se “esqueceu” de inscrever a sociedade na natureza, uma crise mais profunda do que uma crise do capitalismo, que requer uma transição civilizacional. Sua voz está em uníssono com as vozes dos movimentos sociais de vanguarda, que vêm alertando, há décadas, para a crise do modelo civilizatório, juntamente com um número cada vez maior de grupos sociais atuantes em defesa de seus territórios e culturas, com origem tanto no Sul, quanto no Norte global (ZIBECHI, 2022).

O regime do capital, do uno, do universal, da racionalidade que domina ontologicamente o mundo vem reduzindo a sua complexidade a um pensamento único e unidimensional. A supremacia do paradigma econômico sobre todas as esferas da vida vem orientando os destinos, em um sentido da objetivação do mundo que está esgotando suas possibilidades e expressando problemas distintos em cada região do globo. No caso da América Latina, esses problemas se manifestam em uma série de conflitos socioambientais territoriais (ACSELRAD, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2012; HAESBAERT, 2021).

Assim, os impactos decorrentes do modelo de desenvolvimento vêm gerando colapsos (ecos)istêmicos que afetam a todos, porém a uns mais que outros. Uma série de evidências científicas coletadas nas últimas décadas sustentam e reforçam os argumentos sobre a gravidade da situação atual em termos planetários. A extinção de espécies em escala massiva (IPBES, 2019; CDB, 2020; 2022; WWF, 2022) e a emergência climática expressa em limiares de temperaturas cada vez mais sérios (IPCC, 2021; 2022a; 2022b), perpassam o esgarçamento do tecido social, com o acirramento de conflitos, empobrecimento, aumento das desigualdades sociais e redução da qualidade de vida da maior parte da população mundial (CHANCEL, *et al.* 2022; 2023; WEF, 2022; OXFAM, 2023). Alguns dos graves desafios que atravessam as agendas globais da biodiversidade e do clima, são debatidos a seguir.

### ***3.1.1 Biodiversidade em declínio e emergência climática***

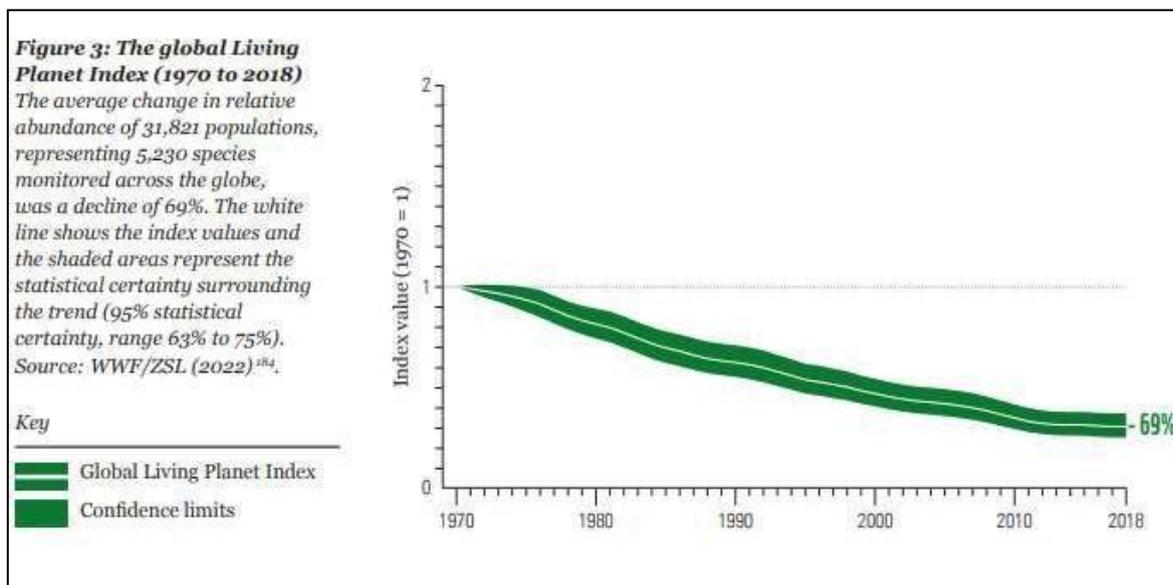
Na esfera da governança ambiental global, duas grandes *Conferências das Partes* (COPs) da ONU, originadas de pactos firmados durante a *Rio 92*, marcam o final do ano de 2022: a COP 27 da *Convenção sobre Mudanças Climáticas*, realizada em novembro no Egito, e a COP 15 da *Convenção sobre Diversidade Biológica*, realizada em dezembro no Canadá. Os resultados dessas convenções evidenciam as conexões entre ambas as crises, a do clima e a da biodiversidade, bem como apontam para a integração entre as ações para enfrentá-las. Nesse sentido, pode-se afirmar que os objetivos do Acordo de Paris (UN, 2015a), de limitar o aquecimento global de 1,5°C a 2°C até o final desse século, considerando os níveis pré-industriais, não poderão ser alcançados sem que se invista em Soluções Baseadas na Natureza<sup>16</sup> (SbN), dirigidas ao combate ao desmatamento, à conservação da biodiversidade e à restauração de florestas e outros ecossistemas em todos os biomas (IUCN, 2023). Ao mesmo tempo, não há possibilidade de se conservar a biodiversidade sem um clima razoavelmente estável. Assim, a perda da biodiversidade e as mudanças climáticas tendem a se amplificar, mutuamente, e, portanto, devem ser enfrentadas em concomitante, sistemicamente.

Estudos recentes sobre o estado de conservação da biodiversidade mundial revelam, com efeito, a criticidade da situação da riqueza biológica do planeta. O relatório da *Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos* (IPBES) estimou que um milhão de espécies animais e vegetais enfrentam a ameaça de extinção atualmente (IPBES, 2019). Enquanto o *Relatório Planeta Vivo (Living Planet Report)*, produzido pela organização *World Wildlife Foundation (WWF)*, revela uma queda média de 69% nas populações de vertebrados silvestres, como mamíferos, pássaros, peixes, répteis e anfíbios, entre 1970 e 2018 (WWF, 2022). Este documento, reúne, ainda, uma das mais completas sínteses do conhecimento científico acumulado a respeito da situação da fauna de vertebrados globalmente, baseada no acompanhamento de 31.821 populações de 5.230 espécies, e indica que a riqueza da vida selvagem está em queda livre, tendo sido reduzida, em média, em mais de dois terços nos últimos 50 anos, como ilustrado no gráfico apresentado abaixo (Figura 3.1.1-1).

---

<sup>16</sup> As Soluções Baseadas na Natureza se constituem com base em sete princípios: 1. Entregar uma solução efetiva para um desafio global utilizando a natureza; 2. Fornecer benefícios da biodiversidade em termos de diversidade e ecossistemas bem manejados; 3. Apresentar a melhor relação custo-efetividade quando comparada com outras soluções; 4. Ser comunicada de maneira simples e convincente; 5. Poder ser medida, verificada e replicada; 6. Respeitar e reforçar os direitos das comunidades sobre os bens comuns naturais; 7. Atrair fontes de financiamento público e privadas (IUCN, 2023).

**Figura 3.1.1-1:** Dinâmica da curva de declínio da biodiversidade mundial.



Fonte: WWF (2022).

Ainda segundo esse estudo, nas regiões tropicais, as populações de vertebrados monitoradas estão despencando em um ritmo particularmente impressionante. Entre 1970 e 2018, as populações monitoradas na região da América Latina e do Caribe encolheram 94% em média. No caso das populações de água doce, no tempo de uma geração, houve uma queda de 83%, o maior declínio populacional entre os grupos de espécies avaliadas, com destaque para o boto amazônico (*Inia geoffrensis*), enquanto uma das espécies mais afetadas.

O mesmo relatório indica como os principais fatores causais do declínio das populações de vertebrados: a degradação e a perda de habitat, o uso insustentável, a introdução de espécies invasoras, a poluição, as mudanças climáticas e inúmeras doenças. Em resposta a esse quadro crítico, os autores do relatório recomendam o aumento dos esforços de conservação e restauração de ecossistemas, a produção agrícola e o consumo de alimentos de formas mais sustentáveis e a descarbonização rápida e profunda de todos os setores da economia, ressaltando que se faz necessário, para tanto, reconhecer a importância e respeitar os direitos, a governança e a liderança de conservação dos povos indígenas e das comunidades locais, em todo o mundo (WWF, 2022).

Com o objetivo de reverter essa tendência e “dobrar a curva” de declínio da biodiversidade (como popularmente vem sendo debatida essa meta, no sentido da reversão da

tendência global de queda), considerando, ainda, o descumprimento das *Metas de Aichi*<sup>17</sup> estabelecidas no *Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020* (CBD, 2020), foram estabelecidos na última COP15 (mencionada anteriormente) os termos do *Marco Global da Biodiversidade Pós-2020 (Post- 2020 GBF)*, traduzidas nas *23 Metas de Kunming-Montreal*, adotadas inclusive pelo governo brasileiro, a serem desdobradas em políticas públicas em direção ao cumprimento desse compromisso (Decisão CDB 15/4).

Esse *Plano* constitui, atualmente, o pilar central para a implementação da *Convenção sobre Diversidade Biológica* da ONU (UN, 1992), em alinhamento com a *Visão 2050 para a Biodiversidade - Viver em Harmonia com a Natureza*. A meta principal nesse novo pacto global é a conservação de um terço dos ecossistemas marinhos e terrestres, até 2030, ampliando a proteção dessas áreas de 17% para 30% no mundo, sendo esse conhecido como “Plano 30 x 30”. Cabe ressaltar, ainda, o espaço conferido no documento final dessa Conferência aos povos indígenas e às comunidades locais, aos conhecimentos tradicionais e às questões de igualdade de gênero, a partir do reconhecimento destes como cruciais para esse alcance (CBD, 2022).

A partir do reconhecimento de que transições para caminhos sustentáveis requerem mudanças profundas e significativas no “*business as usual*”, alguns temas foram incluídos como centrais nesse debate: Terra e Florestas, Água Doce, Pesca e Oceanos, Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares, Cidades e Infraestrutura, Ação Climática e a Saúde Única (*One Health*). Cada uma destas áreas de atuação se sustenta em propostas de mudanças e inovações substanciais a serem implementadas em um curto espaço de tempo, envolvendo uma ampla gama de atores, em todas as escalas e em todos os setores da sociedade (CBD, 2020).

No entanto, o *Quinto Panorama da Biodiversidade Global (GBO-5)* (CBD, 2020) alerta que mesmo os esforços mais intensos em cada uma dessas áreas não conseguirão setorialmente

---

<sup>17</sup> Em 2010, durante a 10ª Conferência das Partes na Convenção da Diversidade Biológica ocorrida em Nagoya (Província de Aichi, Japão) foi estabelecido o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 (Declarada pelas Nações Unidas como a *Década sobre Biodiversidade*), com a elaboração de um conjunto de 20 proposições denominadas *Metas de Aichi* voltadas à redução da perda da biodiversidade em âmbito global, nacional e regional. O Plano Estratégico elaborado possui os seguintes elementos:

- Base lógica: relaciona a Biodiversidade ao bem-estar humano, aos Objetivos do Milênio e à redução da pobreza.
- Visão: vai além de 2020, definindo a situação desejada para 2050, com a Biodiversidade valorizada, conservada, restaurada e utilizada com sabedoria.
- Missão: declara a intenção urgente de agir para alcançar os objetivos de 2020.
- Objetivos Estratégicos e as Metas de Biodiversidade de Aichi: 20 metas organizadas em cinco objetivos.
- Execução, acompanhamento, análise e avaliação: incluem meios de implementação, programas de trabalho, busca por apoio político, parcerias, relatos pelas partes, e análise pela conferência das partes.
- Mecanismos de apoio: incluem capacitação para implementação nacional efetiva, transferência e intercâmbio de conhecimentos e tecnologia, recursos financeiros, parcerias e iniciativas de fortalecimento da cooperação e mecanismos de apoio para a pesquisa, monitoramento e avaliação (CBD, 2020).

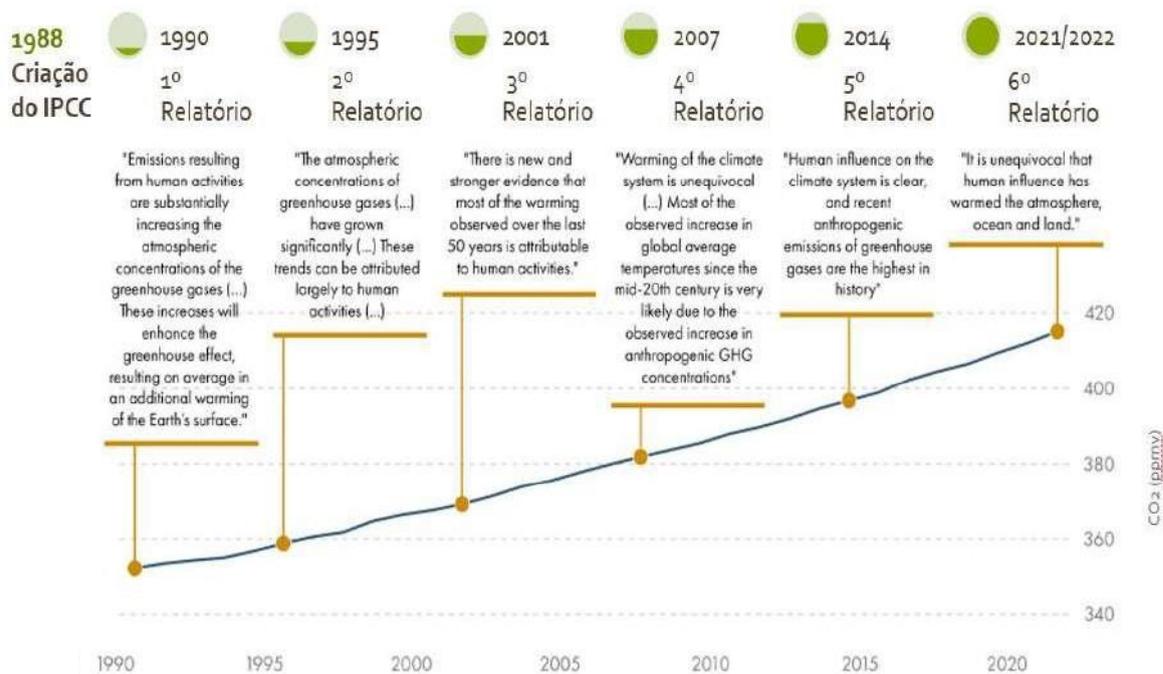
reverter a tendência de perda de biodiversidade, a menos que sejam implementados em conjunto. Nesses termos, as medidas mais ambiciosas para conservar e restaurar os ecossistemas não conseguirão abordar a perda de biodiversidade, por exemplo, a menos que medidas igualmente ambiciosas sejam adotadas para assegurar a segurança alimentar e modificar os sistemas de produção agrícola, conjugados à adoção de dietas alimentares mais saudáveis e sustentáveis. Ao mesmo tempo, o documento reforça que ações combinadas em todas as áreas facilitarão os alcances umas das outras, devido às conexões sistêmicas e sinérgicas existentes entre elas (CBD, 2020).

Em ressonância com essas ações, o combate aos desequilíbrios climáticos se pauta também em consistentes evidências que apontam para um aumento crescente da concentração de CO<sup>2</sup> atmosférico e o consequente aquecimento global, resultantes de atividades antropogênicas ligadas ao uso da terra, sobretudo àquelas relacionadas à queima de combustíveis fósseis (WRI, 2022a).

Assim, com o objetivo de fornecer avaliações científicas regulares e orientar os formuladores de políticas públicas sobre as mudanças do clima e seus efeitos, foi criado, em 1988, o *Painel Intergovernamental de Mudança do Clima* (IPCC), em 1988, pela *Organização Meteorológica Mundial* (WMO) e pelo *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (UNEP) (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2022).

No âmbito do IPCC, essas avaliações são realizadas por grupos de trabalho e publicadas, periodicamente, nos denominados *Relatórios de Avaliação* (AR) que envolvem: as bases físicas (causas); os impactos, as vulnerabilidades e a adaptação (consequências); e a mitigação (soluções) das mudanças climáticas. Desde a publicação do *1º Relatório do IPCC*, em 1990, até o *6º Relatório*, publicado na íntegra em 2022, se aponta para um incremento crescente da concentração de CO<sup>2</sup> atmosférico resultante de atividades antropogênicas, com o consequente aumento da temperatura global, acentuando o “efeito estufa” com efeitos no aumento da temperatura global média (Figura 3.1.1-2).

**Figura 3.1.1-2:** Linha do tempo da produção de relatórios pelo IPCC, evidenciando o aumento da concentração de CO<sub>2</sub> atmosférico ligado às atividades antropogênicas.



Fonte: Adaptado de WRI (2022a).

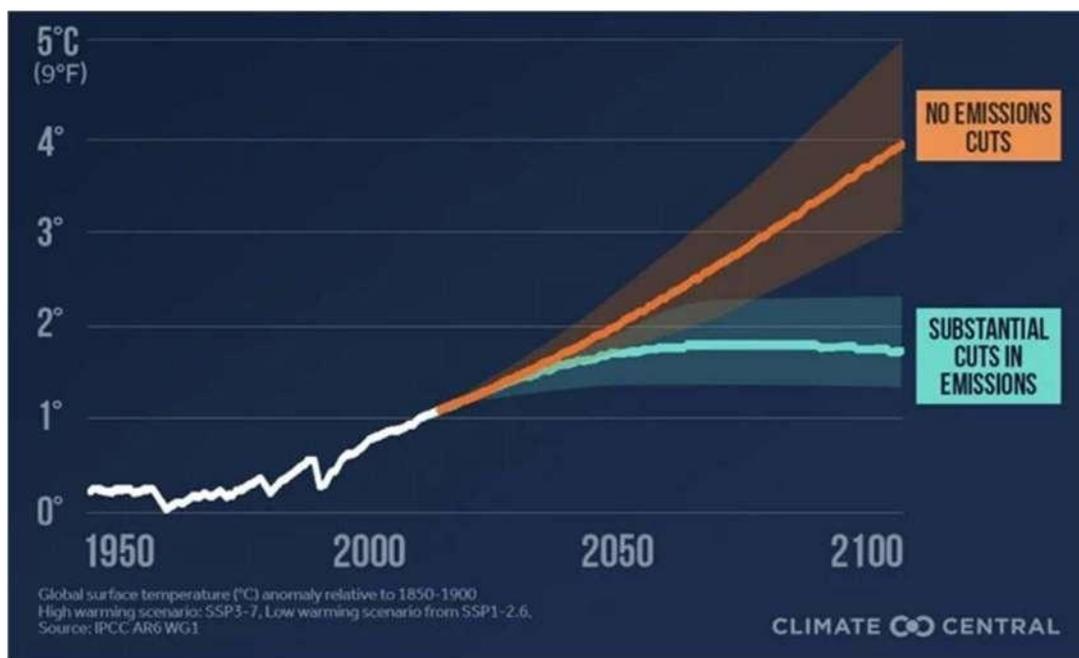
Algumas evidências apontadas no *6º Relatório de Avaliação* (IPCC AR6), considerada a maior revisão da literatura especializada já realizada, revelam que os danos causados ao planeta parecem ser irrecuperáveis e que o futuro tende a ser catastrófico se a humanidade seguir no mesmo rumo. Este último relatório do IPCC foi publicado em três partes, correspondentes aos três *Grupos de Trabalho* mencionados anteriormente (WG1, WG2, WG3).

Na Primeira Parte, relativa às bases físicas das mudanças climáticas (IPCC AR6 WG1), publicada em agosto de 2021, afirma-se que “é inequívoco que a influência humana aqueceu a atmosfera, os oceanos e o solo” (IPCC, 2021). Este relatório afirma ainda que as emissões contínuas de gases do efeito estufa podem romper um importante limite de temperatura, já em 2030. Entre os cenários estudados, haveria mais de 50% de chance de a temperatura global atingir ou ultrapassar os 1,5° C (meta do Acordo de Paris<sup>18</sup>) entre 2021 e 2040. E, em um cenário

<sup>18</sup> O Acordo de Paris foi assinado em 2015, na COP 21, realizada em Paris, por 196 países, incluindo o Brasil. O acordo pretende manter o aumento das temperaturas globais abaixo de 2°C, neste século, a cerca de 1,5° C (comparado a níveis pré-industriais) (UN, 2015a). Entretanto, conforme o novo relatório do IPCC (2021), em todos os cenários climáticos previstos pelos cientistas, para se cumprir essas duas metas grandes reduções de emissões de carbono são necessárias em curto prazo. O Acordo estabelece recomendações para a adaptação às mudanças climáticas, em especial para os países menos desenvolvidos de modo a reduzir as vulnerabilidades, estimula o suporte financeiro e tecnológico por parte dos países desenvolvidos e a transferência de tecnologia e capacitação para adaptação às mudanças climáticas e promove a cooperação entre a sociedade civil, o setor privado, as instituições financeiras, cidades e comunidades para ampliar e fortalecer as ações de transição (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2022).

de emissões extremamente elevadas, pode-se atingir esse limiar ainda mais cedo e se chegar a um aumento de cerca de 4° C até o final do século. A projeção de cenários futuros, sintetizada no gráfico abaixo, apresentado na Figura 3.1.1-3, revela ainda que, desde 1970, as temperaturas da superfície global aumentaram mais rápido do que em qualquer outro período de 50 anos, nos últimos 2 mil anos.

**Figura 3.1.1-3:** Dinâmica da curva de aumento da temperatura global e a projeção de cenários futuros, com base nos níveis de emissão de CO2 projetados.



Fonte: IPCC AR6 WG1 (2021).

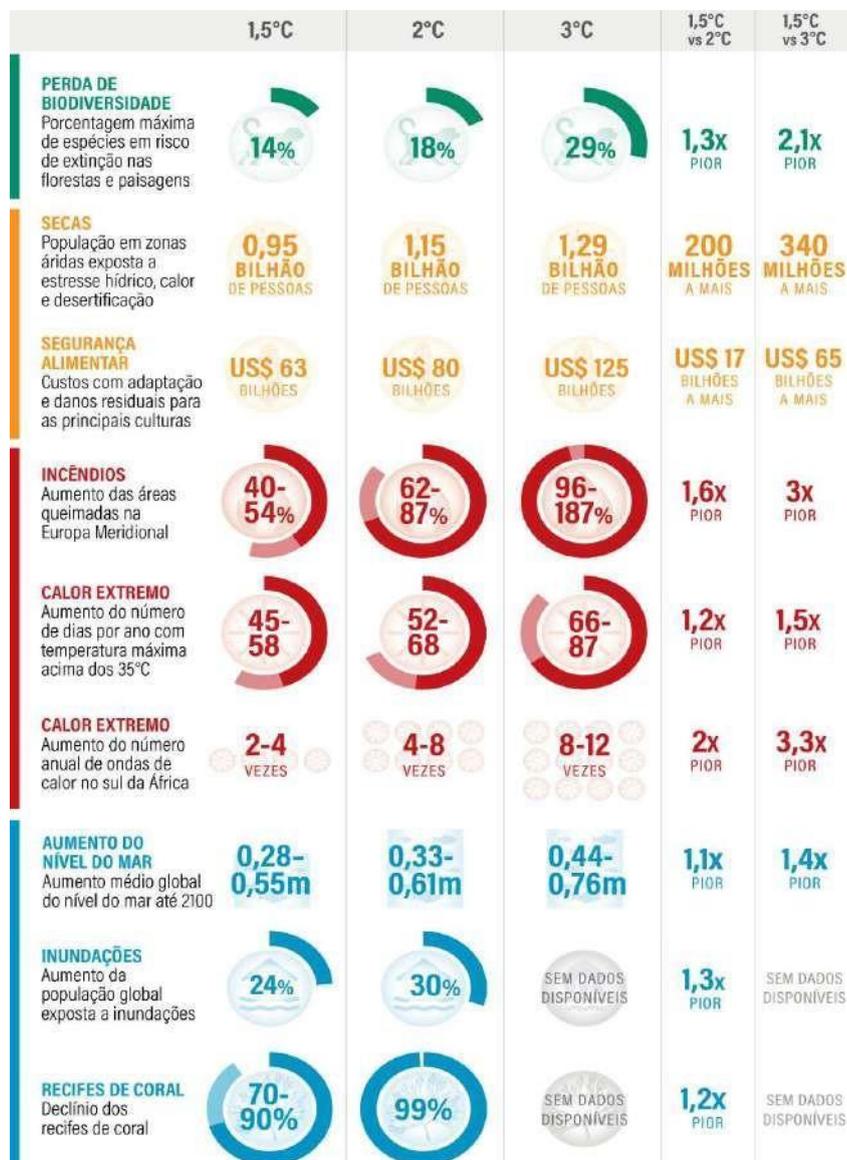
A Segunda Parte do mesmo Relatório, sobre impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças do clima (IPCC AR6 WG2), publicado em fevereiro de 2022, apresenta a análise dos impactos cada vez mais intensos e dos riscos futuros relativos às mudanças do clima, em particular para comunidades marginalizadas e países com poucos recursos. Também são detalhadas as diferentes abordagens relativas à adaptação climática, bem como se define quais são os ecossistemas e os grupos sociais mais vulneráveis. O relatório enfatiza que, mesmo que haja um rápido processo de descarbonização global, os gases do efeito estufa (GEE) presentes na atmosfera somados às atuais tendências de emissões tendem a acarretar, ainda, impactos climáticos inevitáveis e significativos até 2040.

Isso porque os efeitos das mudanças climáticas já podem ser sentidos em todo o globo com o nível de aquecimento atual de 1,1° C, em relação ao período pré-industrial. E mesmo o limite de 1,5° C, em relação ao período pré-industrial, como a meta global mais ambiciosa do Acordo de Paris, não seria segura. Assim, cada décimo de grau de aquecimento representa um

aumento das ameaças aos seres humanos, às outras espécies e aos ecossistemas, como ilustrado no gráfico comparativo sobre riscos com os diferentes cenários de aumento de temperatura global (Figura 3.1.1-4).

Nesse panorama, estima-se que, apenas ao longo da próxima década, as mudanças climáticas tenderão a colocar entre 32 milhões e 132 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza. O aquecimento global colocará também em risco a segurança alimentar e aumentará a incidência de doenças cardíacas, de dificuldades com a saúde mental e de mortes relacionadas ao calor. Secas devastadoras, calor extremo e inundações recordes já ameaçam a segurança alimentar e os meios de subsistência de milhões de pessoas. Desde 2008, inundações e tempestades catastróficas forçaram mais de 20 milhões de pessoas anualmente a deixarem seus domicílios. Além disso, metade da população mundial já enfrenta insegurança hídrica em pelo menos um mês a cada ano (IPCC, 2022a).

**Figura 3.1.1-4:** Cenários comparativos de riscos com o aumento da temperatura global, com base no 6º Relatório de Avaliação do Grupo de Trabalho 2 do IPCC – impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças do clima.



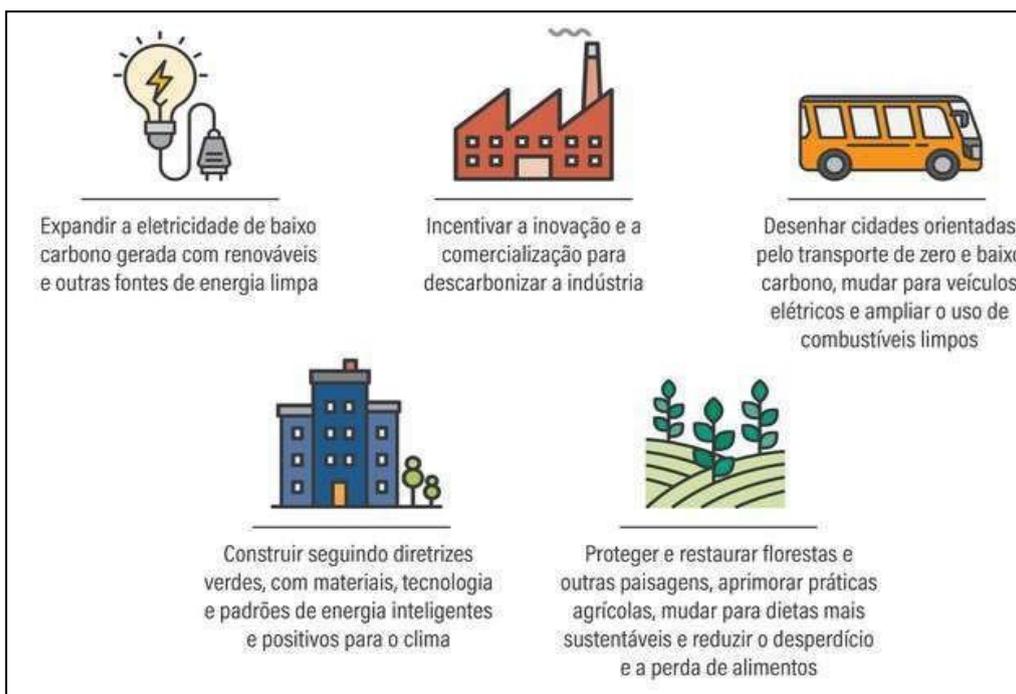
Fonte: WRI (2022a).

A Terceira Parte do Relatório, sobre mitigação às mudanças do clima (IPCC AR6 WG3), publicado em abril de 2022, traz como mensagem fundamental que manter o aumento da temperatura global em 1,5° C ainda é possível, mas apenas se ações forem implementadas imediatamente com base em uma estratégia ambiciosa de corte das emissões<sup>19</sup>. No mesmo documento foram identificados os caminhos para se buscar manter o aquecimento global em 1,5° C, entre outros cenários-limite de temperatura, além de avaliadas a viabilidade, a eficácia e os benefícios de diferentes estratégias de mitigação. Segundo este documento, transformações

<sup>19</sup> O pico de emissões de gases do efeito estufa deveria ser atingido até 2025 e depois cair 43% até 2030 (em relação aos níveis de 2019). Além disso, o zero líquido (emissões zero) deveria ser alcançado até meados do século, ao mesmo tempo em que se deveria garantir uma transição justa e equitativa.

rápidas e profundas são necessárias e envolveriam: a expansão do uso de energia limpa; o investimento em inovação para descarbonizar a indústria; o incentivo a construções verdes; o redesenho das cidades e a transição para o transporte de zero e baixo carbono; e a conservação dos ecossistemas naturais com melhoria dos sistemas alimentares, conforme ilustrado na Figura 3.1.1-5. Isso implicaria em necessidade de financiamento climático para a mitigação da ordem de 3 a 6 vezes maior do que o atual, até 2030 (IPCC, 2022b).

**Figura 3.1.1-5:** Transformações necessárias para mitigar as mudanças climáticas e manter o limite de 1,5°C ao alcance, de acordo com o 6º Relatório de Avaliação do Grupo de Trabalho 3 do IPCC – mitigação às mudanças do clima.



Fonte: WRI (2022b).

Por todas essas razões, as mudanças do clima global representam um desafio sem precedentes na atualidade, mas muitas soluções viáveis para o enfrentamento do problema já são conhecidas, segundo as três grandes categorias de ação: redução das emissões, adaptação aos impactos climáticos e financiamento dos ajustes necessários. A ação climática requer uma forte capacidade de articulação e atuação política e, sobretudo, investimentos financeiros significativos por parte de governos e empresas, sem que se perca de vista que os prejuízos da inação climática são, sem dúvida, muito mais onerosos.

Contudo, em momento de crise econômica, social e ambiental mundial, as divisões geopolíticas tornam a solução de problemas globais ainda mais desafiadoras. No entanto, as sinergias entre políticas públicas dirigidas às mudanças climáticas, à conservação da biodiversidade e aquelas decorrentes de outros acordos internacionais podem maximizar as

oportunidades de acesso e o uso eficiente de recursos<sup>20</sup>, permitindo avanços para que se busque responder sistemicamente ao cenário de risco atual e promover, segundo os termos de Morin (2011a), a urgente “metamorfose civilizacional”.

### 3.1.2 *Sistema Terra, Limites Planetários e Sociais*

“Há uma necessidade urgente por um novo paradigma que integre o contínuo desenvolvimento das sociedades humanas e a manutenção dos Sistemas Terrestres (ST) em um estado resiliente e flexível” (Steffen *et al*, 2015, p. 736). Com esta frase, Steffen e colaboradores introduzem o seu trabalho de pesquisa sobre as influências das atividades humanas sobre os assim chamados “limites planetários” e suas consequências.

O conceito de limites planetários foi originalmente proposto por cientistas do *Centro de Resiliência de Estocolmo*, centro de pesquisa referência nesse debate (ROCKSTRÖM *et al.*, 2009). Liderado por Johan Rockström, este estudo buscou compreender quais seriam esses limites, qual a sua situação atual e como afetam a vida na Terra, de modo a fornecer subsídios a políticas públicas e promover as mudanças societárias necessárias. Este grupo identificou nove limites essenciais para que sejam mantidas as condições atuais de certa estabilidade do planeta: 1) mudanças climáticas; 2) integridade da biosfera; 3) mudança de uso do solo; 4) fluxos biogeoquímicos (subdivididos entre o ciclo do nitrogênio e o ciclo do fósforo); 5)

---

<sup>20</sup> A ONU declarou esta como a Década da Restauração de Ecossistemas (2021-2030) para enfrentar as crises do clima e da perda de biodiversidade, os dois maiores desafios da humanidade nesse século. O Brasil é signatário de diversos compromissos globais para a restauração de ecossistemas e apesar dos inúmeros desafios envolvidos, apresenta condições favoráveis para cumpri-los, sobretudo se comparado à outros países:

- No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), o país se comprometeu a restaurar 12 milhões de hectares até 2030 por meio do Acordo de Paris. Esse compromisso foi ratificado pelo Congresso Nacional em 2016, promulgado em 2017 (Decreto nº 9.073) e está alinhado a outras iniciativas às quais o Brasil aderiu (Desafio de Bonn e a Iniciativa 20 × 20).

- No âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em 2022 foi ratificado o novo Marco Global da Biodiversidade, que estabelece a meta de iniciar a recuperação de 30% dos ecossistemas degradados até 2030. Atualmente, o Brasil está revisando sua Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB, com metas específicas de restauração.

- No âmbito da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN) também traz metas de restauração.

- A própria Constituição Federal, em seu Artigo 225, incumbe ao Poder Público "preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas" para garantir o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Esses compromissos estão amparados por leis e políticas públicas nas três esferas de governo que preveem a restauração em áreas públicas e privadas, entre elas: (1) a Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (Lei 9.985/2000), que prevê a restauração em Unidades de Conservação (UC); (2) a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei 12.651/2012), ou Código Florestal, que prevê a restauração em propriedades privadas; e (3) a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI (Decreto Nº 7.747/2012), que prevê a restauração em Terras Indígenas (TI).

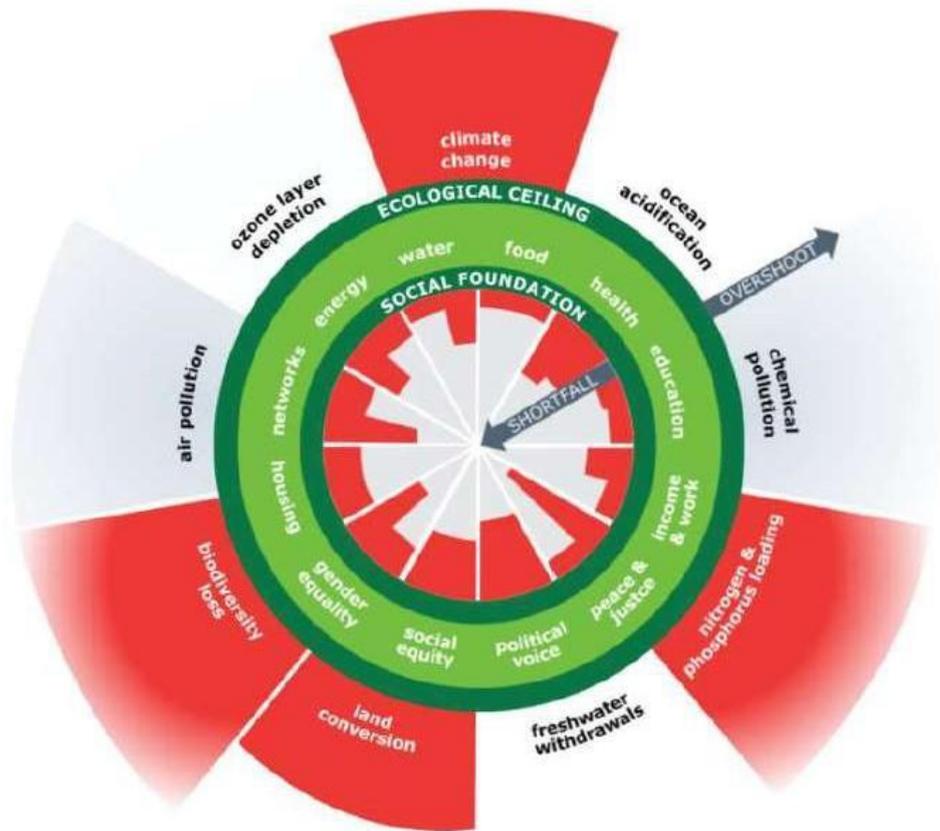
Estimativas do Ministério do Meio Ambiente sugerem que as áreas disponíveis para serem restauradas por obrigações legais são de pelo menos 19,6 milhões de hectares, sendo 1,3 milhões de hectares em UC, 16 milhões de hectares em propriedades privadas, 1 milhão de hectares em assentamentos rurais e 1,3 milhões de hectares em TI. O Brasil tem muitas áreas a serem restauradas, o que reitera a necessidade de desenvolvimento e fortalecimento de uma Cadeia Produtiva da Restauração (CALMON, 2021; MMA, 2023).

destruição do ozônio estratosférico; 6) uso da água doce; 7) acidificação do oceano; 8) carregamento de aerossóis atmosféricos; e 9) incorporação de novas entidades (ROCKSTRÖM *et al.*, 2009). Os autores identificaram, ainda, que os primeiros quatro dos nove limites já se encontrariam fora da zona de segurança (mudanças climáticas, integridade da biosfera, mudança de uso do solo e fluxos biogeoquímicos) e alguns desses limites ainda não teriam sido quantificados o suficiente.

A partir desses estudos, uma série de proposições vem ganhando forma, no sentido de reorientar as políticas dirigidas ao desenvolvimento, como o *Modelo Donut (Doughnut Economics)* desenvolvido pela economista Kate Raworth (2017). Pensando no desafio contemporâneo de atender as necessidades humanas dentro dos limites das possibilidades do planeta, o *Modelo Donut* busca articular, sistemicamente, as dimensões sociais e biofísicas, se propondo a servir como uma bússola nessa direção.

Assim, o “teto ambiental” consiste em nove limites planetários, conforme estabelecido por Rockström e colaboradores (2009) e as doze dimensões da base social (alimentação, água, energia, saúde, educação, trabalho e renda, paz e justiça, voz política, equidade social, equidade de gênero, moradia e relações sociais), também em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (UN, 2015b). Segundo essa proposta (RAWORTH, 2017) o intervalo entre as fronteiras sociais e planetárias seria o espaço ambientalmente seguro e socialmente justo para que a humanidade possa prosperar, conforme o modelo apresentado a seguir na Figura 3.1.2-1.

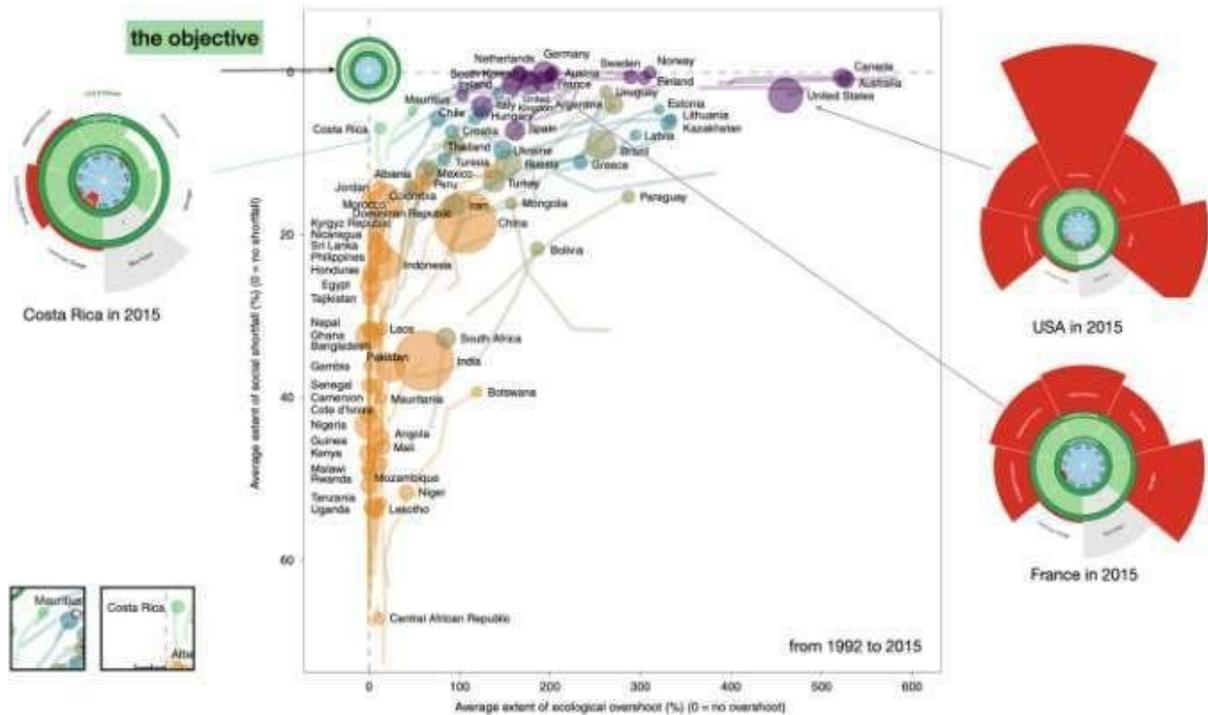
**Figura 3.1.2-1:** Modelo *Doughnut Economics*, considerando os limites planetários (biofísicos) e sociais do desenvolvimento para o século XXI.



**Fonte:** Raworth (2017).

Com base no *Modelo Donut*, Fanning e colaboradores (2022) analisaram a dinâmica histórica do desempenho social de 140 países, entre 1992 e 2015. Considerando o “intervalo justo e seguro” de 11 indicadores sociais e 6 indicadores biofísicos, propostos por Raworth (2017), os resultados dessa pesquisa revelam que nenhum país conseguiu atender às necessidades básicas de seus residentes, por meio de um nível de uso de recursos que possa ser compreendido como sustentável. Esse estudo aponta, ainda, para uma tendência de aprofundamento da crise ecológica e a manutenção das deficiências sociais, e sugere, com base nas projeções das tendências do “*business as usual*” até 2050, que profundas transformações sejam necessárias para proteger a saúde humana e planetária. Na sequência, o gráfico apresentado na Figura 3.1.2-2 ilustra os resultados dessa pesquisa.

**Figura 3.1.2-2:** Desempenho social dos países estudados entre 1992 e 2015, em relação aos limites planetários (a posição desejável deve se situar o mais vertical e à esquerda possível).



Fonte: Fanning *et al.* (2022).

Cabe enfatizar, nessa debate, o contexto global de agravamento das condições de desigualdade social e degradação ambiental, refletido em um “Norte no Sul global” se configurando por meio de um contingente cada vez mais reduzido de privilegiados, e um “Sul no Norte global” se constituindo através de um crescente contingente de marginalizados. Nessa discussão, se observam os atuais níveis de desigualdade socioeconômica estando próximos àqueles registrados no início do século XX, no auge do imperialismo ocidental, em um cenário no qual os 10% mais ricos detêm 78% da riqueza global e metade da população apenas 2% desse total, conforme relatado no *The World Inequality Report 2022* (CHANCEL *et al.*, 2022).

De acordo com essa fonte, não será possível vencer os desafios do século XXI, entre os quais os mais prementes relativos à emergência climática, sem que ocorra uma redução significativa nos níveis de desigualdade socioeconômica vinculados à este quadro. Como aponta outro relatório, o *Climate Inequality Report 2023*, a redução das desigualdades, seja via redistribuição e taxação das riquezas ou mediante outros mecanismos econômicos, poderia resultar em redução de emissões mais rápida e efetivamente, colocando em relevo a magnitude do que se denomina como “desigualdade global de carbono”, onde os 10% mais ricos concentram 76% da riqueza financeira e são responsáveis por cerca de metade das emissões do planeta, enquanto metade da humanidade possui menos de 2% da riqueza mundial e causa 12% das emissões globais totais (CHANCEL *et al.*, 2023).

Em complemento a esse argumento, o levantamento realizado pelo *The Global Risk Perception Survey*, publicado no âmbito do *The Global Risks Report 2022* (WEF, 2022), identifica as maiores ameaças globais, a longo prazo, relacionadas justamente às falhas nas ações de combate ao aquecimento global pelo descumprimento do Acordo de Paris (UN, 2015a), enquanto, a curto prazo, os maiores riscos se referem às crescentes polarizações políticas, às ameaças aos meios de subsistência e à deterioração da saúde mental.

Por todas as evidências apresentadas, a associação dos ganhos sociais com a redução dos impactos ambientais parece ser um dos maiores desafios geopolíticos e econômicos atuais. Associar o bem-estar das pessoas às dinâmicas planetárias, de forma equitativa, e dissociá-lo de um modelo de organização social e produtiva insustentável, injusto e ineficiente no uso dos bens comuns, se revela uma necessidade cada vez mais urgente.

Nesse debate, há de se repensar ainda os limites do Produto Interno Bruto (PIB) enquanto medida de “desenvolvimento”, uma vez observada a tendência de que, a partir de certo nível, o crescimento do PIB per capita perde a correlação com os indicadores de qualidade de vida. Por outro lado, a redução planejada e seletiva da produção e do consumo e o redirecionamento no uso dos recursos poderia contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do planeta, como advoga à perspectiva crítica da Economia Política do Decrescimento (PARRIQUE, 2019; 2023).

Multilateralmente, cada vez mais tem se reconhecido a importância e a urgência de se implementar ações de adaptação e mitigação climáticas articuladas aos objetivos de transição justa e ecológica. Em uma perspectiva sistêmica, esta via demanda um olhar integrado para as diferentes dimensões da vida em sociedade, envolvendo a articulação de atores e instituições em diversos níveis de governança. Assim, em face aos processos de colapsos (ecos) sistêmicos, na interseccionalidade<sup>21</sup> da *policrise* (MORIN; KERN, 1993) – ecológica, climática, econômica, social, cultural, ética, política, psicológica – são reveladas as limitações do modelo societário hegemônico para o enfrentamento de tamanhos desafios. E por essa razão, a busca por alternativas parece pressupor uma mudança de perspectiva em termos de visão de mundo,

---

<sup>21</sup> A interseccionalidade vem sendo reconhecida como elemento-chave para se pensar as bases das desigualdades sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidade e etnia. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) fornecem uma introdução necessária ao tema no campo do conhecimento e da práxis interseccional, com a seguinte descrição: “A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais cotidianas. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e se afetam mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. [...] a interseccionalidade constitui maneira de entender e explicar as complexas desigualdades sociais do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (COLLINS; BILGE, 2020, cap. 8).

capaz de destituir dispositivos de poder subjetivos e intersubjetivos. Nessa direção, possíveis confluências entre tradições e inovações, em uma mescla criativa, talvez possam ajudar a transcender pressupostos socioculturais arraigadas na contemporaneidade, como a própria noção de desenvolvimento em si (ESCOBAR, 1995; SACHS, 2000; KOTHARI *et al.*, 2019).

Situados em uma espécie de encruzilhada, recorreremos novamente à proposta de Morin (2011a) com relação à genuína metamorfose civilizacional necessária, quando nada mais, nada menos, mas quase tudo precisa mudar frente a uma situação dessa magnitude. Diante de um caos provável, quando as possibilidades de futuro se restringem, há a improvável, porém ainda possível, metamorfose, como via catalisadora da capacidade humana de se ressignificar e reinventar criativamente, transmutando radicalmente o seu modo de ver, ser e interagir com o mundo, diante das novas circunstâncias que se apresentam.

Ao se colocar em questão os valores humanos que estão nas raízes do modo de pensar e existir, inseparavelmente, o resgate do sentido da existência parece estar na base das múltiplas respostas e ações imediatas necessárias, com implicações profundas nos sistemas de crenças, valores, modos e meios de vida. Transcendendo as medidas incrementais e instrumentais de “comando e controle” e incidindo sobre as causas mais estruturais da crise, nessa busca se concentra na desconstrução de paradigmas dominantes, instituídos por processos sócio-históricos e geopolíticos profundamente assentados na matriz colonial de poder (LEFF, 2009; MORIN, 2010; ESCOBAR, 2018; QUIJANO, 2000).

Por conseguinte, a transição à sustentabilidade da vida implicaria na superação de ideias arraigadas, convencionalmente aceitas, inclusive aquelas sobre desenvolvimento. Para além de uma atuação estrita sobre a questão ambiental, esta incidiria em processos que envolvem a dimensão da subjetividade, conectadas à cognição e ao afeto, quando as promessas não-cumpridas da modernidade fizeram crer que para se alçar um “melhor nível de vida” a exploração de “recursos naturais” são condição-chave.

Tal visão utilitarista e antropocêntrica se funda na ideia de uma possível separação entre Cultura e Natureza, no controle e subjugação desta última pela primeira ainda aceitas, o que tende a reduzir a interpretação da dimensão estrutural da crise a leituras reducionistas e simplificadoras, esquecidas de que somos parte de uma complexa biosfera. Assim, (re)pensar caminhos originais em resposta ao modelo vigente de desenvolvimento, parece passar por visões outras, pelo resgate de cosmovisões e sentidos de existência sustentados no reconhecimento e no respeito à interconectividade da vida, em todas as suas formas, como princípio ainda gravado, de alguma maneira, na memória ancestral coletiva (ACOSTA, 2016).

Quando “falam” outras vozes que trazem outros mundos, elas “falam” de modos “aterrados” de resistência, (re)existência e de resiliência, praticados desde tempos imemoriais, evidenciando e inspirando outras possibilidades de convivialidade. Dispersas pelo Brasil, pela América Latina e por todo o globo, guardam-se por séculos sementes de outros sistemas-mundo, a serem regadas, cuidadas, adubadas e fortalecidas para gerarem possíveis frutos de regeneração da Terra (PORTO-GONÇALVES, 2006a; 2006b). Nesse caso, a potência das experiências plurais inspira ao exercício da criatividade e da cooperação, para fazer valer as mudanças necessárias diante dos problemas que assombram e das catástrofes que espreitam. Quando falam outras vozes que trazem outros mundos, devemos ouvi-las, mesmo tardiamente.

### **3.2 Fraturas, ruínas e linhas de fuga<sup>22</sup>: ultrapassando ideais e crenças modernas/coloniais**

Os ideais modernos sobre desenvolvimento, como a crença nos avanços lineares de progresso, se fortaleceram marcadamente, a partir da década de 1950, trazendo em seu bojo a relação dialética com o subdesenvolvimento. Na agenda geopolítica pós-colonial e do pós-guerra, os países centrais industrializados se converteram, assim, em exemplos a serem seguidos em termos de regimes de governo e padrões culturais pelos denominados países periféricos (ou em vias de desenvolvimento) (ROSEVICS, 2017).

Partindo desse pressuposto, a América Latina e outras regiões do globo deveriam adotar um conjunto de políticas, instrumentos e indicadores para saírem da condição de subdesenvolvimento e chegarem àquela desejada condição de desenvolvimento. Desse modo, ao longo das últimas décadas, quase todos os países tentaram seguir essa rota, uma receita supostamente certa. No entanto, poucos lograram sucesso e, no mundo, o que parece se observar atualmente é a condição de “mau desenvolvimento” generalizado (TORTOSA, 2008).

O avanço do imperialismo ocidental, sob a forma da globalização da economia, a partir do caminho aberto pela ideia de desenvolvimento, deixou como rastros o aumento das injustiças

---

<sup>22</sup> Linhas de fuga seriam vetores de desorganização e reorganização, no sentido de perder a estagnidade (ou a clausura) e escapar, não para se evadir de uma situação, mas para transbordar e redistribuir possibilidades que desembocam em transformação, ao menos parcial. Trazer o “improgramável”, o imprevisível para a criação de novos espaços-tempos. Se relaciona aos agenciamentos institucionais inéditos; às derivações, ao devir (DELEUZE; PARNET, 1998). O conceito pode ser usado em referência a um rizoma: uma estrutura multifuncional e polimorfa (ora funciona como raiz, ora como caule, talo, ramo, bulbo ou tubérculo), conectando e emitindo novos brotos, a partir de um crescimento sem direção clara e definida. Gilles Deleuze e Félix Guattari transpõem da botânica à filosofia as dimensões imagética e conceitual de rizoma, como um modelo descritivo para exemplificar um sistema epistemológico aberto, descentralizado e alternativo à forma tradicional de organizar conhecimentos e processos. A organização rizomática do conhecimento seria uma forma de resistência a um modelo hierárquico que se reflete em uma estrutura social opressiva (DELEUZE; GUATTARI, 1980).

sociais, as rupturas culturais e o declínio ecológico (KOTHARI *et al.*, 2019). Contudo, não se pode desconsiderar nessa reflexão a heterogeneidade de concepções no debate sobre desenvolvimento, a influência de diversas escolas de pensamento, desde as concepções mais economicistas que identificam desenvolvimento com crescimento do PIB, às leituras mais complexas que concebem desenvolvimento em escala humana, como o ecodesenvolvimento e suas derivações (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017).

Entretanto, embora a dimensão ambiental do desenvolvimento tenha estimulado a configuração de algumas correntes, a concepção convencional desenvolvimentista vem persistindo e se acentuando sob a forma de inspiração neoliberal, na busca por endereçar suas “externalidades”, ou seja, o agravamento dos problemas socioambientais globais (ACOSTA, 2016).

Essencialmente, a ideia de desenvolvimento aponta, cronológica e politicamente, para um avanço linear em uma mesma direção ao longo do tempo, movendo-se apenas para frente ou para trás, mediante a crença em um progresso técnico e econômico. Em termos geopolíticos, as nações desenvolvidas lideram esse caminho, mostrando às demais como segui-lo, sendo a diversidade de povos e realidades no mundo entendida de forma simplista na dualidade entre ricos e pobres, e o nível de desenvolvimento de uma nação sendo medido por meio do desempenho econômico, em geral, de acordo com o PIB (PARRIQUE, 2023).

Como ressaltado por Arturo Escobar (1995), um dos autores de referência no âmbito da Teoria Crítica ao Desenvolvimento, a ideia de desenvolvimento vem se configurando como um caminho inevitável para a melhoria da qualidade de vida dos países pobres, uma espécie de imposição imperial de países capitalistas ricos, por meio de um discurso de dominação cultural criado pelo ocidente para subjugação das sociedades não-ocidentais, incidindo na dimensão econômica, mas, sobretudo, na esfera do imaginário, da cultura e das subjetividades.

Por estar tão profundamente arraigada nas sociedades contemporâneas e nas mentes humanas atualmente, a noção de desenvolvimento vem sendo compreendida como um reflexo das aspirações pessoais e coletivas a uma vida digna. Ao mesmo tempo, são muitos aqueles que reconhecem os aspectos perversos dessa noção, mas esses são entendidos como inerentes e necessários ao processo, com os quais haveria de se conviver para lograr os supostos benefícios materiais para o aumento da qualidade de vida. Para Escobar (1995), entretanto, não seria possível estabelecer uma definição única de desenvolvimento, e, em linhas gerais, este poderia ser compreendido como um processo histórico recente, um fenômeno de grande alcance que abrange muitas dimensões e aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.

Para melhorar compreensão desse processo, vale resgatar a retrospectiva realizada por D'Alisa e colaboradores (2016). Segundo esses autores, até a década de 1940, o conceito de desenvolvimento não existia com a conotação adotada atualmente. Sua gênese pode ser identificada no final do período colonial, em alguns contextos específicos, como na *Lei Britânica de Desenvolvimento Colonial* de 1929, e em algumas iniciativas de desenvolvimento comunitário para erradicação da pobreza implementadas na África, em 1930. A partir de então, o desenvolvimento econômico começou a ser associado ao processo de abrir caminhos à reprodução “em áreas subdesenvolvidas” das condições de vida das nações industrializadas, envolvendo a tecnificação agrícola, a urbanização, a industrialização, com a adoção de valores modernos produzindo novas subjetividades e anseios.

No entanto, como destacado pelos mesmos autores, o desenvolvimento como conceito veio a se consolidar como um produto da Segunda Guerra Mundial, a partir dos realinhamentos econômicos e geopolíticos, materializados na criação de um vasto aparato institucional, envolvendo, entre outras instâncias, o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) e o *Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento* (BIRD), mais conhecido como *Banco Mundial*, a *Organização das Nações Unidas* (ONU) e demais agências de cooperação e planejamento para o “terceiro mundo”. Assim, os termos “desenvolvimento” e “terceiro mundo” se constituíram como produtos da mesma conjuntura histórica, no contexto do estabelecimento de uma nova ordem mundial: o desenvolvimento sendo interpretado como estratégia desejável para modernizar o terceiro mundo e, ao mesmo tempo, como estratégia para redirecionamento do capital e dos mercados, para a garantia de crescimento econômico e acumulação capitalista, (D'ALISA *et al.*, *op. cit.*).

Ao justapor a ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico àquela de desenvolvimento como política social, o discurso desenvolvimentista ganhou novos contornos, em anos mais recentes. Assim, a partir da década de 1970, instituições como o *Banco Mundial*, o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) e a *Organização Mundial do Comércio* (OMC) continuaram se curvando à ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, enquanto o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD), *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (UNEP), e a maioria das ONGs de alcance internacional, passaram a enfatizar a ideia de desenvolvimento como política social.

Dessa maneira, a noção de desenvolvimento passou a abranger, progressivamente, novas nuances, extrapolando o mero sentido de crescimento econômico. Para além das projeções do PIB, passaram a ser também adotados como indicadores aqueles de cunho social

e ambiental, como nutrição, saúde, educação, saneamento e outros, para se buscar avaliar o desempenho social de um determinado país. Todavia, esses indicadores permitem a comparação, e a comparação tende a produzir a ideia de déficits ao longo de uma linha do tempo. Nesse caso, a redução de déficits tem sido o objetivo do desenvolvimento nos últimos 70 anos. Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, constitui também um índice de déficit que classifica os países hierarquicamente e, portanto, pressupõe a existência de um horizonte no sentido de evolução social, parametrizado por critérios quantitativos (D'ALISA *et al.*, 2016; KOTHARI *et al.*, 2019).

Outros marcos globais fundamentais para o discurso sobre desenvolvimento foram a própria queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, em 1989. A partir de então, o processo de globalização da economia se intensificou. Em sua fase neoliberal, as forças do mercado transnacional tornaram “porosas” as fronteiras dos estados-nação e a economia, assim como a cultura, passou a ser, cada vez mais, influenciada por forças globais e o sentido de desenvolvimento, antes sob a responsabilidade do Estado, se desterritorializou (SCHUMACHER, 1977). Corporações transnacionais se instalaram em todos os continentes e os estilos de vida se tornaram alinhados entre si. As classes médias globais passaram então a consumir em shoppings, a adquirir uma ampla variedade de produtos eletrônicos de alta tecnologia e a assistir aos mesmos filmes e séries de TV, fomentando o sucesso do "pensamento de desenvolvimento", termo vazio, construído em bases frágeis, mas carregado de sentido positivado (KOTHARI *et al.*, 2019).

Nesse movimento, a despeito do relativo encantamento geral com a ideia de desenvolvimento e, embora as políticas de combate à pobreza tenham tido algum sucesso, essas se efetivaram às custas de danos ambientais e desigualdades ainda maiores em outros contextos. Na contemporaneidade, ainda que o “status” da ideia de desenvolvimento como horizonte de futuro se mantenha, se observam dificuldades cotidianas relativas aos meios de subsistência e o dia-a-dia das pessoas parece se tratar mais de uma “luta pela sobrevivência” do que de um usufruto do progresso e da prosperidade. Além disso, os efeitos das mudanças climáticas e da erosão da biodiversidade sobre a qualidade de vida das pessoas vêm lançando dúvidas quanto à crença de que as nações desenvolvidas sejam o auge da evolução social. Mas, ao contrário, esse modelo de sociedade acabou por gerar inúmeros retrocessos que se desdobram em ameaças a própria existência humana.

A esse respeito, segundo Kothari *et al.* (2019), a própria narrativa expressa nos ODS da Agenda 2030 (UN, 2015b) colocaria em questão a promessa histórica da trajetória dos países

desenvolvidos como modelos a serem seguidos pelas sociedades para o alcance dos frutos da civilização industrial. Ao ser anunciada em seu lançamento como “uma agenda de alcance e significado sem precedentes [...]” e que “esses são objetivos e metas universais que envolvem todo o mundo, tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento”, o próprio modelo passaria, então, a ser questionado e estar ameaçado. Assim, desde os “limites ao crescimento”, de 1972, aos “limites planetários”, de 2009, a análise tem sido clara em uníssono: desenvolvimento-como-crescimento-econômico-financeiro acarreta a insustentabilidade socioecológica, da vida. Com essa perspectiva, os referidos autores questionam, portanto: “de que adiantaria uma narrativa de desenvolvimento, se não há referência, nenhum país no mundo que possa ser considerado ‘desenvolvido de forma sustentável’?” (KOTHARI *et al.*, 2019).

No bojo dessas indagações, ao se debruçarem em estudos sobre desenvolvimento, seus pensadores vieram a identificar pelo menos três correntes de pensamento, com diferentes orientações teórica-conceituais, desenvolvidas sobre o tema em momentos distintos, conforme sistematização de Arturo Escobar (D’Alisa *et al.*, 2016):

- Teoria da Modernização (1950-60) – aliada à noção de crescimento econômico, tendo como base a premissa dos efeitos benéficos do capital, da ciência e tecnologia pelos teóricos da elite;
- Teoria da Dependência (1960-70) - de inspiração marxista cujo argumento discute as raízes do subdesenvolvimento, se encontrando na conexão entre a dependência externa dos países pobres em relação aos ricos e na exploração dos ricos sobre os pobres em cada país. Defende um caminho socialista para o desenvolvimento, mas mantendo os pressupostos do crescimento econômico desenvolvimentista, tendo como foco a luta de classes no capitalismo e não os problemas do modelo de desenvolvimento;
- Teoria Crítica Cultural (a partir dos anos 1980) - questiona a própria ideia de desenvolvimento em si, analisando-a como um discurso de origem ocidental, um poderoso mecanismo de produção cultural, social e econômica, de poder.

Tais teorias são apontadas como originárias de três paradigmas ou ideologias centrais no plano dessa reflexão: a liberal, a marxista e a pós-estruturalista. Apesar das sobreposições e combinações possíveis entre elas, as versões da Teoria da Modernização (liberal) se apresentam como hegemônicas e representam as principais vias nas narrativas atuais. Essa é, também, a via interpretativa associada à globalização neoliberal, com seus pressupostos centrais que permanecem enfocados no crescimento econômico, no progresso, nos valores modernos e na ação política nacional. As perspectivas marxistas e culturais tendem a se expressar com vigor

na América Latina, nos debates sobre o socialismo do século XXI (marxista), o ecossocialismo e as noções referentes ao paradigma de Bem Viver (orientação cultural), em contraponto aos marcos liberais e neoliberais (D`ALISA *et al.*, 2016).

Nesse debate, Dávalos (2005) ressalta o papel do Estado burguês e sua ideologia liberal ao procurar tornar hegemônica a cultura capitalista do ocidente europeu, relegando às demais de expressão cultural o título de “mortas ou arcaicas”, invisibilizando assim a dimensão cultural do debate, na pretensão normativa do paradigma liberal de se colocar como civilizatório e mesmo ontológico, como um “dever ser” da história que entra em conflito com as concepções distintas e plurais de mundo, como aquelas indígenas.

Nesse processo, Vandana Shiva (2003) aponta para a reedição intensificada do colonialismo nessas bases, pois além de manter a lógica de dominação dos poderes ocidentais sobre as culturas não-ocidentais, esse modelo traz consigo a colonização da própria vida, do espaço interno dos seres vivos (humanos, animais e plantas) por meio de um sistema que se autodetermina superior, o que, portanto, legitima a opressão, sobretudo pelas vias do conhecimento e da cultura. Assim, mecanismos de dominação seriam concebidos e reeditados como formas únicas e centralizadoras de se pensar e de estar no mundo, instituindo uma “monocultura” que se inicia na mente e alcança o solo (e/ou vice-versa). Como agravante, coloniza-se a própria noção de futuro, a própria subjetividade, subtraindo as possibilidades de outras bases de existência (SHIVA, 2003).

Assim, a escola de pensamento dominante se fundou na necessidade de homogeneizar, desenvolver, modernizar como via para se avançar linear e inexoravelmente em direção a um mundo melhor. Nessa perspectiva, segundo Escobar (2020) se inscreve um erro ontológico primordial e a expressão de uma racionalidade positivista, patriarcal e mecanicista que vem contribuindo para anular as diferenças e a diversidade de culturas em nome de uma modernidade racional e desenvolvimentista em expansão, com sérios prejuízos à própria dinâmica do sistema-mundo que a sustenta.

Mas, a despeito do predomínio da perspectiva neoliberal nos debates internacionais sobre desenvolvimento, contudo, os problemas globais mal resolvidos, como o aprofundamento da pobreza e da destruição ambiental, acabam por manter vivos os diálogos fundamentais sobre desenvolvimento, em conexão com as questões de descolonização epistêmica, justiça social e ambiental, em defesa da diferença cultural e da transição para marcos pós-capital, pós-patriarcal, pós-antropocêntrico, pós-eurocêntrico, pós-crescimento e pós-desenvolvimento (ESCOBAR, 2018; 2020).

### 3.2.1 “A Casa da Modernidade”

Experimentos inovadores no campo da educação vêm sendo construídos, a medida que percorrem caminhos sensíveis que “disparam” diálogos sobre desenvolvimento ludicamente, por meio de dispositivos artísticos e visuais criativos. De modo a ativar subjetividades e a percepção desde espaços internos que transcendam o lugar da racionalidade estrita, para além dos moldes discursivos, a tradução de conhecimentos e leituras vem se delineando pela pesquisadora Vanessa Andreotti e pelos integrantes do coletivo *Gesturing Towards Decolonial Futures*, em uma série de ilustrações, concebidas como cartografias sociais para inspirar caminhos cognitivos e alternativos à crise civilizatória.

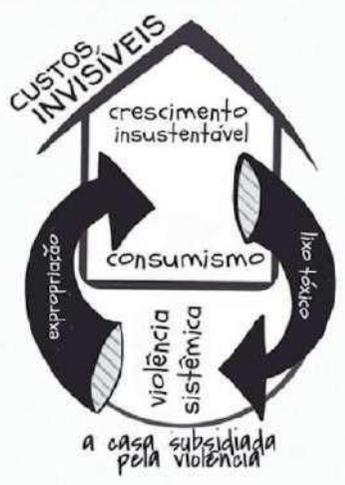
Assim, foi concebida a cartografia da “Casa Construída pela Modernidade” (ANDREOTTI *et al.*, 2019), apresentada como:

*[...] um diagnóstico do presente com enfoque num imaginário global moderno/colonial em que ser é reduzido a saber, os lucros prevalecem sobre as pessoas, a terra é tratada como um recurso ao invés de uma relação viva, e as promessas cintilantes dos estados, mercados e da racionalidade ocidental são subsidiadas com a negação dos males da pobreza, genocídio e destruição ambiental (ANDREOTTI *et al.*, 2019, p.10).*

Este instrumento pedagógico se traduz como um convite à reflexão crítica sobre os modos de existência contemporâneos, suscitando provocações e perguntas, em sintonia, também, com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2007) que concebe o conhecimento não como uma representação da realidade, mas sim como forma de intervenção social contextualizada (ANDREOTTI *et al.*, 2019).

Como salientam os autores, nessa cartografia busca-se, ludicamente, sintetizar uma série de perspectivas críticas à modernidade, promovidas por diversos grupos e pesquisadores em estudos étnico-raciais afro e indígenas, descoloniais, pós-desenvolvimentistas, pós-coloniais, refletidas nas obras de estudiosos como Gayatri Spivak, Frantz Fanon, Denise Ferreira da Silva, Nelson Maldonado-Torres, Fred Moten, Arturo Escobar, Vandana Shiva, Silvia Rivera Cusicanqui, Sylvia Wynter, Glen Coulthard, Michalinos Zembylas, Ilan Kapoor, Sara Ahmed, Leela Gandhi, David Scott, M. Jacqui Alexander entre muitos outros e outras (ANDREOTTI *et al.*, *op. cit.*), como ilustrado na figura esquemática a seguir (Figura 3.2.1-1).

**Figura 3.2.1-1:** Cartografia social da “Casa Construída pela Modernidade”.

 <p><b>A CASA E O PLANETA</b></p> <p>RACIONALISMO UNIVERSAL CAPITALISMO GLOBAL ESTADO NAÇÃO</p> <p>SEPARABILIDADE</p> <p>PLANETA TERRA</p> <p>a casa que excede os limites do planeta</p>	 <p><b>CUSTOS INVISÍVEIS</b></p> <p>crescimento insustentável</p> <p>consumismo</p> <p>violência sistêmica</p> <p>a casa subsidiada pela violência</p>	 <p><b>ANDARES</b></p> <p>norte do norte</p> <p>norte do sul</p> <p>sul do norte</p> <p>sul do sul</p> <p>a promessa falsa de acesso universal à classe média</p>	 <p>câmbio climático instabilidade econômica cancelamento de direitos populismo precariedade</p> <p><b>DANO ESTRUTURAL</b></p> <p>saúde mental econômicas políticas crises</p> <p>conflitos armados imigração forçada / em massa</p> <p>reformular? expandir? outra casa? outra forma? outro planeta?</p>
<p>A casa construída pela modernidade ultrapassa os limites planetários e se constrói com base em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- um alicerce de separabilidade (separações entre seres humanos e a terra e hierarquias entre os humanos);</li> <li>- uma parede de apoio da razão universal baseada no humanismo iluminista;</li> <li>- uma parede de apoio dos estados-nações modernos, baseada nos princípios de justiça e direitos liberais;</li> <li>- um telhado de capital global representando o capitalismo financeiro (atualmente).</li> </ul>	<p>Os custos externos e invisibilizados da construção e manutenção da casa são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a expropriação e a exploração histórica e contínua das terras, da natureza e das pessoas;</li> <li>- a desterritorialização, a miséria e a fome;</li> <li>- os epistemicídios, ecocídios e genocídios.</li> </ul> <p>Uma seta aponta para a extração de recursos que sai do planeta para a casa; uma outra mostra as "externalidades" que saem da casa para o planeta.</p>	<p>A casa apresenta divisões sociais e a promessa de mobilidade social para todos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O nível superior da casa é apresentado como o "norte-do-norte": aqueles que acumularam mais riqueza e poder e asseguraram sua posição como legítimos produtores de valor e herdeiros da casa;</li> <li>- No segundo nível, o "norte-do-sul" se dedica a subir os degraus da mobilidade social, esforçando-se para atingir o padrão estabelecido pelo "norte-do-norte";</li> <li>- O porão é o lugar do "sul-do-norte" e reúne as pessoas exploradas e marginalizadas dentro da casa e aquelas que se desidentificam com as aspirações dos andares superiores;</li> <li>- Fora da casa se encontra o "sul-do-sul": aqueles que vivem sem as seguranças e certezas oferecidas pela casa e subsidiam sua existência, pagando o mais alto preço para sua manutenção. Eles ainda lutam para proteger alternativas à vida na casa.</li> </ul>	<p>Atualmente, a casa está rachando debaixo de um telhado danificado pela água que está desabando com o peso das crises sociais, ecológicas, econômicas e políticas, incluindo o crescimento insustentável, o consumo desenfreado, o excesso de mão-de-obra, as crises de saúde mental e a anulação de direitos sociais prometidos.</p> <p>A imagem evoca as seguintes perguntas:</p> <p>Devemos consertar a casa? Expandi-la? Construir outra? Criar outros tipos de abrigo?</p>

**Fonte:** Adaptado de Andreotti *et al.* (2019).

As reflexões suscitadas pela “Casa da Modernidade” conduziram à uma série de outras cartografias sociais complementares concebidas pelos autores. Uma delas se propõe a ilustrar, pedagogicamente, os modos de produção de subjetividades na “Casa”. Nesta cartografica, se destacam alguns elementos que vêm caracterizando a racionalidade moderna e os parâmetros do que seria “inteligível, legítimo, viável e desejável” dentro desta visão de mundo. As possibilidades de experimentação do mundo, segundo esta perspectiva ontológica moderna, reduzem o “ser” ao “saber” e a “vida” à “produção de significado racional”, em um processo de interação objetiva que se assenta na materialidade da “Casa” (ANDREOTTI *et al.*, 2019).

As reflexões críticas acerca deste tema foram então traduzidas na imagem do “*boxhead*” ou “cabeça de caixa”: um ser com uma grande e quadrada cabeça e um corpo diminuto, mal-acabado. Os referenciais que atribuem coerência ao projeto da modernidade são estampados em sua cabeça: o sonho moderno de progresso e desenvolvimento, consolidado através do uso de conhecimentos objetivos para se controlar a “natureza” e construir uma sociedade melhor. Ou seja, esse esquema retrata a forma como a modernidade afeta o raciocínio lógico, a noção de “eu” e de realidade, envolvendo os desejos e as prerrogativas, restringindo a capacidade de sentir, perceber, se relacionar, ser e imaginar de outras maneiras (ANDREOTTI *et al.*, *op. cit.*), conforme ilustrado na Figura 3.2.1-2, a seguir.

**Figura 3.2.1-2:** Cartografia social do “Cabeça de Caixa”, ilustrando a produção de subjetividades pela racionalidade moderna.



Fonte: Andreotti *et al.* (2019).

Sob a lógica cartesiana, o “cabeça de caixa” pensa e logo existe: sua relação com o mundo é mediada por seu repertório cognitivo de significados, ao invés de seus sentidos físicos, o que acaba por limitar e amortecer a percepção e o senso de realidade. O logocentrismo o faz acreditar que a realidade pode ser descrita pela linguagem e o universalismo o leva a entender a sua interpretação da realidade como sendo objetiva e a projetá-la como a única visão legítima e valiosa de mundo. O raciocínio antropocêntrico e dualista o faz ver a si como dissociado da natureza e com voz de comando para gerenciá-la, explorá-la e controlá-la. Em decorrência, o pensamento teleológico concebe a construção de um futuro restrita aos moldes do que já foi vivido, mediante uma lógica linear afeita a consensos e resoluções e contrária a paradoxos, complexidades e contradições, tendo como ideal para a humanidade um caminho único de evolução a um ápice da civilização (ANDREOTTI *et al.*, 2019).

### **3.3 Descolonização do imaginário e emergência de horizontes de (co)existência**

Repensar o quadro de degradação socioambiental e a ideia de desenvolvimento implica em reconhecer, sobretudo, que estas sinalizam para uma situação estrutural, mais crítica do que propriamente um quadro de crise. Isto porque, a perspectiva de crise denota um estado transitório e traduz um certo sentido de otimismo, ao apresentar um caráter passageiro, o que não corresponde precisamente à presente situação de limiar planetário (ESCOBAR, 2018).

O acirramento de tensões em um “mundo em ruínas” (TSING, 2019) tem ameaçado, irredutivelmente, a própria “Casa da Modernidade”, ao incidir sobre suas bases estruturais, constituintes do próprio “solo” da Terra. Em um planeta cujas condições de existência estão se tornando cada vez mais desfavoráveis, nessa nova era geológica-política denominada como Antropoceno se evidenciaria, assim, os entrelaçamentos e a indissociabilidade entre a sociedade humana e o mundo natural, colocando em xeque os pressupostos que historicamente vieram a dissociar Cultura e Natureza, desconstruindo o suposto desacoplamento existente entre as Ciências Humanas e Sociais das Ciências Naturais presente nos fundamentos do pensamento moderno (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016; LATOUR, 1994, 2020).

Nessa conjuntura, viver no Antropoceno significa habitar um mundo de incertezas, não linear, conviver com um alto grau de imprevisibilidade em termos das respostas que o sistema Terra pode gerar como efeitos de ações humanas em curso (VEIGA, 2019). Essa noção vem colocar em xeque o projeto de desenvolvimento baseado na ideia de um possível “gerenciamento dos recursos naturais” para subsidiar uma exploração a longo prazo. Ressignificar a noção de natureza como “externalidade” e incorporar uma visão biocêntrica acerca do sistema-terrestre,

cujos processos biogeoquímicos se entrelaçam às relações humanas na política da vida cotidiana, requer respostas inéditas, para as quais na cultura moderna não houve preparo algum (TSING, 2005; STENGERS, 2015; BONNEUIL; FRESSOZ, 2016).

Conforme debatido até aqui, o colapso ecológico-climático vem se manifestando como uma das expressões de uma crise de representações imaginárias, com correspondência especial nas noções de progresso e desenvolvimento, subjacentes à ideologia econômica dominante. Seu enfrentamento, implicaria, todavia, uma espécie de revolução cultural que, por sua vez, implica mudanças profundas e imperativas na estrutura psicossocial inscrita na sociedade hegemônica e a ressignificação de atitudes perante a vida, em inúmeros contextos. Em suma, se reafirma a necessidade de mudança na forma como a economia se institui no imaginário ocidental moderno, o que demandaria uma profunda transformação existencial e verdadeira metamorfose civilizacional (CASTORIADIS, 1987; LATOUCHE, 2005; MORIN, 2011a; DILGER *et al.*, 2016).

Desse modo, a suposta resiliência ideológica da noção de desenvolvimento se baseia em um processo de conversão das mentalidades, em um movimento compreendido como a colonização do imaginário. Nessa espécie de “invasão mental”, cada ser humano tende a representar, ao mesmo tempo, o papel de agente passivo e ativo na sua reprodução. O despertar para essa condição implicaria na “descolonização do imaginário”, marcando uma importante mudança semântica e paradigmática, em termos de valores. Portanto, “desocidentalizar-se” seria um processo tão central quanto difícil, no qual a educação tem um papel essencial na atual conjuntura (CASTORIADIS, 1987; LATOUCHE, 2005; DILGER *et al.*, 2016).

Renovar os horizontes políticos imaginativos e as práticas sociais implicaria em ressignificar perspectivas e sentidos, nas relações consigo, com o outro e com toda a natureza. E, se por um lado, a imagem da Terra vista do espaço pela primeira vez evocou um sentido de finitude e coesão, por outro, reforçou também a ideia de separação e dominação, acenando como uma possibilidade para o ser humano de estar fora e distante do sistema do qual depende. E parece ter sido justamente essa visão, objetiva, neutralizada, como salienta Bonneuil e Fressoz (2016), que veio a ser reforçada como imaginário, segundo a perspectiva moderna de uma natureza externa, como aquela “objetificável”, que está fora. Nesse processo de “desencantamento”, a proeminência da racionalidade instrumental e da negação do mundo como alteridade fez “dos modernos” e “das modernas” pessoas sem mundo, desterritorializadas, capazes de apagar até mesmo outros imaginários, como os dos indígenas e dos movimentos socioambientais de base, portadores de perspectivas que inscrevem soluções “biointerativas” (BISPO DOS SANTOS,

2015) relevantes diante da atual desordem ecológica, ontológica (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016).

Alicerçados na ideia de separatividade, os medos existenciais e as crenças limitantes passaram a povoar o imaginário individual e coletivo, que acabam por sustentar a “Casa da Modernidade”. Isso porque as inseguranças ligadas à condição de vulnerabilidade e o receio de escassez (e também de demérito, vazio existencial, perda, morte e dor) são assim mobilizados nas modernas economias de produção de valor, mediante um ideal de vida melhor, soberana, civilizada, próspera, desenvolvida, evoluída etc. (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014; ANDREOTTI *et al.*, 2019).

Na medida em que não se percebe como interconectado/a à terra, aos outros e ao cosmo, a separatividade dualista produz uma série de distorções nessas relações. Separadas e reduzidas, cada parte perde em potência: a terra passa a ser vista como fonte de recursos e/ou como propriedade; o valor de existência intrínseco da vida humana e não humana tende a ser negado e se restringir a sua “utilidade”, em uma medida de “valor” correspondente. Nesse processo, a produção de medos existenciais ganha espaço e, através de economias afetivas, cognitivas, relacionais e materiais da modernidade, se traduzem os desejos compensatórios (coloniais) e as prerrogativas de direitos adquiridos. O medo da escassez, por exemplo, se traduziria no desejo da acumulação que, por sua vez, se manifesta então no senso de uma meritocracia, no direito adquirido à propriedade privada como segurança (GUATTARI; ROLNIK, 1986; KRENAK, 2019; 2020a; 2020b; 2020c; ANDREOTTI *et al.*, 2019).

Mas, em outra perspectiva, no caso de a Terra ser percebida como um metabolismo autorregulador, um macroorganismo (Gaia), do qual a humanidade em toda sua diversidade faz parte, talvez o anseio fundamental, em relação ao vazio existencial, fosse uma expressão da intencionalidade metabólica de ligação, de cura e de recuperação da integridade do com o “todo”. Porém, na “Casa da Modernidade”, esse anseio fundamental tende a ser capturado na produção de subjetividades voltadas a desejos projetados de seguranças e de prazeres, através do consumo de sensações, relações, narrativas, experiências, promessas inalcançáveis e ilusórias (LOVELOCK; MARGULIS, 1974; MACY; BROWN, 2004; ANDREOTTI *et al.*, 2019; LATOUR, 2020).

Portanto, a reconexão simbólica da Cultura com a Natureza envolve a libertação das subjetividades envolvidas, como parte do processo de reintegração de um todo que, na realidade, nunca esteve dissociado. Nesse processo, a visão de mundo moderna, orientada pela ontologia naturalista e epistemologia ocidental, cederia espaço a outro repertório de histórias, narrativas,

memórias, vivências e afetos, orientado mesmo por uma ontologia animista que concebe o cosmo como um todo vivo, produzindo, a partir dessas conexões, novos desejos, novas relações, em um tipo de “reencantamento do mundo” (STENGERS, 2018).

Dito em outras palavras, descolonizar o imaginário, nesse sentido, desvinculando-o de uma racionalidade economicista ou desenvolvimentista e vinculando-o a uma racionalidade ecológica e comunitária, seria a via pela qual novas subjetividades conectadas à dinâmica da vida poderiam expressar outras realidades, outros futuros imagináveis e outros mundos possíveis. Assim, ao invés de priorizar o dividir e o classificar, busca-se fazer as pontes e as conexões, no tecer de redes e relações, que transformem as divisões em um rico mosaico, contrastante e ativo, com poder de afetar, de produzir pensamento e sentimento. Para além do “modernizar”, urge “ecologizar” pela via do encantamento real, aliando Política, Natureza e Cultura em um mesmo debate, em uma agência humana e não-humana, como espécies companheiras (LATOUCHE, 2005; LEFF, 2006; HARAWAY, 2015; STENGERS, 2018). A noção de Ecologia, nessa perspectiva, se vincularia assim a uma composição em três dimensões de existência: do ambiente natural, das relações sociais e da subjetividade humana, considerando os termos da Ecosofia de Félix Guattari (1991).

### **3.3.1 “Aos cuidados da Terra”**

Pensar caminhos vivos de “reconexão”, de “re-ecologização”, diante da tentativa histórica de se buscar negar o entrelaçamento do ser humano com a t(T)erra e de uns com os outros, estaria, nessa perspectiva, na raiz das respostas aos desafios contemporâneos. Mas, a ideia de separabilidade permeia os pensamentos de tal modo que não se consegue conceber modos de existir em outras bases, impedindo a imaginação da existência fora dos parâmetros da “Casa Construída pela Modernidade”.

Por meio de dispositivos epistêmicos dualistas, o capital traçou uma trajetória de objetificação, cientificação e mercantilização, tanto dos territórios e dos bens comuns, como dos corpos e da força de trabalho que os constituem. Por conseguinte, os desafios contemporâneos se dirigem, sobretudo, à superação de tais hábitos coloniais/modernos de ser, que fundamentalmente colocam em risco as formas de vida tal qual as conhecemos, não pelo fracasso, mas, ao contrário, pelo êxito de uma determinada forma de colonialidade do poder e do saber nesses termos (DILGER *et al.*, 2016; QUIJANO, 2000; 2005; LANDER, 2010).

Desde uma perspectiva transformadora e regenerativa (em face à liberal e representativa), em resposta, Andreotti e colaboradores (2019) buscam mobilizar sentidos internos, através da

ilustração pedagógica de uma outra cartografia social, “o cuidadoso e invisibilizado trabalho desempenhado pela Terra”, continuamente, conforme apresentado na Figura 3.3.1-1, a seguir. Os autores almejam, através da contemplação dessa imagem, suscitar reflexões profundas sobre os modos como os seres humanos, como partes integrantes do metabolismo da Terra, poderiam agir em reciprocidade para potencializá-lo. Como metáfora, os autores utilizam-se do papel dos fungos na natureza, que ao desempenharem as funções de decomposição, regeneração, comunicação e distribuição dos nutrientes nos sistemas ecológicos, promovem as condições favoráveis para que a vida possa se manifestar em plenitude. De modo análogo, esta ilustração procura expressar as condições necessárias para que a “justiça sistêmica” se manifeste.

**Figura 3.3.1-1:** Cartografia social “Aos Cuidados da Terra”, revelando as relações sistêmicas entre as dimensões ocultas, “subjetivas”, e as aparentes, “objetivas”, propícias à vida.



**Fonte:** Andreotti *et al.* (2019).

Acima do solo, na superfície, se visualiza a porção aparente do fungo, frutificada como cogumelo, mas, para que isso ocorra, na subsuperfície do solo se fazem necessárias condições adequadas para que a outra porção, o micélio “saudável”, se estabeleça. Assim, analogamente, a justiça ecológica e econômica seriam as partes aparentes do “macroorganismo”, representadas pelos cogumelos, que se conectam à sua porção não aparente, subjetiva e oculta, sob a forma de justiça cognitiva, afetiva e relacional, representada pelo micélio saudável abaixo da superfície (ANDREOTTI *et al.*, 2019).

Como apontado na ilustração dos autores, os cogumelos são nutridos pelos elementos da natureza, “ar e água”: o “cogumelo” da justiça ecológica seria nutrido pelo “vento”, o que evoca a aspiração de se criar horizontes de esperança para além (do fim) da “Casa da

Modernidade”; o “cogumelo” da justiça econômica seria nutrido pela “chuva”, o que representa as lições aprendidas com as lutas de raça, gênero, classe e outras tantas por reconhecimento, acesso, redistribuição e representação política dentro da “Casa”, como aquelas empreendidas pelos movimentos indígenas, anticoloniais e abolicionistas que sinalizam para possibilidades situadas fora da “Casa” (ANDREOTTI *et al.*, 2019).

Em linguagem imagética, essa cartografia faz referência à relação entre as partes aparentes “frutificadas” do cogumelo e as partes ocultas do rizoma fúngico, enfatizando as condições necessárias para que os cogumelos emerjam na superfície, a depender de micélios saudáveis na subsuperfície. Essa metáfora busca traduzir as relações entre as justças (equilíbrio/cura) cognitiva, afetiva e relacional como condições básicas para que as justças (equilíbrio/cura) ecológica e econômica ocorram. Dessa maneira, o esquema ilustra as dimensões “imateriais” (ocultas) pessoal, social e psicossocial como sendo a base de sustentação das dimensões materiais (aparentes) ecológica e econômica (funcionamento e administração da “Casa”). Sistemicamente, a justiça, o equilíbrio e a cura desses “cinco elementos” indissociáveis são fundamentais aos tempos atuais a precisariam ser considerados em seu conjunto, conforme a proposta dos autores apresentada em outro esquema ilustrativo abaixo, na Figura 3.3.1-2.

**Figura 3.3.1-2:** “Teia das cinco curas.”



**Fonte:** Adaptado de Andreotti *et al.* (2019).

Neste complexo debate, importa não perder de vista a menção dos autores às inspirações recebidas de cosmovisões indígenas que negam a cisão entre o ser humano e (a dita) natureza na concepção dessa cartografia, como aquelas especialmente compartilhadas pelas etnias Guarani, Pitaguary, Fulnio, Blackfoot, Cree, Quechua, Nahuatl e Maori (ANDREOTTI *et al*, 2019). Apesar de guardarem semelhanças com certas abordagens críticas socialistas ao capitalismo, as perspectivas indígenas que serviram de base à essa compreensão não se fundamentam em conceitos antropocêntricos, nos quais o processo histórico é concebido a partir de uma noção linear de tempo e, tampouco, se baseiam em critérios de produção econômica, divisão do trabalho ou prazer como centrais à organização social (ANDREOTTI *et al*, *op. cit.*).

Pelas razões expostas, a transição paradigmática societária, rumo a horizontes sustentáveis e regenerativos, teria como pressuposto a inclusão das mais diversas vozes e visões de mundo, em um amplo diálogo. Ainda que as incertezas do presente ofereçam pouca abertura para um engajamento com as teorias decoloniais e suas implicações nas dimensões afetivas, necessárias à transformação desejável, os inúmeros desafios sociais, políticos e ecológicos apontam para a urgência de uma leitura lúcida e mais apropriada da realidade, de modo que seja possível desconstruir hábitos cognitivos/afetivos notadamente nocivos e reconstruir outros mais saudáveis nas esferas do saber, ser, querer, se relacionar e, em última instância, do viver (ANDREOTTI *et al*, 2019).

Etimologicamente, o termo “desastre” significa “separação do astro” e, em nossas paisagens contemporâneas arruinadas, a vida insiste em resistir nos interstícios, nas bordas, nos lugares mais improváveis. As “ruínas” constituem, agora, “nossos jardins”, nos quais paisagens multiespécies protagonizam, ainda, diferentes histórias a serem contadas (TSING, 2019). Desse “argumento fúngico” emana esperança, na integração das experiências provenientes de “bordas e interstícios”, capazes de trans-formar ideais arraigados, como o da domesticação (sobretudo de mulheres e de plantas), como tantos outros contornos da colonização (HARAWAY, 2015; TSING, 2019; MBEMBE, 2020; BISPO DOS SANTOS, 2015; KRENAK, 2019; 2020a; 2020b).

## 4. POR JUSTIÇA ECOLÓGICA E SOCIAL: Em Busca de Alternativas

---

*“A construção de um futuro sustentável aponta para a criatividade humana, para a mudança social e a construção de alternativas. Isso nos leva a pensar na abertura do mesmo para o outro.”*  
Enrique Leff

### 4.1 Epistemologias aterradas e saberes plurais: religando ecologias

Partindo da indiscutível e premente necessidade de se buscar transitar para sociedades mais justas e ecológicas, diante da convergência de múltiplas crises na atualidade, como poderia ser possível conceber e experimentar possibilidades de articulação política e de práticas cotidianas favoráveis às dinâmicas da vida, ao mesmo tempo em que se atravessa tais desafios?

Na tentativa de formulação de respostas a essa pergunta, não se pode perder de vista o pano de fundo que situa essa reflexão: a necessidade de superação de um paradigma que fomenta a reprodução de um modelo de desenvolvimento e orienta as formas ocidentais de dar sentido e se relacionar com a natureza e com o outro como domínios separados de si. Nessa travessia, parecem imprescindíveis novas narrativas sobre quem somos, investigar profundamente nossa natureza, de modo que possamos ultrapassar modelos mentais que não mais nos servem e desencadear verdadeiras “metamorfoses” curativas.

Buscando avançar nessa direção, neste capítulo, são discutidas algumas possibilidades para que se possa melhor elaborar a questão formulada acima, dirigindo o olhar e o pensamento a práticas efetivas de experimentação, tanto na escala micropolítica, quanto em escalas mais amplas, para se pensar, de forma sistêmica e interconectada, as *Três Ecologias*: os fenômenos complexos ligados às subjetividades humanas, às dinâmicas ambientais e às relações sociais (GUATTARI, 1991).

Para tanto, como uma atividade do pensamento que busca a compreensão do mundo pela via da racionalidade, de forma holística e integradora, a Filosofia permeia a construção de conexões rumo a novos territórios do conhecimento, para que se possam emergir as manifestações de modos distintos de existência. Dessa forma, é possível compreender a Filosofia a partir de diferentes olhares, movimentos e perspectivas éticas, contemplando a criação de novos conceitos e realidades (CAVALCANTE, 2020).

No plano de imanência do pensamento, nesse movimento ao encontro e desencontro de outras formas de pensar, a Filosofia Ecológica ou a Ecosofia, enquanto neologismo concebido por Felix Guattari (1991), busca integrar Ecologia e Filosofia, e assim abordar, conjuntamente,

as *Três Ecologias* interdependentes: *social*, *mental* e *ambiental*. Nessa abordagem, a *Ecologia Social* contribuiria para a compreensão de práticas que tendem a modificar e a reinventar modos de ser no seio social (do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho. etc.); a *Ecologia Mental* seria dirigida para a significação e a ressignificação das relações do próprio sujeito com o seu corpo e seus conteúdos mentais, ao mesmo tempo em que procura antídotos para lidar com as influências intersubjetivas e culturais da sociedade (uniformização midiática e telemática, conformismo das modas, manipulações pela publicidade, etc.) e a *Ecologia Ambiental* se vincularia à leitura de práticas humanas em conexão com as dinâmicas ecológicas (GUATTARI, 1991).

Na perspectiva do biólogo Edward O. Wilson (1984), a “biofilia”, *bio* (vida) e *philia* (afeição), ou o “amor pela vida”, reivindica a ligação emocional entre os seres humanos e os outros seres da natureza. Outros pensadores como Arne Naess (1989) e Michel Maffesoli (2006) também apontam, em suas diferentes abordagens filosóficas, para um outro tipo de relação entre Cultura e Natureza e outras subjetividades, nas quais os domínios humanos e não-humanos são concebidos como indissociáveis, como um reflexo relacional de uma ampla comunidade de vida. Tais autores destacam, ainda, a vigência de sinais que apontam para uma saturação dos valores e das prioridades que orientaram a modernidade em diferentes dimensões.

Assim, Arne Naess (1989) propõe a Ecologia Profunda, em contraposição a uma “ecologia rasa ou superficial”, sendo essa transcendente ao campo da Biologia que se ocupa das interações entre os seres vivos e destes com o ambiente. Em contraposição a um viés analítico antropocêntrico e utilitarista, o autor introduz a percepção do ser humano como apenas um entre os demais componentes na “teia da vida” (NAESS, 1989). Maffesoli, por sua vez, na obra *Comunidade de Destino* (2006), aponta para um o esvaziamento da ideia de “progresso”, mediante a difusão de um novo tipo de sensibilidade, que implicaria se pensar o “meio ambiente” não como um fator externo, mas como parte da própria vida individual de cada ser. Segundo o autor, essa percepção tenderia a conduzir ao “chamado” para uma espécie de “enraizamento”, em um movimento de contato mais íntimo com a terra, por ele denominado “invaginação” (MAFFESOLI, 2006). Em diálogo com esses termos, Morin e Kern (1993) assumem a proposta de uma “cidadania terrestre”, considerando a “Terra-Pátria” também como comunidade de destino, comum a todos os seres que aqui, não só habitam, mas produzem a vida em si.

O sentido de pertencimento à Terra, à ampla teia da vida, remete ainda aos fundamentos das cosmogonias ancestrais de diversos povos, também traduzidas nas filosofias africanas, como representado pela ética Ubuntu, categoria epistemológica e ontológica constituinte da identidade

do povo Bantu. A construção coletiva do pensamento e da racionalidade humana, a partir do reconhecimento de que “se é um com o todo”, parte indissociável de uma realidade integradora e coletiva, tende a apoiar o resgate do conceito de comum. “Ao ser por meio de outros”, e, portanto, em interdependência, reconhecendo-se o que de fato se é, em um senso que representaria uma via potente para o alcance de uma democracia plena, entre a multiplicidade e as singularidades, como alternativa ecológica à globalização econômica neoliberal (CAVALCANTE, 2020).

Assim, a “filosofia do nós” ou do “eu sou porque nós somos”, poderia ser caracterizada como um modo de vida, marcado por uma ética integradora coletiva, capaz de despertar nos indivíduos, as conexões conscientes com a dinâmica da vida, com toda a natureza, com o divino e com os outros seres, comunitariamente, em um plano de imanência, onde todas as forças se unem e se cruzam. Dessa forma, o reconhecimento da realidade enquanto uma articulação comunitária, permite a configuração de novos encontros e do retorno ao “solo absoluto”, onde todos se “encontram em um conjunto de energias e forças vitais” (CAVALCANTE, 2020, p. 185). Nesses termos, os princípios fundamentais da ética Ubuntu também representam inspiração para as transições necessárias, como estímulos ao cuidado, à solidariedade, cooperação e partilha, tendendo a gerar nos indivíduos a preocupação com o outro e enraizar o ser em sua existência, como parte de uma coletividade, presente como horizonte existencial ainda vivo em muitos territórios de vida na contemporaneidade.

O (re)aprendizado de viver em sociedade nessas bases, com bem-estar e qualidade de vida para todos, constituiria o desafio ético primordial no contexto atual. Ao ampliar a perspectiva sobre o mundo e nós mesmos, enquanto elementos indissociáveis de um sistema ecopsicossocial complexo e dinâmico, sujeito a limites biofísicos, as ações objetivas apoiariam, necessariamente, a resiliência e a saúde do sistema e também promoveria a diversidade e a redundância em múltiplas escalas, facilitando as (re)conexões e os fluxos em rede, na teia da vida (MORIN, 2005; CAPRA, 2006; LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2006; WAHL, 2019). Tal mudança radical de perspectiva, de uma visão fragmentada, mecanicista e desencantada de mundo para uma visão integradora, sistêmica e viva de mundo, que o concebe em termos de contextos, relações e padrões vitais de organização, tenderia a privilegiar a construção de soluções sistêmicas<sup>23</sup>, aquelas capazes de encaminhar, conjuntamente, a multiplicidade de desafios

---

<sup>23</sup> Na perspectiva da “alfabetização ecológica” de Fritjof Capra, na obra *Teia da Vida* (2006), o autor ressalta os prejuízos das abordagens simplificadoras e das segmentações, e a necessidade de aproximar a produção de conhecimento ao contexto, abarcando as complexidades da realidade. Desse modo, o saber integrado tende a catalisar processos para a prosperidade da comunidade de vida interligada, à medida em que se cria e sustenta conexões e se complexifica, em diversos níveis, na tessitura de uma “grande teia” (CAPRA, 2006).

contemporâneos.

De modo alinhado a essa perspectiva, integrando neurociência e epistemologia, as propostas dos neurobiólogos Humberto Maturana e Francisco Varela (1991) vêm revolucionando o campo das Ciências Cognitivas, ao proporem uma nova via para explicar o funcionamento dos seres vivos, na qual os fenômenos da cognição se relacionam, intrinsecamente, ao próprio processo de viver. Nesse processo, foi por eles cunhado o conceito de *autopoiesis*, *auto* (por si mesmo) e *poiesis* (criação), para explicar a relação de circularidade existente nos seres vivos, na qual produtor e produto se constituem mutuamente, de modo inseparável, não dual.

De acordo com a *Teoria da Autopoiese*, ou a *Biologia do Conhecer* (ou ainda a *Biologia do Amor*), os autores expõem a centralidade da cognição no processo de organização dos sistemas vivos, compreendendo o viver como sinônimo de conhecer, mediante a produção de afetos, afetando e sendo afetado, em relação. Assim, a vida se constituiria como um processo contínuo de produção de conhecimentos, através do qual se produz os mundos/a materialidade. A linguagem e a emoção nos seres humanos, por sua vez, se constituem como potencialidades para a produção dos sujeitos, no tecer das “redes de conversações” (MATURANA, 1999).

No caso dos seres humanos, a complexificação do sistema nervoso levou ao desenvolvimento da linguagem e da consciência, abrindo novas possibilidades para a expansão do processo evolutivo, não considerado aqui pelos autores em termos do princípio da “sobrevivência do mais apto”, mas como o da “deriva natural”, produtora de diferenças, em devir. Por meio da dinâmica recorrente de “acoplamento estrutural”, ou seja, através da recorrência relacional entre organismo e meio, haveria, assim, a possibilidade de emergência de soluções singulares em cada ato do estar vivo. Assim, como o cérebro foi se modificando em decorrência da plasticidade estrutural do organismo humano, o que se conservou neste fenômeno não foi a estrutura cerebral, mas o modo de organização do vivo em si pela *autopoiese*, em relação<sup>24</sup>. Maturana (1999) reafirma ser a aprendizagem sempre corporificada, mediada pelos sentidos físicos, que participam dos “atos de linguagem”, de criação, de si e do mundo.

Assim, a indissociabilidade entre ser e conhecer, mediada pelo se relacionar, se refletiria na dinâmica da realidade, de modo que a contínua reinvenção desse processo seria vital e inerente

---

<sup>24</sup> Cabe enfatizar aqui as bases empíricas da neurofisiologia nas quais se assentam a Biologia da Cognição, inserida no rol das Ciências Cognitivas contemporâneas. Esta não trabalha com especulações, ou em debates do campo da Epistemologia, mas baseia-se em pesquisas rigorosas reconhecidas pela comunidade científica internacional, contribuindo para desconstruir paradigmas ao tornar cada vez mais sem sentido categorias dualistas como o eu e o mundo, observador e observado, ressignificadas enquanto polaridades complementares de um todo imanente, distinto nas formas, porém interconectado em síntese.

aos seres. *Autopoiese* seria a designação atribuída ao processo de autocriação que caracteriza a organização dos sistemas vivos ao produzirem, continuamente, a si mesmos e suas realidades, sob condições de contínua perturbação e compensação dessas perturbações. Nessa circularidade produtiva, os seres são ao mesmo tempo produtos e produtores, autônomos e dependentes. Em última análise, essa organização e reorganização depende de sua própria autopoiese, desencadeada pelas relações que estabelece (MATURANA; VARELA, 1991).

Portanto, em *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano* (1991) Maturana e Varela sugerem que ao buscarmos entender o modo como conhecemos, percebemos que “o mundo que vemos não é o mundo em si, mas um mundo que produzimos em contato com os outros”. O que implicaria na compreensão de que a maneira como nos relacionamos com o mundo, seria determinante para sua configuração.

As implicações práticas dessa percepção se traduzem, por conseguinte, em inúmeras e surpreendentes possibilidades. Pois, a partir da afirmação de que as narrativas são performáticas – ou seja, o processo cognitivo de conhecer, mediado pela linguagem, ao influenciar o agir, estabelecem determinadas relações e estas criam as realidades – percebe-se, portanto, que a forma de conhecer define a forma de bem, ou mal, viver.

Ao se vivenciar uma crise, em uma espécie de fronteira paradigmática, parece ser de especial importância o diálogo com outras formas de abordagem cognitiva e simbólica nessa transição. Nesse sentido, novas narrativas que (re)conectem os seres humanos à Terra e uns aos outros são imprescindíveis nesse processo de (re)construção. Urge, portanto, a emergência de movimentos propositivos nessa direção, orientados por horizontes prospectivos e existenciais de resistência, distanciados dos ideais e das práticas dominantes nas sociedades hegemônicas, atravessadas por inúmeras rupturas, causadas pelas relações de poder e de classe, pelo patriarcado, pelo racismo e pelo especismo.

#### ***4.1.1 O poder dos “sem poder”***

Se o desalinhamento das sociedades modernas em relação às dinâmicas da vida representa a causa raiz da crise, para seu realinhamento talvez seja fundamental ampliar “as redes de conversações” (MATURANA, 1999), criando-se espaços (internos e externos) aos encontros genuínos com aqueles seres que não se alienaram dos ciclos vitais, com os quais não se habitua dialogar. Mais do que um retorno à natureza, estrito senso, esse seria um passo no sentido de lembrar, do resgate da noção de ser natureza, como parte de uma teia de relações que transcende o indivíduo e seu entorno imediato, que afeta e se é afetado incessantemente por ela, mesmo sem

que se dê conta, muitas vezes. Pois, encontrar a síntese entre os aprendizados “da jornada histórica da separação” e aqueles oriundos do entrelaçamento de outros modos de ser e estar no mundo, parece, enfim, ser uma via capaz de fornecer pistas necessárias à difícil caminhada adiante (SANTOS, 2015; CUSICANQUI, 2018; SCARANO, 2019; KRENAK, 2019).

Nesse tecer de teias de ressignificados e relações, do indivíduo com si mesmo, com os demais humanos e seres não-humanos, em um sentido integrador comunitário, não se pode perder de vista, as dimensões sócio-histórica e geopolítica, associada a processos que orientam a produção de subjetividades com base em injustiças históricas. Face às múltiplas crises do Antropoceno, seria um equívoco pensar a superação do antropocentrismo, do pensamento centrado no ser humano, como sendo suficiente para solucionar a crise ecológica, produzida como fruto de uma relação de alienação com os corpos e com a Terra, sem considerar as contribuições da fratura colonial, patriarcal e racista também intrínsecas a esse processo.

Murray Bookchin (1986; 1993; 1999; 2011) denuncia, desde as origens da Ecologia Social, a visão homogeneizante de “humanidade”, indistintamente considerada, como um todo, responsável pelo cenário de crise global, ideia também criticada por Krenak (2019; 2020a; 2020b; 2020c). Uma das graves consequências deste tipo de pensamento, seria a tendência de alinhamento aos ideais neomaltusianos, afeitos a medidas de controle populacional, ao sugerirem que os problemas ambientais são consequências diretas da superpopulação, o que tende a derivar para políticas xenofóbicas, racistas ou, até mesmo, “eco-fascistas”, que poderiam causar ainda mais danos àqueles já prejudicados pelos efeitos dos colapsos contemporâneos.

Esses elementos são chave como distintivos nas discussões entre Ecologia Profunda e Ecologia Social. A última, reconhece a crise ambiental como sendo profundamente enraizada nas hierárquicas relações de poder e na dominação de alguns grupos sociais sobre outros, dentro das sociedades. Para Murray Bookchin, pensador ícone da Ecologia Social, os processos descentralizadores de participação política, sustentados na democracia direta e em sistemas horizontais não hierarquizados e emancipatórios, são cruciais para a construção de uma sociedade justa e ecológica. Seu pensamento, especialmente suas proposições na obra *Municipalismo Libertário*<sup>25</sup>, vem contribuindo, nos últimos anos, para se buscar refletir sobre horizontes de transição e vem inspirando muitos ativistas como os do movimento *Occupy Wall Street* e,

---

<sup>25</sup> Em *Municipalismo Libertário* (1999), Bookchin desloca a centralidade da luta de classes do sindicato para os bairros, acreditando estar a primeira ultrapassada para os nossos tempos. Ele compreendia o município, o bairro, a tribo, a aldeia como a unidades de base da vida política real, palco das mais densas relações humanas, pois além de ser local de trabalho, é também de moradia, de divertimento. etc. da qual tudo provém: a cidadania, a interdependência, a confederação e a liberdade, de onde as decisões políticas que servem de fato à vida deveriam partir.

também, do movimento revolucionário curdo, na região autônoma de Rojava<sup>26</sup>.

Nesse debate, ganham contornos contundentes as discussões sobre a matriz de poder emergente no período entre o Renascimento e o Iluminismo, durante a colonização das Américas, ao culminar no neoliberalismo capitalista contemporâneo e seus adversos efeitos globais. Com efeito, junto ao fato histórico da colonização, como marco inicial da modernidade, a colonialidade permanece, sendo denunciada como “o lado mais escuro da modernidade ocidental” (MIGNOLO, 2017, p.2).

Assim, sob a égide do capital, revestida pelos ideais de desenvolvimento, a expansão da economia global sobre terras, corpos e mentes vem atravessando a vida cotidiana de inúmeros povos e comunidades que, em resistência na tarefa de reprodução da vida, vêm (re)construindo modos diversos e plurais de organização social e produtivos contra- hegemônicos, no âmbito do *pluriverso*, compreendido como um conjunto plural de possibilidades social e ambientalmente transformadoras, tendo no caso dos curdos de Rojava e dos zapatistas em Chiapas importantes exemplos (ESCOBAR, 1995, 2018; DE LA CADENA; BLASER, 2018; KOTHARI *et al.*, 2019).

Construída desde bases ontológicas e epistemológicas múltiplas, distintas daquelas que orientam o pensamento ocidental-moderno hegemônico, esta pluralidade de alternativas em termos de práticas, políticas e propostas tem também fornecido pistas para um leque de reflexões críticas, com relação às limitações do paradigma da modernidade para o enfrentamento das *policrises* contemporâneas (MORIN; KERN, 1999; MORIN, 2011a; 2011b; SANTOS, 2000; 2007).

Como profundamente debatido por Morin (2005), o paradigma da modernidade vem sendo marcado por uma concepção disjuntiva de realidade que tende a reduzir as complexas interrelações da existência a modos cartesianos e reducionistas de compreender o mundo.

---

<sup>26</sup> Após a guerra civil da Síria, em 2011, considerada pela ONU a maior crise humanitária do século XXI, até o momento, emergiu, em 2012, na região de Rojava, a *Revolução Socialista Libertária Curda*. Inspirado na obra de Murray Bookchin, especialmente pela *Teoria do Municipalismo Libertário*, sob a liderança de Abdullah Öcalan, líder do *Partido dos Trabalhadores do Curdistão* (PKK), foi produzido um programa político inovador conhecido como *Confederalismo Democrático*. Baseado no autogoverno local, no ambientalismo, na igualdade de gênero, no pluralismo étnico, cultural e religioso, na liberdade de expressão e de imprensa, essa proposta inclui a organização de assembleias e conselhos populares, por democracia direta, que funcionam “de baixo para cima” com delegações controladas pelas bases. Compreendendo o patriarcado como um grande problema, o feminismo desempenha um papel de destaque nesse regime, inserindo a mulher como protagonista da libertação social e coletiva, havendo, inclusive, a obrigatoriedade de representantes femininas em todos os níveis de governo. Em janeiro de 2014, os três cantões de Rojava declaram-se autônomos e aprovaram a Carta do Contrato Social de Rojava (Constituição de Rojava). A experiência de Rojava vem sendo apontada como a maior e a mais original experiência socialista do século XXI, até o momento, e seu impacto e legado estão ganhando projeção e ainda começando a ser conhecidos (MORAES; VIEIRA, 2017).

Entretanto, no bojo da Teoria Crítica ao Desenvolvimento<sup>27</sup>, o horizonte imaginativo e prefigurativo de possibilidades ético-políticas alternativas vem se ampliando, justamente, a partir da pluralidade de experiências territorializadas, construídas a partir das lutas emancipatórias e do próprio cotidiano por diversas comunidades de base, majoritariamente, oriundas do Sul global<sup>28</sup>, as quais, não raro, são invisibilizadas, desconsideradas e frequentemente inviabilizadas pelo *modus vivendi* dominante.

Criativamente, em vinculação direta com seus modos de vida e suas territorialidades, com suas culturas e lutas emancipatórias, distintos grupos sociais vêm, assim, resistindo ao modelo ecologicamente destrutivo e socialmente desigual de desenvolvimento, imposto pela matriz de poder capitalista, estatista e patriarcal (SANTOS, 2000; 2007). Tais sujeitos coletivos, com destaque para aqueles considerados minoritários<sup>29</sup> (PORTO-GONÇALVES, 2006b; 2012; HAESBAERT, 2021), ao (re)construírem, desde o cotidiano, em estreita ligação com a terra, as múltiplas estratégias de (re)existência, geram, ainda, importantes lições e oportunidades pedagógicas de aprendizagem sobre resiliência e esperança em tempos de sistêmicas e sistemáticas crises (KRENAK, 2019; KOTHARI, 2020a; 2020b; 2021; FERREIRA; FELÍCIO, 2021).

Reconhecendo os atravessamentos da colonialidade do poder, do ser e do saber, que vão para além do fim da dominação política das colônias (QUIJANO, 2000; 2005), importa destacar, portanto, a potência dos movimentos mobilizados por justiça social e ambiental na reconfiguração da geopolítica do conhecimento. Protagonizados, majoritariamente, por comunidades rurais e periurbanas, povos indígenas, articulações afrodiaspóricas e de mulheres,

---

<sup>27</sup> Nesse campo, pode-se destacar como uma das obras fundantes o “Dicionário do Desenvolvimento” de Wolfgang Sachs (1992; 2000). Ao criticar as bases coloniais-modernas da economia capitalista neoliberal, advogando em favor de uma transformação paradigmática em articulação com o campo epistêmico e econômico, o autor discute a vinculação da narrativa usual sobre desenvolvimento a interesses imperialistas, a qual, não raro, oculta os desafios que, inicialmente, propôs resolver, como a fome e a pobreza. Para a superação de seus impasses, seria necessário, por conseguinte, pensar em alternativas sistêmicas, interdisciplinares e interculturais, em um horizonte de pós-desenvolvimento.

<sup>28</sup> A noção de Sul global se vincula às desiguais relações de poder geopolíticas e coincide, em parte, com aspectos relativos à cartografia dos continentes. Em articulação com a dimensão econômica, a suposta supremacia das culturas de matriz eurocêntrica sobre as demais constitui-se como um aspecto estruturante do projeto imperialista do Norte global. Essas intrincadas relações de fundo etno-racial legitimam uma lógica extrativista e exploratória (neo)colonial, sendo esta reconhecida na literatura como a “colonialidade do poder”, conforme conceituado por Aníbal Quijano (2000) e debatido em profundidade por Boaventura de Sousa Santos (2007) e outros pensadores que advogam por um “pensamento do sul”, nos termos de Edgar Morin (2011b). Uma de suas expressões marcantes, decorre da (neo)colonização epistêmica (MIGNOLO, 2008), sob a (re)produção de estereótipos e discriminações, sendo este talvez seu eixo mais complexo de se conceber e criticar abertamente (SANTOS, 2007).

<sup>29</sup> Grupos sociais minoritários são assim denominados não por sua expressão reduzida em termos estatísticos, mas sim devido à discriminação e exclusão sofridas por determinados grupos sociais, como indígenas e mulheres, refletindo-se em uma limitada representatividade destes nos espaços de poder.

esses movimentos colocam em xeque práticas sociais coloniais-modernas, racistas, patriarcais e antropocêntricas, oriundas de opressivas estruturas de poder, vinculadas a teorias abstratas da episteme eurocêntrica dominante apartadas da realidade dos territórios.

Nessas bases, novos caminhos vêm sendo abertos para a (re)descoberta de formas outras de relação entre Cultura e Natureza, materializadas, globalmente, em territórios de vida bioculturalmente diversos, como “utopias concretas” (DINERSTEIN, 2017). Resistindo e se desenvolvendo no âmbito do próprio capitalismo, iniciativas ligadas a esses territórios podem ser entendidas como “intersticiais” e “prefigurativas”, no contexto de transição para uma sociedade pós-capitalista (MONTICELLI, 2018), colaborando na gestação de “inéditos-viáveis” diante de “situações limite” (FREIRE, 1987).

Assim, o enfrentamento do etnocentrismo (eurocentrismo), por conseguinte, passa pelo reconhecimento e pela valorização de modos de saber e existir em sociedade, ligados a outras identidades culturais e outros grupos étnico-raciais, não inscritos na lógica da racionalidade moderna, por ela apagados e subalternizados pelo colonialismo (FANON, 1968; SAID, 2007; CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007; MALDONADO-TORRES, 2016).

Em última análise, coloca-se em relevo a reafirmação da importância dos movimentos propositivos de ruptura com as tendências das narrativas dominantes sobre desenvolvimento e suas práticas correspondentes, nutrindo-se de referências e sistemas de conhecimento que visam transcender a visão moderna e eurocêntrica de mundo, também no sentido de “descolonizar” o debate em torno da agenda socioambiental. Por pressuposto, em sendo assim, parece ser crucial ultrapassar valores culturalmente arraigados, descolonizar os imaginários individuais e coletivos, como um ato emancipatório de resistência frente às expressões multifacetadas da colonialidade (do poder, do saber e do ser) que persistem atravessando vidas humanas e não humanas na contemporaneidade (MIGNOLO, 2003; 2017; QUIJANO, 2005; ESCOBAR, 2018).

Portanto, a superação das abordagens convencionais sobre os desafios para a construção de sociedades sustentáveis implica no reconhecimento de outras visões de mundo e distintas racionalidades ambientais (LEFF, 2006), expressas na diversidade de modos de saber-ser-viver. Pois, se as narrativas instrumentais baseadas em uma visão de mundo fragmentada e desencantada construíram o atual cenário de incertezas, narrativas plurais tendem a contribuir para “suspender o céu” e “adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019). Nesse sentido, lançar luz sobre as múltiplas histórias do *pluriverso* poderia colaborar para o “reencantamento do mundo” e expandir os horizontes de possibilidades a outros futuros desejáveis.

Para além do alcance das metas do Acordo de Paris (UN, 2015a), sobretudo no caso das metas nacionalmente determinadas brasileiras, (CALMON, 2021; BRASIL, 2022), as soluções baseadas na natureza, relativas à conservação e restauração de ecossistemas, para o enfrentamento dos desafios das mudanças climáticas se pautariam também na escuta atenta às narrativas que transcendam a perspectiva disjuntiva-reducionista e nas fragmentações binárias da realidade. Em uma perspectiva sistêmica, as soluções para muitos dos problemas contemporâneos passarim por um profundo processo de transformação sociocultural, pressupondo, para tanto, o desafio da superação da colonialidade intrínseca à lógica materialista e acumulativa do capital.

Renovar horizontes de transição implicaria, assim, em problematizar noções arraigadas, como a própria ideia de desenvolvimento, reconstruindo valores e relações e plasmando uma nova realidade, em devir. Aprofundando a compreensão das estreitas relações entre a racionalidade disjuntiva e a violência epistêmica, como expressões da mesma face de uma determinada visão de mundo, em alternativa à “fetichização” da técnica, convertida em instrumento para promover a racionalidade capitalista, pensadores como Dilger e colaboradores (2016) sugerem “uma narrativa polifônica e diversa como horizonte para novas articulações e construções coletivas”, pautada não apenas pela instrumentalização da razão nas relações com a natureza e não-humana, mas pelo respeito à diferença e à auto-determinação.

#### ***4.1.2 Entrelaçando conhecimentos e lutas***

A construção de alternativas para uma transição justa e ecológica, seja inspirada pelas novas gramáticas de lutas sociais da América Latina, seja como resultado de propostas de cunho “ecosófico”, tende a contribuir para o enfrentamento “da dupla fratura”, “colonial e ambiental” da modernidade (FERDINAND, 2022). Inovar e reagrupar a energia social, aprofundar o horizonte democrático, a participação direta nos territórios, sobretudo, na busca por reduzir a dependência de um modelo primário-exportador e neocolonial, estão na base do pensamento de fronteira que conforma a transformação das “sociedades de crescimento urbano-industrial para sociedades que sustentam a vida” (MACY; BROWN, 2004).

Gerhard Dilger, Maristella Svampa, Eduardo Gudynas, Alberto Acosta, e outros/as tantos/as autores/as comprometidos/as com esse debate, vêm elucidar algumas marcas do modelo econômico primário-exportador na América Latina e suas nuances, sob a forma de extrativismo ou neo-extrativismo. Conforme enfatizado pelos autores, em essência, essa modalidade de acumulação começou a ser forjada, em grande escala, há cerca de quinhentos anos com base na

extração desenfreada de bens comuns naturais, sem quaisquer preocupações com relação ao que atualmente se discute como sustentabilidade (DILGER *et al.*, 2016).

Em resistência ao projeto neocolonial, construindo alternativas ao capitalismo e ao colonialismo do século XXI, a noção de Bem Viver, enquanto uma perspectiva de pós-desenvolvimento oriunda deste continente, vem sendo entendida não como mais um caminho derivativo para se pensar e incrementar seus processos, mas sim como via potencial para se colocar em questão a própria noção de desenvolvimento em si (WALSH, 2010; GUDYNAS, 2011; ACOSTA, 2016; ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017; 2020; KRENAK, 2020c; SAMPAIO *et al.*, 2022; SANTOS, 2022; LANG, 2022).

A formulação de respostas mais apropriadas frente aos desafios do nosso tempo requer, sobretudo, uma abordagem sistêmica de suas causas estruturais, frente à complexidade dos problemas contemporâneos e, também, às oportunidades nessa conexão. Com essa perspectiva, respostas de curto prazo aos sintomas dessa crise são insuficientes e aceitar, também, as incertezas, as mudanças e a imprevisibilidade, requer a abertura a um amplo e profundo diálogo intercultural “que faz perguntas e propõe respostas que impulsionam a inovação transformadora e o aprendizado contínuo” (WAHL, 2019).

Partindo dessa perspectiva, propostas de pós-desenvolvimento oriundas do Norte global, como a Teoria do Decrescimento, (BELING 2019; KOTHARI *et al.*, 2019; PARRIQUE, 2019) poderiam convergir em potentes confluências com as Epistemologias do Sul (SANTOS 2007), no sentido das transformações sociais e estruturais necessárias. Isso porque, alguns dos resultados do processo de industrialização e do desenvolvimento tecnológico (como as tecnologias de informação e comunicação, por exemplo) podem também contribuir em alianças para o surgimento de horizontes de transição plurais, convergindo em caminhos complementares, em relação, como uma síntese entre “conhecimentos orgânicos e sintéticos”<sup>30</sup>, necessários nessa travessia (BISPO DOS SANTOS, 2015).

Para se pensar “tentacularmente” conexões e “bons conviveres” possíveis, diante do cenário das grandes catástrofes que se prenunciam, Haraway (2015) aposta, justamente, nas composições mistas e aglutinadoras, no “Chthuluceno” como horizonte socioambiental de futuro para o enfrentamento ao Antropoceno, no qual saberes e fazeres ancestrais e contemporâneos se entrelaçam. Assim, inspiradas em relações de interdependência, na comunhão simbiótica

---

<sup>30</sup> Segundo Antonio Bispo dos Santos, “há um saber orgânico e um saber sintético. Enquanto o saber orgânico desenvolve o ser, o saber sintético desenvolve o ter. Somos operadores do saber orgânico e os colonialistas são operadores do sintético” (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 101).

interespecífica, na “convivência de parentesco”, novas narrativas na direção de outros futuros imagináveis traduziriam histórias suficientemente amplas, capazes de abranger as complexidades envolvidas e manter as fronteiras abertas a novas e surpreendentes conexões.

Em ressonância com esse pensamento, a *Ecologia Decolonial* de Malcom Ferdinand (2022) traz a imagem do “navio-mundo”, um navio sem porão (em contraposição ao navio negreiro/colonial e à arca de noé/ambiental) como proposta de construção de uma nova postura justa e ecológica de habitar a Terra “o viver-juntos no convés da justiça do navio-mundo” (FERDINAND, 2022, p. 210), a partir de um encontro que seja capaz de superar a dupla fratura ambiental e colonial do pensamento moderno, para enfrentar a tempestade ecológica do Antropoceno.

Nesse complexo movimento, com base em uma proposta de constituição híbrida, como via de pós-desenvolvimento e resistência aos mecanismos de acumulação por espoliação dos territórios, construído na confluência entre cosmovisões indígenas e o pensamento crítico na América Latina, o paradigma do Bem Viver vem se consolidando, assim, como esta plataforma potente para a construção sócio-histórica de uma nova práxis política e socioambiental (WALSH, 2010; GUDYNAS, 2011; ACOSTA, 2016).

Assim, a confluência entre as múltiplas experiências do Norte e do Sul global pode representar uma base potente de aprendizagem coletiva e empoderamento translocal. Em confluência, os sentidos de “bons conviveres” tenderiam a se expandir, recriando mundos vivos. Em ressonância com as dimensões trinas de identidade cultural, equidade social e sustentabilidade ecológica e, em conexão com a ética comunitária do Bem Viver, o processo de resignificação das relações do ser consigo mesmo, com outros e com os demais seres da natureza constituiriam a base fundamental para o enfrentamento das tormentas em curso e das fortes tempestades porvir.

## 4.2 Bem Viver: uma via possível para ressignificar caminhos e horizontes?

*“No cerne do Bem Viver, com projeção global, inclusive, está implícito um grande passo revolucionário que nos leva a caminhar de visões antropocêntricas a visões sociobiocêntricas, assumindo as consequências políticas, econômicas, culturais e sociais dessa transição.”*  
Alberto Acosta

### 4.2.1 Da micropolítica comunitária à “natureza de direitos” na América Latina

Por todas as razões expostas, se reconhece a necessidade de aprofundamento na direção de proposições que buscam transcender os parâmetros culturais e ideológicos da modernidade e inspirar a construção coletiva de outros modos de organização social e produtiva contra-hegemônicos. Nesse sentido, contribuindo para mudanças paradigmáticas profundas, os conceitos e as práticas formulados em espaço-tempo distintos àqueles das sociedades ocidentais têm sido debatidos no campo socioambiental, em projetos ético-político alternativos ao modelo de desenvolvimento atual (ESCOBAR, 2003; CASTRO- GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007).

Entre teorias e práticas que atravessam o debate sobre a transição justa e ecológica necessária, nesta travessia de construção de alternativas ao modelo desenvolvimentista em crise, na América Latina, as contribuições dos povos e comunidades tradicionais vêm ganhando notoriedade e protagonismo político. Nesse bojo, desde a década de 1990, o paradigma do Bem Viver vem se popularizando, com desdobramentos em políticas públicas, inclusive. Como foi brevemente debatido anteriormente, essa proposta denota os fundamentos de uma vida baseada em uma relação mais saudável entre os próprios seres humanos e com o restante da natureza, vistos como um todo integrado e interdependente (ESTERMANN, 2006; MAMANI, 2010; ACOSTA, 2016).

Para que se possa apreender a complexidade envolvida no debate sobre o tema, parece oportuno que se possa acessar com certa profundidade as bases deste paradigma comunitário ancestral e sociobiocêntrico do Bem Viver (ACOSTA, 2016). Enquanto uma terminologia polissêmica, esse paradigma tem como objetivo central retomar a comunhão ancestral entre Cultura e Natureza, baseada em uma outra ética de convivialidade, enraizada em valores e cosmovisões, saberes e fazeres de povos originários e trazê-los para o centro da arena política na América Latina, onde se expressam, sobretudo, nas normativas constitucionais da Bolívia e do Equador, com destaque para o reconhecimento dos Direitos da Natureza, no caso deste último país (GUDYNAS, 2019).

Com margens a interpretações distintas, não raro simplistas, o termo Bem Viver passou a ser mencionado em publicações como sinônimo de vida saudável, bem-estar, qualidade de vida

e desenvolvimento humano. Entende-se, porém, que a melhor forma para apoiar a sua compreensão esteja na tentativa de se buscar apreender suas raízes ancestrais, considerando suas origens e os sentidos atribuídos a essa noção pelos povos indígenas, rejeitando quaisquer formas de uso instrumental, subjacentes às bases epistêmicas coloniais e racistas (LACERDA; FEITOSA, 2015).

Essencialmente, o Bem Viver se traduz por meio de um processo baseado na comunhão ancestral entre humanos e não-humanos, centrados nos modos de existência provenientes da matriz comunitária de povos andinos e amazônicos, cujas culturas e naturezas buscam promover a vida em plenitude, traduzidas no sentido dos termos *sumak kawsay*, quechua e *suma qamaña*, aymara (ACOSTA, 2016). Mas, os sentidos destes termos remetem a expressões presentes em diversos idiomas originários, como o *nhandereko* e o *teko porã* guarani e outras noções similares dos mapuche, no Chile, dos kunas, no Panamá, dos shuar e dos achuar, da Amazônia equatoriana, assim como das tradições maias da Guatemala e de Chiapas, no México. Esses vocábulos não são facilmente traduzíveis e, tampouco, suas traduções são isentas de controvérsias (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017).

Em termos ideológicos implica não somente, mas sobretudo, na reconstituição da identidade cultural de herança milenar, na recuperação de conhecimentos e saberes ancestrais; em uma política de soberania e dignidade; na abertura a outras formas de relação com a vida, na recuperação do direito de relação com a Mãe Terra e na busca pela recuperação do equilíbrio em harmonia com a natureza vivente (MAMANI, 2010).

O Bem Viver resgata a ideia “de uma boa vida”, de um bem-estar em sentido amplo, transcendente aos limites do consumo material, recuperando e valorizando os aspectos afetivos e espirituais. Estas dimensões se expressam ao enfatizar a “plenitude da vida”, a austeridade e a rejeição de um “viver melhor” à custa de outros seres (GUDYNAS, 2011).

A tradução dessas ideias como Bem Viver – ou *Buen Vivir*, no Equador e *Vivir Bien*, na Bolívia – se confronta com o sistema sócio-político estatal, onde se expressa, oficialmente, nas constituições dos respectivos países, como fruto de reivindicações dos povos originários de Abya Yala, desde uma perspectiva sócio-histórica de resistência e luta, que remonta à colonização (SANTAMARÍA, 2015). Nessa disputa, de caráter simbólico e político, entram em confronto a cosmovisão dos povos originários e a visão capitalista do pensamento ocidental. Historicamente, a colonização do continente americano desencadeou um processo genocida, etnocida e ecocida continuado, através da exclusão e da exploração, expressando um processo sócio-histórico violento que persiste até os dias atuais, via mecanismos que se reconfiguram, sob a égide da

modernização, transfigurada pela globalização econômica (ESCOBAR, 2003). Em resposta a tais dinâmicas, as comunidades indígenas vêm construindo suas lutas baseando-se em conhecimentos ancestrais, populares e espirituais que sempre foram desconsiderados pelo cientificismo próprio do pensamento eurocêntrico. Com essa perspectiva, os valores, saberes e práticas desses povos se traduzem como uma civilização viva, capaz de enfrentar, desde a modernidade colonial até o imperialismo neoliberal, e alimentar com suas propostas os debates globais frente um mundo em crise (ACOSTA, 2016).

Apesar da invasão, do massacre, da massificação em nome do progresso e das novas formas de reedição da colonização que se engendram, uma “constelação” de povos e saberes resistem e (re)existem. Carregam consigo seus idiomas, suas cosmovisões, seus alimentos, seus modos de produzi-los, prepará-los e desfrutá-los, sua maneira de entender e organizar a vida, em comunidade nos seus territórios de existência. Esse tipo de reprodução da vida está no centro da resistência diante de toda a sorte de pressões, desafios e ameaças. Resistir é lutar para reproduzir a vida em plenitude, onde a comunidade e o território estão no centro da política (BISPO DOS SANTOS, 2015; KRENAK, 2019).

Ao valorizar, resgatar e reeditar cosmovisões, conhecimentos e práticas, o Bem Viver se constitui como uma oportunidade para se ressignificar a presença humana na Terra, com profundas implicações éticas, sociais, políticas e econômicas, propiciando uma abertura para a construção de caminhos alternativos à crise civilizatória, agravada pela perspectiva da emergência climática. Ao questionar a colonialidade e se contrapor às bases conceituais do desenvolvimento, simultaneamente, o Bem Viver vem colocar em xeque os pressupostos eurocêntricos da modernidade, pois as reformas ou os ajustes baseados no pensamento baconiano-cartesiano ao desenvolvimentismo têm apresentado sérias limitações em suas capacidades para resolver as complexas problemáticas contemporâneas (MIGNOLO, 2003; 2008; 2017; LEFF, 2001; 2006; 2009).

Portanto, à medida em que a proposição do Bem Viver se orienta por princípios e modos de vida comunitários e diferenciados, ultrapassa os ideais da modernidade e reforça a importância da pluriculturalidade e da interculturalidade para ampliar o repertório de opções políticas e oportunizar possibilidades de saída da condição de crise. Sua notoriedade tem sido impulsionada por três importantes movimentos contemporâneos: movimentos sociais e indígenas latino-americanos; a convergência entre os referidos movimentos e as ideologias de outros movimentos globais (especialmente os anti-globalização e os ambientalistas); e o sentido de desencanto generalizado com a ideia de desenvolvimento (VANHULST; BELING, 2014).

Em uma perspectiva latino-americana, com um sentido de busca por modos de vida em harmonia consigo mesmo (identidade), com a sociedade (equidade) e com a natureza (sustentabilidade), o Bem Viver pode ser apreendido por meio de três diferentes abordagens discursivas ou vertentes ideológicas e analíticas, conforme descrito por Hidalgo Capitán e Cubillo-Guevara (2017): uma indigenista e pachamamista, que prioriza a identidade cultural para construir uma sociedade plurinacional; outra socialista e estatista, que prioriza a equidade social para construir uma sociedade pós-capitalista; e outra ecologista e pós-desenvolvimentista, que prioriza o compromisso de sustentabilidade para a construção de uma sociedade biocêntrica. As três concepções compõem distintos “bons viveres” ou um Bem Viver multidimensional que integra uma ampla gama de reflexões, pensamentos, influências intelectuais e práticas.

A Figura 4.1.1-1, apresentada a seguir, ilustra pedagogicamente as vertentes ideológicas associadas ao Bem Viver, em uma perspectiva trina que compõe a multidimensionalidade do pensamento latino-americano articulado ao Bem Viver, conforme descrito por Hidalgo Capitán e Cubillo-Guevara (2017).

**Figura 4.1.1-1:** Vertentes ideológicas associadas à “trindade” do Bem Viver latino-americano.



**Fonte:** Adaptado de Hidalgo Capitán e Cubillo-Guevara (2017).

Pelo fato de estar sendo formulado e empregado historicamente em diferentes contextos, político, acadêmico e social, o discurso do Bem Viver se expressa enquanto uma construção intercultural dinâmica. Embora as origens desse pensamento sejam indígenas, essa noção vem sendo adotada e redefinida por outros atores, em outros contextos sociais, como nas comunidades

de origem africana, nos grupos acadêmicos e em correntes do movimento socioambientalista. Caudillo-Félix (2012) afirma que o Bem Viver vem se configurando como uma forma de diálogo intercultural, assim como um projeto ético-político, que abarca princípios e valores vinculados às relações de complementaridade, de reciprocidade e comunais entre os seres humanos e entre esses e os demais elementos que compõem a Mãe Terra. Como movimento, o Bem Viver expressa a ideia de que, para se buscar recompor os impactos gerados pela crise civilizacional, seria necessário estabelecer outras formas de relação entre as comunidades humanas e as comunidades estendidas, entendidas como as comunidades da fauna, da flora, dos ecossistemas, dos espíritos e da ancestralidade. Essas formas de relação exigiriam o reconhecimento dos valores e direitos intrínsecos da natureza, além de implicar em mudanças substanciais nos estilos de vida (GUDYNAS, 2011; MAMANI, 2010).

Em uma perspectiva histórica, alguns autores consideram como primeiro registro sobre o Bem Viver, o documento “*Primer Nueva Crónica y Buen Gobierno*”, uma carta escrita pelo indígena aymara Felipe Guamán Poma de Ayala, em 1611, endereçada ao rei Filipe III da Espanha. Segundo Lacerda e Feitosa (2015), Ayala registrou a complexidade da antiga ordem social incaica, em um exercício de reconstrução da história por grupos sociais subalternizados. Como “ladino”, ou seja, um servidor subalterno da administração colonial espanhola no território da antiga civilização inca, ele denunciou as injustiças e atrocidades do governo dos conquistadores. Ao mesmo tempo, reivindicou à coroa espanhola, como medida de “Bom Governo e Bem Viver”, a administração daqueles territórios pelos próprios indígenas, com base em seus valores e costumes, embora já sob a égide cristã. A capacidade de perceber os “conquistados” sob uma perspectiva própria, conferiu à Ayala o reconhecimento de ter reivindicado, pela primeira vez, a proposta do Bem Viver. Ao associar seus saberes ancestrais à sua capacidade de resistência à ordem colonial, Felipe Guamán Poma de Ayala assegurou a possibilidade de desenvolver aquilo que MIGNOLO (2008) denominou como desobediência epistêmica: o resgate histórico e a valorização de saberes e práticas ameaçados, ao mesmo tempo que os projeta como horizonte de sentido, na busca pela substituição da ordem injusta imposta pelo sistema colonial (LACERDA; FEITOSA, 2015).

Ao longo dos séculos esta capacidade de desobediência epistêmica dos povos indígenas da região andina vem sendo marcada por diversas formas de resistência contra as ordens colonial e republicana (LACERDA; FEITOSA, 2015). Mas, segundo os autores, foi apenas a partir das décadas de 1970 e 1990, com o avanço do projeto neoliberal e suas novas formas de expropriação, de esmagamento cultural e identitário e seus impactos ambientais ainda mais intensificados com o fim da Guerra Fria e a globalização econômica, que essa forma de desobediência adquiriu uma

nova dimensão. Identificando tal projeto com um projeto de morte e atuando organicamente em apoio aos movimentos indígenas na sua luta anti-neoliberal e decolonial, intelectuais indígenas, mantidos em situação de invisibilidade pelo sistema, conseguiram retomar a concepção do Bem Viver, não como contraponto semântico àquele projeto necropolítico de “mal viver”, mas como um projeto de futuro fortemente ancorado em valores ancestrais e em sua experiência de resistência comunitária, acumulada ao longo de cinco séculos de opressão (LACERDA; FEITOSA, *op. cit.*).

Em meio ao colapso do regime soviético e à decretação do “fim da história”, no início da década de 90, pelos arautos do neoliberalismo (FUKUYAMA, 1992), vozes indígenas, historicamente ocultadas e silenciadas, fizeram (re)surgir o Bem Viver como projeto de futuro alternativo ao sistema moderno-colonial-capitalista-racista-patriarcal, advogando por novos paradigmas de vida, associados com a espiritualidade, a natureza, a política e a ética (LACERDA; FEITOSA, 2015).

Diante dessa realidade, frente a uma “crise de vida”, segundo MAMANI (2010), esse movimento vem se construindo e se consolidando como uma resposta/proposta de “cultura de vida”, baseado em um paradigma não mais individualista, mas convocando à reconstrução da visão comunitária (a unidade comum ou o *ayllu* andino) de culturas ancestrais, reconhecida como estrutura e unidade de vida, constituída por todas as formas de existência e não apenas como uma estrutura social (composta exclusivamente por humanos). Isso não implica na negação da individualidade, ao contrário, valoriza-se a singularização nesse território comunitário de existência, pela sua capacidade de complementaridade com os outros seres da coletividade. Em tempos em que predomina o paradigma individualista, ouvir e praticar esta visão de mundo ancestral/emergente significa redescobrir a possibilidade de um equilíbrio dinâmico da vida como uma resposta estrutural: “o horizonte de bom viver para viver bem” (MAMANI, *op. cit.*).

As reflexões acerca do Bem Viver contribuem, assim, para ampliar a percepção de caminhos possíveis e necessários à superação de desafios rumo à transição para sociedades justas e sustentáveis, na busca pela reconexão entre Cultura e Natureza (MOSCOVICI, 2002). Dito em outras palavras, esse processo parece requerer um resgate de memórias e histórias que ressignifique identidades e produza visões de mundo mais coerentes. Esse caminho implica na reconexão com as origens e se relacionada com a ancestralidade, intimamente ligada à dimensão da espiritualidade, colocando em perspectiva tudo aquilo que veio antes e que sustenta, nutre e constitui o ser humano, em um movimento “de olhar para trás” para se projetar o caminho adiante.

Assim, com o intuito de buscar compreender os sentidos de *suma qamaña/sumak kawsay*, importa refletir sobre uma tradução mais fidedigna possível ao significado desses termos. No documento intitulado “*Buen Vivir/Vivir Bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*”, publicado pela *Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI)*, Fernando Huanacuni Mamani (2010) interpreta a visão de mundo dos povos aymara e quechua, sua ética do cuidado com a vida, a partir da qual a harmonia e equilíbrio nas relações torna-se uma prioridade. Para esses povos, saber viver em harmonia e “em equilíbrio com os ciclos da Mãe Terra”, o cosmos, a vida e a história, e com todas as formas de existência, constitui aprendizado existencial, caminho e horizonte.

Cientes dos elos sutis que conectam a multiplicidade de formas em unicidade no planeta, Viver Bem ou Bem Viver, nesse contexto, denota um modo de vida em comunhão com as relações ecológicas, que busca acolher a complexidade de das contradições e dos antagonismos envolvidos. Com essa perspectiva ampla da realidade, aprender a viver é aprender a conviver, pois entende-se que não se pode viver bem se os demais viverem mal ou mesmo se a Mãe Terra estiver degradada. Isto porque, reconhece-se as relações de interdependência, onde a deterioração da saúde de um ente repercute nas condições de vida de todo o conjunto (MAMANI, 2010).

A atenção às relações de interdependência e de reciprocidade entre as escalas micro e macro conferem centralidade aos hábitos cotidianos da vida. Para que seja possível a apreensão desses sentidos, a seguir, são apresentados os princípios e os valores éticos adotados pelos povos originários andinos em suas práticas comunais cotidianas, conforme elencados por Fernando Huanacuni Mamani (2018), como inspiração para se pensar os sentidos do Bem Viver e as construções individuais e coletivas em torno deste paradigma, conforme as narrativas descritas a seguir (Quadro 4.1.1-1).

**Quadro 4.1.1-1:** Treze princípios e práticas cotidianas associadas à sabedoria ancestral do Bem Viver.

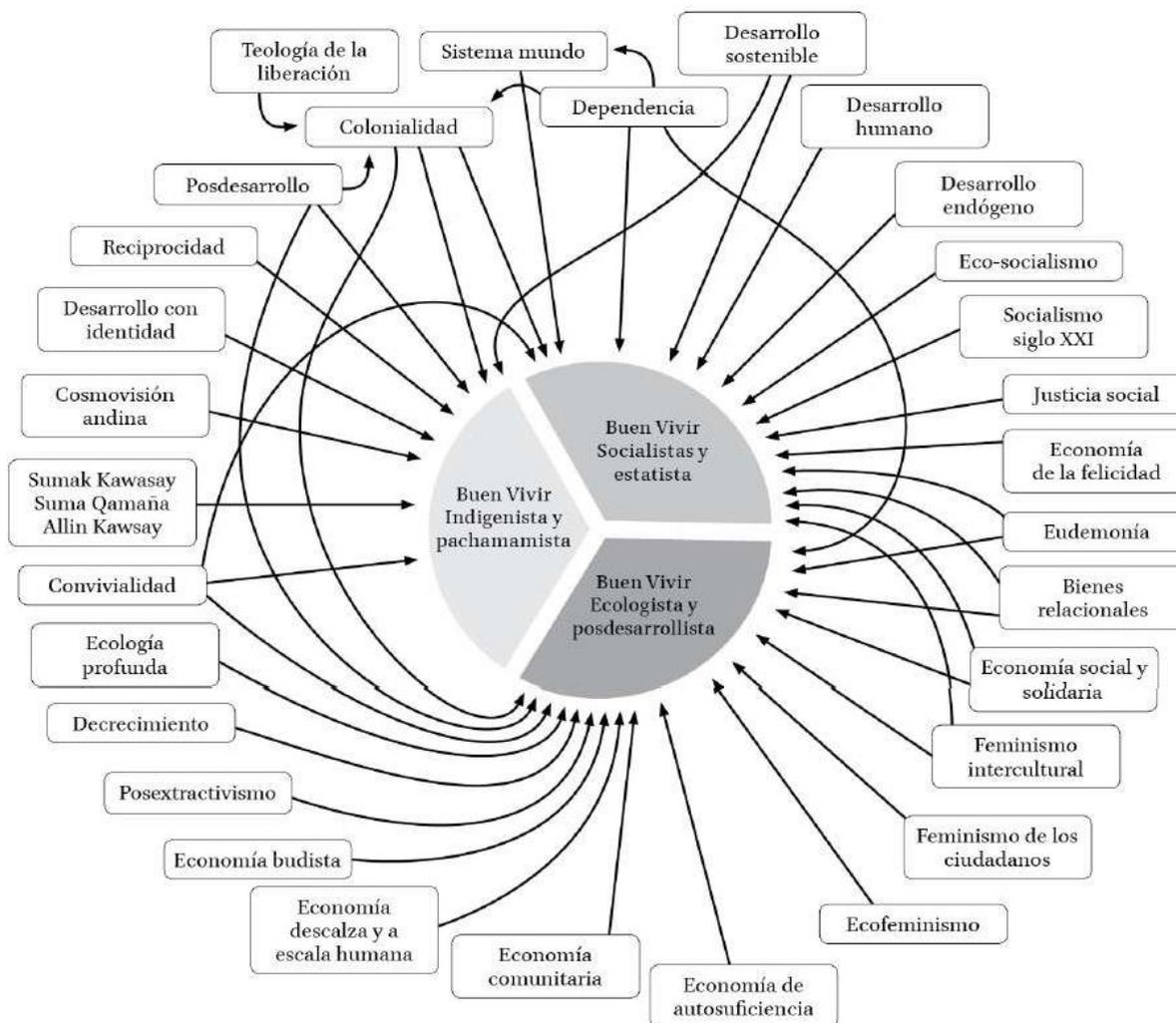
<b>1. Suma Manq'aña</b>	Saber comer. Tudo vive e se alimenta, por isso se fazem oferendas à Mãe Terra, aos rios, às montanhas. Devemos nos alimentar de alimentos da estação e do lugar.
<b>2. Suma Umaña</b>	Saber beber.
<b>3. Suma Thokoña</b>	Saber dançar com a vida, se relacionar.
<b>4. Suma Ikiña</b>	Saber dormir.
<b>5. Suma Irnakaña</b>	Saber trabalhar. Trabalhar não é sofrimento, é alegria, devemos trabalhar com paixão, intensamente ( <i>sinti pacha</i> ).
<b>6. Suma Lupiña</b>	Saber meditar. O silêncio da pessoa se conecta ao silêncio do ambiente e como consequência dessa interação e complementação, surge calma e tranquilidade.
<b>7. Suma Amuyaña</b>	Saber pensar. É o reflexo não apenas do racional, mas também do sentimento, devemos unir os dois.
<b>8. Suma Munaña, Munayasiña</b>	Saber amar e ser amado, processo complementar. Respeitar tudo o que existe gera uma relação harmoniosa.
<b>9. Suma Ist' aña</b>	Saber ouvir. Não se trata apenas de ouvir com os ouvidos, é perceber, sentir, ouvir com todo o corpo; pois se tudo vive, tudo fala e precisamos ouvir.
<b>10. Suma Aruskipaña</b>	Saber falar. Antes de falar é preciso sentir e pensar bem. Falar bem é falar para construir, encorajar, contribuir.
<b>11. Suma Samkasiña</b>	Saber sonhar. Tudo começa no sonho, é o começo da realidade. Por meio do sonho, percebemos a vida. Sonhar é projetar a vida.
<b>12. Suma Sarnaqaña</b>	Saber caminhar. Nunca se caminha sozinho; caminhamos com tudo o que nos cerca, seres visíveis e invisíveis, inclusive com os ancestrais.
<b>13-Suma Churaña, Suma Katukaña</b>	Saber dar e receber. A vida é a conjunção de muitos seres e muitas forças, onde tudo flui: recebemos e damos; a interação das duas forças gera vida. Saber dar com uma bênção e agradecer por tudo o que recebe.

**Fonte:** Mamani (2018).

Além de considerar as perspectivas ameríndias próprias, como foi dito, outras linhas de pensamento vêm se somando à construção intercultural desse paradigma, com destaque à perspectiva marxista em sua vertente ecossocialista também (LÖWY, 2000). Hidalgo Capitán e Cubillo-Guevara (2017) debatem sobre a diversidade de aportes intelectuais em suas nuances libertárias que estariam interconectados, de alguma maneira, no processo de construção de outros mundos possíveis: Desenvolvimento com Identidade; Teoria da Reciprocidade; Pós-desenvolvimento; Teologia da Libertação; Teoria da Dependência; Teoria da Colonialidade; Desenvolvimento Sustentável; Teoria do Sistema Mundial; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Endógeno; Ecossocialismo; Socialismo do Século XXI; Justiça Social; Economia da Felicidade; Eudaimonia; Economia de Bens Relacionais; Economia Social e Solidária; Feminismo Intercultural; Feminismo do Cuidado; Ecofeminismo; Economia da Autossuficiência; Economia da Comunidade; Economia Descalça e em Escala Humana; Economia Budista; Pós-extratativismo; Decrescimento; Ecologia Profunda; e Teoria do Convívio.

Alguns desses aportes estão a seguir resumidos, esquematicamente, em conexão com as três vertentes ideológicas do Bem Viver (Figura 4.1.1-2).

**Figura 4.1.1-2:** Diferentes aportes intelectuais conectados às três vertentes ideológicas do Bem Viver.



**Fonte:** Hidalgo Capitán; Cubillo-Guevara (2017).

Embora o movimento em torno da (re)construção do Bem Viver tenha emergido das reivindicações do movimento indígena, outros atores também contribuíram para ampliar o alcance de suas vozes, como os agentes de cooperação internacional, os governos do Equador e da Bolívia e as assembleias constituintes desses países, os movimentos sociais e acadêmicos latino-americanos, e também europeus, e, assim, atualmente, a ‘trindade’ do Bem Viver se tornou uma proposta inovadora, com grande potencial no campo da Economia Política do Desenvolvimento (HIDALGO CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017).

Em contraposição ao paradigma econômico de desenvolvimento vigente, a natureza e a vida ganham centralidade no Bem Viver, conforme destacado por Gudynas (2011):

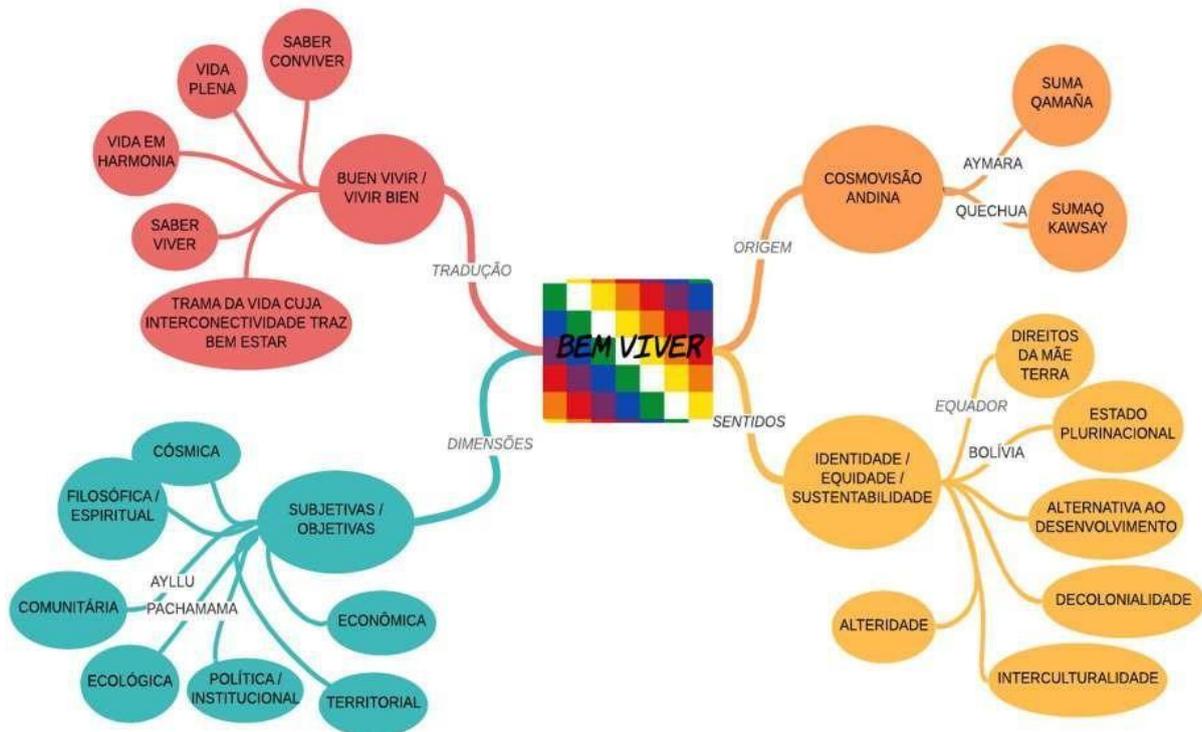
*Enquanto a teoria econômica atual segue o paradigma cartesiano do homem como ‘dono e senhor da natureza’, e compreende a natureza como estando fora da história humana (um conceito adotado inclusive pelo marxismo), o sumak kawsay (Bem-Viver) incorpora a natureza na história. Trata-se de uma mudança fundamental na ciência moderna, porque se o pensamento moderno se gloriava de alguma coisa era, precisamente, de ter conseguido expulsar a natureza da história. De todas as sociedades humanas, a ciência moderna é a única que produziu tal evento e as consequências começam a passar sua fatura. O sumak kawsay (Bem-Viver) propõe a incorporação da natureza na história, não como fator produtivo nem como força produtiva, senão como parte inerente ao ser social. (GUDYNAS, 2011, p. 5)*

Com base nessa perspectiva, Hidalgo Capitán e Cubillo-Guevara (2017) afirmam que, das três vertentes ideológicas do Bem Viver, a vertente ambientalista e pós-desenvolvimentista vem obtendo maior projeção internacional, à medida em que vem transcendendo a esfera andina e mesmo a latino-mericana e recebendo cada vez mais atenção de acadêmicos europeus. Algumas concepções, inclusive, sugerem uma aproximação entre o significado de Bem Viver latino-americano e a proposta de Decrescimento europeia.

Contudo, a despeito de seu viés social e cultural crítico, um alinhamento mais estreito vem sendo apontado entre a vertente ambientalista de Bem Viver e a Ecologia Profunda. Ambas as propostas são marcadas pela perspectiva biocêntrica – sendo, no caso do Bem Viver, sociobiocêntrica – como elemento central que as conectam. A natureza seria, portanto, “a medida de todas as coisas” e teria um valor intrínseco, independentemente da utilidade que se possa ter para o ser humano, o que justifica, assim, o reconhecimento da natureza enquanto sujeito de direitos como uma das principais pautas políticas do Bem Viver. A *Hipótese de Gaia*, uma das teorias de referência na origem da Ecologia Profunda, nesse caso, afirma ser a própria vida quem cria e mantém as condições adequadas para sua existência, reconhecendo a Terra como um sistema complexo com capacidade de autorregulação (autopoiese), a partir de sua comunidade de vida, numa concepção muito semelhante à da *Pachamama*, ou Mãe Terra da cosmovisão andina (HIDALGO CAPITÁN; CUBILLO- GUEVARA, *op. cit.*).

Tendo como eixo central a *wiphala*, símbolo da filosofia andina, para auxiliar na compreensão do conjunto de reflexões envolvidos nesse debate, foi elaborado um mapa mental com as ideias-síntese que integram o paradigma do Bem Viver, apresentado na Figura 4.1.1-3.

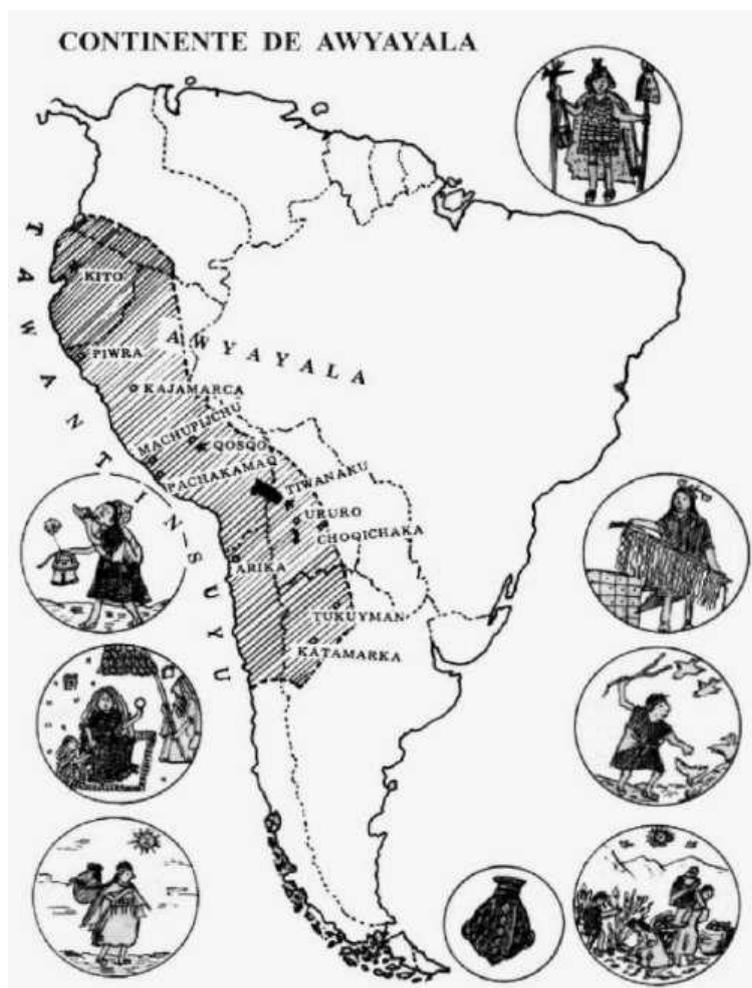
**Figura 4.1.1-3:** Mapa mental das ideias-síntese que integram o paradigma do Bem Viver.



**Fonte:** Elaboração própria, com base em Estermann (2006); Mamani (2010); Walsh (2010); Gudynas e Acosta (2011); Gudynas (2011); Acosta (2016); Hidalgo Capitán e Cubillo-Guevara (2017).

Como foi dito, a filosofia andina constitui o eixo central do paradigma do Bem Viver latino-americano. Representada pelas cores da *wiphala*, este símbolo expressa a unidade e a solidariedade entre as diferentes etnias que compunham o antigo Império Inca (1438-1533), na antiga região de Tawantinsuyu (Figura 4.1.1-4). Após a colonização espanhola, o emblema foi também associado à resistência política indígena e posteriormente, em 2009, se tornou símbolo nacional oficial da Bolívia. Seu sentido se relaciona à ciência, tecnologia e arte, às relações de reciprocidade nos Andes e tem como finalidade difundir e defender a identidade territorial de toda a região. Ultrapassando fronteiras, resistindo ao tempo, e se preenchendo de ressignificados, a *wiphala* “tremula” de norte a sul da cordilheira dos Andes e seu uso se faz desde o cotidiano até em atos cerimoniais, festas, marchas, jogos e competições, em atos comemorativos, nos encontros de comunidades, dos *ayllus* e *marcas*, em trabalhos agrícolas, nos eventos sociais e culturais. Em torno da *chakana*, cruz que aponta para os quatro pontos cardeais, possuindo significados associados à natureza, ao tempo, à relação com o divino, cada uma das sete cores do arco-íris possui um significado próprio, considerado “o reflexo cósmico do sistema comunitário e harmônico dos quíchua e aimará [os principais que adotaram adotaram a *whipala* como símbolo]”, segundo as informações do site Katari (KATARI, 2021).

**Figura 4.1.1-4:** Região de Tawantinsuyu, antigo império Inca, no continente de Awaysayala.



Fonte: Katari (2021).

Assim, a primeira ruptura das formas de vida tradicionais na América Latina (na antiga Abya Yala) com o pensamento ocidental/colonial, provém do seu sistema comunitário que se constituiu como pilar fundamental das práticas de construção social dos povos originários e se contrapõe ao alto grau de individualismo e materialismo do pensamento hegemônico. Tais modos de ser e viver se baseiam em pressupostos de maior harmonia com a natureza e o universo, consideram a *Pachamama* como um todo, concebida não somente como a Mãe Terra, mas, também, como uma unidade indissociável da dimensão cósmica de espaço-tempo da qual somos parte. Essa perspectiva ontológica, interdependente e cíclica, se contrapõe à linearidade e à separatividade que caracterizam o pensamento ocidental-instrumental, por meio de uma compreensão do mundo que ultrapassa a racionalidade econômica e se coloca de forma, ao mesmo tempo, complexa e simples (MAMANI, 2010; GUDYNAS, 2011; ACOSTA, 2016).

Baspineiro (2016) sintetiza quatro aspectos inter-relacionados e inseparáveis da cosmovisão andina expressa pelo paradigma comunitário/societário de Bem Viver:

- **Dimensão subjetiva e espiritual** - harmonia de todos os seres consigo mesmos;
- **Dimensão comunitária** - harmonia dos seres humanos em sociedade, a partir do compartilhamento, da solidariedade e do trabalho coletivo;
- **Dimensão ecológica** - harmonia dos seres humanos e da sociedade com a natureza, com todos os seres que coexistem na Mãe Terra, a *Pachamama*;
- **Dimensão cósmica** - Harmonia com todas as forças da vida, com os ciclos, com o tempo, com o espaço.

Análises outras, como as de Sampaio e colaboradores (2017) relacionam a complexidade do paradigma de Bem Viver a condicionantes éticos de emancipação humana. Estes ressaltam, ainda, o processo de reconfiguração ontológica e epistêmica no qual se encontra o pensamento crítico latino-americano para compreensão de sua realidade social e a formulação conjunta de um projeto emancipador que dialoga e se conecta por meio de vertentes do “pensamento autônomo”, “desde abaixo” e do “pensamento da Terra”, de modo semelhante ao concebido por Escobar (2005) ao formular as propostas do *pluriverso*, relacionadas ao pós-desenvolvimento.

Este horizonte de emancipação humana vem sendo mobilizado e ensaiado por projetos ético-políticos ligados ao pensamento autônomo, emergente desde as reivindicações por territórios autônomos que tem a comunidade como pilar fundamental, tal como o Zapatismo (México) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (Brasil). Projetos emancipadores ligados ao pensamento inspirado por aqueles “desde abaixo” se associam às lutas territoriais pela defesa da terra, e que expressam a cultura, as práticas sociais, artísticas e econômicas das comunidades e dos povos que habitam diversos territórios, tendo como ícones, principalmente, aquelas das comunidades originárias. O Bem Viver, na concepção de tais autores, poderia se inscrever como um “pensamento da terra”, sustentado pelas grandes discussões teóricas no marco do que conhecemos como “giro decolonial”, enfatizando a posição de Catherine Walsh (2010), segunda a qual, não existiria um “estado nulo da colonialidade”, senão “distintas posturas, posicionamentos, horizontes” dentro da visão colonial/moderna de mundo (SAMPAIO *et al.*, 2017).

Como parte de um “pensamento da terra”, uma das formas de apoiar a desconstrução do discurso utilitarista dos “recursos naturais”, no sentido do estabelecimento de um outro tipo de relação com a natureza, caberia, com base na perspectiva decolonial do Bem Viver, nomear seus elementos como bens comuns, bens de vida ou bens sagrados. O bem comum se refere a uma noção de usufruto, acesso ou gozo comum, do qual todos podem se beneficiar, de modo

antagônico ao pensamento da propriedade privada, que implica na aquisição através de uma relação comercial, mediada pelas relações de compra/venda que beneficia um proprietário privado. Os bens vivos e sagrados se originam de construções éticas e sensíveis das comunidades originais, mais recentemente adotadas por campos vinculados à Ecologia Profunda, para a qual os elementos da Natureza constituem um “tecido de relações vivas”, sagradas e, portanto, inegociáveis (BOFF, 1999).

Mamani (2010) enfatiza, ainda, a importância de uma vida em harmonia e equilíbrio com os ciclos da Mãe Terra, do cosmos e da história, individual e coletivamente, sem distinção. Isso implica na adoção de uma postura biocêntrica que promova práticas de ordenamento e restauração equilibrada da energia utilizada, mas não de uma natureza “isolada” do ser humano, segundo a perspectiva do “mito moderno da natureza intocada” questionada por Diegues (1994) que orientou, desde a sua origem, os pressupostos técnico-científicos da Biologia da Conservação.

Por toda a complexidade envolvida no debate, é de se imaginar que a construção do Bem Viver esteja permeada por controvérsias de ordem teórica, prática e político-normativa, a exemplo dos contextos envolvendo conflitos socioambientais geradas nas dinâmicas territoriais no Equador e na Bolívia, onde se coloca em tensão a visão desenvolvimentista-extrativista do uso da natureza, entendida como recurso a ser explorado e comercializado para sustentar a economia nacional, ao mesmo tempo em que busca incorporar a visão dos povos onde a natureza é sua Mãe Terra, o que implica em não a explorar por meio de processos industriais (GUDYNAS, 2011; ESCOBAR, 2018).

Observando o arcabouço jurídico do assim denominado novo constitucionalismo latino-americano, o Bem Viver é entendido como via central para se repensar o desenvolvimento, nos casos da República do Equador (*Constitución de 2008 y Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017*) e do Estado Plurinacional da Bolívia (*Nueva Constitución Política del Estado*). Como amplamente discutido, não sem embates, esse processo de construção representa um “giro ecocêntrico”, ao instaurar uma frente de políticas públicas cujos pressupostos se distanciam da doutrina jurídica do direito moderno. Alguns elementos específicos que caracterizam cada caso são apresentados no sentido de ilustrar o debate em questão.

No caso equatoriano, por exemplo, o processo constituinte, realizado através da “revolução cidadã”, levou à promulgação da nova constituição, também conhecida como Constituição de Montecristi, em 2008. O Bem Viver integra esse documento como “direitos de

uma boa vida”, o que também inclui uma ampla variedade de outros direitos (tais como alimentação, ambiente, água, comunicação, educação, moradia, saúde, energia etc.). Por outro lado, também integra o documento o “regime de desenvolvimento”, definido como “o conjunto organizado, sustentável e dinâmico de sistemas econômicos, políticos, socioculturais e ambientais, que garantem a realização do Bem Viver, de *sumak kawsay*”, marcando assim essa contradição (ECUADOR, 2008, art. 275). Quanto a esse aspecto, se postula uma relação direta entre as estratégias de desenvolvimento e a garantia de direitos, justamente na interface na qual se expressam os conflitos socioambientais territoriais, como alertam Gudynas e Acosta (2011).

No plano governamental equatoriano, por sua vez, o documento *Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017* (SENPLANDES, 2013) aponta “seis dimensões básicas para o planejamento, o seguimento e a avaliação do processo de encaminhado ao Bem Viver no Equador:” diversificação produtiva e segurança econômica, acesso universal a bens superiores<sup>3130</sup>, equidade social, participação social, diversidade cultural, e sustentabilidade. Contudo, apesar dos princípios da *Constituição Equatoriana de 2008* e do *Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017* enunciarem algumas garantias envolvendo direitos sociais e econômicos, Alcântara e Sampaio (2020) salientam a necessidade de maior precisão no que diz respeito aos direitos políticos, coletivos, ambientais e de liberdade, mencionando o fato de que o país já ter adentrado a terceira fase de metas para o desenvolvimento segundo a perspectiva do Bem Viver, no âmbito do *Plan Nacional de Desarrollo 2017-2021: Toda una vida*.

A principal controvérsia, nesse caso, se encontra nos meios pelos quais se garante o Estado do Bem Viver. Segundo Guardiola e García-Quero (2014), existe uma polarização de posições nesse debate. A posição extrativista<sup>32</sup> (ou neo-extrativista), entende que a exploração

---

<sup>31</sup> Bens superiores referem-se a “saúde, educação, trabalho digno, habitação, [...] tempo destinado a viver em plenitude e à provisão de bens relacionais (amizade, amor, solidariedade, coesão social)”. (ECUADOR, 2013, p. 29).

<sup>32</sup> Há uma importante e grande distinção a ser feita. A posição extrativista assim designada aqui não diz respeito a atividades tradicionais de extração de produtos diretamente da natureza, porém em amplo equilíbrio com sua reprodução natural, realizada por boa parte dos chamados povos tradicionais e originários (no caso do Brasil por seringueiros na extração de látex, catadoras de coco babaçu, coletores de frutos e flores, pescadores etc.) (HAESBAERT, 2021), mas, ao contrário, se refere ao extrativismo hegemônico, produzido pelo megaextrativismo do grande capital. Por extrativismo, nesse caso, compreende-se as atividades que utilizam de bens comuns naturais para serem comercializados no mercado internacional. Tem-se observado na América Latina um processo de recondução de suas economias em direção a um modelo extrativo exportador (neoextrativismo), caracterizando pela exploração de grandes volumes de “recursos naturais” considerados como *commodities* (agronegócio, mineração e exploração petrolífera). O efeito de reprimarização da economia tem se agravado pelo crescente protagonismo comercial e global da China, que se consolida, atualmente, como o maior comprador de *commodities* da América Latina. O neoextrativismo desenvolvimentista instala uma dinâmica caracterizada por grandes empreendimentos que representam uma lógica de destruição do território e que irrompe neste, expropriando economias regionais, destruindo a biodiversidade e eliminando grupos sociais, em função de um olhar produtivista e eficiente do território que desqualifica outras lógicas de valoração presente nos territórios, considerados socialmente dispensáveis,

de recursos naturais ainda se justifica como meio de crescimento econômico para assegurar ganhos fiscais que levem à redução da exclusão social e da pobreza, o que seria o primeiro passo para se alcançar o Bem Viver. Já a posição preservacionista, promove o respeito à natureza e a busca por estratégias alternativas para que se alcance o Bem Viver. A visão extrativista vem sendo reconhecida como o “biossocialismo republicano”, ou o “socialismo do século 21”, e reflete a posição do governo. Já a visão preservacionista é proeminente nos movimentos indígenas, nos partidos políticos de oposição e em círculos intelectuais do Equador (GUARDIOLA; GARCÍA-QUERO, *op. cit.*).

O principal argumento da posição extrativista é a de que “o progressivo desenvolvimento endógeno” seria o caminho em direção ao bem-estar no país, para se conquistar soberania energética, alimentar e financeira, em uma ou duas décadas, considerando que o país ainda precisaria fortalecer o mercado de trabalho de maneira a garantir o suprimento de necessidades básicas materiais. Neste estágio, os *royalties* obtidos com a exploração mineral e petrolífera seriam substancialmente importantes (SENPLANDES, 2013).

Por sua vez, a visão preservacionista sustenta uma posição crítica em relação à visão extrativista, também referida por eles como “extrativismo neoprogressista” ou “socialismo marrom”, entendida como uma modalidade de acumulação dependente e geradora de subdesenvolvimento, baseada em um modelo de produção e consumo de massa (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; GUARDIOLA; GARCÍA-QUERO, 2014; ACOSTA, 2016).

O extrativismo manteria a ênfase colonial convencional no desenvolvimento, promovendo a extração massiva de “recursos naturais” como meio primário para se obter o que se considera como Bem Viver, enquanto deixam de lado o respeito pela natureza e as comunidades indígenas. Assim, se reforça o argumento de que o termo Bem Viver seria apenas uma “palavra roubada” do movimento indígena e mal-empregada pelo governo (TORTOSA, 2012). Fato é que no capítulo sétimo da Constituição do Equador são discriminados os “Direitos da Natureza”, no qual o artigo 71 estabelece que:

*[...] a natureza ou Pachamama (ou Mãe Terra), onde se reproduz e realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente sua existência e à manutenção e à regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos.* (EQUADOR, 2008, tradução livre).

---

tornando-se “áreas de sacrifício” (SVAMPA, 2019). O padrão neoextrativista foi incorporado e estimulado, inclusive, por governos com matiz de esquerda, no que Svampa (2019) denomina “neoextrativismo progressista”: um novo tipo no qual o Estado desempenha um papel mais ativo na captação do excedente e na redistribuição, garantindo desse modo certo nível de legitimidade social, ainda que com os mesmos impactos sociais e ambientais negativos (HAESBAERT, 2021).

Portanto, garantir tais direitos seria crucial para que se possa manter o alinhamento com os princípios do Bem Viver previstos na Carta Magna do país. A economia indígena enfatiza, ainda, que todos os métodos de trabalho e produção têm que ser orientados às vivências locais e não devem servir ao ganho capitalista, acumulação ou lucro. Assim, o desenvolvimento local e as salvaguardas ambientais estão também previstos na constituição como elementos fundamentais para a promoção do Bem Viver (art. 33 e art. 133), mediante o fortalecimento da participação ativa dos cidadãos e das cidadãs em espaços comunitários, o incremento da harmonia com a natureza e a manutenção da soberania alimentar (MACAS, 2010).

Pelo exposto, no caso do Equador, é possível identificar as inúmeras controvérsias envolvidas no plano da gestão pública, na medida em que se busca, ao mesmo tempo, institucionalizar o Bem Viver e redirecionar, em alguma medida, o modelo de desenvolvimento. A tentativa de garantir o respeito aos modos de vida comunitários e à natureza, não raro entra em conflito com outros interesses que atravessam a busca por melhoria nas condições materiais de vida e redução da pobreza, mediante a geração de emprego e renda.

Já no caso boliviano, é importante contextualizar a eleição de Evo Morales, em 2005, como primeiro presidente indígena da Bolívia e do continente. Esse “divisor de águas”, marca a inclusão da população indígena na política e pavimenta o caminho para a promulgação da nova *Constituição Boliviana*, em 2009, mediante a “revolução democrática e cultural” (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020).

As referências ao Bem Viver estão explícitas na Carta Magna, na seção sobre os fundamentos fundamentais do Estado. No artigo 8, seus princípios se articulam a outros valores essenciais, como “unidade, igualdade, inclusão, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, respeito, equidade social e de gênero na participação, bem-estar comum, responsabilidade, justiça social”. Se enfatizam a dimensão da diversidade cultural em uma sociedade plural, na qual as diferentes concepções e princípios ético-morais de Bem Viver são postuladas por várias tradições indígenas, além da aymara, “sob as expressões ‘ama qhilla, ama llulla, ama suwa’, não seja preguiçoso, não seja mentiroso, nem seja ladrão, ‘suma qamaña’, viva bem, ‘ñandereko’, vida harmoniosa, ‘teko kavi’, vida boa, ‘ivi maraei’, terra sem mal e ‘qhapaj ñan’, modo de vida nobre” (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p. 77).

Esses princípios apontam para algumas mudanças no processo de desenvolvimento boliviano, explicitadas na Constituição: o “modelo econômico boliviano é plural e orientado para melhorar a qualidade de vida e viver bem” (BOLÍVIA, 2009, art. 306). Postula-se, uma ordem econômica plural, vinculada a princípios como solidariedade e reciprocidade e, para que se possa

alcançar “o Viver Bem em suas múltiplas dimensões”, se requer mudanças econômicas substantivas, como a busca pela geração de produtos sociais e redistribuição justa da riqueza, nos termos de Gudynas e Acosta (2011).

A Constituição boliviana chama a atenção para determinadas especificidades do processo econômico, segundo essa perspectiva: “a economia plural está constituída pelas formas de organização econômica comunitária, estatal, privada e social cooperativa” (art. 306 II). A organização econômica estatal, por exemplo, teria o papel de traçar as linhas econômicas centrais do país: “um Estado Plurinacional, com projeto popular claro, deverá direcionar suas ações econômicas estatais prezando a garantia dos direitos e serviços fundamentais ao povo, participação e controle social das empresas, a industrialização dos recursos naturais e atenção aos impactos ambientais” (BOLÍVIA, 2009, art. 309).

Quanto à forma hegemônica capitalista de produção, no âmbito das empresas privadas, a constituição estabelece condições e limitações à acumulação e à formação de monopólios, as quais tendem a comprometer a soberania econômica do Estado, segundo essa perspectiva. A nacionalização da cadeia de hidrocarbonetos (BOLÍVIA, art. 359) e o combate ao latifúndio (BOLÍVIA, art. 398) são exemplos em que se depara com uma clara demonstração da não aceitação do Estado boliviano ao processo de subserviência econômica. Por outro lado, são previstos e prioritários na Constituição os subsídios às micro e pequenas empresas, geradoras de emprego formal, bem como à forma social cooperativa. A economia comunitária (BOLÍVIA, art. 307) partiria da organização peculiar dos povos e das nações indígenas originários e campesinas em seus *ayllus* ou territórios, sendo reconhecida como uma das formas de desenvolvimento econômico e social, cabendo ao Estado a tarefa de fomentar essas dinâmicas econômicas, fomentando a sua autonomia e a melhoria de vida comunitária e de cada sujeito. Esses e outros elementos, notadamente marcados pela ampla participação política dos indígenas, apontam para um projeto diferenciado do plano neoliberal.

Como fins essenciais do Estado, foi estabelecido, ainda, constitucionalmente, prezar pela consolidação de uma sociedade “justa e harmoniosa”, sedimentada na descolonização e na despatriarcalização, livre de discriminação e de exploração, com plena justiça social, para consolidar as identidades de uma pluralidade nacional. A garantia da proteção e da dignidade das nações, dos povos e das comunidades e o fomento ao respeito mútuo e ao diálogo intercultural e plurilíngue também foram considerados como prioridade. Ao reconhecer a diversidade de uma pluralidade nacional, estabelece-se, neste sentido, a necessidade de repensar os aspectos concernentes à educação, saúde, produção, observando o equilíbrio da Mãe Terra (*Pachamama*)

(MAMANI, 2010; ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020).

A partir desta breve revisão, são observadas algumas semelhanças entre ambas as constituições, equatoriana e boliviana. Em ambos os casos, a ideia de Bem Viver está diretamente ligada com conhecimentos e tradições indígenas e, portanto, se evidencia um esforço deliberado para tornar visíveis os conhecimentos e as concepções que foram ocultadas e subjugadas por séculos. Outro aspecto comum importante, diz respeito à mudança de posição quanto à economia frente ao livre mercado. Esta força, por si só, não é considerada uma solução, nem, tampouco, somente o papel do próprio Estado. Nesse sentido, as propostas constitucionais do Bem Viver/Viver Bem apontam para relações dinâmicas entre o mercado, a sociedade e o Estado. Busca-se construir uma sociedade que conte com uma diversidade de mercados, cujas economias não sejam controladas por monopolistas e especuladores, nem tampouco haja um controle estatista extremo (GUDYNAS; ACOSTA, 2011).

Contudo, também existem diferenças marcantes entre as propostas boliviana e equatoriana. No caso da Bolívia, *el suma qamaña* e os outros conceitos associados são princípios ético-moral e não constam como direitos, como acontece no Equador, e parece haver um enfoque nas estruturas governamentais de uma sociedade definida como plurinacional. Se na Bolívia o Viver Bem remete aos direitos dos cidadãos tradicionais e originários, Gudynas e Acosta (2011) salientam o enfoque do Equador em outras concepções de direitos relacionados ao Bem Viver. Na Bolívia e em outros países, a natureza é salvaguardada por sua importância para os humanos, enquanto no Equador haveria um reconhecimento de direitos aos ciclos vitais de restauração (seriam direitos ecológicos, para além do direito ambiental convencional), como discutem Alcântara e Sampaio (2020). Os mesmos autores enaltecem o aspecto chave da relação com a natureza para a construção do Bem Viver, para a qual a constituição do Equador oferece uma postura biocêntrica com o reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos (EQUADOR, 2008, arts. 71 a 74), enquanto, no caso da Bolívia, se prevê a atribuição do Estado de industrializar os “recursos naturais”, explicitando ideias ainda clássicas de progresso, baseadas na forma convencional de apropriação da Natureza (BOLÍVIA, art. 9).

Assim, as trajetórias de institucionalização do Bem Viver, provenientes das experiências do Equador e da Bolívia, são considerados os melhores e mais definidos campos para seu estudo, com destaque para a *Constituição do Equador de 2008* e o *Plan Nacional Estratégico del Buen Vivir de 2009-2013/2013- 2017/2017-2021* e suas diretrizes em torno do valor da biodiversidade e da conservação dos modos de vida e a *Constituição da Bolívia de 2009* e o *Plan del Desarrollo Económico y Social* do marco de desenvolvimento do Vivir Bien, como ressaltado por Alcântara

e Sampaio (2020).

A centralidade das discussões sobre os desafios à implementação dos Estados do Bem Viver na América Latina incide sobre os conflitos de interesses entre os valores e os princípios orientadores que fundamentam os modos de vida ancestrais/comunitários dessa região, de um lado, e o processo econômico que estrutura tais Estados, baseado no modelo neoextrativista exportador, de outro, ao entrarem em disputa nos territórios (recursos naturais x bens comuns). Contraditoriamente, a ascensão e a consolidação dos governos progressistas do Equador com o Bem Viver (*Buen Vivir*) e da Bolívia com o Viver Bem (*Vivir Bien*) foram impulsionados projetos econômicos extrativistas que investiram, paradoxalmente, contra as reservas naturais e os povos originários que habitam esses territórios.

Assim, outorgar valor jurídico ao *Buen Vivir/Vivir Bien*, ao mesmo tempo em que se impulsiona projetos extrativistas, representa o grande paradoxo que se expressa em ambos os casos, como amplamente denunciado por Cusicanqui (2018) e outros autores. Ambos os casos revelam, ainda, a dimensão do desafio envolvido na tentativa de superação do modelo econômico global que vem operando na totalidade dos países da antiga Abya Yala, onde os conflitos com comunidades indígenas e camponesas vêm se agravando nos últimos anos, em decorrência da expansão neoextrativista, como discutido profundamente por Svampa (2019). O neoextrativismo é considerado uma categoria analítica de raiz latino-americana, com grande capacidade explicativa, que vem se projetando também como categoria política, segundo a autora, gerando, em contraponto, a organização das resistências em torno da luta por terra-território, por parte de inúmeros movimentos sociais. Assim, ao mesmo tempo em que se configura como o continente mais desigual do planeta, talvez se possa afirmar que a América Latina é também aquele onde mais se proliferam movimentos autonomistas de resistência a esse processo (HAESBAERT, 2021; ZIBECHI, 2022).

Dois casos envolvendo conflitos territoriais situados nos dois países são considerados emblemáticos e frequentemente mencionados na literatura sobre o tema, como exemplos de situações que refletem os conflitos socioambientais territoriais. Um deles se refere à iniciativa *Yasuni-ITT* localizada na amazônia equatoriana<sup>33</sup>, que trata da exploração petrolífera em uma das

---

<sup>33</sup> A iniciativa *Yasuni-ITT* (referência a três zonas de extração petrolífera: Ishpingo-Tambococha-Tiputini, no *Parque Nacional Yasuni*, no Equador) se apresentou como uma proposta inovadora e revolucionária em matéria de mudanças climáticas e de matriz energética global. Tratava-se de solicitar à comunidade internacional e aos países mais ricos - por meio de co-responsabilidade ambiental frente à dívida climática - uma contribuição de 50% dos ganhos obtidos caso essas reservas de petróleo fossem exploradas, para investimento na mudança da matriz energética do país. Procurava-se evitar a geração de 410 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), favorecer a conservação da biodiversidade da Amazônia, evitar a deflorestação e respeitar os direitos dos povos originários no Parque. Devido a pouca adesão e arrecadação com a proposta, o presidente Rafael Correa deu fim a

regiões mais biodiversas do país e do globo, em uma área protegida. O outro, se refere ao caso TIPNIS na Bolívia<sup>34</sup>, que trata da construção de uma rodovia atravessando a área indígena de TIPNIS, como parte da infraestrutura logística agroindustrial.

Contudo, ainda que se faça necessário ampliar a compreensão sobre o tema e se outorgar ao mesmo o reconhecimento devido, sob um marco de atuação legal traduzido em políticas públicas, se reconhece a crescente multiplicidade de interpretações adicionais aos sentidos originários de Bem Viver, com riscos a um esvaziamento de seu conteúdo cultural e apropriação de sua função emancipadora. Enquanto proposta impulsionada pelo movimento indígena, ao ser submetido a diversos campos de disputa em diferentes contextos, nas esferas teóricas, políticas e práticas, a tradução intercultural do seus significados tem levado, muitas vezes, a um esvaziamento de seu real sentido e a sua deturpação, com vistas a interesses distintos à sua proposta original, como destacam Alcântara e Sampaio (2020).

Os autores ressaltam ainda “a confluência perversa” e “a crise discursiva” gerada por esse fenômeno, como produtos de uma relação de sentidos que se estabelece, conceitualmente, no enfrentamento a um campo adversário. Nesse caso, os territórios rurais e as grandes reservas de “recursos naturais” se apresentam como campo de disputa com o avanço do modelo neoliberal, representado por grandes corporações transnacionais respaldadas pelo Estado. Como bem enfatizam os autores, o deslocamento do Bem Viver desde os territórios dos povos originários até as esferas políticas, levou a sua apropriação indevida por parte do Estado e, em nome do Bem Viver, se justificou a exploração dos “recursos naturais” por meio da economia extrativista, sustentada no consenso das *commodities* (SVAMPA, 2019), resultando em forte tensões e conflitos com as comunidades indígenas e rurais na América Latina<sup>35</sup>.

---

essa iniciativa e iniciou a exploração de petróleo em 2013, gerando imensa comoção popular devido a contradição com a constituição que se propunha a defender os povos originários e o Bem Viver (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020).

<sup>34</sup> Em 2011, o presidente Evo Morales autorizou a construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Mojos, atravessando o *Território Indígena Parque Nacional Isiboro-Sécure* (TIPNIS) na Bolívia, o que resultou na *VIII Marcha de Indígenas de Tierras Bajas*. Este projeto de integração regional se traduz como resposta às novas e crescentes demandas asiáticas por *commodities*. Refletindo sobre as contradições surgidas no seio dos governos progressistas, observa-se uma apropriação da energia dos próprios movimentos sociais e comunidades que ajudaram a nutrir e levantar os projetos políticos partidários e que depois acabaram por perder autonomia e capacidade crítica frente aos novos governos (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020).

<sup>35</sup> Aqueles que estão na linha de frente da luta pelos direitos humanos e pelo futuro do nosso planeta estão enfrentando severas e crescentes ameaças, com os governos e as empresas fracassando em seu dever de atuar. Pelo menos 207 líderes indígenas, camponeses e ativistas foram assassinados em 2017 e quase 60% dos assassinatos ocorreram na América Latina. O Brasil teve o maior número de mortes já registrado em um ano, em qualquer país do mundo. O agronegócio foi o setor responsável pelo maior número de mortes, superando pela primeira vez a mineração (GLOBAL WITNESS, 2017).

Os conflitos e as tensões socioterritoriais presentes em larga escala no continente indicam que os caminhos tomados, tanto pelos chamados governos progressistas de esquerda, quanto por aqueles de perspectiva neoliberal, convergem em sua visão linear de progresso e desenvolvimento, baseados na exploração “racional” de “recursos naturais”, produção, consumo e acumulação de bens (SOLÓN, 2019; SVAMPA, 2019).

A questão crucial a ser formulada seria, portanto: Como se poderia chegar a uma relação de entendimento entre os projetos políticos que operam em escala de programas e políticas de desenvolvimento de Estado com a diversidade de territórios e comunidades rurais que apostam no reconhecimento e no fortalecimento de suas formas de vida, desde a autonomia e autogestão, de modo que estas não se percam no momento que se transita desde o território até as estruturas de poder?

Provavelmente, uma das principais causas pelas quais o Bem Viver tem sido esvaziado de seu sentido ontológico na trajetória dos governos progressistas deve-se a este desafio. O deslocamento desde os territórios dos povos originários até o uso e apropriação do conceito pelas esferas institucionais e políticas de Estado, tem suscitado um problema de suporte no imaginário conceitual do Bem Viver, pois sua ancoragem no espaço territorial, como categoria geográfica definida e limitada que garante o ciclo e reprodução sociocultural das comunidades, parece, assim, se desfazer nesse processo (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020).

As condições para a ressignificação e a reformulação de um paradigma alternativo como via à superação do paradigma desenvolvimentista em crise, conforme discutido por Vargas e colaboradores (2020), parece ser possível somente a partir da aproximação do pensamento ocidental daquele:

*[...] que emerge desde outros sentidos, onde a dignidade, o respeito, o território, o autogoverno, o Bem Viver e a Mãe Terra se constituam como novas epistemes que vão mais além dos tradicionais conceitos [...] direitos humanos, democracia e desenvolvimento. O verdadeiro sentido do Bem Viver, nesse caso, para ser recuperado com o objetivo de constituir-se como uma alternativa real, necessitaria - entre outras coisas - do reconhecimento do espaço geográfico e do território de ancoragem que sustenta as epistemes ontológicas. Propostas de desenvolvimento alternativo ou de alternativas ao desenvolvimento deveriam considerar o fortalecimento dos territórios e o reconhecimento de outras formas de ser e estar no mundo, desde sempre existentes, que sobreviveram e preservaram suas características, com um certo grau de autonomia frente ao processo de modernização e colonização e que vem inspirando a construção de outros modos, colaborativos e comunitários de se relacionar (consigo, com o outro e com a natureza) (VARGAS, et al., 2010, p. 17).*

Como vem sendo denunciado Cusicanqui (2018), não se pode mencionar o Bem Viver sob uma lógica desenvolvimentista, ainda que se refira à distribuição de renda e à redução de desigualdades sociais. Se por um lado, o reconhecimento da diversidade sociocultural e dos direitos da *Pachamama*, pelos governos da Bolívia e do Equador, respectivamente, tenha atribuído visibilidade à noção do Bem Viver, por outro, a legitimidade dessa apropriação política tornou-se questionável. Ambos os casos se tornaram emblemáticos por terem se utilizado da velha fórmula (neo)extrativista e colonial, desalojando comunidades e destruindo biomas, seja para a exploração mineral e/ou para a construção de rodovias e infraestrutura de apoio, e a cosmovisão dos povos acabou ficando em segundo plano, sendo apropriada como uma forma de *marketing* político.

Este, talvez, tenha sido o maior legado deixado pelo denominado ciclo de governos de esquerda da América Latina: não basta produzir a qualquer custo, sob a lógica desenvolvimentista, é preciso questionar o sentido de tal desenvolvimento, a partir de outros fundamentos ontológicos e epistemológicos, vividos cotidianamente por aqueles que resistem ao processo colonizador, ao “sentir-pensar desde a terra” (ESCOBAR, 2018).

#### ***4.2.2 Desenvolvimentos alternativos ou alternativas ao desenvolvimento?***

Sem dúvida, a construção de caminhos alternativos para desenvolvimentos outros (SANDOVAL-FORERO, 2021), e mesmo de alternativas que ultrapassem a noção de desenvolvimento, traz consigo uma série de tensões e desafios inéditos.

Buscando iluminar as dinâmicas que perpassam o processo de construção de (novas) territorialidades rumo às transformações societárias desejáveis, não se pode perder de vista que o Bem Viver “aponta para transformações de fundo na sociedade, política, economia e na relação com a natureza” (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p. 106). Esses autores sustentam que a sua construção intercultural também perpassa as tradições ocidentais que criticam os preceitos da modernidade. Portanto, o Bem Viver, como uma (nova) maneira de organizar a sociedade, constituído como um paradigma emergente, oriundo do reconhecimento dos problemas de equidade social e devastação ambiental, ainda se encontra em pleno processo de construção, tanto no que diz respeito à sua contextualização quanto à sua operacionalização, ao se buscar não perder de vista sua ancoragem ao território para se viabilizar (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020).

Para que se possa interpretar as diferentes propostas entre “desenvolvimentos alternativos” e “alternativas ao desenvolvimento” como ponto de partida, Gudynas (2011) sistematiza um rol de alternativas: aquelas “alinhadas à ideologia do progresso e da

modernidade” e aquelas “mais além do progresso e da modernidade”, buscando nelas identificar conexões com a noção do Bem Viver para se avançar nessa direção, conforme a síntese realizada por Alcântara e Sampaio (2020), apresentada abaixo, no Quadro 4.2.2-1.

**Quadro 4.2.2-1:** Matriz-síntese sobre desenvolvimentos alternativos e alternativas ao desenvolvimento.

A) Alternativas dentro da ideologia do progresso e da modernidade	
Alternativas instrumentais clássicas	Reparação dos efeitos negativos (ex. reformismo, social- democrata, "terceira via"), desenvolvimento nacional popular, novo desenvolvimentismo, novo extrativismo progressista.
Alternativas enfocadas nas estruturas, nos processos econômicos e no papel do capital	Alternativas socialistas, estruturalismo inicial, marxistas e neomarxistas, “dependistas”, novo estruturalismo, vários expoentes do socialismo do século XXI.
Alternativas enfocadas na dimensão social	Limites sociais do crescimento, dissociação entre economia e desenvolvimento, ênfase em emprego e pobreza. Desenvolvimento endógeno, desenvolvimento humano, desenvolvimento à escala humana.
Alternativas que reagem aos impactos ambientais	Outras economias (domésticas, informais, camponesa, indígena) multiculturalismo liberal. Ecodesenvolvimento, sustentabilidade fraca e parte da sustentabilidade forte <sup>1</sup> .

#### B) Alternativas mais além do progresso e da modernidade

Afeição à convivência;  
Desenvolvimento sustentável superforte<sup>2</sup>, biocêntrico, ecologia profunda<sup>3</sup>;  
Crítica feminista, economia do cuidado<sup>4</sup>;  
Desmaterialização das economias, decrescimento (em parte);  
Interculturalismo, pluralismo, ontologias relacionais, cidadanias expandidas Bem Viver (algumas manifestações).

- 1 Para a visão da sustentabilidade fraca (Sfra), K [capital] tem como crescer de forma quase ilimitada, basicamente porque considera que Kp [capital produzido] e Kn [capital natural] podem, com facilidade, substituir um ao outro. [...] Essa visão tende a prevalecer na corrente da economia do meio ambiente que emanou diretamente da análise econômica convencional: a da economia ambiental neoclássica. Já a visão da sustentabilidade forte (Sfor) é bem menos otimista em relação ao desenvolvimento sustentável, pois considera limitada a substitutibilidade entre Kp e Kn. Aceita que, até certo ponto, esta existe, mas considera que se o crescimento for acompanhado de escassez relativa cada vez maior de capital natural ele poderá ser inviabilizado.
- 2 A sustentabilidade superforte sustenta que o ambiente deve ser valorizado de muitas diferentes maneiras, além da economia: também existem valores culturais, ecológicos, religiosos ou estéticos, que são tanto ou mais importantes.
- 3 Ecologia Profunda enquanto escola filosófica foi fundada pelo filósofo norueguês Arne Naess, no início da década de 1970, com sua distinção entre 'ecologia rasa' e 'ecologia profunda'. [...] A ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de 'uso', à natureza. A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.
- 4 A noção de economia do cuidado utilizada pelos autores se baseia no conceito de cuidado social de Daly e Lewis (2000).

**Fonte:** Alcântara e Sampaio (2020).

Mas, ainda que haja distinções em cada alternativa que compõe a “Faixa A”, elas guardam aspectos em comum que as distinguem da “Faixa B”. A “Faixa A” representa o conjunto de desenvolvimentos alternativos expressos nas discussões que se dão entre as grandes correntes de pensamento contemporâneas, inseridas na ideologia do progresso e da modernidade, com enfoque no papel do Estado, nas formas de intervenção (ou não) no mercado, etc.

A “Faixa B” corresponde às alternativas ao desenvolvimento com base em propostas sustentadas pela habilidade de conviver, para além da ideologia do progresso e do desenvolvimento, cujas contribuições importantes provêm do feminismo, das propostas de mudanças nos padrões de consumo e estilos de vida e finalmente, de um movimento de resgate da recuperação de algumas das posturas e cosmovisões dos povos indígenas. A “habilidade de conviver é compreendida como o inverso da produtividade industrial”. A relação de convivência constitui “a ação de pessoas que participam na criação da vida social” e “transladar-se da produtividade à habilidade de conviver é substituir um valor técnico por um valor ético, um valor material por um valor realizado” (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020 p. 87). . Desse modo, almeja-se transitar da instrumentalidade para uma visão sistêmica e multidimensional no contexto do Bem Viver.

Desse modo, refletindo sobre sua gênese e contribuições para o debate crítico na direção de sociedades sustentáveis, bem como sobre as tentativas incipientes para sua institucionalização, o Bem Viver andino tem revelado um potencial dialógico com diversas variantes do campo discursivo em torno da ideia de desenvolvimento sustentável e, notadamente, com as correntes alternativas afeitas à convivialidade, ao paradigma biocêntrico, à economia do cuidado e à interculturalidade (GUDYNAS, 2011).

Assim, ontologicamente, a reelaboração discursiva dos princípios quechua *sumak kawsay* e aymara *suma qamaña* - semelhantes aos encontrados em culturas de outros povos indígenas - inclui a ideia de interdependência entre Cultura e Natureza em uma releitura do que é universal como plural (pluriversal). Tal discurso vem sendo teorizado na esfera acadêmica e traduzido em princípios normativos que passam a influenciar cada vez mais o debate público. Apesar das ambiguidades e dos dilemas envolvidos na sua apropriação política, o Bem Viver vem abrindo janelas de oportunidade de aprendizagem intercultural, para além das proposições que se encontram sob a égide do desenvolvimento. A partir desses antecedentes, as discussões sobre alternativas ao desenvolvimento emergentes na América Latina partem do pressuposto de que a história não está prescrita, mas ao contrário, é pulsante e está em devir, se materializando em movimentos circulares e espiralados que avançam e também retrocedem, onde o múltiplo e o

contraditório convivem como riqueza para o aprendizado contínuo rumo a um horizonte pós-capitalista/colonial/racista/patriarcal (RAMÍREZ, 2012).

Ademais, como uma categoria propositiva emergente no seio do pensamento decolonial latino-americano, enquanto uma alternativa que transcende as “macro-narrativas” do Antropoceno, o Bem Viver vem inspirando a construção de outros horizontes estratégicos e enquanto uma narrativa contra-hegemônica/contra-antropocêntrica, que propicia uma abertura maior à interpretação do *pluriverso* de possibilidades para além dos vislumbres da civilização moderna em crise. Nessa leitura de futuro “de um mundo onde caibam muitos mundos”, como propõe o movimento zapatista, a unidade planetária transnacional convive com a multiplicidade da diversidade e os sentidos da modernidade/colonialidade tendem a se enfraquecer.

Nesse sentido, parece oportuno “caminhar com os dois pés”, entre a “grande teoria” e o “empirismo abstrato” (TORTOSA, 2018, p. 17) para que se possa avançar nessa transição, pensando em processos que orientem tanto a implementação de ações como o rastreamento, a avaliação e a análise das experiências (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020).

No plano teórico-metodológico, apesar dos desafios e das críticas envolvidos na tentativa de mensuração do bem-estar subjetivo por meio de indicadores quantitativos, Alcântara e Sampaio (2020) vêm desenvolvendo uma proposta de um sistema de indicadores de Bem Viver que visa superar os limites da quantificação econômica, passíveis de serem aplicados em distintos contextos.

Durante os últimos anos surgiram propostas alternativas à visão reducionista de crescimento econômico, baseadas em indicadores de bem-estar social e de qualidade de vida. Diante da diversidade de abordagens, o caso do Butão é emblemático, servindo de inspiração como esforço nessa direção. Desde 1972, o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) pelo instituído pelo rei Jigme Singye Wangchuck, em resposta às críticas referentes à pobreza econômica do país. O FIB estabelece nove dimensões periodicamente avaliadas: bem-estar psicológico (grau de satisfação e otimismo na vida individual), saúde (eficácia nas políticas de saúde), uso do tempo (estudo da gestão do tempo), vitalidade comunitária (analisa as relações e interações nas comunidades por meio da confiança, pertencimento, segurança), educação (educação das crianças e educação ambiental, entre outras), cultura (tradições locais), meio ambiente (mede a percepção dos cidadãos sobre a qualidade da água, ar, solo e biodiversidade), governo (percepção da comunidade em relação ao governo, sistema judicial), e qualidade de vida (renda familiar, dívidas contraídas, segurança no emprego) (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020).

Ainda que transformar a complexidade da noção de Bem Viver em um conjunto de indicadores, como no caso do FIB no Butão, ou em um índice sintético implique em um desafiante processo de construção, tais autores apontam para essa necessidade e buscam promover alguns avanços para se transitar entre objetividade e subjetividade, a partir do reconhecimento da multidimensionalidade inerente ao território e sua singularidade. Eles propõem um conjunto de indicadores que visa incorporar, sobretudo, a dimensão da intersubjetividade associada ao Bem Viver, que envolve símbolos, significados e sentidos compartilhados pela coletividade e que transcendem o sentido instrumental de bem-estar e de qualidade de vida. Com essa abordagem, buscam ainda apreender a intersubjetividade transcendental (dimensão espiritual) e transpor o materialismo (ALCÂNTARA; SAMPAIO, *op. cit.*).

A definição de indicadores em cada uma de suas dimensões, sugere uma complementaridade entre os aspectos subjetivos e objetivos, ligados à interculturalidade, multidimensionalidade, participação social e territorialidade. Essa construção, segundo os autores, se inscreve em corpos teóricos maiores como “a Economia Social e Solidária de Coraggio (2013), os Estudos Decoloniais de Walsh (2005; 2017), as Alternativas ao Desenvolvimento de Gudynas e Acosta (2011) e de Alcântara e Sampaio (2017); a perspectiva do Desenvolvimento a Escala Humana de Max-Neef e colaboradores (1993) da Economia Desemascarada de Max-Neef (2014) e de Turismo de Base Comunitária -TBC de Sampaio (2005), Sampaio *et al.* (2011), Henríquez (2007) e Henríquez *et al.* (2010)” (ALCÂNTARA; SAMPAIO, *op. cit.*).

O levantamento de indicadores de Bem Viver poderia servir de inspiração a modalidades de experiências ecológicas e socioeconômicas e/ou ecossocioeconomias<sup>36</sup> e mesmo para se pensar iniciativas comunitárias orientadas para a sustentabilidade com base na construção de autonomias territoriais, como no caso das iniciativas realizadas no Assentamento Terra Vista e difundidas nas propostas de articulação da Teia dos Povos (FERREIRA; FELÍCIO, 2021).

Os autores sugerem “a aplicação da matriz nas comunidades possa levar à formulação de políticas públicas inspiradas nos processos organizativos dos próprios territórios, emancipatórias e promotoras de direitos sociais, no que diz respeito a questões éticas e educacionais, saúde, valorização de formas de vida tradicionais, economia social e solidária, relações de gênero, geração de trabalho e renda e outras” (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020, p. 97).

---

<sup>36</sup> São alternativas que “ocorrem no mundo da vida, nas experiências empíricas nas comunidades, povoados, onde os problemas e as soluções acontecem e nem sempre são devidamente qualificados” (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017, p. 240).

Os autores sugerem, ainda, que se invista na avaliação das “necessidades que transcendam abordagens dicotômicas e instrumentais, ao interrelacionar aspectos psicossociais vinculados ao reconhecimento e à intersubjetividade (autonomia, empatia, emoções, segurança, relacionamento com o outro, autoconfiança etc.). Dimensões estas que nunca devem ser impostas, mas construídas por meio do consenso democrático e da ética discursiva, a partir da práxis individual e intersubjetiva” (ALCÂNTARA; SAMPAIO, *op. cit*), conforme a sistematização dos indicadores propostos, ilustrada na matriz a seguir (Quadro 4.2.2-2).

**Quadro 4.2.2-2: Matriz de Indicadores de Bem Viver, conforme proposta de Alcântara e Sampaio (2020).**

<b>Matriz de Indicadores de Bem Viver</b>			
<b>Supra Dimensões</b>	<b>Dimensões Específicas</b>	<b>Indicadores/Atributos</b>	<b>Conceitos</b>
<b>Pessoal (harmonia consigo mesmo)</b>	Habitação	Condições da moradia Acesso à água segura: potável, nascentes ou poços artesianos Rede de esgoto Superlotação (número de pessoas por m <sup>2</sup> ) Acesso à saneamento básico Espaço para dormir Segurança alimentar Alimentação diária consumida Acesso à eletricidade	Satisfação com a moradia e as condições de infraestrutura, como acesso a água potável, energia elétrica e alimentação (segurança alimentar)
	Trabalho	Trabalho/ocupação Acesso à segurança social Situação financeira Renda mensal recebida pela família Horas diárias dedicadas ao trabalho	Satisfação com o trabalho/ocupação exercida; acesso a segurança social; satisfação financeira
	Tomada de Decisão	Autonomia nas decisões pessoais Tomada de decisão em família	Grau de satisfação com a tomada de decisão pessoal
	Religião e Crenças	Crenças espirituais, religiosas ou filosóficas Participação em instituições religiosas	Grau de satisfação com sua crença espiritual
	Tempo Livre e Cultura	Uso do tempo livre Espaços para a recreação e a cultura Jogos e atividades ao ar livre	Satisfação com o tempo livre, jogos e atividades comunitárias
	Recursos Materiais	Ajuda econômica (financiamento) Venda da produção (ganhos efetivos/mensal)	Satisfação financeira; renda mensal recebida. Financiamentos e ajuda de custo
	Emoções	Felicidade Disposição Motivação	Satisfação pessoal (consigo mesmo, comunidade e meio ambiente)
<b>Social (harmonia com a comunidade integral)</b>	Educação	Nível de educação cursada Aprendizado adquirido Distância da escola Infraestrutura da escola Capacitação dos professores Acesso ao ensino fundamental Acesso ao ensino médio Acesso ao ensino superior Continuidade dos estudos Troca de saberes e aprendizados tradicionais entre a comunidade	Elementos de formação; acesso a uma educação de qualidade, infraestrutura da escola, formação de professores
	Tecnologia de Informação e Comunicação	Disponibilidade de Internet Disponibilidade de telefone convencional Disponibilidade de celular	Acesso à informação e comunicação
	Fatores Produtivos	Comercialização dos produtos agrícolas/pecuários/artesanatos/outras Acesso à sistemas de irrigação Capacitação recebida para exercer a atividade econômica que realiza Diversidade de culturas Acesso a sementes	Satisfação com os fatores produtivos, como diversidade de culturas e comercialização

Social (harmonia com a comunidade integral)	Participação	Participação em Organizações Sociais Poder de decisão Participação em Organizações Sociais: Associações Participação em reuniões comunitárias Sistema de governança	Participação social; poder de decisão e escolha; Arranjos Produtivos Locais (APLs)
	Família	Satisfação com sua situação familiar Permanência dos jovens na comunidade	Satisfação com a vida familiar e o êxodo dos jovens
	Segurança	Segurança familiar Frequência de assaltos na comunidade Policiamiento na comunidade Justiça com as próprias mãos	Satisfação com a segurança individual e familiar na comunidade
	Relações de Gênero e Jovens	Participação da mulher e dos jovens nas atividade econômicas Trabalho/renda Empoderamento Acesso a crédito Poder de decisão Taxa de matrículas no ensino (combinando educação primária, secundária e superior) Conciliação do aleitamento materno com o trabalho	Participação da mulher e dos jovens nas atividades produtivas, trabalho e renda, participação nas decisões
	Saúde	Serviços de saúde (posto de saúde/hospital) Tratamento médico e enfermagem Condições de acesso a tratamento pro fissional Uso de plantas medicinais Satisfação com a saúde das pessoas Distância dos centro de saúde	Variáveis como distância do posto de saúde ou hospital, infraestrutura de saúde, qualidade dos pro fissionais de saúde
Integral (harmonia com a natureza)	Meio Ambiente	Uso de queimadas Qualidade do ar respirado Meio ambiente, entorno natural Uso de agrotóxicos e pesticidas Nascentes de água Preservação da mata nativa Emissão <i>per capita</i> de CO <sub>2</sub> Práticas ecológicas com resíduos (reciclagem, compostagem, artesanato, outros)	Satisfação com o meio ambiente; práticas ambientais; usos de agratóxicos; presevação ambiental
	Pertencimento	Identidade com o lugar Autoestima Sentimento de compromisso Tranquilidade	Satisfação consigo mesmo, com os outros e com o ambiente

Fonte: Alcântara e Sampaio (2020).

Enquanto se vislumbram possibilidades de fortalecimento da organização social e produtiva alternativa à hegemônica, baseadas na proteção dos direitos humanos e da natureza, os “desenvolvimentos outros” vêm se construindo em microescala, em sentido contrário e/ou complementar, frente ao modelo colonial de desenvolvimento. Como apontam Escobar (2018) e Sandoval-Forero (2021), o conjunto de cosmovisões ligadas à terra e ao território vem inspirando alternativas anti-sistêmicas (anti-capitalistas) e decoloniais para se conceber o desenvolvimento na relação entre o binômio Sociedade-Natureza, sobretudo, na América Latina. Questionamentos sobre o papel dos Estados-Nação tendem, assim, a tornarem-se cruciais nesse debate, uma vez que é parte da necessidade de mudança se refundar as estruturas e os processos políticos-administrativos em bases mais horizontalizados de participação democrática dos cidadãos e das cidadãs, como agentes de transformação de seu espaço comunal.

Sandoval-Forero (2021), nesse sentido, concebe, desde uma perspectiva contra-hegemônica, alguns pressupostos teórico-metodológicos para se pensar o desenvolvimento com base em um diálogo intercultural:

- Ressignificação dos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade, colocando-os em revisão crítica e em diálogo com outros enfoques teóricos, conhecimentos e práticas de povos, comunidades e organizações “anti-sistêmicas”;
- Investigação desde uma perspectiva orientada pela ação-participante, como forma de desenhar trabalhos colaborativos entre sujeitos populares que buscam transformar o contexto comunitário, assim como o fez e propôs Fals-Borda, ao impulsionar a organização e a politização de comunidades camponesas latino-americanas;
- Promoção de iniciativas comunitárias onde os modos de produção, consumo e participação de coletivos e atores se constituem como amostras de possibilidades de construção de saberes outros, como aquelas das comunidades afrodescendentes da costa da Colômbia que influenciaram a perspectiva pós-desenvolvimentista de Arturo Escobar;
- Produção de etnografias e formas de investigação-ação como metodologias descolonizadoras para responder às demandas das experiências latino-americanas e globais, enfocados na compreensão dessas próprias experiências.

Essa proposta de reconfiguração metodológica e epistêmica se alinha ao exercício criativo dessa pesquisa que se propõe não apenas a realizar uma reflexão crítica, mas sobretudo traz uma perspectiva propositiva, ao buscar tecer saberes desde a práxis, junto aos sujeitos coletivos, desde as comunidades, de que modo que se possa contribuir para impulsionar processos contra-hegemônicos próprios.

Dessa forma, se pretende problematizar a concepção de desenvolvimento, desprendendo-

se do peso disciplinar eurocêntrico, do exercício clássico colonial de investigar desde uma ou outra disciplina, como a Antropologia, a Sociologia, a Ciência Política, a Psicologia Social, ou outras que estejam articuladas à temática em foco, dando lugar à emergência de novos constructos epistêmicos, filosóficos, científicos, políticos, que se desprendam dos conceitos na direção do (re)encanto transdisciplinar na produção de mundos outros, desde as situações gestadas de dentro de realidades subalternas do Sul global (SANDOVAL-FORERO, *op. cit.*).

A perspectiva de Sandoval-Forero (2021) ressoa com as proposições de autores tais como Bispo dos Santos (2015), Porto-Gonçalves (2012), Morin (2011b) e Leff (2009) e Boaventura de Sousa Santos (2007), em grande medida, ao advogarem pela confluência intercultural entre os povos indígenas, as comunidades de afrodescendentes (ou quilombolas, no Brasil), camponesas e outros grupos sociais. Nessa tessitura de redes de saberes e práticas, ancoradas na experiência coletiva das lutas cotidianas desde os territórios, se constroem, se fortalecem e se amplificam mutuamente os atos de resistência e de re-existência frente à crise do projeto modernizador/colonizador. Desde uma posição na qual a vida social, a defesa do território e as autonomias informam o desenvolvimento institucional, vertical e sistêmico, a lógica da modernidade/colonialidade poderia ser assim esvaziada, abrindo espaço para o reconhecimento de outras práticas sociais, onde se assentam as bases ontológicas do Bem Viver.

O sentido de Bem Viver, construído desde as próprias comunidades, em uma perspectiva intercultural, insurge com o potencial de impulsionar uma outra tendência, nutrida pelas especificidades locais, a partir de suas potencialidades e identidades. Assim, segundo Zapata (2007), o desenvolvimento territorial endógeno envolveria um processo intencional dos atores sociais de um determinado território e não, somente, um planejamento politicamente centralizado. De baixo para cima, se concebe um projeto que envolve a autonomia no processo de transformação do sistema econômico local (NORBERG-HODGE, 2019). Como afirma a autora (ZAPATA, 2007, p. 29): “a participação é entendida como o processo de tomar parte nas decisões e de responsabilizar-se por elas”. Assim, a efetiva participação eleva o ator social à condição de sujeito histórico de mudanças e a comunidade organizada à de protagonista pró-ativa do processo de mudança. A autora expõe, ainda, que além dos aspectos produtivos envolvidos, esse processo participativo potencializa as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem-estar da sociedade.

Em meio a promessas não cumpridas pela modernidade e o agravamento da *policrise* contemporânea, novos caminhos se abrem às formas de desenvolvimento endógeno, esse entendido como alternativa ao desenvolvimento possível, surgida desde os contextos periféricos,

rurais, camponeses e dos povos originários. Abrindo possibilidades de diálogo entre os diferentes modos de vida comunitários e entre eles e o “mundo moderno, urbano e industrial”, em relação à uma confluência conceitual, entre o mundo comunitário e o mundo do Estado, hoje dominado pelo mercado capitalista.

Nesse processo, a condição para um “pensamento pós-abissal” seria a “co-presença radical”, subjacente ao diálogo de saberes entre “ambos os lados das linhas cartográficas abissais”, entre o Sul e o Norte global. A co-presença radical pressupõe a horizontalidade e requer que os agentes “de ambos os lados das linhas” sejam contemporâneos em termos igualitários, “o que implica conceber simultaneidade como contemporaneidade e isso só poderia ser conseguido abandonando a concepção linear de tempo”<sup>37</sup> (SANTOS, 2007, p. 23).

Assim, se pode conceber a relação dialética entre territórios autônomos, por um lado, e políticas que promovem seu desenvolvimento, por outro, disputando o sentido de critérios, práticas, propostas em nível micro e meso-econômico, em uma luta onde a economia, política e cultura se vêem fortemente imbricadas (VARGAS *et. al.*, 2020).

Pensar a economia nesses termos requer, inclusive e sobretudo, o resgate de um diálogo com a ética e a espiritualidade. Outras economias alinhadas à perspectiva do Bem Viver, por sua vez, devem portanto considerar as diferentes escalas de aplicação e a necessária estruturação de caminhos, desde a práxis. Em outras palavras, estratégias políticas e econômicas deveriam considerar as dimensões de microeconomia e valorizar a economia do trabalho solidário à escala familiar e comunitária, tanto em nível local, promovendo articulações ecológicas e solidárias entre setores e atores, destacando “o comunitário, desde o território”, quanto em nível nacional, promovendo articulações entre possíveis atores econômicos aliados.

De acordo com Vargas e colaboradores (2020):

*perante uma aparente falta de novos horizontes emancipatórios, talvez se possa, por meio de uma articulação entre dimensões econômicas e ontológicas, manter e promover, tanto modos de vida tradicionais, como sua reafirmação sociocultural, além favorecer uma ruptura com o imaginário moderno/colonial de desenvolvimento linear* (VARGAS *et al.*, 2020, p. 180).

---

<sup>37</sup> Para ilustrar os sentidos de co-presença subjacentes à ecologia de saberes que propõe, em contraposição aos modos convencionais de diálogo, Boaventura de Sousa Santos (2007) exemplifica: “Se, hipoteticamente, um camponês africano e um funcionário do Banco Mundial no decurso de uma rápida incursão rural se encontrassem num campo africano, de acordo com o pensamento abissal, o encontro seria simultâneo (o pleonasmo é intencional), mas eles seriam não-contemporâneos; pelo contrário, de acordo com o pensamento pós-abissal, o encontro é simultâneo e tem lugar entre dois indivíduos contemporâneos.” (SANTOS, 2007, p. 23).

E talvez, assim, se possa chegar ao ponto de superar a ideia de seres humanos enquanto sendo “produtores, conquistadores e transformadores” da natureza, para, enfim, substituí-la pela ideia de serem seus “cuidadores, cultivadores e mediadores”. Justamente nesse sentido, como um caminho ontológico ligado aos modos de vida e à práxis coletiva que o sustenta, o Bem Viver vem contribuir para se pensar tal processo de mudança paradigmática, buscando “polinizar alternativas para a construção conjunta de um pensamento econômico que surja desde, e com, a Terra” (VARGAS *et al.*, 2020, p. 180).

Enquanto uma “plataforma compartilhada para germinar alternativas”, como a aposta de Gudynas (2011), se por um lado o Bem Viver outorga um papel central aos saberes indígenas, por eles terem sido os deflagradores desse novo olhar para as realidades, por outro, o autor enaltece a importância de se recuperar também, de dentro do amplo espectro de saberes ocidentais, as críticas internas à tradição moderna, por elas terem sido muitas vezes marginalizadas ou desconsideradas. Isso porque, ênfases diferentes em si mesmas refletem a diversidade das sociedades, nas quais todas essas posturas, e cada uma delas, são importantes e necessárias para compor, de modo complementar, transformações substantivas em diferentes instâncias. A partir desse reconhecimento, novas possibilidades podem emergir das distintas opções, desde os encontros e mesmo dos desencontros.

Partindo dessa perspectiva, Gudynas (2011) discute não ser possível delinear nem mesmo o que seria um Bem Viver puramente indígena, uma vez que a categoria “indígena” é plural, constituída por distintos povos e nacionalidades, cujas culturas diversas vêm construindo suas concepções singulares próprias. E, assim:

*[...] o suma qamaña é Bem Viver e também o é o ñandereko, mas isso não significa que os dois termos sejam iguais. Da mesma maneira, o sumak kawsay é Bem Viver e o mesmo pode-se dizer de algumas manifestações da ecologia profunda, mas um e outro não podem converter-se em sinônimos. Todos eles, o suma qamaña, o ñanade reko, o sumak kawsay, a ecologia profunda e outros tantos, complementam-se, mostram algumas equivalências, sensibilidades convergentes e é justamente esta complementação que permite delimitar o espaço de construção do Bem Viver (GUDYNAS, 2011, p. 11).*

Neste “sobrevôo”, buscou-se perpassar de modo abrangente e, em certa medida aprofundada, a trajetória das linhas de pensamento que integram as diversas perspectivas articuladas ao paradigma do Bem Viver. Notadamente guardando um forte componente indígena, desde sua origem, marcadas também por composições e confluências interculturais, desde os “sentires-pensares com a terra” diversos, a pesquisa se direciona, então, aos caminhos da sustentabilidade ecológica, desde uma perspectiva de pós-desenvolvimento, vinculados às

demais dimensões da equidade social e da identidade cultural, aos diálogos e às alternativas em construção nas territorialidades alinhadas ao Bem Viver. No contexto brasileiro, no âmbito do *pluriverso*, uma série de arranjos locais e iniciativas comunitários confluentes vêm sendo criados e recriados na contemporaneidade, sejam eles tradicionais ou intencionais, se refletindo em diferentes projetos relacionados à Agroecologia, Permacultura, Ecovilas e outras propostas inovadoras, situadas no campo e na cidade (MOLLISON; HOLMGREN, 1978; LÓPEZ; PRADA, 2015; MUÑOZ-VILLARREAL, 2018; ROYSEN *et al.*, 2021; FONSECA *et al.*, 2022).

Segundo Raul Zibechi, jornalista e pensador-ativista uruguaio que há décadas acompanha as lutas sociais na América Latina, nas estratégias em defesa da reprodução da vida, a comunidade estaria no centro da política dos movimentos de resistência neste continente (quando se resiste a algo que ameaça a vida, luta-se para garantir a sua reprodução) que se articulam ao Bem Viver (ZIBECHI, 2022). Esses casos envolvem experiências que, em alguma medida, se encontram externas ao sistema dominante, podendo ser tradicionais ou não, urbanas ou rurais, tendo como exemplos as fábricas ocupadas por trabalhadores, a imprensa alternativa, as iniciativas de educação popular e o próprio movimento feminista, este último considerado pelo autor como sendo, decisivamente, o movimento mais importante contemporâneo, sem o qual não se poderia compreender, devidamente, nossos tempos. Outro aspecto relevante na perspectiva desse autor, se refere ao processo em curso de formação de alianças entre “os de baixo”, em detrimento da submissão à lógica “dos de cima” e à “velha política”, sob o risco de retomada por aqueles que estão na posição de poder de seu histórico opressor, sem conferir concessões distributivas e participativas (ZIBECHI, *op cit.*).

#### **4.2.3 (Re)pensando as transformações em curso**

Para se pensar os agenciamentos possíveis, no contexto de transformações em curso, buscando compreender as possibilidades de ação e inovação face às incertezas do contexto contemporâneo de crises, nesta era do Antropoceno, nos apoiamos também nos estudos do *International Future Forum* (IFF) abordados na obra “Design de Culturas Regenerativas” de Wahl (2019). Para tanto, pesquisadores desta organização conceberam a proposta de “três horizontes de inovação e de mudança de cultura” (WAHL, 2019). Segundo tais pesquisadores, o modo como os indivíduos se comportam no presente constituem evidências sobre o futuro e indica, ao mesmo tempo, em três estágios de mudança: as inovações “sustentáveis” que mantêm e perpetuam o *status quo* (Horizonte 1); as inovações disruptivas que identificam oportunidades para mudar o escopo de possibilidades (Horizonte 2); e, as inovações transformadoras que facilitam a transição rumo a culturas regenerativas (Horizonte 3).

Nesse caso, o “Horizonte 1” representaria o “*business as usual*” ou o modo de ser do “mundo em crise”. Este horizonte de futuro se basearia em tendências que funcionaram durante um certo tempo e moldaram a maioria das práticas que parecem vitais para a continuidade da existência. Os sistemas educacionais, de produção e consumo, de saúde, de infraestrutura e, praticamente, todos os serviços vitais construídos, precisariam, assim, ser transformados durante a transição (Horizonte 2) para uma cultura regenerativa (Horizonte 3) (WAHL, 2109).

Em um contexto socioecológico de mudanças rápidas e profundas, uma visão de mundo viável, capaz de transformar criativamente o padrão estabelecido no “Horizonte 1”, seria condição necessária para o surgimento de padrões fundamentalmente novos no “Horizonte 3”, o que ocorreria por meio do “Horizonte 2” de transição. Esse horizonte de transição (Horizonte 2) representaria o espaço criativo de inovações tecnológicas, econômicas e culturais viáveis que poderiam romper e transformar o “Horizonte 1” em graus variados, com efeitos socioecológicos que poderiam ser regenerativos, neutros ou degenerativos (WAHL, *op cit.*). Para que se possa auxiliar a compreensão dessa proposta de análise do contexto contemporâneo de um mundo em mudança, um gráfico ilustrativo é apresentado, a seguir, na Figura 4.2.3-1.

**Figura 4.2.3-1:** Horizontes de futuro e a transição rumo a culturas regenerativas.



**Fonte:** Wahl (2019).

Apesar de se reconhecer a impossibilidade de se predefinir um futuro em devir, a partir do presente, se poderia vislumbrar caminhos indicativos de algumas transformações fundamentais, ao se atentar para os experimentos sociais, ecológicos, econômicos, culturais e

tecnológicos em curso, como possíveis pistas de futuros possíveis. Os mesmos pesquisadores apontam ainda para a importância fundamental que novas narrativas culturais desempenham em um contexto de transição, ao se basearem na noção de “interexistência”, tendo como suporte as evidências científicas sobre a interdependência de todas as formas de vida na Terra, incluindo sobretudo as humanas.

A inclusão de outras visões de mundo e perspectivas sobre a vida, segundo os autores, aumentaria o leque de possibilidades aos futuros desejáveis e suscitaria o necessário questionamento de condicionamentos e distorções próprias, causados pela educação e pelo discurso cultural dominante vigente. Outros modos de ser e se relacionar que incidam sobre uma mudança fundamental na visão moderna de mundo, deveriam, assim, figurar no centro da abordagem para uma transição justa e ecológica no sentido do “Horizonte 3”, rumo a culturas regenerativas, favorecendo as condições que propiciam a reprodução e o florescimento da Vida (WAHL, 2019).

Em um processo similar de análise das transformações sociais e culturais em curso, Andreotti e colaboradores (2019) observam distintas perspectivas teórico-práticas de mudança social, a partir de articulação destas com certos pressupostos da modernidade. Em outras palavras, segundo os autores, distintos horizontes se desdobram em pelo menos três eixos de proposições, que vão desde “reformas sutis” até aquelas que buscam “ir além das reformas”, desinvestindo nas soluções usuais dos tempos modernos, passando, ainda, por aquelas que propõem “reformas radicais”.

As transições articuladas de dentro “dos espaços de reforma sutil” seriam aquelas que teriam um enfoque privilegiado na inclusão de populações tradicionalmente marginalizadas no plano das institucionalidades em curso. Para esses autores, nesses casos, a colonialidade seria:

*[...] diagnosticada como um problema de exclusão das benesses da sociedade moderna: a mobilidade social oferecida pelo capitalismo; a ordem e o pertencimento oferecido pelos Estados-nação; a razão universal e os valores oferecidos pelo humanismo ocidental e as tradições iluministas de conhecimento; a autonomia, a autoridade e o individualismo possessivo oferecidos pela separação dos humanos da Terra e uns dos outros (ANDREOTTI et al., 2019, p. 15).*

Nesse sentido, a ideia de mudança que orienta o significado de “reforma sutil” consideraria os sistemas e as estruturas societários como adequados, porém se reconheceria a necessidade de alguns “ajustes metodológicos” na forma como ocorre esse engajamento e as constantes atualizações para garantir melhorias contínuas.

Por outro lado, nas propostas de mudanças que envolveriam a denominada “reforma radical”, o colonialismo ou a colonialidade, seriam compreendidos como produtos de “representações excludentes e redistribuição inadequada”, o que se traduz em questões não apenas relacionadas ao modo como se opera em instituições modernas. Segundo os autores, o diagnóstico da colonização seria orientado por análises sistêmicas que “criticam as relações desiguais de produção de conhecimento, que por sua vez racionalizam distribuições desiguais de recursos, trabalho e valor simbólico” (ANDREOTTI *et al.*, 2019, p. 15).

As desigualdades sistêmicas seriam, por conseguinte, consideradas como subprodutos das estruturas de dominação da modernidade e, assim, a única possibilidade de corrigi-las seria através de uma reestruturação profunda, que incida sobre as relações sociais de poder. Tais autores ressaltam, porém, que essa esfera de mudança tende a desarticular e a priorizar uma e/ou outra dimensão do colonialismo/da colonialidade (ex. racismo, patriarcado, desigualdade de gênero) sem acessar as interconexões entre estas dimensões, com riscos de levar a determinadas distorções nas lutas e pautas sociais, como aquelas que conduzem a sectarismos identitários, por exemplo. Estratégias de decolonialidade, nessa abordagem, incluiriam, empoderar, amplificar e centralizar a voz de sujeitos marginalizados e redistribuir recursos, e assim:

*[...] o horizonte de esperança mira os mecanismos modernos que produzem desigualdades duradouras com o intuito fundamental de refazer a modernidade em si. Assim espera-se que a criação de mais espaço para diferentes saberes, pessoas e experiências, e a realocação de recursos para apoiar esta presença, levará à transformação de uma instituição/sistema, ao invés destes saberes, pessoas e experiências serem absorvidos por uma instituição/sistema que de outra forma permaneceria imutável (ANDREOTTI *et al.*, 2019, p. 15).*

Por sua vez, os horizontes de mudança na terceira perspectiva, propõem “ir além da reforma” e se distinguem da “reforma radical” pelo reconhecimento de que a adição de outras formas de saber e a redistribuição de recursos não seriam suficientes para mudanças substanciais no sistema moderno/colonial.

Assim como concebido por Walter Mignolo (2017), “o colonialismo seria o lado mais obscuro da modernidade”, e para Andreotti e colaboradores (2019) este seria, portanto, inerentemente, “extrativista, antiético e insustentável”. Por conseguinte, haveria uma impossibilidade de se reformar os aspectos “sombrios” da modernidade/colonialidade, a partir da própria gramática moderna. Partindo desta perspectiva:

[...] adicionar múltiplas epistemologias na mesma fundação ontológica (moderna) será sempre uma estratégia limitada para interromper hábitos coloniais de existência [...] o colonialismo não pode ser entendido, apenas, como ocupação de territórios, subjugação de povos, distribuição desigual de recursos ou formas de saber excludentes, mas como condição necessária à própria existência da modernidade (ANDREOTTI *et al.*, 2019, p. 16).

Como ressalva, os autores advogam que, sim, as mudanças nas instituições modernas, como a adoção de estratégias de redistribuição e representação, são fundamentais e necessárias, contudo, em última análise, “estas instituições não podem ser reformadas ou redimidas se o objetivo for acabar com a colonização” (ANDREOTTI *et al.*, 2019, p. 16).

Para ilustrar também ilustrar, pedagogicamente, este debate, o Quadro 4.2.3-1 apresenta uma matriz-síntese sobre as perspectivas e horizontes de mudança no contexto da crise da modernidade, elaborada com base em Andreotti e colaboradores citados, componentes do coletivo *Gestos Rumo a Futuros Decoloniais (Gestures Towards Decolonial Futures - GTDF)*.

**Quadro 4.2.3-1:** Matriz-síntese sobre horizontes de mudança no contexto da crise da modernidade.

<b>Horizontes de mudança</b>		
<b>Reforma Tímida</b>	<b>Reforma Radical</b>	<b>Para além da reforma</b>
O mesmo mundo um pouco melhor, a partir de uma única história de progresso e desenvolvimento.	O mesmo mundo muito melhor, através da inclusão de mais vozes. As mesmas perguntas com diferentes respostas.	Racismo, capitalismo, colonialismo e heteropatriarcado são próprios da modernidade e, portanto, incorrigíveis nessas bases.
Crítica <b>metodológica</b> , foco na efetividade.	Reconhecimento da hegemonia <b>epistemológica</b> .	Oferecer cuidados paliativos ao sistema que morre e ajudar no surgimento de outras formas de existência baseadas em <b>ontologias</b> diferentes.
Combate às desigualdades através de transformações institucionais.	Aposta na ação coletiva.	Aprender com os erros e colapsos do sistema moderno e com a ruptura dessa gramática para cometer erros novos.

**Fonte:** Adaptado de Andreotti *et al.* (2019).

De modo similar à abordagem da transição, no sentido das inovações transformadoras para a construção de culturas regenerativas, conforme o “Horizonte 3” da proposta apresentada por Wahl (2019), citada anteriormente, as abordagens e perspectivas de mudança, enraizadas no espaço “além da reforma”, também são múltiplas e variadas. Andreotti e colaboradores (2019), em suas reflexões sobre horizontes possíveis de mudança, “para além da reforma”, identificaram pelo menos três ou quatro vias ou caminhos distintos: “saída”, “substituição”, “hackeamento” ou “cuidados paliativos”.

Segundo os autores, “sair” do ou “substituir” o sistema moderno, envolveria a busca por alternativas que ofereçam algum tipo de “garantia”, o que “poderia incluir esforços para desenvolver ou reaver epistemologias e/ou modos de organização social que foram ativamente reprimidos pela modernidade” (ANDREOTTI *et al.*, 2019, p. 16). Embora haja muitos aprendizados a serem obtidos com este tipo de abordagem, alternativas comprometidas com uma garantia de desfecho desejada podem ainda estar enraizadas em ao menos algum dos “hábitos e desejos” da cultura colonial (ex. certeza, progresso, e até mesmo um certo tipo de inocência), e, também, podem ser romantizadas a um ponto tal que equívocos e contradições sejam ignorados. Ademais, como apontado pelos autores, importa notar que “sair” ou não do sistema pode não ser uma opção. Isso porque muitos já se encontram, estruturalmente, excluídos do sistema e ocupados com os desafios da sobrevivência “fora da casa da modernidade”. A distinção entre aqueles envolvidos em lutas “de alta e/ou baixa intensidade” tende a ser determinante no papel a ser desempenhado por cada ator social no processo de transição rumo a futuros decoloniais, no qual todos, e cada um, são necessários.

Quanto ao “hackeamento”, essa via envolveria o redirecionamento de recursos de dentro do sistema e das instituições modernas para nutrir outras possibilidades, sejam eles esforços educacionais para identificar os limites das próprias instituições, sejam para dar suporte a sistemas alternativos (ou ambos). Esta abordagem “um pé dentro, um pé fora”, implica em “jogar o jogo” institucional, enquanto se busca redirecionar suas regras para outros fins, para além da “vitória no jogo”. Bons resultados podem ser obtidos com esta abordagem, no entanto, segundo os autores, haveria um limite tênue entre “estar manipulando o sistema ou ser manipulado por ele”. Ademais, operar neste espaço e buscar posicionar-se do lado de fora das implicações do sistema, de modo a assegurar uma resistência individual, pode levar a uma cumplicidade com seus danos estruturais.

A partir de um reconhecimento do “inevitável fim das antiéticas e insustentáveis instituições da modernidade”, no escopo de uma abordagem para “além da reforma”, há que se refletir, ainda, sobre outra abordagem, que seria o investimento nos “cuidados paliativos”, diante da necessidade de propiciar uma “boa morte” ao sistema que se esgota. Nesse sentido, importantes lições poderiam ser aprendidas através dos erros do sistema “convalescente”, lições essas que podem ser aplicadas enquanto testemunhamos e ajudamos “a parir o nascimento” das alternativas (ANDREOTTI *et al.*, *op. cit.*).

Essa abordagem também requer “cuidados paliativos” aos nossos próprios investimentos nas promessas da modernidade, envolvendo o desafio de não os rejeitar reativamente e nem,

tampouco, tentar controlar a sua dissolução. Na interface entre “mortes e nascimentos”, há o imperativo de se manter, firmemente, no “olho da tempestade”, lidar com a incerteza e a impermanência. Sem saber, de antemão, para onde se caminha, implica mover-se, cuidadosamente: “nem muito rápido e nem muito devagar, para não ser varrido e nem atirado no vórtice da mudança” (ANDREOTTI *et al.*, *op. cit.*).

Para dar o primeiro passo e mover-se na direção dessas vias e abordagens sensíveis, e tantas vezes desconfortantes, sem saber ao certo a direção das mudanças, mas sabendo, contudo, que estas são inevitáveis, talvez seja imperativo se abrir às múltiplas possibilidades, inclusive à aceitação do processo de desconstrução em curso. Uma delas seria a possibilidade de lidar com o “fim do mundo” (pelo menos do mundo como nós conhecemos) que, quiçá, seja iminente. Em meio às quedas e às incertezas, nos caberia ouvir as vozes que carregam histórias e ideias outras, capazes de “adiar o fim do mundo”, como as de Krenak (2019), nos instigando a “criar paraquedas coloridos” para atravessar turbulências e amortecer o impacto, partindo, nesses termos, da aceitação da realidade de que estamos caindo há tempos:

*Por que nos causa desconforto a sensação de estar caindo? A gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar. Cair, cair, cair. Então por que estamos grilados agora com a queda? Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos (KRENAK, 2019, p. 21).*

Em meio às quedas e incertezas, os *Caminhos para a cultura do Bem Viver* (KRENAK, 2020c) nos oferecem como possibilidade o sonho enquanto um amplo mapa da vida para nos orientar e na postura de sonhar, ativamente, a atitude necessária para a construção do Bem Viver. Nesse caso, sem partir de uma condição de bem-estar apoiada pela economia e pela política, pois, como pontuado pelo autor, Bem Viver não significa, de modo algum, ter uma vida folgada, definitivamente. Implica sim conviver com as diferenças e as impossibilidades, e pode ser difícil a experiência de se manter em um certo estado de equilíbrio resiliente entre “o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver [...]”. Este seria “um equilíbrio, um balanço, muito sensível e não é alguma coisa que a gente acessa por uma decisão pessoal” (KRENAK, 2020c, p. 8-9);

O Bem Viver se traduz, assim, como um caminho que pode ser, em muitos momentos, árduo, duro, doloroso e que demanda renúncias, sendo também uma atitude ética e estética perante a vida. Este caminho aposta na força da conexão com a Terra e na vida que nos atravessa, na potência do constante devir, de modo distinto a muitos dos valores morais eurocêntricos e

neoliberais que fazem parte de nossos cotidianos. Bem Viver pode ser compreendido, por fim, como “[...] a abundância que a Terra proporciona como expressão mesmo da vida. A gente não precisa ficar buscando uma vantagem em relação a nada, porque a vida é tão próspera que é suficiente para nós todos” (KRENAK, 2020c, p. 17).

Não obstante, se a “casa construída pela modernidade” está em ruínas, a construção do Bem Viver talvez deva passar não pela manutenção ou reconstrução da “casa”, mas pelo aprendizado junto àqueles que sempre estiveram fora dela: os do “sul-do-sul” global, como ilustrado na cartografia social de Andreotti e colaboradores (2019), incluindo também os não-humanos. Privados das seguranças e as certezas oferecidas pela “casa”, eles são aqueles que subsidiam a existência da mesma, pagando com suas vidas o mais alto preço para a sua manutenção (ANDREOTTI *et al.*, *op cit.*).

São estes também os que lutam para proteger alternativas à vida dentro da casa e, portanto, guardam importantes lições a serem compartilhadas nos rastros de seus projetos emancipatórios ligados à defesa do direito à terra, à expressão da cultura, e de práticas sociais e ambientais, artísticas e econômicas de povos e comunidades que habitam diversos territórios, com relevo para aqueles originários.

A construção de caminhos para o Bem Viver por esta via partiria, assim, de um vasto repertório de resistências e experiências concretas e aterradas, desde o sentir-pensar com a terra das territorialidades em luta pela reprodução da vida. Se “a cabeça pensa onde os pés pisam” (FERREIRA, 2022), este é o exercício inicial realizado nesta pesquisa: se aproximar como aliada no tecer dessa “grande aliança, indígena preta e popular” em luta “por t(T)erra e território”, pelo Bem Viver, de modo que os aprendizados adquiridos possam inspirar horizontes de transição justos e ecológicos rumo a outros mundos possíveis.

## 5. TERRITORIALIZANDO O BEM VIVER

---

*“O que nos une é muito maior do que as pequenas coisas que nos separam.”*

Joelson Ferreira de Oliveira, parafraseando Milton Santos

### 5.1 Por terra e território: a Teia dos Povos em luta no Brasil

À luz do debate até aqui exposto, a partir das lentes do *pluriverso*, se reconhece, em várias regiões do globo, com destaque para o Sul global, o protagonismo dos diversos grupos sociais e étnicos, ditos “minoritários”, que ao enfrentarem condições de vulnerabilidade, ao mesmo tempo, promovem vias propositivas de ação e micropolíticas inovadoras para lidar com os cruciais desafios socioambientais contemporâneos, na linha de frente dos territórios.

Conectando as escalas global e local, a partir dessa leitura, um caso emblemático no Brasil vem sendo representado pela articulação da Teia dos Povos<sup>38</sup>, enquanto uma via de força política contra-hegemônica nesse sentido. Como pauta central desta articulação, se situa a luta por terra e território, travada a partir de uma grande aliança preta, indígena e popular para fortalecer a construção do Bem Viver, como um chamado para esperar, organizar, agir e libertar, ancorado nas experiências de vida e luta e nos saberes tradicionais dos povos do Brasil.

Nessa aliança estratégica e tática, integrada por comunidades indígenas, campesinas, quilombolas, pesqueiras, ribeirinhas, extrativistas, periféricas, movimentos sociais do campo e da cidade, pequenos/as agricultores/as e outras organizações, os “núcleos de base” (territorializados) e os “elos” (desterritorializados) se articulam com o objetivo de construir reciprocidade e fomentar os caminhos para a emancipação coletiva (TEIA DOS POVOS, 2022). Assim, se busca promover a convergência de suas lutas, traçando agendas de encontros e ações coletivas que possam favorecer o fortalecimento comunitário dos territórios.

Entre as experiências comunitárias inspiradoras dessa aliança, se encontram aquelas

---

<sup>38</sup> Parece ser bem representativa e significativa a imagem de teia adotada para designar esta articulação entre povos, em detrimento da expressão rede, amplamente empregada com o sentido de agregar pessoas, organizações e movimentos, cabendo uma breve reflexão sobre essa metáfora. Redes conectam pontos, por isso, o uso dessa imagem é criticado pelo antropólogo ecologista Tim Ingold para descrever as interrelações entre viventes. Compreendendo a fluidez de tudo o que vive, portanto não seria adequada a sua representação por um ponto, estanque, fixo, circunscrito. As membranas são vazadas, permeáveis, temporárias. As coisas são vivas, justamente, por serem vazadas, facilitando as trocas vitais. Daí a preferência pela imagem de teia, pois seus fios não conectam pontos, são entrelaçamentos, como a trama de um tecido. A partir dessa metáfora, Ingold (2012) busca “trazer as coisas de volta à vida” pela reunião de fios. Fios produzem nós e deixam rastros que, por sua vez, são capturados por outros fios, que se entrelaçam noutros nós. Assim, o autor critica a inversão ocidental de reduzir coisas (como cadeiras, árvores, a terra etc.) a objetos delimitados por superfícies fixas, cercando-as, tirando-lhes a vida. Logo, o cercamento da vida por superfícies decretaria sua morte. Contra essa morte das coisas, Tim Ingold resgatou a imagem da teia de aranha. Os fios da teia são extensões do próprio corpo da aranha (grifos nossos) que produzem a própria vida da aranha à medida em que ela se movimenta. “São as linhas ao longo das quais a aranha vive, e conduzem sua percepção e ação no mundo” (INGOLD, 2012, p.40).

forjadas na trajetória dos coletivos do Assentamento Terra Vista, enquanto “núcleo de base” aglutinador de outros tantos corpos-territórios<sup>39</sup>, a partir do qual emergiu o próprio movimento de construção da Teia dos Povos (TEIA DOS POVOS, 2022).

Por sua vez, dentre as ações desenvolvidas no âmbito da articulação, se destacam os Mutirões e as Vivências, as Redes de Sementes e os Encontros de Mulheres, os Encontros Nacionais da Teia dos Povos, as Pré-jornadas e as Jornadas de Agroecologia, além da publicação de livros e realização de cursos de formação, conforme ilustrados nos registros fotográficos da apresentação da articulação da Teia dos Povos (2022), a seguir ilustrados na Figura 5.1-1.

**Figura 5.1-1:** Exemplos de ações práticas desenvolvidas pela articulação da Teia dos Povos.



<sup>39</sup> A concepção do termo “corpo-território” é “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e desde mulheres de povos originários e inclui suas posições dentro do que denomina novos olhares ecofeministas desde o Sul” (HAESBAERT, 2020, p.80). Enquanto conceito político, evidência como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica em violências aos corpos de cada um e ao corpo coletivo por meio da espoliação. A conjunção das palavras corpo-território denota a impossibilidade de recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo-território compactado como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica a continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território, em uma composição de afetos, recursos e possibilidades que não é “individualizada”, mas comunitária, na medida em que cada corpo-território nunca é só “um”, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não-humanas, ao mesmo tempo em que também é singular enquanto experiência viva.



**Fonte:** Apresentação da Teia dos Povos (2022).

Desde sua origem, na Bahia, a articulação da Teia dos Povos vem se organizando e expandindo, organicamente, seu alcance de atuação a um número crescente de territórios. Atualmente, as Teias Estaduais se distribuem por diversos estados e a articulação está presente em todas as regiões brasileiras: no Nordeste, com as Teia da Bahia, do Ceará, de Pernambuco,

do Maranhão<sup>40</sup>, de Alagoas e de Sergipe; na região Norte, com a Teia de Roraima; no Centro-oeste com a Teia de Goiás; no Sudeste, com as Teia de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; e no Sul, com a Teia do Rio Grande do Sul (Figura 5.1-2).

**Figura 5.1-2:** Registros fotográficos de Teias dos Povos Estaduais, conforme a apresentação da articulação.



**Fonte:** Apresentação da Teia dos Povos (2022).

Como um convite ao engajamento coletivo àqueles que buscam realizar processos transformadores em favor da (t)Terra, uma série de encontros têm sido promovidos por essa articulação. Além da realização das Jornadas de Agroecologia, diversas comunidades ligadas à Teia dos Povos vêm organizando eventos e vivências concebidos como oportunidades de reflexão, em paralelo ao ambiente acadêmico, acolhendo estudantes e pesquisadores em atividades pedagógicas (PIMENTEL; MENEZES, 2022).

Sob o chamado da luta “por terra e território”, conforme os princípios organizativos elencados na apresentação da articulação (Quadro 5.1-1), diversas abordagens concretas têm sido desenvolvidas desde os territórios vinculados à articulação da Teia dos Povos, para lidar com as mais diversas dimensões da crise sistêmica contemporânea. Assim, soluções locais vêm sendo construídas em conexão com a terra e em coletivo, capazes de inspirar ações em outros contextos.

<sup>40</sup> Interessante observar que, em um processo paralelo, independente e concomitante, emergiu a Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, como uma articulação entre povos indígenas, quilombolas e outras comunidades unidas em uma grande articulação, também conhecida como Teia dos Povos. O objetivo era unir forças para defender seus territórios, sob ameaça de grileiros, madeireiros e grandes proprietários de terra. Posteriormente, a Teia dos Povos do Maranhão e da Bahia tomaram ciência uma das outras e uniram suas lutas (<https://cimi.org.br/2022/05/tecedores-do-bem-viver-em-encontro-povos-e-comunidades-tradicionais-articulam-resistencia/>).

**Quadro 5.1-1:** Princípios da Teia dos Povos, conforme a apresentação da articulação.

<b>PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA TEIA DOS POVOS</b>	
I.	Lutar em defesa da terra e do território, construir uma rede de fortalecimento entre os povos para garantir a soberania e autonomia dos povos, construir uma frente de defesa para conquistar e garantir a nossa terra e nossos territórios;
II.	O trabalho e o estudo para liberdade que possibilite a construção de um novo modo de vida, desconstruindo a herança dos modelos capitalista, racista e patriarcal;
III.	Reafirmar o olhar ancestral na edificação de um novo tempo, contextualizado à nossa forma;
IV.	Nos territórios já conquistados, aperfeiçoar a prática da agroecologia na ampliação das redes de sementes nativas/crioulas, no plantio de mudas nativas e frutíferas para recuperação de nossas florestas, rios e nascentes e na autonomia e soberania alimentar.

**Fonte:** Apresentação da Teia dos Povos (2022).

Vale mencionar que a própria vivência no Curso de Formação *Aprender na Prática: Formação Agroecológica Integral* (Figura 5.1-3), oferecida pela Teia dos Povos no Assentamento Terra Vista, no final do ano de 2022, se constituiu como oportunidade de aprendizagem, através do qual importantes subsídios foram obtidos em campo para a consolidação dessa pesquisa. Voltada à prática, esta formação se deu nos espaços comunitários construídos, nos sistemas agroflorestais, na fábrica de chocolate, e em incursões na própria mata atlântica, em torno de processos desenvolvidos no cotidiano deste assentamento, como a produção do cacau e do chocolate (do solo e da semente à fábrica), o cultivo das hortas agroecológicas, as práticas de bioconstrução, o processo para a destilação de óleos essenciais (da colheita, ao beneficiamento), os conhecimentos ancestrais, filosóficos e espirituais de matriz africana e indígenas, entre cantos, danças e outras atividades lúdicas, sem deixar faltar, contudo, a teoria política subjacente à luta por terra e território na apresentação de palestras.

**Figura 5.1-3:** Cartaz de divulgação do Curso de Formação *Aprender na Prática: Formação Agroecológica Integral*, oferecido pela Universidade dos Povos, no Assentamento Terra Vista.



**Fonte:** Teia dos Povos (2022).

Nesta oportunidade, inclusive, foi possível apreender, a partir da vivência, inúmeras nuances do contexto comunitário, expressas tanto nas narrativas, como nas formas individuais e coletivas de interação, com os comportamentos e nas relações com lideranças, anciãos/ãs, jovens e mulheres, palestrantes e participantes diversificados, vindos de muitas regiões brasileiras e territórios. Nos termos de Joelson Ferreira, ou mestre Joelson, como é popularmente conhecida esta liderança do Assentamento Terra Vista e da Teia dos Povos, em suas interações com o grupo, na abertura do evento, foi apresentada em síntese os sentidos da construção da Teia:

#### **Sobre a Teia dos Povos**

*“A proposta da Teia é construir uma unidade dentro da diversidade. Não somos todos iguais e temos que mudar do fazer para o construir. Tivemos nossas próprias revoluções, mas importamos o ideal iluminista da revolução francesa: Igualité, Fraternité e Liberté. Aquele ideal que nunca acontece. Fazer a revolução é algo simples que passa pelo princípio, e o **princípio é a terra e o território**. Sem isso, só há escravidão. A liberdade tem que estar em algo concreto que é a terra e o território. Pode ser rural ou urbano. A questão é pertencer. Precisamos ter essa clareza do princípio. Sem isso nós vagamos, queremos chegar ao final a partir do meio, sem passar pelo princípio. Primeiro a terra foi colonizada e depois foi a mente. E com as ferramentas que criaram nos colocam numa alienação e escravidão profundas. A terra foi tomada e destruída, e então a cultura e com isso os conhecimentos milenares. Precisamos resgatar esses saberes e a sabedoria. Construíram a academia para doutrinar e a escola para mandar e formar os herdeiros para continuar mandando. O desafio da Teia é grande, desconstruir essa pirâmide, essa cultura política. Formar outra(s) cultura(s) política(s). O conhecimento é circular. Devemos afastar a questão do fazer, pois é algo ligado ao ego, portanto, algo ruim que fica sempre esperando mais. O construir é diferente, se faz com aqueles que tem necessidade de construção”.*

A trajetória da experiência do Assentamento Terra Vista e os caminhos vislumbrados para se seguir adiante, tendo o Bem Viver como horizonte na construção da visão de futuro desta articulação, foram apresentados por ele, mediante uma análise de conjuntura, conforme a transcrição a seguir:

### **Sobre o Assentamento Terra Vista**

*“A construção do Assentamento Terra Vista veio a reboque da vassoura de bruxa, que entrou em contradição com o capital, numa região cacaueteira responsável por 70% do PIB da Bahia. Maior área produtora/fornecedora de amêndoa de cacau do mundo, se chocou com a contradição do capital, com o comércio controlado pelos países sede do capital. A região ficava com apenas 3% dos ganhos com a produção. Então começou-se a se pensar aqui na industrialização, o que entrou em choque com os interesses de Suíça, Estados Unidos, que levaram o cacau para ser cultivado na África e na Ásia e reduzir a dependência do aqui, levando os grandes fazendeiros dessa região à falência, derrocada. Houve então o incentivo ao aumento da produtividade no cultivo, ao invés da industrialização. Foi criada a CEPLAC, veio o pacote tecnológico. Existia o sistema cabruca dos tupinambás, uma produção de sub-bosque. Depois vieram os negros escravizados com sua força e só se plantava o cacau. Não havia outra agricultura e o povo se endividava com as compras nos armazéns dos coronéis, uma dívida eterna, impagável”.*

## **Sobre a atual conjuntura e as perspectivas de atuação**

*“O INCRA é hoje o maior proprietário de fazendas de cacau na Bahia. Os movimentos sociais de luta pela terra têm como principal problema a enfrentar a propriedade privada de terra e a ressignificação do trabalho para construir uma renda baseada na autonomia. A Teia só terá sentido se romper com isso (a propriedade privada da terra) e fizer construir uma renda dentro dos nossos territórios e reconstruir o significado da terra e do território. Autonomia e liberdade só existem se tiver terra para morar e para plantar. O capital divide para governar, apaga a história, a cultura e a espiritualidade, a ancestralidade. O identitarismo sem uma identidade territorial é irreal. É se manter escravo e o problema é que está faltando vaga para ser escravo hoje em dia. Sem território, sem comunidade, sem cultura e espiritualidade ficamos vazios de sentido e fracos. A questão da terra e do território tratada no livro é sobre autonomia. São algumas pinceladas, a serem complementadas pela diversidade. Nós temos um programa, mas ele é uma construção diária. Leiam, façam uma resenha, fale de seu território, busque a ancestralidade de seu povo. Nós queremos contar nossas histórias mais antigas. Deixar de pregarmos as revoluções estrangeiras, francesa e russa, e ao invés de fazermos a revolução de botecos, fazermos as nossas. Fazemos teses e não pegamos o essencial da revolução russa que se baseou na terra, no trabalho e no pão, por exemplo. Pegamos a igualdade e a liberdade da revolução francesa, mas não temos ambos, enquanto a essência do capital é lucro e apropriação. Precisamos olhar para essa tarefa difícil que é entender nosso papel e ter uma militância fortalecida. Agroecologia não é jardinagem. Como dizia Chico Mendes: Ecologia sem luta de classes é jardinagem. Por exemplo, se uma ecovila tira os pretos e os pobres da terra, isso é um equívoco. O que propomos é um processo altamente revolucionário, mas muito simples e concreto, vem da terra. Entender o que é uma terra comum, demora muito tempo, tem suas contradições para irmos superando. A terra não tem dono, não é de ninguém, é um local sagrado, pois é nossa mãe. Os povos originários sabem disso muito bem. Nós temos é que melhorá-la para as futuras gerações. O Terra Vista é isso. O MST ocupou, derrubou a cerca, e nós estamos tentando ir além disso, buscando dar vez e voz à juventude, pois sem educação, sem trabalho e sem renda, a juventude não fica no local. As mulheres sem o seu lugar e sem o seu trabalho, continuam escravas. Dividir o trabalho, não é todos terem uma enxada. A terra é o patrimônio comum e os diferentes potenciais devem florescer, dando vazão às individualidades em meio à coletividade, porque sozinhos nós não conseguimos. Fazer um pouco com amor, bondade e carinho para o bem de todos já é uma revolução. Assim começamos a achar o nosso caminho, o Tao, e para isso é preciso dar o primeiro passo, convidamos a todos para avançarmos nessa perspectiva”.*

Joelson Ferreira de Oliveira é agricultor, liderança do Assentamento Terra Vista e idealizador da Teia dos Povos. Além de ter sido membro da diretoria nacional e da coordenação regional do MST na Bahia, atuou na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos anos 1980. Conhecido por muitos como mestre Joelson, recebeu o título de notório saber, equivalente ao grau de doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG<sup>41</sup>, em 2021, por unanimidade de votos.

Ao longo dos anos, a partir de sua trajetória política e experiência de vida, Joelson Ferreira desenvolveu o que seria uma espécie de programa político da Teia dos Povos, que passou da oralidade para a escrita em colaboração com Erahsto Felício, historiador e professor da educação básica, membro da divisão de comunicação da Teia dos Povos. Traduzido no livro *Por Terra e Território: caminhos da revolução dos povos no Brasil* (FERREIRA; FELÍCIO, 2021), esta articulação vem reivindicar a democratização do acesso à terra para ser (re)territorializada pelos povos, com base em outros tipos de cosmopercepção. Nessa proposta, a terra não é concebida enquanto propriedade, a ser comprada ou cedida pelo Estado, o que transcende as propostas políticas da reforma agrária usuais. Enquanto “morada da vida”, a terra territorializada se concebe como tendo contornos vivos, com um sentido de pertencimento e de conexão espiritual. Essa ressignificação de sentidos conduz a um outro tipo, contra-hegemônico, de relação com a terra e com todos os seres que dela são parte constituinte. Nessa proposta, terra e território são princípio, meio e fim. Indivisíveis, inseparáveis e os territórios são pensados como sendo livres de cercas, sejam elas físicas ou imaginárias:

*[...] lugares com vida, com comunidade, onde rios, matas, animais, poços, nascentes, tudo possa ser respeitado e cuidado. Se continuarmos a lutar a partir das cercas, elas seguirão nos separando, nos dividindo; são elas que permitem que alguém degrade o rio em um canto e que as demais pessoas que não o fazem sejam impactadas pela destruição desse mesmo rio em outro lugar* (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p. 43-44).

Não se pode negligenciar, nesse contexto, a lógica dominante que impôs uma outra conotação à terra. A terra foi colonizada, expropriada, cercada e desterritorializada. Se tornou mercadoria, objeto mensurável e divisível em partes que são comercializadas no mercado fundiário por meio de contratos com esse fim. Essa lógica de terra cercada é reproduzida na política de reforma agrária, mas, em contrapartida “ao cercamento” da terra, povos e

---

<sup>41</sup> Há de se destacar a contribuição da UFMG no processo de reconhecimento de mestres e mestras dos povos indígenas e afro-brasileiros, ao realizar um gesto descolonizador em suas políticas de inclusão, abrindo a universidade pública aos saberes, modos de vida e de criação de pensamentos e cosmopercepções não-eurocêntricos (UFMG, 2022).

comunidades tradicionais reivindicam o acesso livre e coletivo à terra, a seus cursos d'água, matas e seres, como o tinham seus ancestrais, mediante uma lógica de bem comum (FERREIRA; FELÍCIO, 2021).

Nessa tarefa histórica descolonizadora, Ferreira e Felício (2021) identificam o latifúndio, ou seja, a privatização da natureza e a concentração de terras em poucas mãos, como o principal inimigo a ser combatido. A lógica extrativista colonialista, com ganhos em escala, está na origem da formação de latifúndios, mediante a intensificação do processo de expropriação dos territórios, dos saques à terra e à natureza, seja pelo agronegócio, pela mineração e por grandes obras de infraestrutura, em projetos de desenvolvimento promovidos pelo Estado, independentemente mesmo da inclinação política, progressista ou conservadora, de esquerda ou de direita (BISPO DOS SANTOS, 2015; DILGER *et al.*, 2016; SVAMPA, 2019).

As relações de poder estabelecidas a partir dessa perspectiva se materializam na interseccionalidade com uma orientação de gênero, cor e classe, alimentada por violências sistêmicas, como o feminicídio e tantas outras agressões e injustiças que tentam negar a diversidade. Assim, frente as tendências opressivas dominantes, engendradas na coalizão capital-estado-racismo-patriarcado, a aliança “preta, indígena e popular” da Teia aposta na união e no respeito à diversidade de visões de mundo e de pautas para fortalecer os modos de vida outros, na perspectiva do Bem Viver (FERREIRA; FELÍCIO, 2021).

Importa mencionar ainda o horizonte estratégico, orientado pelo Bem Viver, apresentado na proposta dos autores, enquanto “caminhos da revolução dos povos do Brasil” forjados na luta por terra e território. Estes passariam por eixos estratégicos com temporalidades-espacialidades distintas, organizados em termos de “jornada, caminhadas e passos” (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p.30). Existe um horizonte de longo prazo, compreendido como jornada, para que os envolvidos não se esqueçam do motivo pelo qual caminham juntos e saibam o sentido político das caminhadas e dos passos, estes empreendidos em médio e curto prazos. As caminhadas seriam, assim, as etapas intermediárias e necessárias para se percorrer a jornada e os passos seriam as tarefas mais imediatas e necessárias para se lograr com êxito cada caminhada rumo à jornada, conforme a síntese apresentada a seguir (Quadro 5.1-2).

Assim, a Teia dos Povos se debruça sobre os aspectos políticos e conceituais, mas, sobretudo, se articula aos aspectos concretos a serem empreendidos no processo, ao delinear um percurso rumo à autonomia dos povos, traçando as pistas para a construção de soberanias em um mundo de “festa, trabalho e pão” onde “caiba outros mundos”, para que se possa romper, definitivamente, com a “ilusão” (FERREIRA; FELÍCIO, 2021, p.71 e p.173).

**Quadro 5.1-2.** Matriz-síntese das caminhadas e dos passos da jornada rumo à autonomia, segundo a proposta da Teia dos Povos, conforme Ferreira e Felício (2021).

Caminhadas	Passos
Soberania hídrica	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Construção de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva</li> <li>● Desenvolvimento de tecnologias sociais para preservação das águas</li> <li>● Conservação de nascentes</li> <li>● Identificação, cuidado e melhorias nos poços e demais fontes de água</li> <li>● Preservação e plantio de matas ciliares</li> <li>● Construção de fossas para impedir a contaminação dos lençóis freáticos</li> <li>● Aprofundar o conhecimento no manejo da água e sua purificação para consumo humano</li> </ul>
Soberania alimentar	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ter a guarda de sementes saudáveis e diversificadas e participar da rede de sementes da Teia dos Povos</li> <li>● Construir quintais produtivos que permitam às famílias terem alimentos acessíveis próximos às suas residências</li> <li>● Começar com o cultivo de gêneros básicos como feijões, milho, batatas-doces, aipins e abóboras</li> <li>● Valorizar e recuperar as tradições alimentares dos povos por meio de troca de conhecimentos, receitas e alimentos dentro e entre territórios</li> <li>● Construir sistemas agroflorestais (SAFs) desde que respeitando as especificidades do bioma</li> <li>● Transformar em compostagem todo resíduo orgânico das casas, escolas e equipamentos que os produzem</li> <li>● Recuperar terras degradadas para a reconstrução do solo</li> <li>● Produzir culturas que possam gerar renda e boas trocas</li> </ul>
Trabalho e renda	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Construção de uma moeda própria para circulação de riqueza internamente e/ou entre comunidades</li> <li>● Criação de uma rede de serviços para atender as demandas que os territórios possuem e que acabam extraindo muita riqueza nossa para o sistema capitalista</li> <li>● Ampliar a nossa participação na cadeia produtiva, dominando o beneficiamento, a logística e a comercialização</li> <li>● Abrir lojas nas cidades para venda dos produtos do território</li> <li>● Vender produtos beneficiados pela internet, a fim de alcançar maiores públicos e levar nossa concepção de mundo a regiões distantes de nossos territórios</li> </ul>
Soberania pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Assumir a tarefa de contraturno ou reforço das escolas oficiais existentes</li> <li>● Capacitar educadores dos territórios para trabalhar com os mestres e as mestras dos conhecimentos territoriais e tradicionais</li> <li>● Construir as Escolas dos Povos</li> <li>● Criar intercâmbios de saberes entre os territórios</li> <li>● Mapear o conjunto de saberes tradicionais possíveis de ser ensinados nas nossas escolas</li> <li>● Sistematizar aspectos dos saberes tradicionais para produzir cadernos e cartilhas didáticas autônomos</li> <li>● Observar e aprender com os mestres e as mestras dos saberes suas formas de transmitir conhecimentos e integrar esses sujeitos, seus conhecimentos e seus métodos de produção e transmissão nas Escolas dos Povos</li> <li>● Integrar as ações escolares aos processos e calendários do território</li> </ul>
Soberania energética	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Substituir as instalações elétricas e lâmpadas antigas para ampliar a economia de energia das casas e dos equipamentos da comunidade</li> <li>● Construir biodigestores na comunidade</li> <li>● Encaminhar jovens para estudar a área de energias renováveis</li> <li>● Estudar a viabilidade de produção de energia eólica e implantar painéis solares</li> </ul>

Autodefesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criar conselhos de mediação e solução de conflitos intracomunitários</li> <li>● Fortalecer o processo de formação de valores anticapitalistas, antipatriarcais e antirracistas que promovam o respeito e o autocuidado, individual e coletivamente</li> <li>● Afastar o tráfico de drogas do território, assim como outras organizações que desestremem a organização comunitária por meio de vício e fazer campanhas contra os vícios que machuquem a comunidade</li> <li>● Construir uma integração territorial em cada região para promover o socorro massivo a cada agressão</li> <li>● Possuir reserva de comida suficiente para poder ficar dias ou semanas sem precisar produzir, para quando ocorrer um ataque</li> <li>● Conhecer e se relacionar intimamente com todo o território, em cada um de seus detalhes</li> <li>● Consolidar o treinamento da juventude e das mulheres em autodefesa pessoal e coletiva</li> <li>● Aprofundar conhecimentos em ferramentas de segurança e instalar sistemas autônomos de vigilância nas comunidades</li> <li>● Integrar conhecimentos de autodefesa aos saberes da comunidade</li> <li>● Investir em investigação e estudo dos inimigos locais, mapeando suas atividades e potenciais incursões em nossos territórios</li> </ul>
------------	--

**Fonte:** Ferreira e Felício (2021).

Embora tenha se buscado delinear os caminhos para a “aliança preta, indígena e popular” no enfrentamento à lógica de cercamento do latifúndio na luta por terra e território, os autores ressaltam a incompletude do processo, à medida em que afirmam que este mapeamento da jornada está em construção, forjado à medida em que se caminha, em coletividade. Buscando respeitar os diferentes ritmos de luta, os autores enfatizam, ainda, as diferenças como ricas oportunidades de aprendizagem, diante do vasto repertório de resistências e capacidades singulares de cada membro e corpo-território da Teia. Evocando os mais velhos, lembram, ainda, que o momento pede a união diante das mudanças urgentes e necessárias, frente a um futuro incerto e ao prenúncio de agravamento das catástrofes ambientais e climáticas. Como mensagem crucial, defendem a ruptura com as ilusões impostas como obstáculos à luta por terra e território, sendo a maior delas a crença de que “a nova sociedade poderia emergir por meio de poderes instituídos”. A unidade dos povos em luta “contra cercas físicas e imaginárias” revela-se tanto destino como caminho nesse processo de construção.

Não obstante a proposta da Teia se baseie no reconhecimento das trajetórias dos povos em luta no Brasil, de modo geral, não se pode perder de vista as origens da proposta traduzida nesta obra, oriunda, em grande medida, das experiências singulares de conquista da terra e vivenciadas, em particular, durante a transição agroecológica pelos assentados e pelas assentadas do Assentamento Terra Vista, localizado no município de Arataca, na Região Sul da Bahia.

Os registros fotográficos apresentados a seguir (Figura 5.1-4), buscam ilustrar o mosaico da paisagem cultural-histórica, no contexto do Assentamento Terra Vista, especialmente, no que

se refere à dinâmica de uso e ocupação do solo pela cobertura florestal de Mata Atlântica, e suas diferenças entre os momentos históricos anterior e posterior às práticas agroecológicas adotadas pelas famílias assentadas, após a ocupação da antiga Fazenda Bela Vista.

**Figura 5.1-4:** Registros fotográficos do Assentamento Terra Vista, em 2018, à esquerda (após o processo de transição agroecológica) e em meados da década de 1990, à direita (no início das atividades do assentamento).



Fonte: Teia dos Povos (2022).

Cabe ressaltar, ainda, o forte protagonismo da liderança de mestre Joelson nesse processo, conforme sintetizado pela narrativa do acervo histórico do site da Teia dos Povos (2022):

#### **Acervo histórico da Teia dos Povos, prévio à sua formação (texto de 14/10/2012)**

*“A minha trajetória com a terra é a mesma com a liberdade, porque terra e liberdade são inseparáveis. Ganga Zumba, Zumbi e Kunt Kinte, são todos que me inspiraram e me deram sentido e lucidez para lutar pela terra. Venho duma família, tanto do lado materno, quanto paterno, que lutou para ter terra e liberdade, minha avó Joana e minha avó Isabel, mesmo depois que perderam seus maridos, não perderam o sonho de ter terra, e meu pai José Oliveira seguiu a mesma trajetória. Aos doze anos, no sul da Bahia, na Fazenda dos Mouras, meu pai já era contratista, e ao vender seu contrato junto com seus irmãos, queria realizar o sonho de ter terra, ele caminhou de Pau Brasil a Nova Alegria, município de Itamaraju [254 km de distância] simplesmente para ter terra, essa jornada a pé era feita quatro vezes por ano, só para ter terra e liberdade. Seguindo a mesma trajetória em 1980, fui a São Paulo, junto com os companheiros desempregados lutarmos por liberdade. Em 1986, volto à Bahia escutando a música de Elomar Figueira Mello ‘Peão na amarração’. Decido que a única coisa que iria garantir a liberdade era a terra. Em dezembro de 1987, depois de ler o Jornal Sem Terra, aumenta ainda mais a certeza de lutar pela terra. Em março de 1988, ocupamos a Fazenda Bela Vista (Itamaraju/BA), e ali começava minha trajetória no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e iniciava minha luta contra o latifúndio. Preso várias vezes, mas não desisti, fiz parte da direção estadual, da coordenação nacional e da direção nacional. Em 2000, me converti em militante da agroecologia. Em 2006, abandonei todos os cargos da direção e decidi me silenciar e me auto-exilar no Assentamento Terra Vista para estudar e praticar a agroecologia. Hoje o Assentamento está se tornando uma referência em agroecologia.”*

Assim, por meio das proposições da Teia dos Povos, os aprendizados colhidos como frutos da transição agroecológica realizada no Assentamento Terra Vista estão sendo levados a outras regiões e territórios do Brasil. Além disso, quer seja por meio das publicações impressas e ou daquelas digitais, difundidas através dos canais de comunicação da Teia dos Povos, em veículos midiáticos e nas redes sociais, como *Youtube*, *Instagram*, *Facebook* e em grupos de *Whatsapp* e *Telegram*, tais proposições vêm se propagando, ainda, mediante a realização de uma série de encontros, vivências e eventos para troca de saberes, com destaque para as Jornadas de Agroecologia da Bahia.

Forjadas em uma rede de solidariedade popular, essas oportunidades de encontro e aprendizagem, por meio da troca de experiências, buscam fortalecer as capacidades e os modos de vida coletivos, para que se possa responder às inúmeras demandas que estão no centro dos desafios brasileiros contemporâneos e, também, do restante do Sul global, traduzidos na necessidade de geração de emprego e renda, de alimentação, saúde e inclusão produtiva de jovens e mulheres, e, ainda, de conservação da biodiversidade por meio da recuperação e preservação das florestas, os rios e a qualidade da água. Tais contextos de articulação vêm buscando, sobretudo, criar resiliência comunitária frente aos “choques” geopolíticos e à emergência planetária, refletidos recentemente na pandemia de COVID-19 e nos eventos climáticos extremos, como as fortes chuvas que assolaram o sul da Bahia em janeiro de 2022, por exemplo, que impediram a realização da própria Jornada de Agroecologia naquele ano e geraram mobilizações em campanhas solidárias como resposta. Dada sua importância central para a articulação das comunidades que tecem a Teia dos Povos, estes momentos de encontro serão discutidos a seguir.

### ***5.1.1 As Jornadas de Agroecologia e a potência dos encontros***

No processo de construção da Teia dos Povos, um lugar de destaque deve ser conferido às Jornadas de Agroecologia da Bahia. Tendo como objetivo “erguer um grande acampamento”, reunindo as comunidades e os povos tradicionais, os movimentos sociais e também a academia, as Jornadas de Agroecologia representam espaços de debate, troca de saberes, intercâmbio de experiências, discussão e reflexão coletiva sobre temas de interesse comuns e para a promoção do saber agroecológico, como ferramenta para o desenvolvimento comunitário, a preservação ambiental, o empoderamento dos povos e o fortalecimento das identidades territoriais (TEIA DOS POVOS, 2022).

Foi durante a *I Jornada de Agroecologia da Bahia*, realizada no Assentamento Terra Vista, em 2012, que a proposta da Teia dos Povos foi lançada e a aliança entre as comunidades

tradicionais, rurais e urbanas foi selada. Sob o tema “*Agroecologia: Uma Proposta de Soberania do Território Baiano*”, esse encontro contou com a presença dos povos Tupinambá, Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe, de comunidades quilombolas e pesqueiras, de representantes de assentamentos rurais e de outras comunidades camponesas, de movimentos e organizações do campo e da cidade, além de, desde o início, esse processo ter atraído a atenção do público universitário. A aliança “preta, indígena e popular” foi, assim, estabelecida nessa ocasião “com o objetivo de promover a ‘união dos povos e saberes’ em torno da luta por terra e território, alinhada com os princípios da agroecologia, para construção do Bem Viver<sup>42</sup>” (PIMENTEL; MENEZES, 2022, p. 4).

Cabe destacar a participação da engenheira agrônoma Ana Maria Primavesi, referência em Agroecologia no Brasil e grande inspiração para a transição agroecológica empreendida no Assentamento Terra Vista, durante a *I Jornada de Agroecologia da Bahia* (Figura 5.1-5). A realização desta *I Jornada de Agroecologia da Bahia* foi inspirada nas *Jornadas de Agroecologia do Paraná*, que já estava em sua 18ª edição, em 2019 (TEIXEIRA *et al.*, 2018).

**Figura 5.1-5:** Registro fotográfico da *I Jornada de Agroecologia da Bahia*, em 2012, marco de criação da Teia dos Povos, com a presença da engenheira agrônoma Ana Maria Primavesi, referência na Agroecologia.



**Fonte:** Teia dos Povos (2022).

---

<sup>42</sup> O Bem Viver aqui referido é aquele ligado à tradução intercultural do princípio andino *sumak kawsay* e *suma qamaña*, que chega à Teia dos Povos a partir dos indígenas da região e de entidades como o Conselho Indígena Missionário (CIMI), segundo Pimentel e Menezes (2022).

Conforme ressaltado por Pimentel e Menezes (2022), em sua primeira manifestação pública, na Carta final da I Jornada, a Teia dos Povos vinculou a sua luta política a outros modelos de educação e de desenvolvimento. Reinvidicando a autonomia dos territórios, desde os modos próprios e os aprendizados adquiridos nas experiências cotidianas, nesse documento, outros horizontes de organização social e produtiva são propostos:

*Afirmamos então, nossa capacidade de resistência, apresentando com nossas vidas e nossos esforços nos aprendizados cotidianos, outra forma de desenvolvimento baseado no modelo agroecológico e de uma educação libertadora, construtora de outro modelo de pensamento, produzindo, trocando e comercializando alimentos de qualidade, sem agrotóxico, fortalecendo a organização, o associativismo, respeitando as diferenças étnicas, de gênero e geração, valorizando a cultura e a arte do nosso povo (TEIA DOS POVOS, 2012).*

Nesse movimento, após a I Jornada, foram realizadas outras seis, nos anos de 2013, 2014, 2015, 2017, 2019 e 2023, em um total de sete Jornadas de Agroecologia realizadas até o momento, reunindo um público crescente de pessoas, movimentos, organizações sociais e instituições que vêm se somando aos povos indígenas e às comunidades da região.

Até 2015, as Jornadas de Agroecologia da Bahia aconteceram no Assentamento Terra Vista. Mas, a partir de então, elas adquiriram outros rumos, tendo sido realizadas em outros territórios baianos. Assim, em 2017, a V Jornada aconteceu em terras do povo Pataxó, em Porto Seguro; em 2019, a VI Jornada ocorreu nas terras do povo Payaya, em Utinga, Chapada Diamantina; e, no início de 2023, a VII Jornada ocorreu na comunidade pesqueira e quilombola de Conceição de Salinas, em Salinas da Margarida, às margens da baía de Todos os Santos. Desde 2012, ao final de cada Jornada, a Teia dos Povos se manifesta publicamente por meio de uma Carta. Desse modo, um conjunto de documentos resultante dessa série de eventos tem servido como um roteiro para a compreensão da evolução das propostas desta articulação<sup>43</sup> (PIMENTEL; MENEZES, 2022).

Com base no resgate histórico realizado pelos autores citados, a *II Jornada de Agroecologia da Bahia*, realizada em 2013, no Assentamento Terra Vista, teve como tema “*Agroecologia: unindo povos e saberes*”. A Carta final do evento defendeu as origens populares da Agroecologia e teceu duras críticas ao Estado, ao agronegócio e à própria ciência. Esse documento também explicitou os objetivos da busca por “autonomia política e financeira” das comunidades envolvidas, por meio do “fortalecimento das experiências agroecológicas em cada

---

<sup>43</sup> As Cartas das Jornadas de Agroecologia da Bahia podem ser encontradas em anexo e também consultadas no endereço: <<http://teiadospovos.org/>>.

território que compõe a Teia, na busca de autogestão e do autofinanciamento”, conforme enunciado no trecho a seguir:

*O sistema de produção do campo imposto pelo capitalismo, o agronegócio, nos violenta a cada dia e não para, ele acumula um histórico de extermínio cultural e territorial, se apropriando de nossos saberes, de nossa ciência e de nossa cultura para fins de dominação. A [...] Teia de Agroecologia dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica<sup>44</sup> [...] atua como] uma rede que reconstrói a solidariedade entre os povos negros, indígenas, assentados, juventude e crianças e dá um sentido mais amplo à agroecologia, tão distorcida pelo excesso de academicismo, teoricismos e tão pouca prática. Nós, da Teia, rompemos o tecnicismo perigoso para defender uma agroecologia que une os povos e saberes para garantir saúde para nossos alimentos, solos e águas, saúde para as nossas relações sociais, para nossa identidade cultural, espiritualidade e ancestralidade (TEIA DOS POVOS, 2013).*

Sob o tema “*Sementes, Ciência e Tecnologia Agroecológica para Mudar a Realidade das Comunidades no Campo e na Cidade*”, a *III Jornada de Agroecologia da Bahia*, realizada em 2014, no Assentamento Terra Vista, contou com a presença de instituições de ensino superior, como a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre outras. Em um ano marcado por violentos conflitos na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, situada a cerca de 30 km do Assentamento Terra Vista, a Carta final da Jornada refletiu esse momento conflituoso e explicitou a defesa aos processos demarcatórios de terras indígenas e de outros territórios tradicionais, em conjunto com a reforma agrária e os princípios da Agroecologia (PIMENTEL; MENEZES, 2022).

A expansão das alianças promovidas pela Teia e a interseccionalidade das pautas dos movimentos envolvidos se refletiram, claramente, nessa Carta, ao terem sido nela incorporados temas como reforma urbana, feminismo, espiritualidade preta e indígena, combate ao chamado “capitalismo verde”, entre outros. O documento explicitou também o tema da decolonialidade ao reforçar a importância da luta por uma “educação descolonial, não patriarcal, antirracista e libertadora” que leve à concretização do Bem Viver (TEIA DOS POVOS, 2014; PIMENTEL; MENEZES, 2022).

O tema da decolonialidade em associação com o da educação, junto à Agroecologia e à luta por terra e território, se consolidou nos anos seguintes. Assim, em 2017, a Teia organizou a primeira jornada fora do Assentamento Terra Vista, justamente, em Porto Seguro, em terras Pataxó, na região conhecida como “Costa do Descobrimento”. Sob o tema “*Terra e Território –*

---

<sup>44</sup> Primeiro nome desta aliança, posteriormente sintetizado como Teia dos Povos, denominação atualmente utilizada.

*Natureza, Educação e Bem Viver*”, a Carta final da V Jornada declarou: “Aqui viemos para afirmar em alto e bom som: esta não é a Costa do Descobrimento, é a Costa da Invasão! Estas terras tinham e têm dono” (TEIA DOS POVOS, 2017; PIMENTEL; MENEZES, 2022).

A força dessa aliança imprimiu sua marca durante a *VI Jornada de Agroecologia da Bahia*, realizada em 2019, dessa vez realizada no município de Utinga, localizado na Chapada Diamantina. Sobre a construção do Bem Viver, em alusão à política zapatista, a Carta final do evento declara:

*Hoje acreditamos que tecer o bem viver é algo que só se faz com luta, organização, resistência, autonomia, soberania. Tem sido a ancestralidade nossa grande conselheira e nos tem ensinado que “ser forte é saber porque estamos lutando”. Nos sentamos e conversamos. Está evidente que esta conjuntura nos faz um apelo à unidade, pois nossos mortos são mulheres, negros e indígenas. Há uma grande arquitetura da morte, eles lucram com nossos corpos em projetos do agronegócio, encarceramento de negros e indígenas, militarização e privatização do sistema de segurança pública, militarização e fechamento de escolas, megaprojetos de desenvolvimento que saqueiam nossos territórios e nos impedem de existir. Em outras palavras: nós temos um inimigo em comum. Nossos antepassados fizeram alianças em tantos outros contextos de guerra e nos deram a condição de estar aqui hoje. A força que emanamos na Chapada Diamantina também emerge da energia ancestral que transborda entre rios, lajedos e matas, pulsando nos trabalhos de evocação da jurema, encantados, caboclos, mikisis, orixás e voduns, reforçando a resistência política da luta dos povos que através do ubuntu e do bem viver enfrenta a colonização das mentes, dos corpos e territórios. [...] Nós não temos mais ilusões com a conciliação com esse modelo de institucionalidade perverso, desmobilizador, e os poderes constituídos que sempre tem defendido os interesses das classes dominantes. Não há ilusões com a democracia burguesa dominada pelo capitalismo. Eles seguem nos perseguindo e nos odiando, agora com uma forte militarização da política agrária e ambiental que tem resultado no aprofundamento da criminalização das lideranças. São mais de 500 anos de assassinato espiritual, intelectual, cultural, moral e física. Isto é o que chamamos de genocídio indígena e negro. Este grande projeto econômico do capital é também um projeto neoextrativista predatório centrado no controle estratégico da terra, água, minério e biodiversidade. Rios morrem, florestas são queimadas, marés são contaminadas, tudo isso em um ritmo cada vez mais acelerado e escancarado, sem a vergonha de esconder o ódio contra nós. Por isso nossos povos e movimentos defendem a mãe terra, “a natureza da qual fazemos parte, nos mantém”. Estamos inspirados por quem nos tem ensinado que temos que construir um mundo que caibam muitos mundos, por aqueles que gritaram há alguns anos “já basta”! (TEIA DOS POVOS, 2019).*

O grande encontro mais recente da Teia dos Povos foi realizado neste ano de 2023, entre o final de janeiro e o início de fevereiro, durante a *VII Jornada de Agroecologia da Bahia*. Realizada no município de Salinas da Margarida, às margens da Baía de Todos os Santos, no

território quilombola e pesqueiro de Conceição de Salinas, a Jornada teve como tema “*Lutar por Terra, Território e Água; Fortalecer (R)Existência e Defender o Modo de Vida Tradicional e Ancestral*”.

Traduzindo as nuances do debate intercultural e político em curso, em meio a cantos e danças, os maracás indígenas se uniram aos tambores do povo preto, e a mística dos rituais abriu este espaço de diálogo entre comunidades tradicionais, movimentos sociais e organizações políticas, trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, educadores, pesquisadores, artistas, comunicadores populares e líderes espirituais de várias origens. Oficinas práticas e apresentações de trabalhos acadêmicos fizeram parte da programação, que contou, também, com uma tenda de cuidados dedicados à saúde. As Teias regionais, da Bahia, do Ceará, do Maranhão, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Pernambuco e de Minas Gerais, se encontraram para criar uma agenda comum. Sementes nativas crioulas e práticas de cultivo foram compartilhadas, além de homenagens terem sido rendidas à Iemanjá por ocasião de sua data. Em defesa das águas, dos manguezais, da pesca artesanal e da mariscagem, esta Jornada marcou o reencontro de todos esses grupos após a pandemia e uma tentativa frustrada de realização deste evento anteriormente, no início de 2022, quando fortes chuvas atingiram os territórios baianos, afetaram profundamente várias comunidades e o impediram de acontecer, como mencionado anteriormente (TEIA DOS POVOS, 2023).

Este encontro foi marcado, ainda, pela ocorrência de um crime e subsequente protesto por justiça pelo assassinato do pescador Josias Almeida de Jesus, morador do povoado vizinho, alvejado em praça pública por um comerciante local. Segundo os relatos da ocasião, esse crime esteve associado a um forte componente racial e social, o que deixou a população local ainda mais revoltada, ao presenciar a escolta da polícia militar aos funcionários e ao patrimônio do assassino, ao invés de se empenhar na sua busca e na liberação do corpo da vítima. Participantes da Jornada e lideranças da Teia se juntaram ao protesto, em solidariedade aos amigos e familiares do pescador assassinado, até a chegada do corpo para velório e seu enterro, conforme registros divulgados nos canais de comunicação da Teia, apresentados a seguir (Figura 5.1-6).

**Figura 5.1-6:** Imagens do protesto pelo assassinato do pescador Josias, obtidas em registros audiovisuais realizados durante a *VII Jornada de Agroecologia da Bahia*, em 2023.



Fonte: <https://www.youtube.com/@DIALOGOSCOMOSPOVOS>.

Como realizado nas Jornadas anteriores, a redação coletiva da Carta final desse evento pode ser compreendida como uma denúncia e um chamado à ação contra o ecocídio articulado ao agronegócio e à fome no Brasil, conforme o trecho a seguir:

*Renovamos, ainda, em nossas conversas, as reflexões sobre o maior perigo que atualmente ronda a humanidade, o atual estado generalizado de ecocídio, cujo enfrentamento nos exigirá, ainda, muito vigor e energia. É uma luta urgente e de longa duração, sabemos. São muitas as comunidades que nos trazem relatos das ameaças que as rondam. Não satisfeito com o atual processo de colapso ambiental planetário, o capital segue voraz, cobiçando águas, terras, florestas, jazidas minerais, cardumes, tudo aquilo que ele devora para transformar em dinheiro – para eles – e ruínas – para nós. Não podemos nos enganar: o ecocídio generalizado e a expansão desenfreada do capital sobre o mercado mundial de alimentos estão criando uma crise sem precedentes. A fome se espalha cada vez mais, e triste será o povo que permanecer desatento à necessidade de construção de sua soberania alimentar. Só um povo altivo consegue guerrear contra seus inimigos. Trata-se de uma tarefa imediata, urgente, e que não podemos deixar a cargo do Estado. Ao mesmo tempo, é importante perceber que as pessoas só permanecerão na terra, para defender nossos territórios, se tiverem uma renda digna – que deve ser garantida pelo trabalho. É só assim que conseguiremos que as novas gerações permaneçam nos territórios e construam um futuro de luta e emancipação real para si. (TEIA DOS POVOS, 2023).*

O documento destacou, ainda, o papel da juventude e a necessidade de uma educação emancipadora diante de tal conjuntura, ressaltando a importância do trabalho de expansão da Teia para os diversos territórios brasileiros e a criação da Universidade dos Povos nesse processo:

*E não há espaço para a juventude sem espaço para formação. Por isso estamos criando este ano a Universidade dos Povos. Não será um espaço de aprendizagem para indivíduos, será dos povos e territórios. Não estamos preocupados em oferecer diplomas, e sim oportunidades para o desenvolvimento de nossas melhores inteligências. A Universidade dos Povos poderá não dar canudos, mas, quem sabe, dê em muitas novas Canudos. Mas, é importante lembrar, precisamos garantir às crianças uma boa formação de base. O atual sistema oferecido pelos Maus Governos é simplesmente uma fábrica de escravos. A Universidade dos Povos principia, na verdade, desde nosso terreiro lúdico, desde a escola de base, que precisa educar para a emancipação. O desafio de encantar o mundo não pode encontrar limites nas fronteiras definidas pelos Maus Governos. Por esta razão, prometemos ir muito além da Bahia em nossas tessituras, e é o que estamos fazendo. Neste nosso encontro, fomos honrados com a presença de delegações de algumas das novas Teias que estão semeadas por todo o Brasil, às quais deixamos uma especial saudação e a confiança que seguirão a expansão de nossa articulação. Com a força dos ventos e das águas, seguiremos no desafio histórico de acabar com o machismo, o racismo e o capitalismo, agarrando a pequena brecha de esperança no futuro da humanidade, diante do colapso ambiental, que é a unidade dos povos em luta! (TEIA DOS POVOS, 2023).*

Há de se mencionar, também, quanto a atuação laboral formal como professores e educadores exercida por muitos sujeitos coletivos componentes da Teia dos Povos. Alguns/mas são mestres/as de saberes tradicionais e outros/as ocupam ambas as posições em suas comunidades de origem. Muitos destes sujeitos têm publicado livros, artigos e trabalhos acadêmicos que dialogam com a experiência de formação desta rede. Alguns desses trabalhos reafirmam que os próprios eventos que a articulação realiza são, em si, parte de um processo de educação não formal, reivindicados como um espaço de formação pelos próprios movimentos sociais (TEIXEIRA *et al.*, 2018; TUGNY, 2020).

Nesse debate, é fundamental situar o Assentamento Terra Vista e a centralidade da educação e da agroecologia no processo de fortalecimento deste território-mãe de lutas e conquistas, levadas adiante através da articulação da Teia dos Povos, conforme apresentado na sequência.

## **5.2 Da questão agrária no Brasil ao Assentamento Terra Vista**

Reconhecendo o potencial pedagógico das lutas territoriais por justiça socioambiental, protagonizadas por movimentos populares em defesa de condições dignas de vida fora da gramática do capital, como ilustrado pela articulação da Teia dos Povos, importa resgatar, nesse debate, as lições aprendidas com as experiências do Assentamento Terra Vista, no caso brasileiro.

Os aproximados 8.510.417,771 km<sup>2</sup> de extensão territorial do país ocupam quase a metade do continente sul americano (47%) e colocam o Brasil na quinta posição em termos de dimensão territorial no mundo (IBGE, 2022). O território brasileiro guarda em suas imensas extensões de terra a maior biodiversidade do planeta e um rico patrimônio cultural associado à presença de uma pluralidade de povos e comunidades, em todas as regiões e biomas do território nacional (MMA, 2023).

Mas, desde o período colonial, através das capitânicas hereditárias e da política das sesmarias, e no período imperial, com a “Lei dos Mais Fortes” (1822) e a “Lei de Terras” (1850), vêm sendo estabelecidos meios de acesso legal às terras brasileiras que favorecem àqueles com significativo poder econômico. Sob tais circunstâncias, a concentração fundiária em poucas mãos vem provocando conflitos territoriais e injustiças, com graves consequências sociais e ecológicas (ACSELRAD, 2004).

Historicamente, aos pequenos agricultores e camponeses o acesso à terra se efetivou, mais comumente, através de uma relação trabalhista informal com grandes proprietários de terras, que lhes concedia o direito de viver com sua família em uma pequena parcela da propriedade e dela

tirar seu sustento. No século XX, a partir das mobilizações sociais rurais, em busca de condições dignas de trabalho e de acesso à terra de forma justa, os direitos trabalhistas começaram a se estender ao campo, provocando, lentamente, transformações nas relações sociais da realidade campesina e na dinâmica dos sistemas agrários brasileiros (AGUIAR; PIRES, 2022).

Nesse processo, não se pode perder de vista a inserção da Revolução Verde no território nacional e a conseqüente modernização agrícola, decorrente da expansão do processo de produção industrial em larga escala, em especial a partir da década de 1980. Com isso, os problemas e os conflitos no campo se aprofundaram, dadas as condições próprias da questão agrária brasileira anteriormente mencionadas. Em resposta, os trabalhadores rurais passaram a se organizar na luta pela reforma agrária, em busca do acesso à terra que fosse socialmente justa, tendo recebido o apoio de outros setores da sociedade, como o Conselho Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligados à igreja católica. Em decorrência desse processo, durante o governo de regime militar que comandou o país, de 1964 a 1985, emergem o Movimento de Luta pela Terra (MLT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre fins da década de 1970 e início da década de 1980. Mas, a despeito das fortes lutas travadas por esses movimentos sociais e de suas conquistas, é notório o passivo existente nas condições de acesso e manutenção da terra por parte de pequenos agricultores até os dias atuais (FERNANDES, 2008; NASCIMENTO, 2009).

Examinando as origens dos complexos desafios socioambientais contemporâneos, se chega, assim, à situação vigente das relações sociais estabelecidas com a t(T)erra mediadas pelo avanço do poder econômico capitalista globalizado. Nessas relações, os fins de produção comercial acabam por favorecer a concentração de grandes extensões de terra e a constituição dos chamados latifúndios, por parte da elite econômica nacional e internacional, alienando a terra de sua verdadeira função social e, também, dos seus fins de conservação ambiental, ambos previstos na Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988).

A histórica associação entre o poder econômico e o político, se reflete, atualmente, na alta representatividade de grandes fazendeiros e proprietários de terras no Congresso Nacional, por meio de parlamentares da denominada “bancada ruralista”, que, em geral, assumem a dianteira das discussões no âmbito governamental, em processos de tomada de decisão em políticas públicas que tendem a desprivilegiar aqueles que dependem diretamente da terra, em especial os pequenos agricultores e as comunidades tradicionais (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, em virtude das mobilizações de movimentos sociais do campo, a criação de assentamentos rurais tem sido o instrumento principal da política nacional voltada à reforma agrária, constituindo uma das principais responsabilidades do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, cuja missão prioritária se dirige ao ordenamento fundiário nacional (MDR, 2022).

Assim, de acordo com Aguiar e Pires (2019), até o ano de 2019, haviam sido criados no país 9.437 assentamentos de reforma agrária<sup>45</sup>, somando 88 milhões de hectares, tendo sido beneficiadas mais de 1,3 milhões de famílias, das quais 973.451 continuam assentadas. Nesse período, do total de Projetos de Assentamentos (PA) no Brasil, 709 se encontravam no Estado da Bahia, em área total de pouco mais de 2 milhões de hectares, com 49.137 famílias assentadas, segundo os autores. Ainda de acordo com os autores, no Sul desse Estado, entre 1995 e 1999, 40 fazendas foram desapropriadas pelo INCRA, entre elas a Fazenda Bela Vista, localizada no município de Arataca, a qual veio constituir o Projeto de Assentamento (PA) Terra Vista. No município de Arataca, localizado na Região Sul do Estado da Bahia, além do PA Terra Vista, são encontrados outros dois assentamentos rurais federais: o PA Rio Aliança (vizinho ao PA Terra Vista) e o PA Grupo Santo Antônio (AGUIAR; PIRES, 2022).

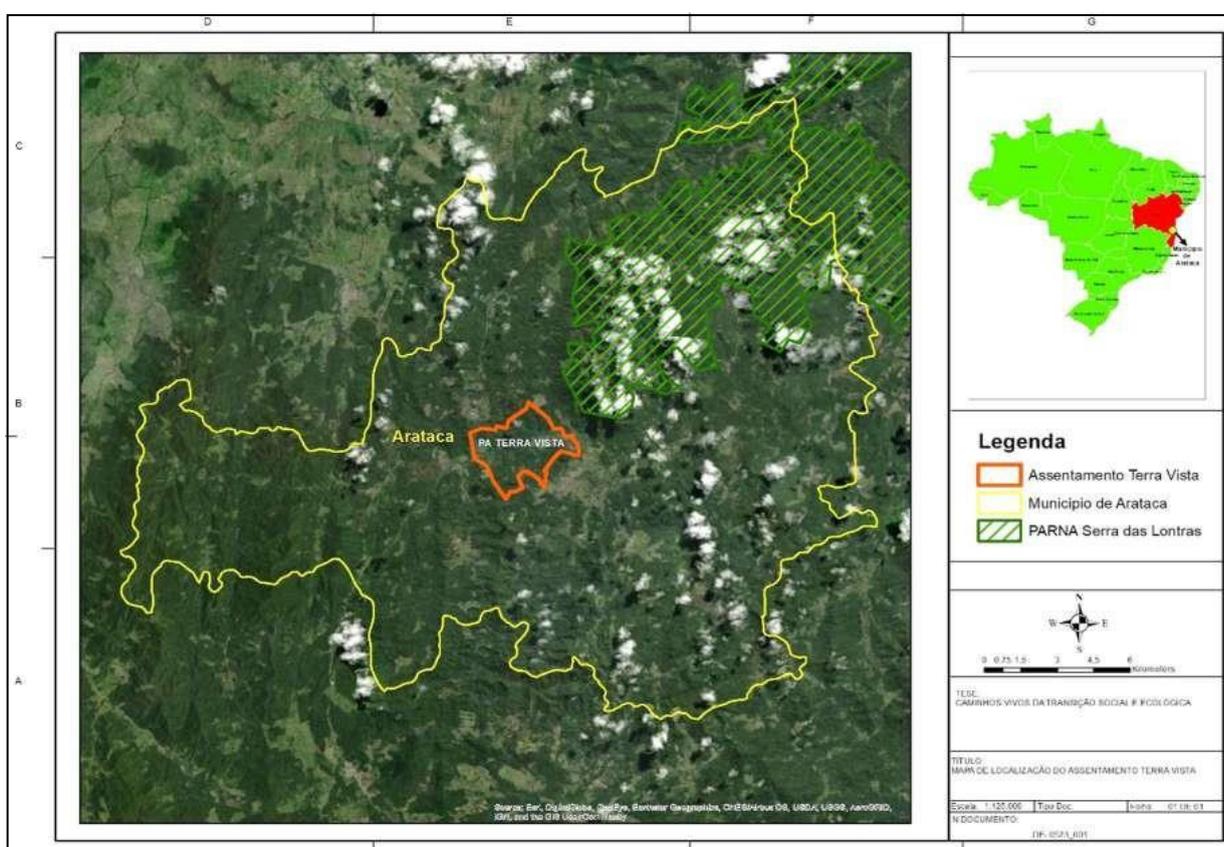
O município de Arataca, onde se localiza o Assentamento Terra Vista, o núcleo aglutinador da Teia dos Povos e território de aterrisagem da pesquisa, possui uma extensão territorial de 435,962 km<sup>2</sup>, 10.392 habitantes e densidade demográfica de 27,70 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Segundo o censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), os principais produtos da lavoura permanente, produzidos naquele ano, foram cacau (amêndoa), açaí, banana, borracha (látex coagulado), café, coco-da-baía, cupuaçu, guaraná, maracujá, palmito, pimenta-do-reino, pupunha e da lavoura temporária foram abóbora, morango, jerimum, cana-de-açúcar, feijão, mandioca (aipim, macaxeira) e milho forrageiro.

---

<sup>45</sup> Um assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo INCRA em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural (INCRA, s/d). As habitações podem ser construídas em cada lote ou em área coletiva com instalação de uma agrovila. Os assentamentos podem possuir também áreas de uso comunitário e para construção de estruturas coletivas, como igrejas, centros comunitários, agroindústrias, escolas, unidades de saúde e áreas esportivas. As áreas de reforma agrária devem contar, ainda, com locais de preservação ambiental, como reserva legal e área de proteção permanente. Existem diferentes modalidades de projetos de assentamentos criados pelo INCRA atualmente (Grupo I), a saber: Projeto de Assentamento Federal (PA); Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Projeto de Assentamento Florestal (PAF); Projeto de Assentamento Casulo (PAC); Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS). Além das modalidades de assentamentos do Grupo I, existem as modalidades reconhecidas pelo INCRA (Grupo II), a saber: Projeto de Assentamento Estadual (PE); Projeto de Assentamento Municipal (PAM); Reservas Extrativistas (RESEX); Território Remanescente Quilombola (TRQ); Assentamento de Fundo de Pasto (PFP); Reassentamento de Barragem (PRB); Floresta Nacional (FLONA); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) (INCRA, 2022).

A composição do mosaico da paisagem do município em foco é marcada pelo predomínio da fitofisionomia de Floresta Ombrófila Densa de Mata Atlântica, com presença de áreas de pastagens em associação com cultivos agrícolas. Neste mosaico, além do pequeno núcleo urbano do município de Arataca, é notável a proximidade do Assentamento Terra Vista com o Parque Nacional da Serra das Lontras, Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, abrangendo grandes porções do território municipal e menor parte do município de Una<sup>46</sup>. O Assentamento Terra Vista se localiza a 1 km de distância desta UC, situando-se na sua zona de amortecimento, conforme ilustrado no mapa de localização municipal apresentado na Figura 5.2-1.

**Figura 5.2-1:** Mapa de localização municipal e a inserção regional do Assentamento Terra Vista.



**Fonte:** Elaboração própria.

<sup>46</sup> Como indicador da alta diversidade biológica no contexto regional, cabe ressaltar o registro de 450 espécies arbóreas identificadas em um único hectare, obtido como recorde mundial, em 1993, na Reserva Biológica de Una, uma UC de Proteção Integral vizinha ao Parque Nacional da Serra das Lontras (UNA, 1997).

Ao observar a inserção regional do Assentamento Terra Vista, não se pode perder de vista, a conjuntura de grave crise ambiental e social que assola as áreas rurais do país, como fruto de um histórico agrário expropriador da terra, desde o período colonial, também associado, em grande medida, a concepções agrícolas mais recentes adotadas no marco da Revolução Verde. Concorrendo para exaurir solos, contaminar e secar mananciais, desmatar, queimar e degradar áreas cada vez maiores de um dos biomas de maior biodiversidade do planeta, em um de seus principais centros de endemismo, este modelo de desenvolvimento agrícola se utiliza de alta mecanização e insumos químicos na região e, também, da exploração de trabalhadores rurais, para maximizar os lucros. Em um cenário de agravamento da emergência climática e de colapso da biodiversidade global, os métodos da agricultura e pecuária convencionais, vêm, nesse contexto, expandindo também nessa região as paisagens homogeneizantes e empobrecidas de monoculturas, envolvendo a conversão de uso e cobertura do solo de florestas em pasto, para criação de gado e, também, em plantios mono-específicos de eucaliptos e de café, neste caso.

Assim, ao implementar as práticas agroecológicas e agroflorestais, o Assentamento Terra Vista vem produzindo um movimento contra-hegemônico com relação à tendência atual de uso e ocupação do solo na região, através de um modelo produtivo regenerativo dos tecidos sociais e ambientais, podendo, com isso, ser considerado um potente território de resistência no contexto das crises do clima, da biodiversidade e das desigualdades socioeconômicas crescentes. Nesse âmbito territorial, as alternativas sistêmicas conectadas às diversas dimensões da sustentabilidade vêm, paulatinamente, construindo modos de produção socialmente justos, ecologicamente equilibrados e economicamente viáveis, a partir da luta coletiva e popular por terra e território.

Com relação às formas de uso e cobertura do solo, se observa no território do assentamento a predominância de áreas de floresta de Mata Atlântica em estágio secundário avançado de sucessão ecológica, outras áreas em estágios mais iniciais de sucessão e manejadas, como aquelas ocupadas por floresta-cabruca (com cacau e outras árvores frutíferas). É possível observar também as áreas edificadas, ocupadas pelas agrovilas e pelos equipamentos sociais como os centros educacionais e comunitários, as áreas ocupadas pelas barcaças para a secagem do cacau e pela fábrica de chocolate, além do curso do Rio Aliança. Externamente a esse polígono da área do assentamento, nota-se a rodovia estadual BA-676 e o núcleo urbano de Arataca.

Originalmente, quando da sua criação, o Projeto de Assentamento Terra Vista possuía 756 hectares de extensão, mas agora o território se expandiu para cerca de 913 hectares de área total. Com capacidade de suporte para até 100 famílias, o PA Terra Vista abriga, atualmente, 53

famílias assentadas e se encontra na fase 6 “em consolidação”<sup>47</sup>, segundo a base de dados do INCRA consultadas (2022). Algumas imagens gerais do Assentamento Terra Vista são apresentadas a seguir (Figura 5.2-2).

**Figura 5.2-2:** Registros fotográficos obtidos no Assentamento Terra Vista (2022).



**Fonte:** Acervo próprio (2022).

---

<sup>47</sup> Conforme as 7 fases de implementação de assentamentos de reforma agrária no Brasil, quais sejam: 1. Pré-projeto de assentamento; 2. Assentamento em criação; 3. Assentamento criado; 4. Assentamento em instalação; 5. Assentamento em estruturação; 6. Assentamento em consolidação; Assentamento consolidado (INCRA, 2022).

Partindo dessa breve contextualização sócio-histórica, política e geográfica, se delinea, a trajetória do Assentamento Terra Vista, cujo marco inicial pode ser traçado a partir do dia 08 de março de 1992. Neste Dia Internacional da Mulher, sob o lema “Ocupar, resistir e produzir”, empregado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), um enfrentamento de massa com cerca de 300 pessoas, entre elas mulheres e crianças, ocupou a Fazenda Bela Vista, uma propriedade estrategicamente localizada às margens da BR 101, em estado de abandono, devido aos efeitos da grave crise causada pela chamada “vassoura-de-bruxa”<sup>4847</sup> que acometeu a cultura de cacau na região (SANTOS, 2016).

Além dos simbolismos do feminino envolvidos, nesse movimento, há de se ter em conta as condições de extrema precariedade enfrentadas pelos/as ocupantes da terra, anteriormente, nos dois anos de acampamento, entre 1992 e 1994 e mesmo posteriormente a esse período: falta de alimentos, de recursos financeiros, de atendimento médico, de educação para as crianças, conflitos no contexto local, cinco despejos, enfrentamentos com a polícia, entre outros problemas. Em face dessas e outras tantas tensões, muitos abandonaram o movimento e apenas cerca de trinta famílias resistiram até a emissão de posse da terra (AGUIAR; PIRES, 2022).

Tão logo foi emitida a posse da terra, em 27 de março de 1995, as famílias assentadas iniciaram a organização social do espaço e o planejamento de questões estratégicas, tal como a definição do sistema produtivo da área, que tinha no cacau a sua base econômica original. Um grande projeto de piscicultura mal-sucedido e uma agroindústria processadora de frutas marcaram a fase inicial do assentamento, gerando uma dívida milionária aos envolvidos, o que agravou, ainda mais, as condições de vulnerabilidade socioeconômica dos assentados e das assentadas. Momentos de grandes dificuldades marcam, portanto, os anos iniciais da história do assentamento, quando muitos chegaram a passar fome e outras tantas necessidades (SANTOS, 2016; AGUIAR; PIRES, 2022).

---

<sup>48</sup> A doença conhecida como vassoura-de-bruxa provocou a maior crise da cacauicultura brasileira. Causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*, essa enfermidade provoca deformação, apodrecimento e morte nas partes afetadas dos cacauzeiros, que adquirem uma aparência de semelhante a de vassouras velhas (daí o nome que lhe foi atribuído). Endêmica na região amazônica, a vassoura-de-bruxa propagou-se pelo sul da Bahia em 1989. Como decorrência, o Brasil, que chegou a ser o segundo maior produtor mundial, com safras de mais de 400 mil toneladas de cacau em meados da década de 1980, teve sua produção reduzida para cerca de 100 mil toneladas na década de 2000. Os impactos foram desastrosos – tanto no âmbito econômico, com a queda de receita e o endividamento dos fazendeiros; quanto na escala social, com o desemprego massivo dos trabalhadores antes ocupados nas fazendas; e na esfera ambiental, pois o cacau, por ser cultivado à sombra de remanescentes da mata atlântica, era um importante fator para a preservação desse bioma. Várias iniciativas foram adotadas desde então, mas o problema não está resolvido. Plantas saudáveis coexistem com plantas doentes. A Bahia perdeu a primazia, sendo superada pelo Pará como principal estado produtor do país. O Brasil fechou o ano de 2020 com uma produção total de 250 mil toneladas, ficando em sétimo lugar no ranking mundial (Agência FAPESP, 2021).

Desde o período de acampamento, quando os ocupantes destinaram um barracão de lona para funcionar como escola improvisada para as crianças, se reconhece entre os assentados e as assentadas a importância da educação como ferramenta de luta e transformação (Figura 5.2-3). Por conseguinte, uma das prioridades definidas pelo movimento foi a implantação de uma escola de qualidade no assentamento, com todos os níveis de ensino, para que as crianças pudessem ter a instrução necessária e as condições favoráveis para transformar suas realidades.

**Figura 5.2-3:** Primeira turma de alunos/as do acampamento que deu origem ao Assentamento Terra Vista.



**Fonte:** MST (2023).

Após anos de reivindicações, de muitas idas e vindas à Brasília e à Salvador, em 1998 foi implantado, no assentamento, o Centro Integrado Florestan Fernandes, no qual, atualmente, funciona o Ensino Infantil, o Ensino Fundamental I, Fundamental II e Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo as demandas dos moradores, tanto do assentamento, quanto de localidades próximas (Figura 5.2-4). No Centro Integrado Florestan Fernandes, além do espaço da escola, existem uma biblioteca, um auditório onde são realizados eventos, uma cozinha comunitária, um refeitório para receber grupos, banheiros e ainda uma estrutura construída com espaço ocupado com computadores e uma sala onde funciona a estação de rádio comunitária do assentamento (SANTOS, 2016; MST, 2023).

**Figura 5.2-4:** Registros fotográficos do Centro Integrado Florestan Fernandes (CIFF).



**Fonte:** Acervo próprio (2022).

A centralidade da educação no desenvolvimento do assentamento parece ter contribuído consideravelmente para os rumos da comunidade, considerando, sobretudo, sua influência na transição agroecológica empreendida, a partir de 2000. Por meio da literatura especializada, uma das lideranças teve contato com o trabalho pioneiro da engenheira agrônoma Ana Maria Primavesi, austríaca radicada no Brasil, uma das principais responsáveis pelos avanços no campo de estudo das ciências do solo, em geral, no manejo ecológico do solo, em particular (PRIMAVESI, 1984).

O conhecimento adquirido sobre os princípios da Agroecologia<sup>49</sup>, a importância do adequado cuidado com o solo e o manejo dos cultivos para se obter uma produção saudável e sistemas alimentares justos, começou a ser difundido, a partir de então, no assentamento. Esse vem sendo disseminado, consubstanciando mudanças das práticas agrícolas convencionais para as práticas consideradas mais ecológicas e menos impactantes à biodiversidade. Tal proposta encontrou resistência, no entanto, ao serem observados os resultados satisfatórios, aos poucos houve uma adesão crescente às práticas agroecológicas de cultivo e a Agroecologia foi adotada como modelo de desenvolvimento pelo Assentamento Terra Vista (TEIA DOS POVOS, 2022).

A Agroecologia busca promover agroecossistemas saudáveis e sustentáveis, valorizando o conhecimento dos biomas locais, integrando o conhecimento científico e construindo novos saberes socioambientais. Premissas como a valorização da diversidade cultural e a participação política dos atores sociais, proporciona fortalecimento das práticas agrícolas e do movimento agroecológico, já que, além de empoderar os atores sociais envolvidos, engloba olhares diversos sobre a preservação ambiental, a biodiversidade e a produção. Como consequência, a Agroecologia vem trazendo resultados econômicos positivos aos agricultores e reafirmando o direito à alimentação com preço justo e com qualidade, enquanto coloca em pauta a soberania e a segurança alimentar (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; ALTIERI, 2004).

Compreendida em seu caráter sistêmico, como disciplina científica, prática agrícola e movimento sociopolítico, Caporal e Costabeber (2004) ressaltam na Agroecologia a base epistemológica “que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p.16).

Pelo fato de se tratar, também, de um modo de vida, no qual se reconhece o agenciamento ativo de não-humanos (envolvendo plantas, fungos, animais, microorganismos, nutrientes, moléculas de elementos básicos da natureza como a água e outros), a Agroecologia tende a promover novas maneiras de enxergar, atribuir significados e se relacionar com a natureza, que extrapolam uma posição apenas tecnicista no campo da área agrícola, e permite a participação social de diversos atores e saberes. E, no caso do Assentamento Terra Vista, em

---

<sup>49</sup> A agroecologia é compreendida como um modelo de agricultura sustentável, mas também pode ser considerada uma tecnologia social que promove, através de seus princípios sociopolíticos e ecológicos, a inclusão social e melhores condições de vida aos agricultores. Formada pelo tripé: movimento social, práticas sustentáveis de produção agrícola e ciência, constitui um projeto de sociedade que contribui no processo de campesinato (SILIPRANDI, 2009). “Quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13).

particular, as experiências com os erros e acertos por parte dos assentados e assentadas vem sendo incorporadas, ao longo dos anos, às práticas agroecológicas em seu território (MARQUES; SANTOS, 2020).

Assim, no processo de redesenho de seu modelo produtivo, baseado em práticas convencionais, buscando promover a transição para um modelo sob as bases agroecológicas, no transcorrer dos anos, o assentamento celebrou parceria com diversos institutos técnicos e de pesquisa, ONGs e universidades, que passaram a fornecer assessoria, realizar capacitações e implementar experimentos no local. Associado ao desenvolvimento da pluriatividade agrícola de base agroecológica para o cultivo de cacau, café, banana, açaí, abacaxi e hortaliças, os assentados e as assentadas vêm promovendo, ainda, o reflorestamento, a restauração e a recuperação de diversas áreas que se encontravam em elevado grau de degradação ambiental, incluindo a faixa marginal de proteção do Rio Aliança (Figura 5.2-5), uma Área de Preservação Permanente (APP), a partir do reconhecimento quanto a importância de se conservar a biodiversidade e respeitar os ciclos naturais (TEIA DOS POVOS, 2022).

**Figura 5.2-5:** Registro fotográfico do Rio Aliança, próximo ao Centro Integrado Florestan Fernandes, após fortes chuvas, em dezembro de 2022.



**Fonte:** Acervo próprio (2022).

Outro marco importante na trajetória do Assentamento Terra Vista, se refere à construção, em 2010, do Colégio Estadual Milton Santos, posteriormente denominado Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos e atualmente sendo denominado Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos, primeiro centro temático do campo criado na Bahia (Figura 5.2-6).

**Figura 5.2-6:** Registro fotográfico do Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos.



**Fonte:** Acervo próprio (2022).

Visando criar a possibilidade de acesso a níveis mais avançados de ensino, as famílias assentadas e as comunidades próximas reivindicaram, junto ao governo do estado, a implantação de uma escola de nível médio e técnico que viesse a atender, explicitamente, a suas necessidades em suas especificidades locais. Além do público estudantil do assentamento, este centro educacional atende, também, estudantes de comunidades próximas, da cidade de Arataca e de outros municípios, oferecendo cursos de Agroecologia, Meio Ambiente, Zootecnia, Informática, Agroindústria, Segurança do Trabalho, entre outros (SANTOS, 2016).

Por meio de inúmeras parcerias (Secretaria Estadual de Educação da Bahia, Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, IF Baiano de Uruçuca, Instituto Cabruca), em diferentes momentos, foram ofertados, nos espaços educacionais do assentamento, cursos de níveis mais avançados. No Colégio Milton Santos, o Pós-Médio (Pró-Sub) em Agroecologia, na modalidade da Pedagogia da Alternância<sup>5049</sup>, e no auditório da escola Florestan Fernandes, o curso técnico em Agropecuária, o Bacharelado em Engenharia Agrônoma com ênfase em Agroecologia, e a Especialização em Agroecologia Aplicada a Agricultura Familiar – Residência Agrária, atendem a públicos não apenas do assentamento, mas, também, da Região Sul da Bahia, de outras regiões do estado e mesmo de outras regiões do país. No assentamento foi formada a 1ª turma do Curso Técnico em Agropecuária, pelo Programa

---

<sup>50</sup> A pedagogia da alternância busca atender a necessidade do estudante que vive no campo e promover a integração entre a vida escolar e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e de trabalho e o escolar (MEC, 2023).

Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A partir dessa experiência, se formou a 1ª turma de bacharelado em Engenharia Agrônômica, com ênfase em Agroecologia, em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Em 2014, formou-se ainda a 1ª turma de Pós-graduação da Especialização em Agroecologia Aplicada à Agricultura Familiar no modelo de residência agrária (MST, 2017; PIMENTEL; MENEZES, 2022).

No que se refere à estrutura organizacional, o Assentamento Terra Vista, caracteriza-se por seus setores de atividades, coordenação e assembleia, segundo uma estrutura comum à política organizacional do MST (FERNANDES, 2008). Nessa estrutura, há um coordenador geral e coordenadores de setores temáticos de atividades. Os processos de tomada de decisão na gestão do assentamento, normalmente, se efetivam por meio de reuniões de coordenação. No entanto, alguns casos específicos são levados para decisão em assembleias. Uma política de equidade de gênero vem sendo adotada no assentamento nos processos decisórios e no protagonismo das atividades planejadas, havendo, assim, o incentivo à participação e ao protagonismo dos jovens (AGUIAR; PIRES, 2022).

Quanto à infraestrutura, os dois núcleos residenciais do assentamento, nas denominadas agrovilas, contam com fornecimento de água encanada e de energia elétrica pelo serviço público. Existe um pequeno depósito ao lado do Centro Integrado Florestan Fernandes para deposição e coleta de resíduos sólidos. Os serviços de telefonia móvel e de internet estão disponíveis. Não há serviço de segurança pública e esta função vem sendo realizada pelos próprios assentados, em esquema de escalas, sobretudo nos dois portões de acesso. O assentamento, por um lado, está às margens da BA-676, rodovia que liga a BR-101 à cidade de Arataca, cujo deslocamento leva cerca de cinco minutos de carro. Por outro lado, está às margens da BR-101, rodovia federal que dá acesso a importantes cidades da região, como Camacan (no sentido sul) e o pólo regional de Itabuna (ao norte). No assentamento há, ainda, um posto de saúde, onde ocorre atendimento médico a cada 15 (quinze) dias e atendimento ambulatorial por um enfermeiro duas vezes por semana. Além desses serviços, importa ressaltar que, por meio de um acordo coletivo, no Assentamento Terra Vista não é permitido o funcionamento de bares ou a venda de bebidas alcoólicas. Também, é vedada a instalação de qualquer tipo de instituição religiosa ou igreja, no entanto, a adesão a qualquer expressão ou prática religiosa é livre e respeitada (AGUIAR; PIRES, 2022).

Com relação aos aspectos produtivos e econômicos, merecem destaque as formas diferenciadas de organização do espaço físico e comunitário. Diferentemente de outros assentamentos, onde a área total é, em geral, fracionada em unidades individuais (módulos) e nele cada família vive e produz, no Terra Vista não há divisão das áreas de produção, mas, a cada

um, foi conferido o direito de uso (concessão real de uso) de uma determinada área, conforme se produz. Não há cercas e não são aparentes a divisão em parcelas, e sim extensas áreas contíguas vegetadas (conforme pode ser observado através de imagens aéreas e de satélite, em programas como *Google Earth*). As moradias foram construídas em duas áreas específicas do assentamento, denominadas agrovilas. Essa é uma característica singular e significativa, pois implica uma apropriação do território que demanda decisões e partilhas coletivas, atribuindo um maior sentido comunitário à conquista da terra. Com efeito, esta forma de organização espacial levou a uma organização social peculiar, representando um exercício, ao mesmo tempo, de construção do espaço e de sociedade (SANTOS, 2016).

No Terra Vista o agrossistema cabruca constitui a principal forma de manejo de cacau, produto agrícola de maior valor econômico produzido no assentamento. As florestas- cabruca ocupam cerca de um terço da área total, o equivalente à 300 hectares. O manejo florestal e a produção do cacau se efetivam por meio do cultivo em sub-bosque, em associação com árvores nativas da mata atlântica, e em sistemas agroflorestais consorciados com outras espécies agrícolas, majoritariamente, frutíferas, como cupuaçu, jaca, manga, açaí, banana, conforme ilustrado na Figura 5.2-7. Esta é uma técnica ancestral que resiste às lavouras de cacau produzidas em monocultura e vem se alinhando aos princípios agroecológicos, contribuindo para potencializar a produção e a geração de renda, reafirmando a identidade cultural das famílias assentadas. Culturas agrícolas de ciclos mais curtos como milho, feijão, abóboras e hortaliças, também são produzidas em pequena escala, tendo como finalidade principal o autoconsumo familiar e a comercialização (SANTOS, 2016; AGUIAR; PIRES, 2022).

**Figura 5.2-7:** Registros fotográficos de área de cacauicultura consorciada com outras espécies frutíferas.



**Fonte:** Acervo próprio (2022).

Devido à sua trajetória, atualmente, o Assentamento Terra Vista é considerado como uma experiência de referência no MST, no tocante à implantação de sistemas agroflorestais, nos moldes da Agroecologia. A partir da transição agroecológica, a experiência vem se expandindo para projetos de reflorestamento de áreas extensas e vem cumprindo, também, a função social da terra. Nesse processo, a produtividade de cacau vem aumentando, o que vem possibilitando a produção de chocolate artesanal com cacau orgânico de plantio agroecológico, com selo próprio na Fábrica-Escola do Chocolate Litoral Sul, cujo trabalho funciona sob gestão da juventude (Figura 5.2-8).

**Figura 5.2-8:** Registros fotográficos da Fábrica Escola do Chocolate Litoral Sul, com os jovens do Assentamento Terra Vista recepcionando a visita de jovens universitários.



Fonte: Acervo próprio (2022).

### **5.3 Alternativas Comunitárias: tecendo o Bem Viver**

Construídas cotidianamente em espaços comunitários ligados à terra, como no viveiro de mudas, nas roças de cacau, nas hortas das escolas e dos quintais, as alternativas sistêmicas territorializadas da Teia dos Povos se enraízam no Assentamento Terra Vista e são também desenvolvidas durante as atividades de formação e os encontros voltados ao aprimoramento de habilidades para fortalecer os princípios agroecológicos, ligados ao respeito à vida em todas as suas formas (MARQUES; SANTOS, 2020).

Muitos processos, desde a seleção das variedades e o preparo do solo para o cultivo do cacau, até o beneficiamento do chocolate agroecológico, além de ter favorecido a recuperação florestal, a geração de renda e a qualidade de vida no assentamento, vêm também atraindo a atenção de indivíduos e organizações interessados na construção de autonomia junto à terra, como forma de enfrentamento aos desafios simultâneos e co-ligados às dimensões sociais, econômicas e ecológicas da crise civilizatória.

Assim, essas e outras alternativas comunitárias articuladas à atividade produtiva central do assentamento, vêm inspirando soluções equitativas e sustentáveis em outros lugares, ao se fortalecerem, a partir de 2000, quando a comunidade do Terra Vista rompeu com o modelo produtivista convencional de agricultura e passou a se dedicar à transição agroecológica. Nessa transição, a importância de se iniciar um processo de autonomia foi compreendida como crucial para o enfrentando do desafio de manter a Agroecologia como modo de vida contra-hegemônico, em defesa de uma economia popular do Bem Viver.

O fortalecimento da terra e do território passou a ser compreendido como crucial para se viver e produzir de forma solidária, garantindo: a soberania alimentar; a ressignificação do trabalho para que todas as famílias, jovens e mulheres tenham condições dignas de vida; a educação para erradicar o analfabetismo, incentivar o desenvolvimento integral e o engajamento nas escolas e atividades do assentamento. Desse modo, cada uma das iniciativas em curso tende a contribuir para retroalimentar outros processos, em um ciclo virtuoso, com temporalidade e dinâmica próprias. Ao mesmo tempo que se vem recuperando os sistemas alimentares e agrícolas tradicionais da “floresta de cacau da cabruca”, se produz um chocolate de alta qualidade, se restaura e conserva, também, a mata ciliar do Rio Aliança, as nascentes de sua bacia e outras áreas de Mata Atlântica e ecossistemas associados como os brejos e outras áreas alagáveis. Avançando em algumas frentes, mas retrocedendo em outras, em meio à inúmeras dificuldades, o processo segue adiante rumo às soberanias e autonomias, tornando o assentamento um potente núcleo aglutinador de referência em Agroecologia, bem como das lutas por terra e território no

país.

A partir da trajetória das experiências do Assentamento Terra Vista, a articulação estratégica da Teia dos Povos tem promovido, então, a construção de uma “rede de reencantamento”, tendo a Agroecologia como ferramenta de luta para o fortalecimento da resistência contra o modelo econômico hegemônico em outros assentamentos, comunidades quilombolas, terras indígenas e movimentos populares do campo e da cidade. Nessa direção, um conjunto de práticas sociais e de mobilização política vem ocorrendo para tecer laços de solidariedade entre diferentes povos e sujeitos coletivos, “em uma aliança preta, indígena e popular”, mediante diálogos horizontais visando mudanças para uma nova sociedade “pautada na emancipação, na autonomia e na dignidade humana, da Mãe Terra e suas sementes” (TEIA DOS POVOS, 2022). Nessa articulação, indivíduos, comunidades, povos, territórios, coletivos e movimentos sociais distribuem-se por diversos estados e regiões brasileiras com o objetivo de conceber os caminhos para a emancipação coletiva, frente ao avanço das crises sociais, políticas e ecológicas, como a emergência climática.

Algumas alternativas e ações em andamento para a construção de bases econômicas autônomas fomentadas desde o Assentamento Terra Vista são: a conservação e a rede de trocas de sementes crioulas; a restauração de biomas; a recuperação de nascentes; a produção de cacau em sistemas agroflorestais e de cabruca; a indústria de chocolate de pequena produção; o cultivo de plantas medicinais e a destilação de óleos essenciais; as formações políticas através de cursos, vivências e da educação formal; a publicação de livros; a participação em conselhos de áreas protegidas e em consórcios intermunicipais, além do estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações de difusão de conhecimentos científicos e práticos, entre outras frentes de trabalho.

Buscando apreender os elementos envolvidos na construção de tais processos e na complexa dinâmica envolvida na reprodução de modos de organização social e produtivos contra-hegemônicos pelas territorialidades em luta, o exercício que se buscou realizar nessa pesquisa envolveu o que Boaventura de Souza Santos propõe como “sociologia das emergências”:

*A amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido, tanto no que diz respeito à compreensão, como à transformação do mundo (SANTOS, 2007, p. 23).*

Pois, no caso do Assentamento Terra Vista e da Articulação da Teia dos Povos, parece haver um movimento coletivo explícito no sentido da reinvenção das realidades, compondo o que o autor considera o “cosmopolitismo subalterno”<sup>51</sup> (SANTOS, 2007), um conjunto de redes e iniciativas segundo o qual, no contexto de um mundo em crise, salvaguardaria as potencialidades para uma transição no plano epistemológico, e mesmo ontológico, como condição fundamental aos imperativos de transformação das realidades sociais.

Essa afirmação está em sintonia com as perspectivas de pós-desenvolvimento que compõem o *pluriverso*, inspirando e motivando a realização dessa pesquisa sobre a dimensão da jornada necessária rumo a um horizonte emancipatório do Bem Viver. Portanto, para ilustrar e consubstanciar esse debate, com base na imersão no campo-tema e no campo-território, buscou-se apresentar e analisar as potencialidades e os desafios das alternativas sistêmicas e comunitárias em curso, considerando as dimensões que orientam os compromissos de sustentabilidade: ecológica, social, econômica e, sobretudo, cultural, em uma perspectiva integrada (GAIA EDUCATION, 2005). Nessa análise, foram considerados, ainda, os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) da *Agenda 2030* da ONU (UN, 2015b) e o conjunto de informações foi sistematizado em uma matriz-síntese, apresentada a seguir (Quadro 5.3-1).

---

<sup>51</sup> Segundo Santos (2007), o cosmopolitismo subalterno manifesta-se: “através de projetos emancipatórios, cujas reivindicações e critérios de inclusão social vão além dos horizontes do capitalismo global e, apesar do seu caráter ser ainda embrionário, constituiria uma globalização contra-hegemônica, composta por um vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural, gerada pelo atual modelo de capitalismo global, conhecido como globalização neoliberal” (2007, p.23).

**Quadro 5.3-1:** Matriz-síntese das alternativas sistêmicas comunitárias mapeadas e as dimensões de sustentabilidade envolvidas.

Alternativas sistêmicas comunitárias		Descrição narrativa	Dimensões da sustentabilidade				Territorialização dos ODS
			Ecológica	Social	Econômica	Cultural	
1	Sistemas agroflorestais de cultivo de cacau orgânico, com resgate do agrossistema cabruca	A economia do Assentamento Terra Vista tem no cacau sua centralidade, produzido em consórcio com outras espécies frutíferas como cupuaçu, seringueira e graviola e com a própria mata atlântica, sem uso de insumos ou defensivos químicos. Há mais de 20 anos os assentados e as assentadas vêm realizando a transição agroecológica e atualmente são cultivados cerca de 300 ha de sistemas agroflorestais e de “floresta de cacau cabruca”.	✓	✓	✓	✓	
2	Educação básica, profissionalizante e de nível superior	Fruto da luta do movimento popular, o Assentamento Terra Vista conta com dois centros educacionais: o Centro Integrado Florestan Fernandes, que oferece o ensino básico: educação infantil, fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo alunos deste e de outros assentamentos e de comunidades vizinhas e o Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos, que oferece os cursos profissionalizantes de Agroecologia, Meio Ambiente, Agroindústria, Informática, Segurança do Trabalho, Zootecnia, entre outros, atendendo estudantes de áreas próximas e de todo o Estado da Bahia. Por meio de parcerias (Secretaria Estadual de Educação da Bahia, Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, IF Baiano de Uruçuca, Instituto Cabruca), em diferentes momentos foram ofertados em seus espaços educacionais cursos de níveis mais elevados. o Pós-Médio (Pró-Sub) em Agroecologia na modalidade da pedagogia da alternância, o curso técnico em Agropecuária, o Bacharelado em Engenharia Agrônoma com ênfase em Agroecologia e a Especialização em Agroecologia Aplicada a Agricultura Familiar – Residência Agrária, atendendo públicos não apenas do assentamento, mas também da região Sul da Bahia, de outras regiões do Estado e mesmo de outras regiões do país.		✓		✓	

Alternativas sistêmicas comunitárias	Descrição narrativa	Dimensões da sustentabilidade				Territorialização dos ODS
		Ecológica	Social	Econômica	Cultural	
3	Produção de chocolate artesanal fino		✓	✓		
4	Produção de alimentos em hortas orgânicas e em sistemas agroflorestais	✓	✓	✓	✓	
5	Cultivo de ervas aromáticas e medicinais em hortas mandalas	✓	✓	✓	✓	
6	Recuperação da mata ciliar e de nascentes de sua bacia hidrográfica	✓	✓	✓		
7	Restauração florestal e conservação do bioma Mata Atlântica	✓	✓	✓		

Alternativas sistêmicas comunitárias		Descrição narrativa	Dimensões da sustentabilidade				Territorialização dos ODS
			Ecológica	Social	Econômica	Cultural	
8	Participação no conselho consultivo de Unidade de Conservação de Proteção Integral	O assentamento se localiza a cerca de 1 km de distância do Parque Nacional da Serra das Lontras, na zona de amortecimento desta Unidade de Conservação (UC) e participa das reuniões do conselho consultivo do Parque, tendo sediado a realização de algumas delas, inclusive. Cerca de 18 espécies de aves, 6 espécies de mamíferos e 21 espécies vegetais ameaçadas são protegidas nesta UC da categoria de Proteção Integral (MMA, 2023).	✓	✓			
9	Conservação e rede de sementes "crioulas"	Especialmente, sob os cuidados "das mais velhas", as guardiãs de sementes, são guardadas e cultivadas as sementes crioulas de variedades de culturas de base, de diferentes tipos de milhos, feijões, dentre outras, no assentamento há gerações. São realizadas trocas, envolvendo a doação e o recebimento de sementes com outras comunidades rurais e indígenas em encontros e oportunidades de troca de saberes e fazeres da Teia dos Povos.	✓	✓	✓	✓	
10	Destilação de óleos essenciais e produção de fitocosméticos e fitoterápicos	Desde 2019, o coletivo de mulheres do assentamento, articuladoras da Teia dos Povos, vem trabalhando com a destilação de óleos essenciais e a produção de fitocosméticos e fitoterápicos. O trabalho envolve todo o processo de produção, desde o plantio e/ou o extrativismo, o manejo, a colheita, a destilação em laboratório e equipamentos próprios, envase, divulgação e venda dos produtos.	✓	✓	✓	✓	
11	Práticas de cuidado em saúde e uso de plantas medicinais	Práticas de banhos de ervas, uso de xaropes e outros usos feitos com plantas medicinais estão presentes no assentamento como prática ancestral de cuidado e auto-cuidado das mulheres. Além dessas práticas em saúde, existe no assentamento um posto de atendimento médico.	✓	✓	✓	✓	
12	Viveiro de mudas	Há um viveiro de mudas onde são cultivadas diferentes espécies de plantas nativas e exóticas, com capacidade para 160 mil mudas, com necessidade de manutenção.	✓	✓	✓	✓	
13	Tanques de piscicultura e açudes	Existem no assentamento alguns tanques inativos para criação de peixes e açudes pouco utilizados para pescaria. A pesca de "piabas, pitus e camarões" no Rio Aliança é realizada no sentido recreativo e para autoconsumo por parte de alguns moradores e algumas moradoras.	✓	✓	✓	✓	

Alternativas sistêmicas comunitárias		Descrição narrativa	Dimensões da sustentabilidade				Territorialização dos ODS
			Ecológica	Social	Econômica	Cultural	
14	Produção de polpas de frutas congeladas e de outros produtos alimentícios	Os assentados e as assentadas vêm empreendendo iniciativas individuais e familiares de atividades produtivas, envolvendo o beneficiamento de produtos cultivados no próprio assentamento, como o caso de uma fábrica de polpa de frutas congeladas para sucos, da produção de doces de frutas, de colorau de urucum, de pimenta do reino em pó, entre outras que podem representar uma fonte significativa de renda e trabalho alinhada à preservação da floresta.	✓	✓	✓	✓	
15	Mutirões comunitários nos lotes e em áreas comuns	Com a designação de "cooperação simples", esta organização social do trabalho no assentamento envolve a manutenção das áreas comuns (capina, poda, limpeza, etc.) e em alternância de trabalho nas áreas produtivas, realizado por um grupo organizado de assentados e assentadas.		✓	✓	✓	
16	Práticas de bioconstrução	Encontra-se em fase de (bio)construção uma futura loja para venda os produtos produzidos no assentamento, realizada através de mutirões, como parte das atividades em vivências pedagógicas. Nesse mesmo formato, foram também construídos banheiros secos para serem usados nos eventos.	✓	✓	✓	✓	
17	Compostagem de resíduos sólidos orgânicos	Existe uma área de compostagem junto à cozinha coletiva do Centro Integrado Florestan Fernandes. Prática semelhante é adotada em algumas residências.	✓		✓		
18	Articulação da Teia dos Povos	A Teia dos Povos é uma articulação sociopolítica popular e autônoma entre povos, comunidades e indivíduos, territórios rurais e urbanos, organizações sociais, políticas e educacionais, criada com base na experiência do Assentamento Terra Vista, com o objetivo de forjar os caminhos para a emancipação coletiva sob o chamado por terra, território e Agroecologia, para construção do Bem viver. Esta aliança nasce durante a realização da <i>I Jornada de Agroecologia da Bahia</i> , no assentamento em 2012. Desde então, representantes indígenas, quilombolas, pescadores, periféricos, estudantes, acadêmicos, pequenos agricultores e outros vêm consolidando esta aliança, enquanto núcleos de base e elos distribuídos em várias regiões brasileiras, implementando diversas ações solidárias de resistência.		✓	✓	✓	

Alternativas sistêmicas comunitárias		Descrição narrativa	Dimensões da sustentabilidade				Territorialização dos ODS
			Ecológica	Social	Econômica	Cultural	
19	Jornadas de Agroecologia	Como uma das ações centrais da Teia dos Povos, vêm sendo realizadas as <i>Jornadas de Agroecologia da Bahia</i> . A realização da I Jornada, em 2012, no Assentamento Terra Vista, marca o início da articulação da Teia dos Povos. Com o tema <i>Agroecologia: Uma Proposta de Soberania do Território Baiano</i> , contou com a presença dos povos Tupinambá, Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe, de comunidades quilombolas e pesqueiras, representantes de assentamentos e outras comunidades camponesas e organizações do campo e da cidade, chamando atenção, desde o início, do público universitário. À <i>I Jornada de Agroecologia da Bahia</i> , seguiram-se outras seis, realizadas em 2013, 2014, 2015, 2017, 2019 e 2023, com presença crescente de pessoas, movimentos e organizações sociais que se juntaram aos povos, inspirando, inclusive, a realização de Pré-jornadas em outros estados do território nacional. Até 2015, os eventos aconteceram no Assentamento Terra Vista. Em 2017, a V Jornada foi realizada em Porto Seguro, em terras Pataxó, em 2019, nas terras do povo Payaya, em Utinga, na Chapada Diamantina e em 2023, na comunidade pesqueira e quilombola de Conceição de Salinas, em Salinas da Margarida, às margens da Bahia de Todos os Santos.		✓	✓	✓	
20	Universidade dos Povos	Cursos de formação política e vivências em práticas agroecológicas, além de encontros para troca de saberes abertos ao público, vêm sendo realizados no assentamento e, nesse âmbito, a Universidade dos Povos vêm se estruturando com o envolvimento dos jovens do assentamento.		✓	✓	✓	

Alternativas sistêmicas comunitárias		Descrição narrativa	Dimensões da sustentabilidade				Territorialização dos ODS
			Ecológica	Social	Econômica	Cultural	
21	Parcerias estratégicas multisetoriais com instituições de ensino superior e outras instâncias governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais	<p>Uma série parcerias em programas e projetos vêm sendo realizadas com o envolvimento direto de coletivos do Assentamento Terra Vista. Através do Instituto Cabruca, lideranças do assentamento ajudam a coordenar o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural da chamada Biomas (ATER Biomas) no Litoral Sul, promovido pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER) da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (SDR). Também através do Instituto Cabruca, foi viabilizada a parceria entre a Teia dos Povos e o grupo de pesquisa GAPIS/EICOS/UFRJ para a realização de Projeto de pesquisa-ação em adaptação climática no assentamento, como desdobramento da presente pesquisa de tese, financiado através da organização internacional <i>Adaptation Research Alliance</i> (ARA).</p> <p>O Assentamento também participa do Programa de estruturação da cadeia produtiva de fitomedicamentos, fitoterápicos, fitocosméticos e alimentos nutracêuticos (benéficos à saúde) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Como parte da Rota da Biodiversidade para integração nacional, juntamente com outros assentamentos e comunidades, integrando o Pólo Aroeirinha - Mata Atlântica (Recôncavo, Baixo Sul e Sul da Bahia), sob coordenação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Existe também uma parceria com o Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA) em um Programa de desenvolvimento regional baseado na recuperação e implantação de 400 mil hectares de cacau-cabruca e sistemas agroflorestais. Além de parcerias de diferentes naturezas com Instituições de Ensino Superior presentes na região como UESC, UFSB, IF Baiano.</p>		✓	✓	✓	 
22	Identificação de plantas alimentícias não-convencionais e de fungos nativos comestíveis	Em parceria com pesquisadores docentes da UESC, está sendo realizado o mapeamento e a identificação botânica de plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e de fungos comestíveis da mata atlântica.	✓	✓	✓	✓	  
23	Edição e publicação de livros	Uma das alternativas que vêm sendo empreendidas pela Teia dos Povos é a publicação e venda, através de editora própria e de parceiros, com ampla divulgação nas mídias digitais. O primeiro livro publicado foi a obra <i>Por Terra e Território: Caminhos da Revolução dos Povos no Brasil</i> (FERREIRA; FELÍCIO, 2021), o segundo <i>A Escola da Reconquista</i> (MAYÁ, 2022) e o terceiro <i>Saberes dos Matos Pataxó</i> (JAPIRA, 2023)		✓	✓	✓	  

Alternativas sistêmicas comunitárias	Descrição narrativa	Dimensões da sustentabilidade				Territorialização dos ODS
		Ecológica	Social	Econômica	Cultural	
24	Produção de conteúdo em mídias digitais		✓		✓	 
25	Coletivo da Juventude		✓		✓	 
26	Casa da Cultura		✓		✓	 
27	Coletivo de mulheres		✓	✓	✓	    

A partir da análise da matriz-síntese, pode-se perceber que os arranjos de organização social e produtiva identificados na pesquisa diferem daqueles oriundos de modelos hegemônicos, sobretudo, na relação com a natureza. Baseados no uso sustentável da terra e na observação de seus ciclos naturais, tais arranjos vêm sustentando pulsantes territórios de vida, coletivos e multifuncionais, como locais de trabalho, lazer, moradia e socialização, com um forte sentido de pertencimento associado ao coletivo.

Nessas experiências são observadas práticas agroecológicas e agroflorestais voltadas à promoção da soberania alimentar e da democracia econômica, contando com a inclusão socioprodutiva de jovens e mulheres, alinhadas aos compromissos de conservação da biodiversidade e de valorização das identidades culturais, reconhecidos como fundamentais aos processos de resistência em projetos emancipatórios dessa natureza.

Por meio de uma avaliação do histórico de formação do Assentamento Terra Vista e da leitura espacial do mosaico da paisagem, ficou evidente o papel singular da articulação comunitária do Assentamento Terra Vista no contexto regional e mesmo nacional, em um cenário de necessidade premente de conservar e restaurar florestas em larga escala no país (CALMON, 2021). Esta representa uma experiência prática central e orientadora na trajetória do assentamento, em termos de organização social e produtiva, ao longo de seus mais de 30 anos de existência.

Alguns elementos foram determinantes para o alcance da condição atual do território: a adoção da Agroecologia como modelo produtivo e a pluriatividade agrícola (tendo no cacau orgânico o seu o carro chefe); o trabalho de conservação e restauração florestal, incluindo a recuperação das áreas de APP do Rio Aliança e de suas nascentes; a busca constante pela inserção e disponibilidade de níveis de ensino cada vez mais elevados no assentamento; o estabelecimento de convênios e parcerias com diversas instituições, tanto voltadas para o ensino, quanto para a realização de experimentos e capacitação em suas áreas produtivas; o modelo de organização social e produtivo comunitário e inclusivo; o manejo cooperativo das áreas de produção; a parceria com diferentes povos, obtendo e compartilhando saberes, inclusive quanto a guarda de sementes; a inserção de infraestruturas e equipamentos sociais e produtivos, como a Fábrica-escola do Chocolate Litoral Sul, liderada pela juventude; e o engajamento político de certas lideranças do assentamento, para citar algumas das iniciativas relevantes mapeadas.

Pode-se afirmar, ainda, que os moradores e as moradoras concebem o assentamento

como território, enraizado em um sentido de pertencimento: um espaço de politização, de contestação social para reivindicação de melhorias junto às esferas governamentais, bem como de contestação à lógica do capital e, também, como um espaço de socialização e salvaguarda de tradições culturais e ancestrais. Isso inclui as práticas agrícolas (haja vista a guarda e disseminação de diferentes tipos de sementes agrícolas crioulas) que funcionam como via de garantia tanto para manter a tradicionalidade e a qualidade dos alimentos, como para a contestação da lógica mercantil vigente na utilização de sementes industriais e transgênicas.

A realidade dinâmica desse território resultou em sua projeção e reconhecimento nacional e internacional, inclusive. Tal alcance propiciou um processo de visitação ao assentamento por parte de diferentes públicos do próprio estado da Bahia, de outras regiões do país e mesmo de outros países. Alguns assentados e algumas assentadas, enquanto sujeitos coletivos e políticos, vêm se destacando na liderança do processo de transição agroecológica e na articulação com outros atores na construção de caminhos no sentido do Bem Viver, extrapolando as fronteiras do assentamento. Em suas articulações de cunho sociopolítico, na busca por melhoria contínua das condições de vida nos limites e fora do território, diálogos entre saberes diversos vêm sendo promovidos, inicialmente entre diversos povos e comunidades da Bahia e, posteriormente, expandindo para outras regiões e estados do país, e para a América Latina e o mundo.

Assim, através da Teia dos Povos, desde a realização da *I Jornada de Agroecologia* da Bahia, em 2012, em mais uma frente de resistência, o Assentamento Terra Vista tem se articulado em rede e fortalecido as relações socioculturais, políticas e ambientais com diversas comunidades da região, incluindo grupos sociais historicamente invisibilizados, especialmente entre as etnias indígenas, buscando unir os vários movimentos de luta e resistência, a partir de suas vivências reais, em uma trajetória plural rumo ao Bem Viver. Nesta articulação se reúnem assentados/as, acampados/as, quilombolas, indígenas, ribeirinhos/as, pescadores/as, quebradeiras de coco, trabalhadores/as do campo e da cidade, povos de religiões de matriz africana, estudantes, moradores/as de periferias e favelas, educadores/as e pesquisadores/as em vários campos do conhecimento. Essa aliança tem suscitado reflexões em relação às demandas sociais concretas dos coletivos, que buscam mobilizar-se e reivindicar políticas de democratização e garantia de direitos, levando em consideração as sabedorias e as memórias ancestrais próprias.

O paradigma do Bem Viver, nesse contexto, transcende o espaço do debate acadêmico e se enraíza nas vivências, em contextos de diversas lutas sociais. E, tendo em vista a

diversidade de povos e comunidades tradicionais e demais grupos territorialmente enraizados que compõem a realidade sociocultural brasileira, essa discussão ganha ainda mais relevo e centralidade, quando são reafirmadas as relações de cooperação e de solidariedade, que apontam para outros mundos e modos de existência, distanciados da apropriação mercantil ou instrumental da natureza humana e não-humana.

Por esses e outros motivos, portanto, a construção de alternativas sistêmicas (que endereçam soluções em mais de uma dimensão da existência), desde o nível local e regional, vêm inspirando soluções globais, potencialmente transformadoras, em vários campos da vida em sociedade, recebendo, cada vez mais atenção de pesquisas acadêmicas. Contudo, se reconhece, ainda, o suporte insuficiente a elas dirigidas, frente aos investimentos necessários em políticas públicas cruciais para a resiliência, diante de um provável aumento global médio de temperatura superior à 2°C, em relação aos períodos pré-industriais, nas próximas décadas (IPCC, 2021).

No que se refere ao cumprimento das metas climáticas brasileiras, sobretudo, no que diz respeito à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) (BRASIL, 2022) associada ao compromisso de zerar o desmatamento ilegal até 2028 e de restaurar 12 milhões de hectares de áreas degradadas até 2030, os esforços realizados até o momento mostram-se claramente insuficientes diante da complexidade dos desafios associados à emergência climática, relativos à adaptação e à mitigação (IPCC, 2022a; 2022b) para os quais experiências coletivas como aquelas desenvolvidas no Assentamento Terra Vista têm muito com o que contribuir.

No plano epistemológico, a sistematização realizada nesta matriz de análise, permite, ainda reunir algumas pistas conferidas pelos rastros do *pluriverso* das alternativas sistêmicas comunitárias e se pensar nos princípios ético-políticos subjacentes à territorialização do Bem Viver. Nesse sentido, em tempos de fronteiras paradigmáticas, a travessia rumo a horizontes de transição justos e ecológicos, é discutida na sequência, considerando as possíveis contribuições da universidade pública nessa transição, em meio aos movimentos populares mobilizados por questões de justiça socioambiental e climática.

## 6. HORIZONTES DE TRANSIÇÃO

---

*“Talvez a missão da universidade seja formar poetas sociais, homens e mulheres que, aprendendo bem a gramática e o vocabulário da humanidade, tenham ‘faísca’, tenham o fulgor que lhes permite imaginar o inédito.”*

Papa Francisco

### 6.1 Dimensões das alternativas sistêmicas

A matriz-síntese de análise previamente apresentada, além de propiciar uma avaliação do conjunto de alternativas comunitárias, permitiu identificar, com clareza, as dimensões de sustentabilidade (ecológica, social, econômica e cultural) envolvidas, de forma sistêmica, em cada uma das iniciativas mapeadas, bem como realizar, ainda que preliminarmente, um exercício de suas potenciais conexões com os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) da *Agenda 2030* da ONU. Isso porque, na medida em que essas alternativas tendem a traduzir a territorialização do Bem Viver, elas contribuem também para o alcance dos ODS, não por serem por eles orientados, propriamente, mas por possuírem motivações comuns, sobretudo no que tange à busca por sustentabilidade ecológica e equidade social, facilitando, inclusive, a implementação de outras agendas globais, como aquelas do clima e da biodiversidade, em escala local/regional, indo além e tendo em conta a dimensão cultural do debate.

No que se refere à reafirmação das identidades culturais, ainda que a dimensão da cultura, de cunho subjetivo, simbólico e mesmo espiritual, com implicações em questões profundas de pertencimento próprias ao ser humano (que, em geral, são desconsideradas nas abordagens mais tecnicistas) não tenha sido abordada na definição original dos ODS, esta é considerada crucial em propostas dessa natureza, alinhadas à perspectiva do *pluriverso*. Por produzir modos de existência e moldar as relações sociais, fornecendo valiosas pistas ao debate sobre sustentabilidade, a dimensão da cultura/visão de mundo tem sido enfatizada em estudos e projetos com enfoque comunitário, se refletindo, também, na sistematização realizada pelo *Programa Gaia Education* (2005), com foco nas dimensões da sustentabilidade, tendo esta incluída (ecológica, social, econômica e cultural), conforme ilustrado no diagrama apresentado na Figura 6.1-1, segundo a abordagem que também orienta esta tese.

**Figura 6.1-1:** Diagrama de sistemas integrados (*whole system design*) nas quatro dimensões da sustentabilidade, segundo a proposta do Programa *Gaia Education* (2005).



**Fonte:** Programa *Gaia Education* (2005).

Na sequência, com o intuito de elucidar os elementos que compõem e caracterizam as alternativas sistêmicas comunitárias nas quatro dimensões de sustentabilidade elencadas na análise, o Quadro 6.1-1 apresenta um resumo de suas características principais expressas nas iniciativas mapeadas, conforme a abordagem de Roysen e colaboradores (2021) adotada na pesquisa.

**Quadro 6.1-1:** Dimensões sistêmicas da sustentabilidade nas alternativas comunitárias.

Dimensões da sustentabilidade	Principais características
<i>Ecológica</i>	Se reflete no empenho comunitário pela redução dos impactos ambientais negativos da ocupação e uso do território, bem como por um maior cuidado na relação com a natureza. Essa dimensão se manifesta no desenvolvimento de diversas práticas regenerativas, tais como: bioconstrução, permacultura, tratamento ecológico dos resíduos domésticos, captação de água da chuva, compostagem dos resíduos orgânicos, produção orgânica de alimentos, geração de energia limpa/renovável, entre outras.

<i>Social</i>	Corresponde ao desejo dos membros de construírem relações de confiança e ajuda mútua e se manifesta em práticas de autogestão, governança participativa, práticas de partilha emocional e encaminhamento de conflitos, compartilhamento de ferramentas, almoços comunitários, carros coletivos, entre outras formas de partilha de recursos e serviços.
<i>Econômica</i>	Se relaciona às práticas colaborativas de trabalho e gestão baseadas em atividades produtivas diversificadas. O uso multifuncional do território integra produção agrícola, turismo de base comunitária, projetos educativos e culturais, voluntariado etc. Mutirões, trocas, criação de moedas sociais, posse coletiva da terra e das ferramentas, e geração de renda por meio de práticas regenerativas, de agricultura orgânica, fabricação de produtos naturais, cursos para a difusão de práticas sustentáveis, entre outras atividades produtivas.
<i>Cultural</i>	Essa dimensão se expressa em rituais, práticas meditativas e espirituais envolve questões profundas de significado e sentimento de pertencimento e identidade próprias ao ser humano. Mesmo distintas segundo o seu contexto próprio, essas comunidades se conectam entre elas por um sistema de valores que busca superar divisões convencionais de raça, religião e cultura e são qualificadas por uma visão afim ao reencantamento do mundo.

**Fonte:** Elaboração própria com base em Roysen *et al.* (2021).

Nesta análise, pode-se considerar que as 27 alternativas comunitárias mapeadas na pesquisa envolvem elementos presentes em pelo menos duas das quatro dimensões de sustentabilidade analisadas, simultaneamente. Essas alternativas se expressam em princípios, práticas e conhecimentos relacionados às dimensões sociais, econômicas, culturais e ecológicas integradas entre elas e à dinâmica comunitária, no contexto do cotidiano.

Na conexão dessas experiências com os ODS, é importante resgatar nessa análise o sentido da *Agenda 2030*, enquanto um “apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2023). Considerando os desafios de desenvolvimento, nos 17 ODS definidos no âmbito da ONU, a serem alcançados até 2030 (UN, 2015b), tais compromissos são enfatizados segundo as três dimensões da sustentabilidade (ecológica, social e econômica), conforme concepção resumida no Quadro 6.1-2 e ilustrada no diagrama da Figura 6.1-2.

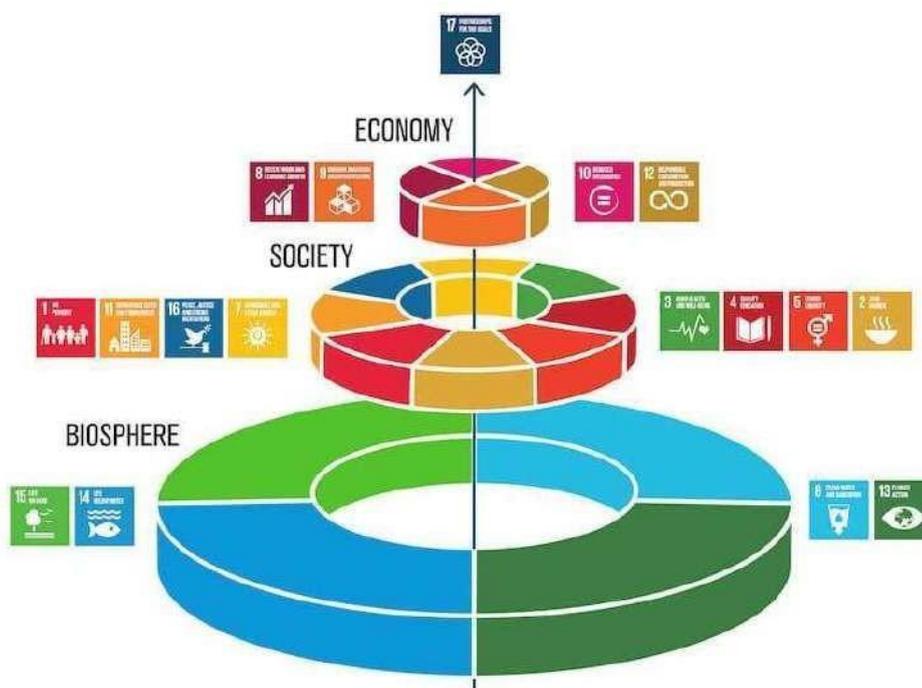
Quadro 6.1-2: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (UN, 2015b).

		
1. Erradicação da pobreza		Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares
2. Fome zero e agricultura sustentável		Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
3. Saúde e Bem-estar		Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
4. Educação de qualidade		Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5. Igualdade de Gênero		Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6. Água potável e Saneamento		Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos
7. Energia Acessível e Limpa		Garantir o acesso a fontes de energia viáveis, sustentáveis e modernas para todos
8. Trabalho decente e crescimento econômico		Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
9. Indústria, Inovação e Infra-estrutura		Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10. Redução das desigualdades		Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países
11. Cidades e comunidades sustentáveis		Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
12. Consumo e produção responsáveis		Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

13. Ação contra a mudança global do clima		Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
14. Vida na água		Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15. Vida terrestre		Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade
16. Paz, justiça e instituições eficazes		Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
17. Parcerias e meios de implementação		Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaboração própria com base em Nações Unidas Brasil (2023).

Figura 6.1-2: Diagrama esquemático de representação dos 17 ODS da Agenda 2030, com destaque às três dimensões integradas de sustentabilidade (ecológica, social e econômica).



Fonte: ilustração de J. Lokrantz/Azote.

De acordo com a análise realizada, todas as alternativas comunitárias desenvolvidas no Assentamento Terra Vista, no âmbito da Teia dos Povos, se conectam, cada uma delas, a pelo menos mais de um dos ODS da *Agenda 2030*. Nesse sentido, uma série de inferências pode ser realizada, a partir da matriz de análise apresentada anteriormente. Uma delas se refere à observação de que, com exceção dos ODS 6 (Água Potável e Saneamento) e ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), todos os demais 15 dos 17 ODS parecem estar sendo contemplados pelas iniciativas em curso. Porém, em alguma medida, ambos os ODS parecem também estar sendo considerados no processo de construção da Teia dos Povos e do Assentamento Terra Vista, uma vez que, no caso do assentamento em específico, há abundância de água potável e são recorrentes os cuidados com o manejo das águas. Da mesma forma, nesse território, a disponibilidade de energia vem sendo assegurada para todos pelo serviço público.

Contudo, futuramente, talvez esses dois temas possam inspirar ações dirigidas à dinâmica de conservação da água e energia, em conexão com esses dois ODS. O desenvolvimento de alternativas de geração de energia limpa e descentralizada neste território, por exemplo, por meio de projetos para a instalação de placas fotovoltaicas, de modo a ampliar a soberania energética, se articularia, inclusive, com a proposta descrita no que poderia ser considerado o programa político da Teia dos Povos, expresso na obra *Por Terra e Território: caminhos para a revolução dos povos no Brasil* (FERREIRA; FELÍCIO, 2021).

Assim, segundo a metodologia utilizada, considerando as diversas linhas de ação e iniciativas envolvidas nas 27 alternativas comunitárias mapeadas, foi possível identificar, pelo menos, quatro “pilares” fundamentais que parecem sustentar o enraizamento dos princípios do Bem Viver no território do Assentamento Terra Vista.

### ***6.1.1 A centralidade do papel da educação***

No histórico de construção do Assentamento Terra Vista, o papel da educação tem sido central. Desde o acampamento, anteriormente à conquista da terra, até os dias atuais, 30 anos após esse marco, os/as trabalhadores/as rurais vêm se dedicando à luta para garantir o acesso à educação para todos, reivindicando níveis cada vez mais elevados de ensino no próprio assentamento. Com esse fim, uma série de conquistas vêm sendo alcançadas, por meio de diversas parcerias estabelecidas e consolidadas. Importa mencionar ainda que, atualmente, o assentamento recebe, inclusive, diversos grupos de estudantes de turmas de ensino básico e superior de distintas instituições de ensino e pesquisa, não apenas dessa região do estado da

Bahia, para aprender com as experiências práticas e empíricas do assentamento. Desse modo, além de garantir o acesso à educação para as crianças e jovens, filhos/as de assentados/as e também de outras comunidades próximas, e apoiar a geração de emprego e renda para os profissionais da educação e serviços de apoio, o próprio assentamento vem funcionando como um “laboratório-vivo” no plano pedagógico, propiciando a aprendizagem em vários campos do conhecimento, a partir de muitas experiências relacionadas às alternativas sistêmicas mapeadas nessa pesquisa, como a produção do cacau orgânico em sistema cabruca e em agrofloresta, a produção do chocolate artesanal fino, a produção de horta orgânica e de óleos essenciais, de fitomedicamentos e de fitocosméticos.

Os encontros de saberes e outras atividades pedagógicas não-formais realizados no assentamento vêm sendo entendidos como vias formativas importantes na articulação e fortalecimento da Teia dos Povos, incluindo entre os seus compromissos, a busca por descolonizar o processo de produção de conhecimentos pela via da interculturalidade, com respeito à reafirmação das identidades. Com implicações epistêmicas e ontológicas nos modos de existência, uma prática pedagógica ilustrativa, nesse sentido, é a realização de rodas de conversas para troca horizontal de saberes entre atores sociais e sujeitos coletivos diversos, envolvendo representantes de povos indígenas, de movimentos sociais, mestre de saberes tradicionais, entre outros públicos, durante os eventos formativos e as vivências realizadas no Assentamento Terra Vista, tal como apresentado no registro fotográfico da Figura 6.1.1-1.

**Figura 6.1.1-1:** Roda de conversa em volta da fogueira no Assentamento Terra Vista para compartilhamento de saberes durante a vivência “Aprender na Prática: Formação Agroecológica Integral”, oferecida pela Universidade dos Povos.



**Fonte:** Registro realizado por Book Jhones Amorim (2022).

Contudo, cabem ser registrados alguns apontamentos narrados pelos sujeitos comunitários quanto aos avanços ainda necessários relativos aos processos educativos no assentamento. Entre eles, foi ressaltada a importância de se aproximar, cada vez mais, as instituições de ensino presentes no assentamento das práticas ali realizadas e das necessidades comunitárias, a partir da compreensão de que o processo de ensino e aprendizagem nas salas de aula deve ser pensando no sentido “de dentro da comunidade para fora” e não tanto no sentido “de fora da comunidade para dentro dela”, como ainda parece ser o caso de uma lógica cartesiana ainda predominante. Especialmente no que se refere ao Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos, se reivindica uma maior apropriação desse espaço por parte da comunidade do assentamento, até mesmo para o plantio de hortas no terreno e, para o fornecimento à instituição de alimentos produzidos no assentamento, tendo sido questionada, ainda, a existência de muros separando a comunidade deste estabelecimento de ensino e aprendizagem.

### **6.1.2 *As práticas agroecológicas, agroflorestais e a soberania alimentar***

Nessa análise, importa reiterar, sobretudo, o papel fundamental da produção agrícola, na construção da trajetória do Assentamento Terra Vista. Nesse caso, é importante resgatar os relatos de que antes da conquista da terra e da constituição do assentamento, muitos assentados e muiats assentadas trabalhavam nas lavouras de café da região, e/ou em outras frentes de trabalho precárias, estando também sujeitos à condição de desemprego, em muitos momentos.

Como anteriormente discutido, o enfrentamento de massa forjado na luta e resistência pela terra, empreendida por homens, mulheres, crianças, jovens, anciões e anciãs vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) frente aos latifúndios da região, possibilitou o resgate da prática agrícola ancestral de produção do cacau no sistema cabruca, associado aos fragmentos florestais de Mata Atlântica, fortalecendo, assim, as práticas agroecológicas e agroflorestais, com aumento de produção em conexão com a identidade cultural da região. Nas Figuras 6.1.2-1 e 2 são apresentados alguns elementos ilustrativos relativos ao manejo dessa importante prática, adotada não apenas no território do Assentamento Terra Vista, mas também no âmbito da articulação da Teia dos Povos junto a outros territórios.

**Figura 6.1.2-1:** Registros fotográficos de vivências em práticas agroflorestais no Assentamento Terra Vista, realizados durante o curso “Aprender na Prática: Formação Agroecológica Integral”, oferecido pela Universidade dos Povos.



**Fonte:** Registros realizados por Carolina Machado (2022).

**Figura 6.1.2-2:** Figura esquemática de práticas de cultivos agroflorestais.



**Fonte:** <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/amazonia/infografico-como-funciona-agrofloresta>.

Com a adoção dos princípios da Agroecologia, ao longo da transição agrocológica em curso, uma série de medidas conservacionistas vem sendo implementadas, ao mesmo tempo em que os assentados e assentadas, enquanto sujeitos políticos, vêm fortalecendo as condições autônomas de trabalho e, também, propiciando o alcance da soberania alimentar pela via da autogestão. Nesse processo, paulatinamente, as lideranças do assentamento vêm expandindo a sua visão e compartilhando a sua experiência de luta com outros povos e comunidades da região, também sujeitos a situações de conflitos territoriais, mediante a realização das Jornadas e Pré-jornadas em um número crescente de outros territórios articulados à Teia dos Povos. É preciso mencionar, ainda, a natureza continuada desse trabalho no Assentamento Terra Vista e, embora a fome tenha sido erradicada neste território, segundo os relatos obtidos, há outras “fomes” a serem ainda superadas, como a “fome de cultura, de lazer e de outras necessidades materiais e imateriais”.

Além disso, a própria condição de soberania alimentar depende de um trabalho

continuado de organização, planejamento e execução junto à terra e à coletividade. O cultivo de culturas de base como milho, feijão, abóbora e outros itens alimentícios, depende do esforço constante e empenho dos assentados e assentados nessa tarefa cotidiana, o que exige boas condições de saúde dos/as envolvido/as. O extrativismo responsável, envolvendo estudos referentes às plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e aos fungos comestíveis nativos são pontos em discussão, segundo a perspectiva da soberania alimentar no Terra Vista e, também, no âmbito da Teia dos Povos. Há de destacar também o trabalho de “levantar floresta” realizado na área denominada “Terra do Bem Virá”, através do plantio de agroflorestas abrangendo, dez seções com cerca de 10 ha cada, totalizando 100 ha, aproximadamente.

Outras nuances precisam também ser observadas, com relação às fragilidades e necessidade de melhoria nas estratégias de beneficiamento, escoamento, transporte e comercialização dos produtos do Assentamento Terra Vista. Entre esses pontos de fragilidade, pode ser mencionada a ausência de veículos próprios, de estabelecimentos comerciais próximos, tanto para a venda da produção, quanto para a aquisição de itens não produzidos no local, além da própria dependência da volatilidade dos preços de mercado diante da limitada durabilidade dos produtos frescos produzidos.

### ***6.1.3 O protagonismo das mulheres e dos jovens***

As mulheres assentadas, além de serem responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados familiares, desempenham importantes papéis na organização e execução do trabalho nas diferentes linhas de ação do assentamento, bem como na articulação sociopolítica da Teia dos Povos. Muitas trabalham nas escolas como professoras, merendeiras e secretárias, ou são profissionais da área de saúde. Cultivam, ainda, as roças de plantas medicinais e alimentícias, trabalham no beneficiamento e na comercialização da produção, produzindo e vendendo polpas de frutas congeladas e, também, chocolate, geleias, licores, pimentas e outros temperos, óleos essenciais, cosméticos e produtos de limpeza, além de serem guardiãs de sementes crioulas.

No caso do processo de destilação de óleos essenciais e da produção de fitocosméticos e de fitomedicamentos, o trabalho é realizado coletivamente, em suas diferentes etapas. Desde o planejamento das atividades e tarefas em coletivo, a primeira das muitas ações envolve a coleta e o tratamento de espécies vegetais, sejam elas cultivadas em hortas ou provenientes da própria Mata Atlântica. A etapa do trabalho em laboratório, envolve a destilação em si e, também, a produção e embalagem de fitocosméticos, a partir dessa matéria prima, conforme ilustrado por meio de registros fotográficos apresentados, a seguir, na Figura 6.1.3-1. Este

trabalho envolve ainda a divulgação e comercialização desses produtos nas redes e mídias sociais digitais e a constante articulação do coletivo de mulheres nesse processo.

**Figura 6.1.3-1:** Registro fotográfico do processo de destilação de rizomas de lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium*), colhidos e preparados durante a vivência “Aprender na prática: formação agroecológica integral” e os fitocosméticos e fitoterápicos produzidos (desodorantes, óleos essenciais, sabonetes, cremes e pomadas) pelas mulheres do Arte da Terra, alguns deles preparados na oficina realizada no mesmo período.



**Fonte:** Registros realizados por Carolina Machado (foto 1) e por Book Jhones Amorim (fotos 2 e 3) (2022).

Embora o foco principal dessa produção seja o uso próprio e os cuidados com a saúde individual e coletiva, mediante o resgate dos saberes e das práticas ancestrais ligados ao uso das plantas, para além de ganhos financeiros diretos, a geração de renda complementar com essa produção também se torna relevante associada ao empoderamento feminino. Ademais, através desta prática de feminismo comunitário, desde uma atividade produtiva ligada diretamente ao campo, inúmeros benefícios diretos e indiretos ligados ao fortalecimento comunitário vêm sendo paulatinamente gerados. Contudo, mesmo atuando como agentes de saúde comunitária, em sentido amplo, no que se refere à divisão social do trabalho, as mulheres tendem a assumir ainda inúmeras atribuições no cotidiano, sendo evidente a sobrecarga de trabalho a ser superada pela via do cuidado.

Assim, no Terra Vista, ao serem observados os princípios da Agroecologia, busca-se valorizar o papel das mulheres enquanto protagonistas na construção do território, desde sua origem, na ocupação da terra e na salvaguarda de conhecimentos e práticas para o fortalecimento comunitário. Nesse sentido, se reconhece a necessidade de se avançar na melhoria das condições de vida das mulheres, o que remete também à reflexão sobre o papel das mulheres (e do feminino) na sociedade, na dimensão do cuidado e em outras funções, em diversos contextos e realidades sociais.

O trabalho realizado pela juventude no assentamento, assim como o das mulheres, também é digno de nota. Ambos vêm sendo organizados em coletivos próprios e vêm se destacando enquanto sujeitos políticos engajados, atuando no protagonismo de diversas alternativas dirigidas à inclusão produtiva, com destaque para a liderança de jovens à frente da Fábrica Escola do Chocolate Litoral Sul, na produção do chocolate fino Terra Vista, a partir do cacau orgânico do assentamento e também nas iniciativas ligadas aos processos formativos não-formais no âmbito da Universidade dos Povos e da Escola da Prática. Outra linha de atuação de mulheres e jovens, relativa ao envolvimento em atividades da cadeia produtiva de plantas aromáticas e medicinais pelo coletivo Arte da Terra, cujo trabalho se apresenta no *folder* de divulgação do coletivo na Figura 6.1.3-2, se refere à participação no Programa Rotas da Biodiversidade, como parte do *Polo Aroeirinha – Mata Atlântica*, um dos polos de desenvolvimento da cadeia produtiva de fitomedicamentos no Brasil<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Os três Polos para o Desenvolvimento de Fitomedicamentos são resultado do Programa Rotas da Biodiversidade, fruto da parceria entre o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e as RedesFito/Fiocruz. O Polo Aroeirinha busca fomentar a estruturação e o desenvolvimento da cadeia produtiva de plantas medicinais, insumos farmacêuticos, fitoterápicos e fitomedicamentos nas regiões que compreendem o Recôncavo, Baixo Sul e Sul da Bahia, priorizando o uso de plantas nativas e adaptadas do Bioma Mata Atlântica. Aroeirinha, na Mata Atlântica, é composto por instituições de ensino, pesquisa e inovação

**Figura 6.1.3-2: Folder de divulgação (frente e verso) do trabalho do coletivo de mulheres do Assentamento Terra Vista, Arte da Terra.**



**ARTE DA TERRA**  
ESSÊNCIAS FLORESTAIS DA MATA ATLÂNTICA  
NÚCLEO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO TERRA VISTA



Imagem do coletivo Arte da Terra após reunião na mandala de ervas medicinais do Assentamento Terra Vista

8 de março de 1992      2000      2013      2017      2019

Ocupação da fazenda no dia 8 de março em homenagem às mulheres      Início da transição agroecológica no Ass. Terra Vista.      Criação do grupo de mulheres Arte da Terra com a confecção de camisas      Início dos trabalhos com doces e licores      Início dos trabalhos com óleos essenciais.

Marcos importantes das mulheres no Assentamento Terra Vista

O coletivo Arte da Terra é um grupo de trabalho formado por mulheres que buscam aliar a preservação da Mata Atlântica (e outros biomas) à produção de fitoterápicos. Nosso principal objetivo é formar uma rede de trabalho colaborativo para o apoio mútuo, a geração de renda, a valorização do trabalho feminino e da agroecologia.

O uso das plantas medicinais sempre esteve presente no Assentamento Terra Vista. Além da conquista do território, o cultivo e a produção de sementes são pautas marcantes para as famílias no processo de luta pela terra.

Desde o período da ocupação, estas plantas já eram cultivadas ao redor dos barracos e nos quintais para uso terapêutico. E as mulheres sempre foram e ainda são as guardiãs deste conhecimento na comunidade, utilizando as plantas medicinais em chás, banhos, benzeções, cuidados no parto e pós-parto, tratamento de doenças além do uso culinário.



Thaylane está entre as mais jovens do grupo. Na foto está na colheita das folhas de pitanga para destilação.



D. Valdeci é a anciã do núcleo de mulheres. Ensina na prática do trabalho e no cuidado com as plantas. Está sempre presente e mostra a importância da permanência e da constância das atividades.



Na imagem está Valdrene na colheita de Artemisia

No Assentamento Terra Vista, várias mulheres são referências importantes no processo de luta pela terra como as anciãs D. Ana (encantada), D. Dete e D. Vilma. D. Agostinha e Dina preta (encantadas) marcaram a presença da ancestralidade africana na comunidade e sempre estiveram firmes nos costumes, tradições e práticas dos banhos de ervas. E em relação as plantas medicinais e ao auto-cuidado as referências marcantes são D. Leni e D. Maria, (encantadas), D. Clemilda e Cristina, ainda atuantes.

Inspiradas em toda essa trajetória, em 2013 as mulheres do Assentamento Terra Vista se organizaram com o propósito de gerar a própria autonomia e criaram o coletivo Arte da Terra. A primeira atividade do grupo foi a confecção de camisas bordadas com temática agroecológica para as Jornadas de Agroecologia da Bahia promovidas pela Teia dos Povos. Em 2017 começaram a produzir doces e licores com frutas do assentamento, e em 2019 o grupo passou a trabalhar com óleos essenciais. O Arte da Terra hoje é composto por mulheres, jovens, mães e avós que cultivam e coletam diversas plantas medicinais. A flora presente no território do assentamento é abundante em plantas aromáticas. Estas plantas são interessantes para o grupo Arte da Terra que as utiliza para extrair óleos essenciais e hidrolatos através do processo de destilação

Atualmente o grupo trabalha com a Pimenta-rosa (*Schinus terebinthifolius*), Lírio do brejo (*Hedychium coronarium*), Pitanga (*Eugenia uniflora*), Quiquidá (*Iscimen gratissimum*), Goiaba (*Psidium guajava*), Manjerição (*Origanum basilicum*), Artemisia (*Artemisia vulgaris*), Citronela (*Cymbopogon winterianus*), Capim Santo (*Cymbopogon citratus*), Alfazema (*Aloysia gratissima*), dentre outras;



Imagem do coletivo Arte da Terra após oficina de desodorante no Assentamento Terra Vista



Laboratório para destilação e beneficiamento das plantas medicinais no Assentamento Terra Vista

O trabalho do grupo envolve todo o processo de produção, desde o plantio, manejo e colheita, destilação das plantas, envase, comunicação e venda dos produtos beneficiados.



Imagens da extração dos óleos essenciais e do produto final

Acompanhe nosso trabalho nas redes sociais para saber mais detalhes e indicações de uso dos óleos essenciais, hidrolatos e outros produtos !!!

Fale conosco:

Arte da Terra ATV

@artedaterraatv

artedaterra.atv@gmail.com



tecnológica, organizações comunitárias, organizações não governamentais, empresas, órgãos governamentais municipais, estaduais e federais distribuídos em 19 municípios baianos. O Polo conta, também, com a participação de universidades e instituições públicas de ensino e pesquisa que possuem em seu histórico trabalhos direcionados à produção e beneficiamento de plantas medicinais nativas e adaptadas (REDES FITO/FIOCRUZ, 2019).

#### **6.1.4 A resignificação do trabalho e da geração de renda**

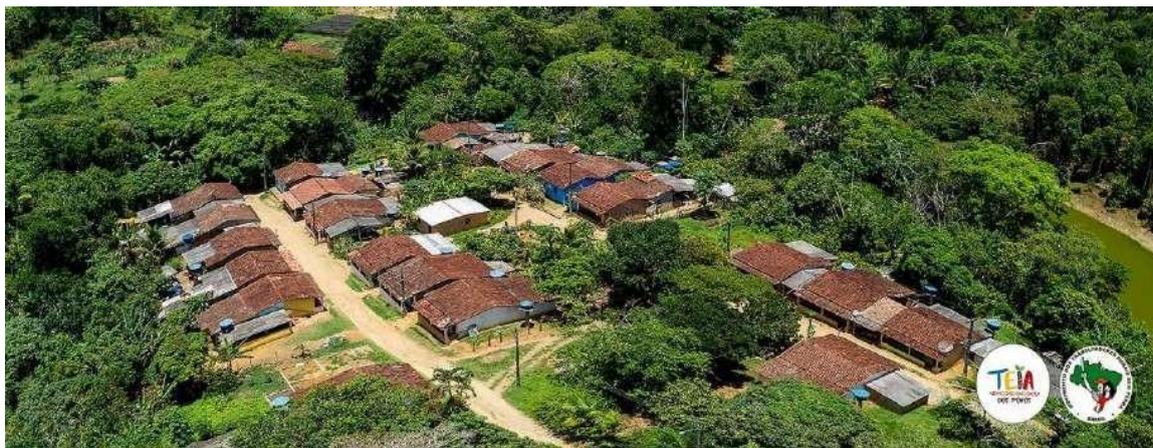
Outro “pilar” relevante identificado na pesquisa, com relação à trajetória do Assentamento Terra Vista, desde sua origem até os dias atuais, com reflexos na articulação sociopolítica da Teia dos Povos, se refere à organização socioprodutiva e à busca pela resignificação do trabalho e da geração de renda, com base na autonomia, para o alcance de uma vida digna e satisfatória, material e simbolicamente, individual e coletivamente, segundo uma perspectiva de Bem Viver.

Esse processo foi destacado nos relatos obtidos, como uma resposta crítica ao modelo de organização social do Programa do MST, que estaria mais voltado ao grupo familiar do que à própria organização social do trabalho. A adoção de um modelo produtivista, nos moldes capitalistas, também foi apontada como um equívoco a ser enfrentado e haveria, portanto, a necessidade de se avançar no sentido da busca de melhorias na vida social da comunidade, o que significaria pautar a organização socioprodutiva em torno desse objetivo.

Sendo assim, no assentamento, a necessidade de resignificação do trabalho e da geração de renda vem sendo discutida, em uma perspectiva de avanço na direção de um modelo denominado pelo coletivo como “cooperação simples”. Com esta designação, vem se buscando a organização comunitária do trabalho no assentamento, o que envolve a manutenção das áreas comuns (capina, poda, limpeza, etc.) e a alternância de trabalho nas áreas produtivas específicas de cada assentado/assentada, este sendo realizado por um grupo organizado. A partir desse redesenho, vem se buscando avançar também na melhoria da produção e da geração de renda.

Com a melhoria nas condições de trabalho e renda, busca-se incrementar também a estrutura e as condições das moradias. Construídas nos padrões convencionais pelo INCRA, as casas foram, originalmente, projetadas e implantadas no formato de duas agrovilas na área do assentamento. Este modelo facilitou a instalação da infraestrutura de saneamento, abastecimento de água e fornecimento de energia, além das próprias relações comunitárias, conforme o reconhecimento expresso nas narrativas. Contudo, por outro lado, o espaçamento relativamente limitado entre as casas gera restrições no cultivo em quintais produtivos adjacentes às casas, conforme pode ser visualizado na imagem aérea de uma das agrovilas apresentada a seguir (Figura 6.1.4-1). De todo modo, esse formato parece ter favorecido o ordenamento territorial das edificações, contendo assim, a dispersão das construções sem o devido planejamento sobre as áreas de produção e de conservação do bioma, o que vem ocorrendo em outros assentamentos do MST, como foi relatado.

**Figura 6.1.4-1:** Foto aérea de uma das agrovilas existentes no Assentamento Terra Vista, Arataca/BA.



**Fonte:** Teia dos Povos, 2022.

A integração comunitária, o engajamento por parte dos/as assentados/as para o atendimento das demandas coletivas, o desenvolvimento de novas frentes de trabalho e de outras atividades produtivas no assentamento, que não apenas as agrícolas, são entendidas como conquistas a serem ainda alcançadas, à medida em que se avança e também retrocede, em respeito às temporalidades envolvidas na dinâmica cotidiana. Novas oportunidades de ocupação laboral constituem também expectativas dos/as assentados/as, em especial direcionadas aos mais jovens, que normalmente almejam outros horizontes e perspectivas de trabalho que não apenas aqueles considerados próprios às áreas rurais, segundo o dualismo rural x urbano, e que sejam complementares àquelas em curso. Nesse sentido, a revitalização da Casa da Cultura e outras ações em discussão e/ou em andamento, pelo coletivo da juventude, talvez possam contribuir para viabilizar novos caminhos com esse objetivo, quiçá ligados às novas tecnologias, dirigidas às energias renováveis e/ou outras possibilidades em debate. A produção do *Chocolate Terra Vista* e, a publicação de livros, a exemplo do *Por Terra e Território*, são casos ilustrativos de produtos e serviços atualmente desenvolvidos, como ilustrado na Figura 6.1.4-2, apresentada a seguir.

**Figura 6.1.4-2:** *Chocolate Terra Vista* e Livro *Por Terra e Território*, exemplos de produtos e da centralidade do trabalho realizado no Assentamento Terra Vista e pela Teia dos Povos divulgado nas redes.



**Fonte:** Canal *Diálogo com os Povos*, no Youtube (2022).

Em suma, são muitas as questões a serem ainda equacionadas, além dos conflitos e das próprias divergências internas quanto às visões políticas e aos rumos do assentamento quanto as perspectivas de futuro, as quais demandam bastante energia e dedicação, mesmo porque o próprio processo de construção de comunidade vem sendo compreendido como “em constante recomeço”, “em andamento”. Assim, após a “derrubada das cercas” pelo MST, apesar de toda a luta deste movimento, se entende que há ainda muito trabalho a ser realizado, tendo em vista a dignidade de todos e todas. Para dar suporte a todo esse processo, se aponta como necessário o desenvolvimento de uma consciência coletiva “para além do assentamento” que se busca exercer na tessitura da Teia dos Povos.

Ou seja, há a compreensão de que para o assentamento conseguir avançar no compromisso de melhoria das condições de vida, seria preciso que outras comunidades vizinhas, a cidade, o município, a região, o estado, e mesmo o país, avancem, para que se possa “romper a bolha”, “não ficar cercado e acabar sendo engolido”. Se compreende, portanto, ser urgente a necessidade de que se tome uma decisão coletiva diante da constatação do risco quanto ao futuro da humanidade. O senso da urgência de mudança para que se avance em uma atitude de transformação radical dos meios e modos de vida, vem sendo discutido no plano comunitário. Para isso, “a força do indivíduo é importante, porém mais importante ainda é a força do coletivo”, conforme foi apontado na pesquisa.

Ressalta-se, ainda, que a estrutura organizacional do Assentamento Terra Vista busca ser flexível, adaptável às dinâmicas de tempo, espaço e necessidades individuais e coletivas, em constante revisão processual. Assim, os setores de trabalho e as linhas de ação prioritárias vêm sendo permanentemente modificados, nesse movimento. Se reconhece a necessidade de uma transição geracional que envolva novas oportunidades para que a juventude possa ser “tão ou mais potente do que as gerações anteriores” e, para que “as mulheres se insiram cada vez mais no processo produtivo com respeito ao cuidado”. Essas são apontadas como prioridades atuais na organização social e política do assentamento, em conjunto com o modelo produtivo de “cooperação simples”, anteriormente situado. Dessa forma, vem se buscando dinamizar o processo organizativo para que não se centralize o contínuo trabalho de revitalização do assentamento, em diálogo com a articulação da Teia dos Povos, em um processo pedagógico forjado nas lutas e na resistência do cotidiano.

## 6.2 Rastros sensíveis do *pluriverso* e confluências de alternativas

Ao serem pensadas e experienciadas na microescala comunitária das próprias territorialidades em luta pela reprodução da vida, as alternativas sistêmicas (SÓLON, 2019; KOTHARI, 2021) vêm, assim, abrindo um leque de possibilidades adaptáveis a diversos contextos sociais, com relevo para o Sul global, abrangendo, sobretudo, a interseccionalidade nas agendas e pautas políticas relevantes no mundo contemporâneo em crise.

Nesse sentido, ao se redirecionar o olhar às inúmeras iniciativas comunitárias em curso, a exemplo das alternativas forjadas no âmbito da Teia dos Povos e do Assentamento Terra Vista, se reafirma o potencial das territorialidades para inspirar as transformações desejadas, no sentido de uma sociedade justa e de baixo carbono, desafios contemporâneos dos mais prementes. Por essa razão, cada vez mais, as iniciativas territorializadas se traduzem como alternativas sistêmicas nos debates em curso sobre caminhos para uma transição equitativa e ecológica, principalmente no contexto pós Pandemia de COVID-19, aqui entendida como um alerta para as condições de vulnerabilidade humana frente às incertezas e colapsos em curso.

Isso porque, a conjuntura atual revela, mais do que nunca, a urgência de se pensar, efetivamente, em outros modos de convivialidade e sociabilidade, que transcendam o *modus operandi e vivendi* capitalista e neoliberal, em direção à construção de futuros sustentáveis, resilientes e equitativos, conforme discutido por Morin (2020), Latour (2020), Santos (2020, 2021), Krenak (2020b; 2020c), Sampaio e colaboradores (2022) entre tantos outros/as pensadores/as dedicados/as à reflexão sobre o tema.

Pautando o debate, os “territórios de vida” ou “territórios de Bme Viver” construídos na trajetória de lutas por inúmeros povos e populações tradicionais e demais grupos sociais, cujos modos de vida estão intimamente atrelados ao reconhecimento dos ciclos da natureza, vem conferindo inúmeras pistas como “utopias-concretas” à aprendizagem nesse sentido (DINERSTEIN, 2017).

No caso brasileiro, a partir das proposições da Teia dos Povos, de modo geral, e das narrativas e práticas oriundas do Assentamento Terra Vista, em particular, podem ser observados determinados princípios éticos e políticos subjacentes aos processos de governança comunitária dos bens comuns, como pontos de partida relevantes à investigação.

Notadamente, merecem destaque os sentidos e significados atribuídos à t(T)erra e à vida nela contida, concebidas não como instâncias materiais, divisíveis por cercas, como

supostamente se concebe na inversão cartesiana centrada no materialismo. Esse pensamento distorcido vem fundamentando, inclusive, muitas vertentes políticas de esquerda que desconsideram a centralidade das questões culturais e espirituais que orientam as subjetividades e, sobretudo, a importância da natureza no processo de luta anticapitalista. No caso ilustrativo do Terra Vista, por exemplo, ainda que as instituições religiosas não sejam permitidas dentro de seus limites, em sua trajetória se reafirma a centralidade da espiritualidade e da ancestralidade nas relações com a natureza, como estratégia de resistência na luta pelo território. Essa afirmação evoca, assim, um deslocamento de certos pressupostos teóricos e presunções cognitivas, suscitando movimentos na própria produção do conhecimento acadêmico, a partir do contato com tais experiências.

No debate sobre as alternativas sistêmicas para a construção do Bem Viver, ilustrado pelas iniciativas comunitárias mapeadas, é importante considerar, portanto, as singularidades associadas ao *pluriverso* de alternativas, em contraponto aos padrões universalizantes, mecanicistas e dicotomizados que se vinculam ao pensamento ocidental hegemônico (KOTHARI *et al.*, 2019). Ademais, mediante uma perspectiva sistêmica, as pistas fornecidas pelos rastros sensíveis do *pluriverso* poderiam inspirar processos mais inclusivos e democráticos do que aqueles construídos e impostos, historicamente, pela narrativa única e homogeneizante do sistema-mundo-colonial-moderno (WALLESTEIN, 1974; MIGNOLO, 2008; ESCOBAR, 2018).

Outro aspecto relevante nessa reflexão, que se origina da análise das alternativas sistêmicas e comunitárias identificadas, se refere à dimensão espaço-temporal envolvida. Isso porque, ao centrar-se nas territorialidades, o *pluriverso* das alternativas sistêmicas situa e contextualiza soluções possíveis aos desafios globais no nível local, revelando a inseparabilidade entre ambas as escalas de atuação humana, e sendo essas ali criativamente pensadas, vividas e adaptadas pelos distintos grupos sociais, em conexão com os elementos não-humanos da natureza.

Nesse movimento de “biointeração” (BISPO DOS SANTOS, 2018), de “fricção” (KRENAK, 2020c) com o contexto, a dimensão espaço-temporal ganha contornos cíclicos e inclusivos, atravessando a dinâmica da existência, envolvendo as relações dialéticas entre tradição e inovação, razão e emoção, natureza e cultura, que permeiam as realidades vivas do presente. Essa leitura representa um real contraponto às promessas inalcançáveis de futuro, provenientes dos recorrentes discursos hegemônicos, de cunho neoliberal e tecnicistas, que predominam nas narrativas desenvolvimentistas contemporâneas. Por essa perspectiva, a

emergência de uma via para o enfrentamento dos desafios atuais, ancorada na dinâmica da vida cotidiana, poderia favorecer soluções comunitárias aplicadas ao equacionamento de questões globais urgentes, dentre as quais, aquelas associadas à complexidade da agenda socioambiental, considerando os desafios inerentes à *Agenda 2030* e aqueles associados às próprias *Convenções sobre Mudança do Clima e da Diversidade Biológica*, previamente discutidas.

Além disso, essa via investigativa evidencia a armadilha do dualismo que perpassa as dinâmicas associadas à herança epistêmica eurocêntrica que tende a dificultar uma reflexão sistêmica sobre a crise civilizatória, em integração com sua dimensão ético-política, contribuindo também para desqualificar os saberes e as práticas culturais de determinados grupos étnicos racializados, pejorativamente enquadrados como “primitivos” e “atrasados”, ou “obsoletos”, em contraposição às sociedades “desenvolvidas” e “avançadas”<sup>53</sup>, segundo a perspectiva do pensamento moderno dominante (DIEGUES, 1994).

Isso porque, o *modus operandi* e *vivendi* moderno-ocidental, urbano-industrial, que dissocia sociedade e natureza, sujeito e objeto, corpo e mente, razão e emoção, ao se tornar globalizado e hegemônico, vem historicamente contribuindo para a consolidação da estratificação social, que está na origem de relações hierárquicas e polarizadas, aprofundando as desigualdades socioeconômicas e ilustrando, ainda mais, a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento diante dos imperativos da emergência climática (CHANCEL *et al.*, 2023).

Nesse processo, conforme denunciado por Ailton Krenak (2019), a complexa constelação de modos de vida e formas de organização e reprodução comunitárias, sobretudo no Sul global, vem sendo invisibilizada, aprofundando um abismo entre os sentidos de tradição e modernidade, a partir das abruptas rupturas com as bases fundantes da história e da ancestralidade dos povos e comunidades latino-americanos. Essa mesma premissa vem reafirmando “as linhas cartográficas abissais”, como são reconhecidas tais relações por Boaventura Souza Santos (2007).

Assim, a desqualificação do conjunto de valores socioculturais distintos dos ocidentais dominantes, indica, ainda, um evidente erro cognitivo, fruto de uma percepção errônea de

---

<sup>53</sup> Este parece ser o caso do tratamento conferido aos povos e comunidades tradicionais, e também àqueles periféricos e rurais, no Brasil. Cabe ressaltar que diferentes definições vêm sendo dirigidas às denominadas comunidades tradicionais na América Latina. Na legislação brasileira, atualmente, são reconhecidas 28 categorias distintas de comunidades tradicionais. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais as concebe como sendo “grupos culturalmente diversos que se reconhecem como tal, com formas próprias de organização social, que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, sendo os conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

mundo, discutida em profundidade na obra de Adichie (2018). A autora alerta para o perigo da construção de uma “história única”, que fundamenta imaginários coletivos e estereótipos hegemônicos, e para o fato de a produção de narrativas não estar isenta de intencionalidades que reafirmam as relações de poder estabelecidas.

Considerando que nenhuma narrativa é neutra ou imparcial, mas traduz os distintos modos de ser e pensar, compreender e estar no mundo, adotar uma única leitura sobre a realidade pode contribuir para restringir o imaginário e o campo de possibilidades para atravessar os turbulentos tempos contemporâneos. Por essa razão, o reconhecimento e a valorização da diversidade de racionalidades envolvidas na leitura da realidade tendem a ser cruciais, para que se possa repensar caminhos e analisar, criticamente, as estruturas subjacentes à crise civilizatória, vinculadas aos imperativos de desenvolvimento, pautadas por uma visão de mundo reducionista, fragmentada e distorcida, que vem sustentando os padrões da racionalidade moderna e a reduzindo o repertório de opções políticas a interesses específicos.

Compreendida como uma ideologia, ou seja, uma visão social construída em articulação com os ideais de modernização, a noção vigente de desenvolvimento reafirma a dinâmica econômica associada às sociedades ocidentais, como um modelo universal ideal a ser, inevitavelmente, seguido e reproduzido por todos, gerando uma “ruína na paisagem intelectual”, segundo discutido por Sachs (2000). Em contraponto a este modelo econômico global exploratório e excludente, os diálogos e interações interculturais no *pluriverso* buscam ampliar as visões de mundo e promover ideias plurais sobre bem-estar, mediante a descolonização de imaginários, bem como construir relações alicerçadas em valores de respeito mútuo, para além de uma perspectiva binária e polarizada, mas trazendo uma possibilidade de complementariedade entre ideais ocidentais-modernos e ancestrais (LEFF, 2006; SANTOS, 2007; WALSH, 2013).

Por essa perspectiva, se reconhece nos processos de colapso socioambiental, da atual conjuntura de emergência climática, na convergência de múltiplas crises do presente, nessa era designada como Antropoceno (CRUTZEN; STOERMER, 2000), os desdobramentos advindos da cisão onto-epistemológica entre Cultura e Natureza, o que alguns críticos denunciam como sendo uma “herança da branquitude”. E, assim, o sentido do termo, por meio do qual se define o *anthropos* (ser humano) como agente de transformação geológica, deve ser interpretado com cautela. Isso porque atribuir uma ligação causal entre as ações coletivas da espécie humana e as mudanças geológicas tende a obscurecer o componente cultural e a responsabilidade de determinados grupos humanos na condução dos processos sócio-históricos e políticos que estão

na origem da presente situação de *policrise* global.

Paradoxalmente, as complexas e intrincadas dinâmicas do “Antropoceno” revelam, justamente, as conexões intrínsecas entre Cultura e Natureza conhecidas desde tempos imemoriais por muitas cosmovisões ancestrais. Assim, para que se evite uma leitura de mundo “em ruínas” (TSING, 2019), universalizante e epistemicida, e interrompa seu legado, outros modos possíveis de existência podem ser reconhecidos, seguindo as pistas das histórias das estratégias de resistência e de (re)existência do “antropo-cego”. Ou seja, daqueles humanos “não vistos” (*anthropo-not-seen*), segundo o jogo de palavras proposto nas reflexões de Marisol de la Cadena (2018), daqueles viventes nas fraturas e “frestas” nem sempre visíveis da sociedade capitalista global.

Assim, para que se alcance a justiça ecológica e climática, parece fundamental que se busque, primordialmente, por justiça cognitiva e epistêmica. Isso porque as narrativas instrumentais cartesianas e mecanicistas, baseadas na visão de um mundo inanimado e desencantado, vêm alimentando e realimentando o contexto do Antropoceno, enquanto as narrativas comunitárias, promovidas por grupos sociais que atuam à margem do capitalismo, mesmo em meio a contradições, tendem a se contrapor a essa leitura, contribuindo para construir realidades que “suspendem o céu” e “adiam o fim do mundo” (KRENAK, 2019).

Por essa razão, lançar luz sobre a pluralidade de experiências imbricadas na complexa rede de interações vivas tende a representar uma via possível para a construção de outros futuros possíveis, imagináveis, desejáveis. Por conseguinte, soluções baseadas na natureza para o enfrentamento às mudanças climáticas e à erosão da biodiversidade, por exemplo, requerem, sobretudo, narrativas que transcendam o pensamento disjuntivo e reducionista que separa os elementos do todo, em uma cadeia de hierarquizações e que privilegia apenas alguns dos inúmeros aspectos que compõem o todo, pautadas pela própria concretude das experiências exitosas em termos de conservação e restauração de ecossistemas e biomas.

Sentir-pensar a terra e o território como “princípio, meio e fim” (FERREIRA; FELÍCIO, 2021) e a vida, ciclicamente, como “começo, meio e começo”, sendo “a geração avó o começo, a geração mãe o meio e a geração filha como novo começo” (BISPO DOS SANTOS, 2015), constituem caminhos cíclicos, alinhados ao paradigma do Bem Viver, nos quais passado e futuro se conectam, por meio do presente. Nas palavras de Krenak (2020c), o Bem Viver seria, assim, concebido, ao mesmo tempo, como memória e horizonte. Por um lado, uma memória pré-colonial e tradicional dos povos originários, por outro lado, um sentido de protesto e luta

contra os excessos do capitalismo globalizado. Nesse caso, as alternativas políticas do presente, se sustentariam nas raízes orgânicas da memória ancestral, como fontes de energia vital a mover a construção de processos autônomos, para o enfrentamento das contradições inerentes à transformação da sociedade, na busca por uma convivência sensível entre o ser, o outro e os demais seres da natureza, constituintes do próprio cosmo vivo, esse compreendido como um todo indissociável (KRENAK, 2020c).

Contudo, não parece ser simples traduzir os sentidos de Bem Viver em breves palavras, sem que se incorra em um tom utopista, com nuances um tanto quanto essencialistas. Porém, mais do que um conceito, essa ampla, multifacetada e polissêmica expressão, vem buscando iluminar sentidos outros, modos de ser e visão de mundo construídos desde matrizes singulares de significados, que tendem a descortinar as dinâmicas sistêmicas do todo vivo. Expressando a experiência de vida ancestral, a noção de Bem Viver se associaria a outras racionalidades ambientais (LEFF, 2006), enquanto um movimento de contraponto a determinados pressupostos modernos e à lógica econômica como predominante da racionalidade social.

No plano epistemológico e mesmo ontológico, nesse movimento da pesquisa, foi possível, portanto, apreender os princípios ético-políticos associados aos rastros sensíveis do *pluriverso* de alternativas comunitárias em estudo, os quais revelam inúmeras pistas no sentido das transições desejáveis, à luz do Paradigma do Bem Viver. Para tal, buscou-se realizar a sistematização de uma matriz-síntese apresentada, a seguir (Quadro 6.2-1).

**Quadro 6.2-1:** Matriz-síntese dos princípios ético-políticos associados ao *pluriverso* de alternativas, enquanto “pistas” para as transições desejáveis no sentido do Paradigma Civilizatório do Bem Viver.

<b>Eixo analítico dos princípios ético-políticos</b>	<b>Pistas para as Transições Desejáveis no Sentido do Bem Viver</b>
<i>Expressão Política</i>	<p>Luta, resistência e micropolítica com base na descentralização do poder, na horizontalidade e na participação direta.</p> <p>Busca pela ampliação do diálogo comunitário e da atuação em rede. Atuação nas instâncias de participação social no plano governamental.</p> <p>Reconhecimento das micropolíticas de autogestão e de formas de governança voltadas à autonomia e emancipação coletivas.</p> <p>Valorização de práticas democráticas e coletivas de tomada de decisões.</p> <p>Negociações e construções de pactos por vias horizontais, circulares e participativas de tomada de decisão.</p>
<i>Produção de Conhecimento</i>	<p>Reconhecimento dos diferentes modos de apreender e conhecer a realidade.</p> <p>Compreensão da realidade como um sistema complexo e integrado.</p> <p>Aproximação entre cognição e afeto, razão e emoção, mente e corpo.</p> <p>Valorização dos saberes locais, tradicionais e intergeracionais, ancestrais e sacros, e da transmissão de conhecimentos pelas vias da oralidade e da vivência prática.</p> <p>Produção de conhecimentos a partir da incorporação de novos e exógenos elementos para o fortalecimento das autonomias comunitárias.</p> <p>Valorização dos métodos empíricos de investigação e experimentação, das territorialidades comunitárias e das relações horizontais entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa.</p>
<i>Bases da Educação</i>	<p>Promoção de processos formativos formais e informais de educação popular.</p> <p>Valorização e inclusão dos conhecimentos ancestrais nos processos formativos, reedição de práticas contextualizadas e produção de inovações em tecnologias sociais.</p> <p>Valorização de pedagogias e processos de aprendizagem práticos e contextualizados.</p> <p>Valorização dos conhecimentos que estão para além das fronteiras que normalmente separam as disciplinas acadêmicas.</p> <p>Busca pela interculturalidade através da criação de espaço-tempo para a troca de saberes e construção de práticas dialógicas no processo de ensino-aprendizagem.</p> <p>Reconhecimento da transmissão de saberes orais, para além de registros escritos e das práticas corporais, como danças, jogos e manifestações artísticas como caminhos pedagógicos válidos.</p>
<i>Relação com o Ambiente</i>	<p>Conexão entre humanos e não-humanos. Sentido de pertencimento à natureza.</p> <p>Valorização dos bens naturais preservados, com ênfase no cuidado com a água e com os ecossistemas.</p> <p>Busca pela produção de tecnologias sociais para a redução dos impactos ambientais negativos relacionados ao uso e ocupação do solo.</p> <p>Busca pelo cuidado e respeito no uso dos bens comuns.</p> <p>Desenvolvimento de práticas regenerativas<sup>54</sup>.</p>

<sup>54</sup> Tais como as práticas de bioconstrução, permacultura, tratamento ecológico de efluentes, captação de água da chuva, compostagem dos resíduos orgânicos, reciclagem de materiais, restauração de ecossistemas associada à produção de alimentos e de plantas medicinais com base na biodiversidade local, identificação de espécies nativas de plantas e fungos alimentícios não convencionais, extrativismo com respeito e sabedoria ecológica, geração de energia limpa/renovável de forma descentralizada, entre outras.

<p><i>Vida em Sociedade</i></p>	<p>Construção de laços comunitários significativos.          Inclusão produtiva de mulheres, jovens e anciãos.          Cuidado com a não-ruptura intergeracional.          Busca por relações pautadas pela confiança e apoio mútuo, pela equidade e respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, classe e de direitos.          Práticas horizontais e descentralizadas de autogestão e de organização social do trabalho.          Processos participativos com salvaguarda da representatividade nos processos de tomada de decisão.          Práticas de partilha emocional e de gestão de conflitos.          Compartilhamento de ferramentas de trabalho, de rituais, de festas e celebrações, refeições, meios de transporte, realização de mutirões, entre outras construções coletivas.</p>
<p><i>Expressão da Cultura</i></p>	<p>Reconhecimento e valorização das diversidades socioculturais, buscando a superação de critérios de raça, religião e cultura através do respeito à diferença, concebida, por sua vez, como complementar.          Reconhecimento da indissociabilidade entre autoconhecimento, transformação individual e coletiva.          Expressão das artes, também associadas à espiritualidade, com ênfase ao sentido de pertencimento e ao sagrado.</p>
<p><i>Bases da Economia e da Inclusão Produtiva</i></p>	<p>Construção de sistemas econômicos solidários, circulares, locais e diversificados, com foco na produção e consumo com base em cadeias regionais.          Práticas colaborativas de trabalho e cuidado com os bens comuns, baseadas em atividades produtivas diversificadas.          Uso multifuncional do território, integrando produção agrícola, turismo pedagógico, projetos educativos, culturais e de saúde, voluntariado, entre outras atividades produtivas, incluindo o desenvolvimento tecnológico em outras bases, envolvendo a salvaguarda da representatividade dos grupos sociais.          Envolve mutirões, sistemas de trocas, propriedade coletiva da terra e de edificações, compartilhamento de ferramentas de trabalho, assim como a geração de renda por meio de práticas regenerativas.          Valorização da economia baseada em associativismos e redes de solidariedade.          Desenvolvimento de moedas sociais próprias.</p>
<p><i>Bases da Produção Agrícola</i></p>	<p>Ênfase na agroecologia, na produção para autoconsumo familiar e comunitário, na policultura, na produção intensiva com uso de insumos biológicos, baseados em sistemas agrícolas tradicionais e em práticas permaculturais.          Priorização da segurança e da soberania alimentar, das cadeias curtas de produção e consumo e de arranjos produtivos locais e regionais.          Conservação comunitária de bancos de sementes crioulas.          Construção de sistemas de trocas de sementes e partilhas de alimentos, também na conexão entre campo, cidade e com territórios distantes.          Valorização do campo como lugar produtivo e de vida social.          Beneficiamento de alimentos e produtos em pequenas agroindústrias autogeridas.</p>

<p><i>Exercício de Governança em Conexão com o Território</i></p>	<p>Governança territorial comunitária.  Reconhecimento das diferentes formas de organização e reprodução sociais, a partir do compartilhamento de saberes e práticas.  Retomadas e recuperação de territórios ancestrais.  Autodemarkação de territórios coletivos e autodeterminação dos usos da terra.  Reconhecimento da multifuncionalidade dos territórios.  Valorização dos movimentos de reivindicação, luta e emancipação comunitária, com base no reconhecimento de suas territorialidades.</p>
<p><i>Elementos de Cuidado em Saúde</i></p>	<p>Compreensão holística de saúde.  Construção de uma ética coletiva e circular do cuidado no cotidiano comunitário.  Reconhecimento das práticas ancestrais de cura, mediante a valorização das tradições no trabalho das parteiras, benzedeadas e erveiras.  Busca pela restauração do equilíbrio multidimensional e saúde do ser.  Identificação e valorização do cultivo comunitário de plantas medicinais.  Beneficiamento da biodiversidade para o bem-estar coletivo.  Conexão espiritual em interação com os elementos vivos.</p>
<p><i>Espiritualidade e Ancestralidade</i></p>	<p>Busca por respeito à sacralidade da existência.  Politeísmo com pluralidade de crenças, rituais sagrados e elementos místicos e mágicos.  Práticas introspectivas de contemplação e conexão espiritual com os elementos da natureza.  Reverência à vida como sagrada.  Valorização da natureza animada e encantada, com respeito às diferentes crenças, ritos e mitos comunitários.  Reverência aos ancestrais e encantados e às tradições coletivas.  Conexão e respeito aos elementos minerais, vegetais e animais, às energias e seres invisíveis constituintes das paisagens, patrimônios e monumentos bioculturais, considerados partes inteligentes integrantes do cosmo vivo, com direitos próprios.</p>
<p><i>Cosmologias Inspiradoras</i></p>	<p>Referência ao Bem Viver e à busca pela felicidade e qualidade de vida individual e coletiva, abrangendo elementos humanos e não-humanos.  Respeito às múltiplas visões de mundo, sobretudo, àquelas dos povos originários.  Compreensão da complexidade ontológica.  Tolerância às crenças e aos conjuntos de referências culturais que expressam o pertencimento ao coletivo.</p>

**Fonte:** Elaboração própria (2022).

Nesta análise, partimos não de certezas, mas das inúmeras pistas que podem ser apreendidas para uma travessia epistemológica rumo a horizontes decoloniais. Nesse sentido, uma questão central refere-se à necessidade de ampliação do campo de possibilidades para a produção de conhecimento e se pensar o futuro desde as construções do presente, não apenas a partir de horizontes prospectivos, mas, sobretudo, de horizontes existenciais (KRENAK, 2019).

Desse modo, se reconhece que as distintas subjetividades e visões de mundo que permeiam a dimensão do sensível, e estas não podem ser apreendidas apenas pela racionalidade

ou pelo enquadramento da realidade em esquemas conceituais simplificadores, formulados *a priori*, que aprisionam e, por vezes, silenciam nuances singulares que permeiam as múltiplas territorialidades no cotidiano. Nesse caso, novas abordagens epistemológicas partem da valorização dos conhecimentos experienciais e dos elementos mágicos, sacros e encantados que envolvem a dimensão da cultura, em uma (re)construção pedagógica de referenciais identitários que fortaleçam o sentido de pertencimento ao coletivo nas transições desejáveis. Isso porque, o próprio sentido de pertencimento comunitário tende a ser essencial ao processo de adesão dos sujeitos coletivos ao movimento de enfrentamento aos desafios contemporâneos globais que, por sua vez, influenciam as dinâmicas socioecológicas locais (COSTA; MENDES, 2014; COSTA; SILVA, 2015).

Pelas razões expostas, as narrativas e práticas sociais, associadas ao *pluriverso* de alternativas sistêmicas comunitárias, parecem traduzir um potencial ilimitado de inspiração para se (re)pensar caminhos para uma possível “metamorfose civilizacional”, conforme defendido por Morin e Kern (1993).

A construção de uma “democracia direta, ecológica e radical”, nesse sentido, seria enraizada em uma série de valores subjacentes a esse movimento, como: solidariedade, dignidade, salvaguarda de direitos, reconhecimento da diversidade, autonomia, liberdade, autoconfiança, autodeterminação, simplicidade, não violência e respeito por toda forma de vida (KOTHARI, 2020). Nesse processo de base intercultural, cosmovisões ancestrais e modernas se articulariam para o enfrentamento dos desafios e das contradições inerentes a qualquer movimento de transformação das realidades, reafirmando princípios ético-políticos convergentes, também na relação entre conhecimentos acadêmicos e comunitários, os quais poderiam confluir como híbridas e potentes sementes de contracultura (ROSZAK, 1969; CUSICANQUI, 2018).

Mover-se em direção a uma “democracia ecológica radical” (KOTHARI, 2020), nesse sentido, parece requerer, sobretudo, a tessitura de (novas) territorialidades, conectadas através de redes e relações horizontais, em alianças comprometidas com a construção de uma nova dinâmica mundial sustentável, justa e ecológica, o que parece sugerir uma outra leitura de globalização, contra-hegemônica, como advogado por Enrique Leff (2006) e Boaventura Sousa Santos (2007) e por tantos/as outros/as. Nessa direção, (novas) territorialidades tenderiam a ser materialmente viabilizadas, por meio das denominadas ecossocioeconomias (SAMPAIO *et al.*, 2018), pautadas na criação e/ou no reavivamento de meios de subsistência dignos, seguros e autossuficientes, baseados nas potencialidades econômicas dos territórios e nas culturas,

conectados às demais inteligências planetárias.

Ao avançarem, gradativamente, na direção de novos horizontes e práticas associadas aos diversos âmbitos da vida social, ao repensarem a criação de novos modos de vida na era pós-COVID 19, Sampaio, Alcântara e Vieira (2022) argumentam, ainda, que as iniciativas associadas ao Bem Viver podem também inspirar caminhos inovadores e redistributivos para políticas públicas, “[...] visando reenquadrar políticas sociais, fiscais e monetárias; apoiar as pequenas e médias empresas e o setor informal; direcionar recursos para contingentes socialmente excluídos; e reduzir impostos e taxas de juros [...]” (SAMPAIO, ALCÂNTARA e VIEIRA, 2022, p.172).

Essas novas abordagens em políticas públicas seriam, por sua vez, consubstanciadas por epistemologias alinhadas aos princípios ético-políticos anteriormente mencionados, envolvendo a interseccionalidade dos compromissos de sustentabilidade ecológica, equidade social e identidade cultural, em associação à perspectiva trina do paradigma do Bem Viver e centradas, especialmente, na representatividade e na escuta aos grupos sociais minorizados e desprivilegiados.

Essas travessias envolvem a desconstrução de paradigmas ainda vigentes e, por essa razão, implicam questionamentos e desconfortos permanentes e desafiadores. Contudo, os rastros sensíveis do *pluriverso* de alternativas sistêmicas comunitárias podem contribuir para ampliar os horizontes imaginativos e de “reencantamento”, delineando valiosas pistas para uma transição epistemológica urgente e essencial às demais transformações necessárias no contexto contemporâneo.

Assim, a imersão no campo-tema da sustentabilidade, em suas nuances e contradições, segundo as perspectivas associadas às experiências do *pluriverso* (KOTHARI *et al.*, 2019), permitiu identificar as potencialidades para uma transição que se pretende ser justa e ecológica, diante da crise civilizatória. Seguindo seus rastros, ademais, a incursão no campo-território da vida comunitária, contribuiu, ainda, de maneira decisiva, para a apreensão de inúmeras e valiosas pistas, no sentido da construção objetiva e territorializada do Bem Viver.

Neste âmbito, muitos são os sentidos de comunidade e distintas são as suas formas de expressão, que podem ser representadas nessa terminologia, desde os seus sentidos como localidade, um vilarejo rural ou um bairro urbano, a um corpo funcional de uma instituição, ou até mesmo uma rede “virtual” de interesse comum, entre tantas abordagens possíveis (SAWAIA, 1996; BAUMAN, 2003). No debate dessa tese, a intenção se dirigiu aos grupos

sociais cujos modos de vida estão intimamente ligados também aos não-humanos, enquanto “comunidade ampliada”, para se pensar, também, nos vínculos sociais e simbólicos com os ambientes biofísicos com os quais convivem.

Nesse contexto de reflexão situa-se a experiência viva do Assentamento Terra Vista, enquanto território pulsante em ensaios de transformação ecossocial. Nessa imersão, se buscou, assim, conhecer as trajetórias de luta e construção de novas realidades, no que diz respeito a visões de mundo e/ou propostas de ação, as quais desafiam o pensamento e o modelo societário dominante, desde as raízes que geram desigualdade, exploração e insustentabilidade, por meio de seus sistemas e estruturas de poder.

No plano epistemológico, os rastros sensíveis dessa experiência se refletem em inúmeras pistas ligadas aos princípios éticos e políticos que orientam o sentido de pertencimento coletivo, em resposta à interseccionalidade de múltiplas questões que atravessam os corpos-territórios, relativas à raça, gênero, classe e relação entre espécies. Isso porque, embora o *pluriverso* de alternativas e experiências comunitárias seja extremamente diversificado em suas origens e práticas socioambientais e, seja também, permeado por erros e acertos, conflitos e contradições, nessas experiências, o sentido de resgate e/ou salvaguarda da governança comunitária dos bens comuns se constitui como premissa básica que as conecta, com profundas implicações nas relações: do ser consigo mesmo (identidade cultural), com o outro (equidade social) e com os demais seres da natureza (sustentabilidade ecológica), segundo a perspectiva trina que orienta a ética do paradigma do Bem Viver.

Nessas experiências, a potência do protagonismo comunitário, parece ocorrer, justamente, em função do reconhecimento das contradições e dos conflitos como inerentes às relações entre os humanos e entre estes e os não-humanos, enquanto parte de um todo complexo nos processos de coletivização, tendo por base o respeito à alteridade e às diferenças. Nessa perspectiva, os sentidos de complementaridade e interdependência, em sua articulação com o pertencimento ao coletivo, tendem a resultar em relações horizontais e circulares, onde o “outro” deixa de representar uma oposição a si, ou talvez uma ameaça a interesses individuais, e passa a ser entendido como parte dos sentidos de si mesmo.

Também nessas experiências, as dimensões ecológicas, sociais, econômicas culturais e ético-políticas que caracterizam a vida em sociedade, se articulam de diversas maneiras, sendo capazes de transcender a racionalidade utilitária, presente nas bases das relações permeadas pela narrativa da “história única”, segundo a leitura do sistema-mundo capitalista, moderno,

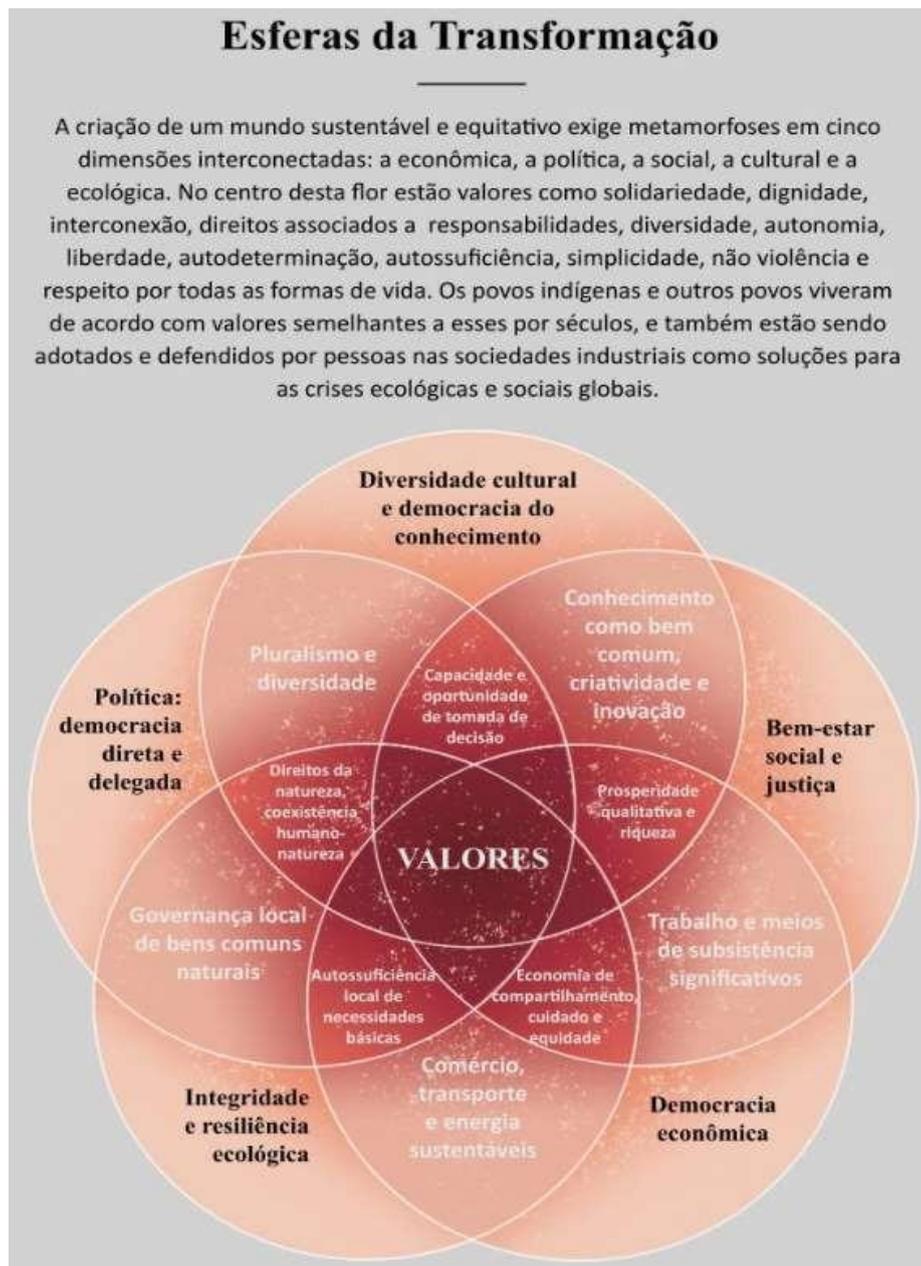
colonial, patriarcal e antropocêntrico. Por conseguinte, na interseccionalidade das relações sistêmicas, se percebe a transição epistemológica (ligada à ontológica), como um caminho indelével que, por sua vez, implica na revisão das bases ético-políticas que permeiam a crise civilizatória atual, atrelada a uma profunda crise de valores intersubjetivos, relativos à uma percepção de mundo (e de si), refletidos nos sentidos de convivência com o outro, o contraditório e a diferença, atravessados pelas relações de poder.

As lições passíveis de serem aprendidas com essas (novas) territorialidades, a partir do reconhecimento de outras possibilidades e ontologias, associadas ao potencial de articulação política que representam, descortinam outros mundos possíveis de serem alcançados, tendo como inspiração as alianças para uma “confluência de alternativas”, sendo as alternativas compreendidas enquanto:

*Iniciativas ou práticas que tentam se libertar do sistema dominante e abrir caminhos para formas diretas e radicais de democracia política e econômica, autossuficiência localizada, justiça social e equidade, diversidade cultural e de conhecimento, sabedoria ecológica e resiliência (KOTHARI, 2020, s/n, tradução livre).*

Nessa construção, para se (re)pensar a ética e os princípios associados às assim denominadas alternativas sistêmicas “radicais”, Kothari (2020; 2021) propôs um diagrama de esferas inter-relacionadas como referencial, em forma de “flor da vida”, segundo a geometria sagrada, conforme ilustrado na Figura 6.2-1.

**Figura 6.2-1:** Diagrama das cinco esferas da “flor da transformação” das alternativas sistêmicas, centradas em valores comuns que as interconectam.



Fonte: Teia dos Povos (2021).

Assim, com base Kothari (2021), conforme a tradução publicada no próprio site da Teia dos Povos (FONSECA, 2021), as “cinco esferas da transformação” se desdobram e são enunciadas da seguinte forma:

- **Integridade e resiliência ecológica:** inclui o compromisso de manutenção dos processos regenerativos que conservam ecossistemas, espécies, funções, ciclos, respeito pelos limites ecológicos em vários níveis (local a global) e uma ética ecológica em todos os esforços humanos.
- **Bem-estar e justiça social:** inclui o compromisso com modos de vidas gratificantes e satisfatórios do ponto de vista físico, social, cultural e espiritual; a busca por garantir a igualdade de direitos e responsabilidades socioeconômicas e políticas, e a harmonia comunitária e étnica; a substituição de hierarquias e divisões baseadas em fé, gênero, casta, classe, etnia, habilidade e outros atributos por relações não-exploratórias, não-opressivas, não-hierárquicas e não-discriminatórias.
- **Democracia direta e delegada:** o processo de tomada de decisões se inicia nas menores e simples núcleos de assentamentos humanos, nos quais todos têm direitos compartilhados e a oportunidade de participar, e se desenvolve para níveis mais amplos de governança e representação. Assim, esse processo não se efetiva apenas por meio de "uma pessoa, um voto", mas sim por vias consensuais baseada em uma dinâmica participativa direta e deliberativa que se apoia nas necessidades e em direitos dos atualmente marginalizados.
- **Democracia econômica:** o processo de produção, distribuição e troca de produtos e serviços seria direcionado por princípios de “localização”, aproximando produtores e consumidores, em uma relação mais igualitária, entre comunidades e indivíduos desde o nível local até níveis mais amplos, baseadas em relações com o princípio de troca justa, buscando desconstruir distinções entre proprietário e trabalhador e substituindo a ideia de propriedade privada para dar lugar aos “bens comuns”.
- **Diversidade cultural e democracia do conhecimento:** a pluralidade de modos de vida, ideias e ideologias é respeitada, a criatividade e a inovação são incentivadas na geração, transmissão e utilização acessível dos conhecimentos (tradicionais e modernos, incluindo ciência e tecnologia).

Com base no exposto, se reconhece na experiência do Assentamento Terra Vista, em sua articulação com a Teia dos Povos, inúmeros elementos comuns que a conecta aos “fios” do *pluriverso*, em confluência com outras alternativas que vêm sendo tecidas ao redor do globo. Guardando suas singularidades, essa experiência converge com outros casos de resistência e (re)existência, situados no Brasil, na América Latina e no mundo, frente ao modelo dominante de “desenvolvimento”, ecologicamente destrutivo e socialmente desigual, imposto pelas forças capitalistas, estatistas e patriarcais.

Na potência do coletivo, tais alternativas reafirmam modos de ser ancestrais, que traduzem visões de mundo e estilos de vida de muitos povos originários, bem como articulações com movimentos recentes como o Ecofeminismo, o Decrescimento e o próprio resgate do paradigma do Bem Viver, que se reinventa na contemporaneidade. Com ênfase no atendimento às necessidades humanas, inúmeras soluções vêm, assim, sendo experimentadas pelas territorialidades em diversos âmbitos: agricultura regenerativa, soberanias hídrica/energética/alimentar, economia de compartilhamento, sistemas de governança local, saúde e educação alternativos, como aquelas que estão sendo tentadas pelos/as assentados/as do Assentamento Terra Vista, na Bahia, mas também pelos/as zapatistas em Chiapas, no México, e pelos/as curdos/as em Rojava, entre tantos outros exemplos. Assim, embora tais movimentos sejam extremamente diversos, com muitas diferenças entre si, parecem compartilhar muitos “fios” comuns.

Ao desafiarem as raízes estruturais da injustiça sistêmica, buscam construir (ou reconstruir) “mundos outros”, baseados em democracia radical/direta, em economia baseada no cuidado e na suficiência, em vias de inclusão e equidade social, de gênero, de diversidade cultural, atreladas, também, a uma perspectiva de sabedoria e resiliência ecológica, nas cinco (pétalas) esferas da (flor) transformação, para gerar frutos de vida em abundância, alinhados aos ciclos cósmicos/naturais (KOTHARI, 2021).

No plano epistemológico, por sua vez, em estado de incompletude, as alternativas territorializadas guardam infindáveis possibilidades de aprendizagem, seja a partir da experiência pedagógica propiciada pelo contato direto com elas, seja por meio de encontros para troca de experiências das territorialidades entre si, a partir de suas abordagens epistemológicas próprias. Dessa forma, os aprendizados conjuntos adquiridos tendem a ganhar novos contornos na sua aplicação em cada um dos diferentes contextos, em um sentido de expansão, em escala, voltado “para fora” (*scaling out*) e não de uma expansão no sentido único “para cima” (*scaling up*). Tão importante ou mais nesse processo, seria a necessidade de se criar

redes de relações horizontais, baseadas na solidariedade e na resiliência entre os diversos grupos sociais envolvidos, exatamente como “fios ou elos de ligação”, em uma “tapeçaria/teia” resistente frente às ameaças de um sistema dominante esmagador, da emergência planetária e de outros “choques” civilizatórios.

Diante da lacuna de um processo sistemático que conecte em vários níveis as alternativas sistêmicas “radicais”, nessa perspectiva, do local ao global, foi concebida a proposta de criação de uma iniciativa denominada *Tapeçaria Global de Alternativas ou Global Tapestry of Alternatives* (GTA), um processo lançado em 2019 com o objetivo de tecer uma “confluência de alternativas”<sup>55</sup>. Nesse esforço, alinhado aos propósitos dessa pesquisa, se busca, de forma não hierarquizada, descentralizada e desburocratizada, mapear as alternativas e os movimentos em escala global, no âmbito do *pluriverso*, de modo a retratar as dimensões e o alcance dessas alternativas e permitir intercâmbios, colaborações e aprendizados. Esse movimento gerou, inclusive, a publicação do livro *Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento* (KOTHARI *et al.*, 2019), no mesmo ano, com o lançamento da edição na língua portuguesa, em 2022. Segundo Kothari (2020), a proposta de criação do GTA possui os seguintes objetivos centrais:

- Compartilhar experiências em diversos âmbitos da vida nas sociedades humanas, de modo a possibilitar a aprendizagem de uns com os outros;
- Fomentar colaborações entre redes e/ou plataformas para expandir os escopos, aprofundar o conhecimento e difundir as experiências em curso;
- Fornecer suporte estratégico e solidário em momentos de necessidade, diante de choques e ameaças civilizatórios, seja por reação estatal, corporativa ou como efeito das mudanças climáticas/ecológicas;
- Desenvolver estratégias de *advocacy* e ações para transformar os contextos e realidades sociais em escala mais ampla, apoiando a divulgação e aprofundamento dessas iniciativas;
- Promover o diálogo entre visões de mundo, ontologias e epistemologias;
- Estimular redes e plataformas semelhantes onde estas são inexistentes ou escassas;
- Construir visões coletivas com relação à futuros alternativos.

---

<sup>55</sup> Com inspiração na experiência de Ashish Kothari em sua trajetória junto ao coletivo *Earth Vikalp Sangam*, em um processo de mapeamento de alternativas em curso, desde 2014 na Índia, essa proposta foi criada em conjunto com outros coletivos cujas ideias se assemelham entre si como, o *Crianza Mutua* do México e da Colômbia, tendo sido enunciada pelo autor no *Seminário Internacional de Decrescimento*, realizado em Budapeste, em 2016.

No plano epistemológico, importa, ainda, situar a importância das atividades de pesquisa, documentação e acompanhamento/monitoramento, enquanto demandas constantes relacionadas ao mapeamento de alternativas, em processos capazes de engajar, mutuamente, pesquisadores/as e comunidades locais na co-produção de conhecimento. Pois, embora sejam ainda escassos e insuficientes, os frutos de pesquisa-ação têm sido reconhecidos, nesse debate, por seu valor pedagógico e seu potencial transformador. Outro desafio fundamental nesse processo, conforme apontado por Kothari (2020), se refere à necessidade de se buscar fortalecer e expandir as práticas em torno da “economia do cuidado”, desafiando e, eventualmente, suplantando os modelos de produção e consumo de mercado, com base em relações econômicas capitalistas.

Articular os movimentos de resistência e de (re)existência comunitários empenhados na construção de alternativas – como os movimentos de comunidades campesinas da agricultura familiar de base agroecológica, aos movimentos de formação de ecovilas<sup>56</sup>, os projetos de permacultura e de outras comunidades intencionais orientadas por princípios de sustentabilidade ecológica com as práticas tradicionais e indígenas de construção secular ou de bioconstrução, por exemplo – desde o contexto biorregional até o nível geográfico mais amplo – fazendo pontes entre campo e cidade, no que tange a relação de produção e consumo, mas não somente – pode ser essencial para que os princípios ético-políticos do *pluriverso* de alternativas, nos diferentes contextos de vida, transcenda geografias e culturas e o seu impacto local possa alcançar uma escala mais ampla, rumo à formação de uma massa crítica necessária para alimentar transformações estruturais.

De modo trans-escalar, desde a base territorial até um nível geográfico mais amplo, a exemplo da *Vikalp Sangam*, na Índia, podendo considerar, nesse caso, também a articulação da Teia dos Povos no Brasil, estas redes vêm conectando as diferentes territorialidades umas às outras, em potentes alianças no processo contínuo de construção da “Agenda dos Povos” (*Jan Sarokar*), inscrita na dinâmica da própria sociedade civil, (KOTHARI, 2020).

Nesse sentido, parece ser essencial que aquelas transformações fundamentais situadas

---

<sup>56</sup> Conforme explicitado pelo próprio movimento, as ecovilas são definidas como “comunidades intencionais ou tradicionais, rurais ou urbanas que utilizam processos participativos para integrar, holisticamente, as dimensões ecológica, econômica, social e cultural da sustentabilidade, buscando regenerar os ambientes social e natural” (GEN, 2022). Presentes em todos os continentes e conectadas globalmente em rede, através de uma organização da sociedade civil denominada *Global Ecovillage Network* (GEN), em suas ramificações regionais e locais, as ecovilas e vêm se configurando sob os mais variados formatos comunitários e contextos socioculturais na atualidade, se aproximando cada vez mais aos debates decoloniais traduzidos nas perspectivas das epistemologias do sul (DAWSON, 2006; SIMAS, 2013; LIFTIN, 2014; DIAS *et al.*, 2017; MATTOS, 2018; ROYSEN; MERTENS, 2019; ROYSEN; SCHWAB, 2021).

no solo concreto dos territórios e biomas, no âmbito da sociedade civil, se conectem àquelas necessárias ao nível das instâncias de poder decisório, atravessando também o debate acadêmico no que tange à produção de conhecimentos nessa interconexão, aos quais os rastros sensíveis do *pluriverso* podem conferir inúmeras e valiosas pistas a outras culturas políticas no contexto contemporâneo.

### 6.3 Inéditos-viáveis como políticas de vida

Os almeçados (novos) paradigmas de sociedade, que sejam mais justos e ecológicos, orientados pela busca de harmonia na natureza, em todas as suas interrelações (UNEP, 2021), implicam em um infindável processo reflexivo-ativo. Pois, à medida em que as práticas e as visões sociais se transformam, de tempos em tempos, continuamente, novos conceitos filosóficos, científicos e visões de mundo tendem a emergir como resultantes desse processo.

Por essa razão e, sobretudo, diante das frustrações com as promessas não cumpridas pelo modelo vigente de desenvolvimento, agravadas pelas ameaças às condições de vida humanas e não-humanas na Terra, no atual momento histórico considerado crucial para a humanidade<sup>57</sup>, não se pode perder de vista as possibilidades ilimitadas abertas às “confluências de alternativas”.

Como expressão de projetos emancipadores concebidos no seio da própria sociedade civil, em muitos lugares, possíveis realidades futuras gestadas no presente, em conexão com o cuidado consigo, com os outros humanos e com os seres mais que humanos, em atenção às questões interdependência e complementariedade intrínsecas a tais relações, traduziriam as condições para a construção do Bem Viver e das (novas) territorialidades. Em outros termos, apostar em vias alternativas para o enfrentamento da crise civilizatória implicaria, também, em sonhar, (re)imaginar e praticar outras culturas políticas, aterradas no corpo-território sustentadas por economias articuladas à reciprocidade nas relações, “pensando com a cabeça, a partir de onde os pés pisam”, conforme os ensinamentos de mestre Joelson Ferreira (2022), importante liderança do Assentamento Terra Vista e articulador da Teia dos Povos.

Nesse sentido, o reconhecimento da importância de certas experiências, dispersas e

---

<sup>57</sup> “A década de 2020 será lembrada como a década que determinou o destino da humanidade. Podemos escolher ser parte da massa crítica que mudará o mundo... e quando assim fizermos, isso trará um sentido profundo de propósito para nossas vidas” (tradução livre de declaração proferida pela cientista do clima Joëlle Gergis, autora líder do mais recente relatório sobre as bases físicas das mudanças climáticas publicado pelo IPCC (IPCC AR6 WG1, 2021).

localizadas, mas numerosas e diversas, como projetos concretos de emancipação, realizados com base em outras sociabilidades econômicas, para além das premissas normativas do capitalismo, tendem a ampliar as conexões possíveis entre a agenda socioambiental e a agenda econômica, intermediadas pela via da cultura. Mas, se é difícil imaginar a desmobilização de um sistema econômico regido pela lógica do capital, tão ou mais desafiador é fazer frente a um modelo de desenvolvimento que se revela cada vez mais injusto, excludente e opressor, articulado com as dinâmicas de poder e culturas políticas modernas, orientadas pelo colonialismo, o heteropatriarcado e o antropocentrismo, em constante processo de reedição de suas práticas com novas roupagens, sobretudo, tecnológicas.

Como apontado por Krenak (2020a), no imaginário coletivo dominante, “parece ser mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. Exercitar o “pensamento pós-abissal” (SANTOS, 2007), em contra-ponto, envolveria a aproximação com as diversas manifestações vivas da imaginação e das competências coletivas de resistência aos sistemas injustos de opressão, incluindo, entre tantos embates, o enfrentamento teórico e empírico na produção de conhecimentos. Por todas essas razões, cada uma das experiências enraizadas em princípios éticos e políticos que inspiram a construção do Bem Viver importa à reflexão e, segundo Boaventura de Souza Santos (2022), nenhuma chance de aprender com cada um de seus rastros deveria ser desperdiçada.

Com essa diretiva, o mapeamento de experiências, e a busca pela compreensão dos sentidos de inovação que representam, constitui uma via transformadora pedagógica potente. Contudo, não se pode perder de vista as armadilhas coloniais que podem invisibilizar ou mesmo limitar a leitura de suas especificidades e mesmo de suas possibilidades. De modo que se possa evitá-las, importa, sobremaneira, expor a centralidade da trajetória de povos e comunidades que vêm sofrendo com os processos de apagamento e negação históricos, buscando se aproximar de seus processos, suas temporalidades, suas linguagens e suas epistemologias próprias, com respeito à alteridade e às diferenças. Tornar visível a criatividade envolvida na atuação dos coletivos nos territórios, em suas lutas e propostas, tende a ser crucial para que suas potencialidades e seus desafios sejam expressos, de forma clara e contundente, a partir de suas próprias histórias e perspectivas, como possibilidade de potencializar, assim, esses e outros processos liderados pela sociedade civil.

Nesse sentido, a base da proposta metodológica dessa tese buscou se apoiar na escuta sensível, propiciando deslocamentos capazes de viabilizar a abertura para a alteridade. Ao permitir se colocar em suspensão (e suspeição) a estabilidade do conhecido para se aproximar

do prisma de visão “do outro”, foram abandonadas lógicas próprias e possibilidades foram abertas a lógicas outras, buscando a compreensão do outro, desde o olhar e a lógica alheios, em uma dinâmica viva, capaz de afetar e ser afetada, de levar a desaprender para reaprender.

Como pré-condição a um “diálogo verdadeiro”, a partir da escuta que se buscou genuína, fundado no respeito e na tolerância, foi possível estabelecer relações de confiança e parcerias entre diferentes sujeitos na práxis, apoiadas no reconhecimento do engajamento mútuo, em processos críticos comprometidos com a transformação de históricas realidades de opressão (FREIRE, 1987;1997).

Entrelaçando, articulando e mesclando, muitas vezes, os papéis de atores-autores, a pesquisa-ação se constituiu como pedagogia capaz de influenciar a relação com as diferenças essenciais de saberes, de culturas e de poderes, contribuindo para a compreensão crítico-reflexiva dos contextos e das práticas sociais.

Sem possuir a intenção de presunção de qualquer possibilidade de respostas prontas e acabadas às questões de pesquisa, tampouco a formulação de um “guia” para a produção de conhecimentos, mas apostando no processo de construção coletiva, permeado por inquietações e novas perguntas, algumas pistas à travessia epistemológica, rumo a horizontes decoloniais, puderam ser percebidas, na conexão com à potência emancipatória dos coletivos em processos de auto-gestão:

1. Observar o contexto local, como um todo e em seus detalhes, com abertura e atenção (sem tensão), sem pressa de se alcançar os objetivos previamente concebidos;
2. A partir das observações, das situações vivenciadas, das conversas realizadas e, também, das “redes de indicações”, identificar e mapear “mestres e mestras de saberes” e “especialistas” em cada tema de interesse;
3. Dialogar “em roda”, em coletivo, e “um a um”, em particular;
4. Buscar conhecer as histórias e as memórias, individuais e coletivas;
5. Buscar conhecer as práticas, os anseios e as contradições envolvidos;
6. Retroalimentar o processo de aprendizagem, buscando um balanço entre o ritmo desejável e o possível, com respeito à temporalidade e saúde da dinâmica comunitária e à disponibilidade individual e coletiva.

Em linha com os princípios do compromisso com a vida e de se pensar a existência, expressos na Pedagogia Dialógica e Libertadora de Paulo Freire (1987), são reafirmadas as

condições propícias a esse exercício: o amor ao mundo e aos seres humanos para que haja compromisso real; a negação de qualquer tipo de dominação para que não haja manipulação; e a humildade para que não haja rupturas diante das diferenças. Segundo Freire (1987), seria preciso, portanto, apostar em um pensar verdadeiro e crítico, entendendo a realidade como um processo e tendo no tempo histórico um valor (FREIRE, 1987; 1997).

Assim como Freire (1987; 1997), Barbier (2002) aposta na dialogicidade e na escuta sensível para que se possa “escutar” com a devida abertura, o que não significa, uma adesão incondicional ao outro e uma anulação da discordância, quando se é o caso. Mas, ao contrário, significa permitir, inclusive, a quem “escuta” colocar em questão certas presunções e fundamentar melhor suas próprias posições. Como política de vida, a dialogicidade representaria ainda uma prática fundamental inerente às democracias, uma exigência epistemológica, em estímulo à curiosidade e à prática da liberdade, frente a condições opressoras.

Implicado/a com a pesquisa-ação, em uma dimensão existencial, o/a pesquisador/a militante buscaria promover condições de análise e organização de temas de debate para a proposição de ações. E ao buscar interpretar, esclarecer e evidenciar as contradições, reafirmaria, desse modo, o seu compromisso com a melhoria das condições sociais (BARBIER, 2002).

Nessa confluência, a capacidade coletiva de re-imaginar e recriar modos de existência plurais e inclusivos, alternativos ao modelo econômico exploratório e insustentável vigente, tende a ser estimulada, conferindo ainda mais possibilidades a modos de vida, de organização social e produtiva na conformação de verdadeiros “inéditos-viáveis” diante de “situações-limite” (FREIRE, 1987). Estes se referem às possibilidades abertas de futuro, a serem nutridas pela capacidade de ação-reflexão-ação no presente. Representam a aposta em sonhos e utopias realizáveis, desde que os sujeitos políticos que fazem a história assim o aspirem, construindo e nutrindo os “inéditos-viáveis”, ou “atos-limites”, frente às “situações-limites”.

“Situações-limite”, “atos-limite” e “inéditos-viáveis” constituem categorias pensadas por Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987)<sup>58</sup>, justamente, em contextos críticos de desesperança, como pode ser caracterizada a emergência planetária do Antropoceno. Assim,

---

<sup>58</sup> Segundo Freire (1987), o “inédito-viável” seria na realidade algo inédito, ainda não claramente conhecido e vivido, mas já sonhado, que quando este se torna um “percebido destacado”, por aqueles que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema (*solução?*) não é mais um sonho e que ele pode se tornar realidade.

em momentos cruciais, em que as “situações-limites” são percebidas não mais como uma “fronteira entre o ser e o nada ser, mas como uma fronteira entre o ser e o ser mais” (Freire, 1987, p. 94), a percepção do “inédito-viável” passa a ser tangível e os sujeitos políticos se fazem cada vez mais críticos em sua ação, como “atos-limites” dirigidos à sua concretização.

Como prática de liberdade, em termos freireanos, nela está implícito o direito de estruturar as próprias relações sociais, econômicas e políticas, e se resgata o senso de pertencimento comunitário e social, e o protagonismo político de diversos/as cidadãos/ãs. Com a perspectiva de construção de “utopias concretas e vivas” (DINERSTEIN, 2017), o expoente da Ecologia Social, Murray Bookchin (2003), propõe o resgate da tradição de Autonomia e a Educação Política, frente ao sistema político partidário que estabelece estruturas hierarquizadas e burocráticas, em relações de poder que rotulam os cidadãos como meros eleitores e pagadores de impostos.

Mas, para que se garanta o papel de sujeitos políticos ativos de transformação sistêmica, seria preciso a formação em uma cultura política capaz de resgatar o seu sentido coletivo, inclusive como parte do cotidiano. Segundo o autor (BOOKCHIN, 2003), os espaços ideais para que isso possa ocorrer seriam aqueles de uso rotineiro como as praças, os locais de trabalho e de lazer, a escola, entre outros.

Como defensor da autogestão e da ação direta dos cidadãos, Bookchin (2003) argumenta que a Economia e as atividades produtivas não deveriam se sustentar no lucro e na própria produtividade, mas na “responsabilidade cívica”, em um comprometimento moral do indivíduo com a comunidade na qual se insere e com a sustentabilidade ambiental. Com base nesse pensamento, a organização da Economia deveria se efetivar em escala local, municipal, alicerçada em valores éticos e coletivos, ao invés de orientada por uma perspectiva utilitarista e imediatista com fins em si mesmos.

Nos termos de Bookchin, seria preciso que: “a terra e as empresas fossem postas de modo crescente à disposição da comunidade ou, mais precisamente, à disposição dos cidadãos em suas livres assembleias e de seus deputados nos conselhos confederais” (BOOKCHIN, 2003, p.35). Suas proposições convergem com aquelas oriundas das experiências micropolíticas do *pluriverso*, uma delas tendo encontrado no território de Rojava (Síria), conforme apresentado anteriormente, um solo fértil para o florescimento de um possível “inédito-viável”. Contudo, por se encontrar em fase de experimentação, esse caso suscita mais questões do que respostas. Mas, pode-se afirmar, no entanto, até o momento, sua configuração enquanto uma proposta

inovadora de co-governança política, “radicalmente” democrática e inclusiva, envolvendo questões de representatividade e de participação, com a qual há infindáveis aprendizados possíveis<sup>59</sup>.

Por todas as razões anteriormente expostas, importa, sobremaneira, que se situe, criticamente, o contexto do Assentamento Terra Vista no debate sobre a construção de sociedades sustentáveis e inclusivas. Nesse movimento, a potência das alternativas que o Terra Vista vem construindo, ao longo de 30 anos, diz respeito não somente ao campesinato, mas a uma experiência complexa de (re)territorialização no Sul global, frente às injustiças e violências coloniais/modernas sistêmicas. Por meio da articulação da Teia dos Povos, essa experiência vem confluindo de maneira estratégica e coletiva com aquelas protagonizadas por povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais marginalizados, no contexto brasileiro, ancoradas em territórios em situações de conflito, na tensão com latifúndios e/ou o próprio Estado.

Assim, enraizadas em várias ontologias, visões em conjunto se alicerçam “fora da casa da modernidade” (ANDREOTTI *et al.*, 2019), configurando uma possível potência de articulação política contra hegemônica, desde a terra e o território, tendo a Agroecologia, como no caso do Terra Vista, como força propulsora de alternativas para gerar autonomia, passando pela conservação do solo, das águas, da biodiversidade e das sementes.

A articulação da Teia dos Povos, resulta de um processo coletivo, carregando a simbologia da própria palavra “teia” para designar as relações colaborativas em rede. Desde o chão onde se pisa, se pensa, se planta e se colhe, os frutos e as sementes crioulas são partilhados para serem dispersas desde a Bahia até outros estados brasileiros, regenerando vidas e biomas em tantos outros territórios em resistência contra qualquer tipo de discriminação, inclusive a religiosa, e as desigualdades de classe e de gênero, denunciando as variadas formas de opressão físicas e simbólicas (MARQUES; SANTOS, 2020).

Importa, ainda, reiterar a importância da t(T)erra para cada povo e grupo social envolvido, do ponto de vista biofísico e simbólico, em conexão com a valorização de saberes associados ao “feminino” na produção de cuidados com a vida. Este elemento parece ser crucial ao se refletir em uma quebra de paradigmas éticos, morais e epistemológicos, e na emergência

---

<sup>59</sup> Preocupados com a igualdade de gênero, em cada nível administrativo de Rojava, uma mulher e um homem são eleitos como “co-gestores” públicos. Há cotas para jovens e preocupação com ações afirmativas para as minorias étnicas, além de terem sido criados mecanismos de governança para garantir que os laços entre as comunas e os conselhos não sejam rompidos nos processos de tomada de decisão (MORAES; VIEIRA, 2017).

de vias alternativas nas quais não só as mulheres, mas, também, toda a juventude e também os homens possam fazer parte de um constructo social mais justo e ecológico, de forma integral. As estratégias de auto-organização, as lutas de cada um dos territórios, e aquelas mais amplas de alcance regional, enraizadas em princípios comuns, em meio à pluralidade, vêm se dirigindo, assim, a soluções concretas que perpassam a defesa da reprodução da vida e do direito de todos existirem dignamente.

Ao contribuir para a construção de uma comunidade formada por um coletivo de pessoas com traços étnicos, fortemente demarcados por uma ancestralidade preta, indígena e camponesa, conectada a uma agricultura tradicional característica da região Sul da Bahia, o Terra Vista tem representado um impulso inspirador às mobilizações coletivas, extrapolando os seus próprios limites espaciais. Na articulação com diversos grupos sociais, este território vem se constituindo como um núcleo integrador, permitindo que demandas de reconhecimento sejam consideradas e, além disso, que os povos e as comunidades envolvidas possam sentir-pensar suas realidades e intervir sobre elas, articulando alternativas próprias e autônomas (SANTOS, 2016; MARQUES; SANTOS, 2020; FERREIRA; FELÍCIO, 2021; AGUIAR; PIRES, 2022; SANTOS; CUNHA, 2022).

Como fruto das alianças que se pretende construir, em “confluências” para a tessitura de “inéditos-viáveis, diante de situações-limite”, caberia destacar também um desdobramento direto da presente pesquisa de tese. Como resultado concreto desse processo de investigação acadêmica, e com base nas especificidades da trajetória do Assentamento Terra Vista e nas iniciativas coletivas inovadoras construídas neste território, em articulação sociopolítica pela Teia dos Povos, foi obtido um financiamento para a continuidade do processo de pesquisa-ação iniciado nessa pesquisa de tese, através do Micro-fundo para Pesquisa-ação de Base (*Grassroots Action Research Micro-grants*), fomentado pela organização *The Adaptation Research Alliance* (ARA).

Esse apoio será de grande valia para viabilizar a continuidade dos processos de pesquisa-ação entre a universidade e a comunidade, para a produção de conhecimentos comuns sobre os caminhos possíveis rumo à territorialização do Bem Viver, frente à emergência climática. Entre as 164 propostas submetidas, o projeto desenvolvido na articulação entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Teia dos Povos, foi um dos 30 selecionados no Sul global (abrangendo África, Ásia, América Latina e Caribe) a serem implementados no segundo ciclo

de projetos (2023-2024) da *Adaptation Research Alliance* (ARA)<sup>60</sup>.

Desse modo, será possível assegurar a continuidade dos diálogos em torno dos resultados da tese, fazer a devolutiva aos coletivos do Assentamento Terra Vista, fortalecer a tessitura da Teia dos Povos RJ e, sobretudo, construir e fortalecer os relacionamentos recém estabelecidos, estreitar os laços de confiança entre os parceiros envolvidos. Buscar-se-á, nessa oportunidade, o aprofundamento do debate, em torno da “Economia do Cuidado”, envolvendo o protagonismo de mulheres e jovens, dentro e fora do Assentamento Terra Vista, conforme apontado como uma das prioridades pela articulação comunitária.

Nesse sentido, se buscará nesse futuro próximo consolidar a parceria entre a academia e a ação comunitária, desde uma perspectiva decolonial e autodeterminada para a produção de conhecimentos necessários ao alcance de objetivos resolutivos (BISPO DOS SANTOS, 2015). Descolonizar imaginários, contra-colonizar as práticas e fortalecer, mutuamente, as capacidades de articulação política para a co-criação de processos transformadores e emancipatórios pela via da bio-interação orientam esse processo, tendo como horizonte uma transição justa e ecológica à luz do Paradigma Ancestral de Bem Viver.

Essa perspectiva de ação se traduziria, por fim, nos sentidos inspiradores da frase: **“O ser humano deixa de ser escravo quando se converte em arquiteto de seu próprio destino”**, atribuída à Ernesto Che Guevara, inscrita em uma placa de madeira posicionada no gramado central em frente ao Centro Integrado Florestan Fernandes, no Assentamento Terra Vista (Figura 6.3-1).

---

<sup>60</sup> Lançada na COP 26 da *Convenção do Clima*, realizada em Glasgow, em novembro de 2021, a ARA constitui uma Aliança para Pesquisa-ação de Base em Adaptação concebida como um esforço colaborativo global com o objetivo de, justamente, “romper cercas e tecer teias”, conectando experiências de ação local com produção de conhecimento para a adaptação climática. Até o momento, cerca de 190 organizações, de 70 países, fazem parte dessa aliança, financiada pelo governo do Reino Unido (*UK Foreign & Commonwealth Development Office*).

**Figura 6.3-1:** Inscrição contida em uma placa de madeira no gramado central do Centro Integrado Florestan Fernandes, no Assentamento Terra Vista: inspiração para a criação de inéditos-viáveis como políticas de vida.



**Fonte:** Acervo próprio (2022).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

*“A semente não é só grão, a semente é conhecimento.  
O que eu aprendi, eu trouxe quando nasci, a vida só fez despertar.”*  
Isaac Oliveira de Jesus

### 7.1 Para não concluir: algumas sementes de futuros desejáveis

Para fechar o ciclo desta tese de doutorado que se encerra – já se abrindo à continuidade do movimento de pesquisa na tessitura da complexa “teia” do tema abordado – uma síntese desta reflexão inspira as palavras finais da travessia até aqui.

Tendo como pano de fundo as questões centrais da agenda socioambiental contemporânea – refletidas nos processos de aceleração das mudanças climáticas e de erosão da biodiversidade, em articulação com as crescentes desigualdades sociais – nos deparamos com a construção de soluções pela própria sociedade civil na busca por alternativas sistêmicas: ecologicamente sustentáveis, socialmente justas, economicamente viáveis e, sobretudo, culturalmente diferenciadas, com destaque para aquelas territorializadas no Sul global.

Isso porque, na interseccionalidade da *policrise* contemporânea – atravessando as dimensões ecológica, climática, econômica, social, cultural, ética, política, psicológica, entre outras – são reveladas as limitações dos mecanismos usuais para o enfrentamento dos complexos desafios sistêmicos atuais e vindouros. A busca por alternativas com esse objetivo, portanto, parece pressupor uma mudança paradigmática em termos de visão de mundo, que seja capaz de destituir determinados dispositivos de poder (inter e intra) subjetivos e propiciar confluências em uma mescla criativa entre tradições e inovações que transcenda, inclusive, a própria noção de desenvolvimento vigente.

Com inspiração na perspectiva decolonial latino-americana, ao se reconhecer a colonialidade do poder e seus desdobramentos perpetuados por determinados valores culturais ocidentais, nesta tese busca-se contribuir para o movimento de rompimento com as tendências de certos discursos dominantes sobre desenvolvimento e se abrir para outras referências, epistemologias e ontologias que transcendam a própria visão eurocêntrica de mundo que tende a alimentar o debate e a crise socioambiental em curso.

Com efeito, a leitura dos rastros do *pluriverso* pela literatura acadêmica parece indicar pistas significativas a outras possibilidades de enfrentamento aos desafios socioambientais contemporâneos. Construído desde bases ontológicas e epistemológicas múltiplas, os diversos modos de organização social e produtiva contra-hegemônicos vem revelando

potencialidades social e ambientalmente transformadoras a serem mais ampla e profundamente debatidas. A pluralidade de alternativas sistêmicas nesse âmbito, fornece pistas para um leque de reflexões críticas com relação às limitações do paradigma da modernidade para a compreensão de mundo e ação nesse momento histórico crucial.

A composição plural de leituras, narrativas e cosmovisões, ancorada em racionalidades ambientais situadas e contextualizadas em múltiplas territorialidades, vem, assim, revelando potencialidades capazes de inspirar outros horizontes existenciais, emancipatórios, e também prospectivos, podendo contribuir, ainda, para uma transição epistemológica/ontológica, urgente e essencial às demais transformações objetivas necessárias. Inúmeras pistas valiosas, nesse sentido, podem ser conferidas pelos princípios ético-políticos, alinhados, em alguma medida, aos sentidos ancestrais de Bem Viver e também a uma leitura intercultural mais recente que traduz as cosmovisões antigas dos povos originários da região dos Andes e da Amazônia, sobretudo.

Enraizadas em princípios éticos de solidariedade e nutridas pelo rico patrimônio biocultural global, em uma perspectiva sistêmica, inúmeras experiências comunitárias vêm, assim, delineando caminhos capazes de assegurar o atendimento às necessidades prementes de dignidade humana e sustentabilidade ecológica, frente à insustentabilidade do capitalismo, do neocolonialismo e do heteropatriarcado, desde uma visão antropocêntrica.

Por todas as razões expostas, parece possível afirmar que a luta emancipatória, no horizonte desejável de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável, requer o reconhecimento da pluralidade de modos de organização e reprodução da existência nos territórios rumo à uma democracia ecológica radical. Através da valorização da dimensão local na identificação de práticas inovadoras e de soluções criativas desenvolvidas no cotidiano, talvez seja possível alcançar o redirecionamento de uma lógica que esteve historicamente centrada no indivíduo, para elucidar a potência da diversidade cultural de coletivos diversificados na condução de assuntos e desafios complexos.

Caberia reconhecer, ainda, a complexidade envolvida na apreensão dos que constroem e reconstroem as territorialidades em luta que, por sua vez, abrangem distintos e diversos contextos, realidades sociais e sentidos culturais de natureza e de comunidade. Como uma via epistemológica contra-hegemônica, concebida para iluminar as nuances singulares que permeiam as narrativas e as práticas socioambientais contextualizadas, a produção de conhecimentos, como caminho para as transições necessárias, nessa via, partiria não de

certezas, mas sim dos rastros sutis deixados pelas experiências em curso, tendo como premissa a escuta atenta e sensível à pluralidade de vozes que parecem já estar contribuindo para a construção de outros caminhos possíveis aos futuros desejáveis, com base em maior respeito e equilíbrio nas relações.

Portanto, promover a reflexão crítica e a realização de estudos interdisciplinares acerca do potencial comunitário para a promoção da sustentabilidade socioambiental, colocando em questão as causas estruturais que conectam degradação ambiental e desigualdade social, pode representar passos essenciais para abrir o campo de possibilidades ao bem-estar humano e planetário.

Partindo de uma imersão reflexiva na pesquisa realizada junto às redes e aos movimentos sociais, desde o Sul global, mas abrangendo outras regiões do mundo, foi possível identificar a potencialidade das propostas na articulação da Teia dos Povos, difundidas pelos canais e mídias de comunicação, pelas publicações acadêmicas e não acadêmicas disponíveis. Assim, relações de confiança vêm sendo construídas, desde as conversas iniciais que levaram à centralidade do olhar da pesquisa a esta articulação territorializada em muitas comunidades, mas com origens no Assentamento Terra Vista, um dos mais antigos da região cacauceira do Sul da Bahia, localizado no município de Arataca.

Considerando que as “teorias do Sul” se sustentam, invariavelmente, em práticas, que envolvem uma práxis com correspondência dialética com o mundo concreto e objetivo, a fim de aprofundar o conhecimento sobre as experiências em curso e, assim, complementar o percurso metodológico da pesquisa, foi realizada uma incursão em campo no Assentamento Terra Vista, de modo a se buscar conhecer mais de perto a história, a dinâmica e certas nuances da dinâmica socioambiental territorial. Essa experiência comunitária pioneira vem sendo considerada bem-sucedida na transição agroecológica, no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e este reconhecimento vem extrapolando suas fronteiras, com projeção internacional, inclusive.

Localizado em um *hotspot* mundial, em um dos principais centros de endemismo da Mata Atlântica, distante a poucas dezenas de quilômetros da área considerada de maior biodiversidade de espécies arbóreas do mundo (UNA, 1997), este assentamento tem obtido notoriedade como uma referência em produção agrícola associada à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento humano, através da Agroecologia. Como fruto de seu aprendizado, os coletivos do assentamento estão levando suas proposições a outras regiões do

Brasil, em uma rede de solidariedade popular, buscando responder à necessidade de geração de emprego e renda, moradia, alimentação, saúde e educação e de proteção da natureza, florestas, rios e águas, questões centrais às demandas e desafios contemporâneos, especialmente no Sul global, inspirando soluções justas e sustentáveis em diversos contextos globais.

Terra Vista é um caso emblemático de Projeto de Assentamento instituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil, como resultado de uma luta histórica e política dos trabalhadores rurais sem-terra, no início da década de 1990. Com 30 anos de existência, atualmente, foi a partir dos anos 2000, que as famílias assentadas romperam com o modelo produtivista convencional de agricultura e passaram a construir a transição agroecológica. Nessa transição, compreenderam a importância do fortalecimento das autonomias no assentamento, enfrentando o desafio de manter a Agroecologia como modo de vida contra-hegemônico e em defesa de uma economia popular inspiradas nos princípios do paradigma ancestral do Bem Viver.

Assim, as famílias assentadas vêm se empenhando na construção de alianças para fortalecer a luta por terra e o território, visando a reprodução da vida de forma diferenciada e solidária, através da soberania alimentar, da resignificação do trabalho com dignidade para as famílias, jovens e mulheres e da erradicação do analfabetismo, com prioridade na educação libertadora de todos, crianças, jovens e adultos. No processo de transição agroecológica, as famílias recuperaram a mata ciliar e as nascentes da bacia do Rio Aliança e através dos sistemas agroflorestais, eles estão recuperando os sistemas alimentares e agrícolas tradicionais de cabruca, a “floresta de cacau”, e produzindo um chocolate de alta qualidade, o “Chocolate Artesanal Terra Vista”. Assim, o assentamento vem avançando na construção das autonomias para a soberania coletiva, tornando-se referência agroecológica na Bahia, no Brasil e no mundo.

Nessa trajetória, a partir das experiências territorializadas da comunidade do Terra Vista, emerge uma articulação com o objetivo de tornar a proposta da Agroecologia uma via de importante de fortalecimento – e de reencantamento – frente as opressões, pressões, injustiças e equívocos do modelo de “desenvolvimento” hegemônico, envolvendo outros assentamentos e comunidades quilombolas, terras indígenas, movimentos populares do campo e da cidade, na construção de uma aliança “preta, indígena e popular”, denominada Teia dos Povos. Nessa articulação, um conjunto de práticas sociais e de mobilização política vem ocorrendo para tecer laços de solidariedade entre diferentes povos e sujeitos coletivos, a partir de encontros e diálogos horizontais, para se buscar promover mudanças para uma nova sociedade pautada na emancipação, na autonomia e na dignidade “da pessoa humana, da Mãe Terra e de suas

sementes”. Nessa rede, povos, comunidades, territórios e movimentos sociais se organizam enquanto "núcleos de base" (pessoas dos territórios) e "elos" (pessoas que não são dos territórios), distribuindo-se por diversas regiões e estados brasileiros, construindo caminhos para a emancipação coletiva frente ao avanço das crises sociais, políticas e ecológicas, como a emergência climática.

A partir da imersão no território do Assentamento Terra Vista, foram levantadas e elencadas 27 alternativas sistêmicas e comunitárias em andamento para a construção de bases econômicas autônomas neste território, considerando pelo menos 4 dimensões da sustentabilidade (ecológica, social, econômica e cultural). Abrangendo pelo menos 15 dos 17 ODS da *Agenda 2030*, dentre as iniciativas mapeadas podem ser destacadas: redes de guardiões/ãs e trocas de sementes crioulas; restauração do bioma da Mata Atlântica; recuperação de nascentes; produção em sistema agroflorestal de cacau; indústria de chocolate de produção em pequena escala; cultivo de plantas medicinais, destilação de óleos essenciais e produção de fitomedicamentos; formações políticas, cursos e educação; publicação de livros; participação em conselhos de áreas protegidas e em consórcios intermunicipais e estabelecimento de parcerias estratégicas para a difusão de conhecimentos científicos e práticos, entre outras. Como pilares dessas experiências, podem ser considerados: a centralidade do papel da educação; as práticas agroecológicas, agroflorestais e a soberania alimentar; o protagonismo das mulheres e dos jovens; e a ressignificação do trabalho e da geração de renda.

Entretanto, a despeito das potencialidades identificadas, existem limitações e, com elas, os desafios caminham junto às oportunidades de melhorias, envolvendo importantes nuances relativas à qualidade das condições de vida no assentamento e ao fortalecimento de sua articulação sociopolítica emancipadora. Entre elas se encontram: o desenvolvimento de atividades produtivas que não apenas aquelas de base agrícola, mas que possibilitem também a geração de novas oportunidades de ocupação laboral, em especial à(s) juventude(s), enquanto grupos que normalmente almejam outras alternativas de vida para além do trabalho agrícola. Algumas fragilidades relevantes podem ser mencionadas, tais como: a dependência da volatilidade dos preços dos produtos agrícolas, a ausência de veículos de transportes dedicados ao escoamento para a sua comercialização, a ausência de estabelecimentos comerciais que supram os moradores com produtos alimentícios não produzidos no assentamento e outras mercadorias necessárias, a necessidade de adoção de estratégias para se obter um maior engajamento coletivo na dinâmica do assentamento, bem como a captação de recursos como frutos oriundos do trabalho associado à conservação e restauração da biodiversidade, como o

pagamento por serviços ambientais ou mesmo a obtenção de créditos de carbono, dentre outras oportunidades, como, a implementação de melhorias no sistema de gestão de resíduos e de geração de energia. Portanto, novos estudos que evidenciem ou aprofundem as análises dessas e de outras questões consideradas prioritárias seriam recomendáveis para que uma visão cada vez mais abrangente e adequada ao contexto se revele.

Ainda assim, por estarem germinando potentes alternativas transformadoras em vários campos da vida em sociedade, como “laboratórios-vivos” de inovações e tecnologias sociais rumo a sociedades justas e sustentáveis, incluindo as Soluções Baseadas na Natureza para a restauração ecológica, enquanto potenciais contribuições para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo estado brasileiro no Acordo de Paris, e suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) nas estratégias de mitigação e de adaptação climáticas. Ao serem desenvolvidas e testadas na microescala das próprias comunidades, essas experiências abrem um leque de possibilidades adaptáveis a diversos contextos territoriais que, por sua vez, podem ser traduzidas como horizontes de transição e incorporadas no debate em curso sobre os futuros desejáveis.

Os novos arranjos organizacionais e produtivos emancipatórios gestados nesses movimentos tendem a fortalecer o caráter contracultural e de resistência, com base no reconhecimento da importância das relações horizontais entre diferentes grupos sociais, o que possibilita a construção de novas territorialidades social e ambientalmente transformadoras. Isso porque a afirmação da diversidade biocultural tende a contribuir com as condições favoráveis às autonomias territoriais e, também, no plano global, para viabilizar a articulação entre as economias locais e regionais em benefício das transições ecossociais.

Por todas as razões discutidas, ao desenvolverem soluções viáveis para muitos dos desafios contemporâneos, as inovações comunitárias, de modo geral, e aquelas desenvolvidas pelo Assentamento Terra Vista e pela Teia dos Povos, em particular, têm despertado a atenção de acadêmicos cientes das lacunas existentes para a construção de alianças em redes de solidariedade para o fortalecimento e a resiliência das ações coletivas diante dos abismos e das incertezas globais historicamente construídos pelas instâncias de poder político articulado ao econômico. Nesse contexto, embora o papel da sociedade civil seja crucial para a resiliência e a autonomia territorial, alianças mais amplas, envolvendo outros agentes de mudanças societárias, tendem a ser essenciais na construção de caminhos plurais direcionados ao objetivo comum de se obter justiça socioambiental e climática, erradicação da pobreza, conservação da sociobiodiversidade, salvaguardar as culturas e as necessidades humanas e planetárias.

Contudo, são, ainda, insuficientes a atenção e o apoio das políticas públicas, principalmente em um momento em que a humanidade caminha para o enfrentamento de um aumento global médio de temperatura superior à 2°C até o final deste século, tendo em conta os níveis pré-industriais. Como “um alerta vermelho para a humanidade”, o *Sexto Relatório do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima* enfatiza a necessidade de um redesenho civilizatório radical nessa década, de modo a evitar as mudanças imprevisíveis e incontornáveis, no caso de um aumento médio de temperatura superior a 1,5 °C já previsto. Contudo, ainda que os objetivos de neutralidade de emissões de carbono pactuados no âmbito do Acordo de Paris sejam alcançados, segundo o mesmo relatório, o mais provável é que esse aumento ultrapasse os 2,2 °C até o final desse século, o que reforça ainda mais a necessidade de políticas públicas direcionadas às mudanças sistêmicas radicais, a serem implementadas ainda nos próximos anos desta que vem sendo denominada como a “Década da Ação” e também como a “Década da Restauração” pela ONU e por outros organismos internacionais, em um processo de reconhecimento desta década como determinante para os rumos da humanidade e da civilização tal como a conhecemos.

Diante desse panorama global de incertezas, muitos dos modos de vida comunitários representam possibilidades concretas para inspirar ações de mitigação e de adaptação climáticas, ligadas à uma possível cadeia da restauração de ecossistemas a ser desenhada e outras práticas, como também para o alcance de grande parte dos 17 ODS da *Agenda 2030*. Mas, apesar do importante esforço de décadas de teoria e pensamento crítico sobre o tema do desenvolvimento, parece ser insuficiente a abordagem das contradições que permeiam o modelo produtivo capitalista no âmbito dos pactos globais. Tanto os processos históricos fundantes da modernidade/colonidade, quanto aqueles contemporâneos articulados ao neo-extratativismo dos bens naturais, contribuem para perpetuar e agravar as condições de injustiça ligadas à dupla fratura colonial e ambiental, falhando ao insistirem em narrativas não-críticas correntes, muitas vezes centradas nas tecnologias “verdes”. A negligência com relação às mudanças disruptivas que acessem as raízes da crise civilizatória vem, assim, favorecendo o “desenvolvimento como de costume”, sem endereçar a interseccionalidade das diversas pautas, através da qual talvez seja possível “desconstruir” certos dispositivos socioculturais que construíram as bases da presente situação planetária.

Desde uma perspectiva de análise do pós-desenvolvimento, as alternativas desenvolvidas e testadas na microescala comunitária, em diversos contextos territoriais, se configuram, assim, como um amplo leque de caminhos potenciais para a transformação

desejada, podendo contribuir para expandir o horizonte de possibilidades dirigidas à ação política. Desse modo, parece oportuno que se reflita, também, sobre as conexões capazes de fortalecer e ampliar os laços de colaboração entre os atores que regeneram as condições de vida no planeta, a partir da micropolítica comunitária, e aqueles capazes de contribuir para inspirar e viabilizar trajetórias inovadoras rumo às mudanças sistêmicas necessárias à sociedade como um todo. Contudo, aproximar teoria e prática implica em reduzir distâncias entre as noções abstratas e ambíguas associadas à reflexão sobre sustentabilidade e as transformações concretas que estão sendo empreendidas nos territórios. Para tanto, a predisposição real ao diálogo intercultural, em uma Ecologia de Saberes e das práticas, tende a representar um desafio crucial e imperativo nesse processo.

Desde uma perspectiva de alteridade, o saber-fazer intercultural poderia contribuir para catalisar o potencial comunitário para a regeneração dos ambientes naturais e sociais, o que implica em tensões, conflitos e pactos e em relações éticas de respeito às diferenças. Por outro lado, a falta de abertura para todo o arcabouço de conhecimentos “do outro” pode inviabilizar a articulação entre diferentes em meio aos próprios movimentos sociais. A colaboração em rede, em ações concretas, nesse sentido, poderia se concretizar como um caminho de grande valia para a transformação desejada, especialmente se acompanhada de uma perspectiva ética-política implicada com o compromisso de construção de uma nova ordem socioambiental plural, em processos de transformação que implicam o encontro de diversas racionalidades, algo muito mais complexo e complicado, porém mais viável como estratégia rumo a sociedades sustentáveis em relação aos ditames usuais da gramática de mercado capitalista.

Nessa reflexão, importa mencionar que, de maneira recorrente, muitas das alternativas comunitárias são pejorativamente consideradas como obsoletas, “exóticas”, “primitivas”, ou mesmo inviáveis, em bases da lógica moderna. Em iniciativas dessa natureza não está implicada uma aceitação incondicional das tradições, nem, tampouco, se advoga nesse processo um retorno ao passado, mas, em suas diversas nuances, são reivindicadas a ressignificação de práticas ancestrais que, mescladas a inovações, são retro-alimentadas por valores que inspiram a busca por vias ligadas à convivialidade. Orientadas à *práxis*, por princípios de interdependência, integridade ecológica, equidade e respeito à ancestralidade, enraizadas e inspiradas em múltiplas ontologias e cosmologias, como o *sumak kawsay* quéchua, o *suma qamaña* aymara, o *teko porã* guarani e o *ubuntu* do povo bantu, essas alternativas vêm sustentando e nutrindo, globalmente, as “utopias vivas”, territórios e modos de vida sensíveis, gravemente ameaçados pela lógica capitalista neoliberal e seus “avanços” em termos

tecnológicos e necropolíticos, em um potente movimento político de resistência e de (re)existência pela reprodução da existência, e em plenitude.

Com esse direcionamento, o debate ético-político sobre pós-desenvolvimento vem colocar em questão a própria noção de desenvolvimento em si, à medida em que propõe novos caminhos societários, inspirados por paradigmas civilizatórios outros e experiências territorializadas plurais, enraizadas em ontologias e epistemologias próprias que buscam promover modos de conhecer, existir e se relacionar que seriam, por pressuposto, mais sustentáveis, resilientes e equitativos. Assim, a produção e a sistematização de conhecimentos vivenciais, empiricamente acumulados pelas comunidades conectadas aos ciclos da Terra, em relação, representam um infinito campo de possibilidades para inspirar novos rumos.

Ao experimentarem na prática “caminhos sensíveis” na relação consigo mesmo, com o outro e com os demais seres da natureza, experiências como as desenvolvidas pela comunidade do Assentamento Terra Vista, tendem a contribuir para a emergência de modos viáveis para se habitar respeitosamente o planeta, produzindo inovações capazes de assegurar, simultaneamente, qualidade de vida e baixo impacto ambiental. Mas é fundamental enfatizar, nesse sentido, que as experiências comunitárias constituem em seu conjunto, um processo e não, propriamente, uma via idealizada para um modelo pré-formatado de sociedade, uma vez que elas se ancoram na pulsante dinâmica dos territórios e refletem peculiaridades sociohistóricas e culturais, envolvendo complexidades próprias, conflitos e contradições, diferenciados em seus próprios contextos.

No processo de aprendizagem coletiva, a articulação em rede para a construção de alianças via a criação de oportunidades de encontros e partilhas para o compartilhamento de conhecimentos, como aquelas promovidas pela Teia dos Povos nas Jornadas de Agroecologia e em outros eventos formativos, tendem a contribuir para o fortalecimento mútuo entre as experiências envolvidas e para ampliar o alcance e visibilidade dos temas correlatos. Nesse movimento, seriam dos mais valiosos e primordiais os aprendizados fundamentados nos próprios princípios ético-políticos que orientam as iniciativas construídas “desde baixo”, segundo outras bases epistemológicas e ontológicas. Desse modo, a confluência entre saberes e fazeres em amplas alianças entre diferentes grupos sociais, tenderia, também, a contribuir para a desconstrução de premissas arraigadas na contemporaneidade e para o estabelecimento de relações dialógicas entre conhecimentos tradicionais e modernos, na (re)construção de paradigmas sociobiocêntricos.

Desse modo, às margens do capitalismo, enraizadas no reconhecimento do rico patrimônio biocultural global, são salvaguardadas as sementes para um novo sistema-mundo a serem nutridas e fortalecidas para que sejam gerados os frutos de regeneração da Terra. À medida em que inspiram a criatividade coletiva, as narrativas comunitárias do “contra-Antropoceno” e tentaculares do “Chthuluceno”, vêm reafirmar a potência de outros modos possíveis de expressão sensível na relação Cultura-Natureza, que certamente poderiam contribuir para desfechos distintos dos que se prenunciam. Para além das projeções catastróficas, engendradas pela ideia de um progresso ilimitado e unidirecional, as subjetividades emergentes dessas experiências podem contribuir para ampliar o campo de possibilidades aos futuros desejáveis, propiciando, inclusive, outras perspectivas para políticas públicas, em conexão com os compromissos globais pactuados, sobretudo aqueles no âmbito da *Convenção do Clima*, da *Convenção sobre Diversidade Biológica* e dos ODS da *Agenda 2030* (LARSEN *et al.*, 2022).

Isso porque, sem perder de vista as dinâmicas dos sistemas ecológicas, enquanto sistemas autônomos que se autoproduzem em co-dependência, e se autorregulam em relação – desde o nível dos componentes celulares até às comunidades heterogêneas compostas por organismos diversos – de modo que o pensamento complexo, nas suas diferentes visões, cosmopercepções e nuances, busca abarcar as contradições também envolvidas nessa grande teia de acoplamentos estruturais da vida. Entretanto, a visão disjuntiva, reducionista e econômica que vem regendo os rumos da vida individual e coletiva em sociedade, por outro lado, ao subverter a dinâmica de coexistência com as diferenças, passa romper e esgarçar esse tecido, nesse momento da história que tende a apresentar seu ápice e também seu esgotamento na contemporaneidade, marcada por um paradigma civilizacional incongruente com as bases vitais de organização dos sistemas viventes.

Nesse percurso, quiçá a possível realidade distópica, no fim das contas, ao esvaziar o humano do que é vital, possa servir como preparação para a travessia da difícil metamorfose que permitirá o resgate da humanidade perdida. Talvez, tais chances de redenção se situem, justamente, no refúgio dos territórios comunitários de vida, onde o amor – enquanto um fundamento agregador do fenômeno social, mais associado à noção de cuidado mútuo, do que à qualquer conotação religiosa ou romântica – possa ser enraizado no senso de pertencimento ao coletivo e sustentar a construção dos “inéditos-viáveis”, retomando, uma vez mais, o seu curso, depois de uma longa ausência.

## 8. REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.
- ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004. 294 p.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Tradução de Júlia Romeu. Companhia das Letras. 1ª Ed. 2018. 64 p.
- AGUIAR, P. C. de; PIRES, M. de M. Sustentabilidade Ambiental no Assentamento Rural Terra Vista, em Arataca, Bahia, Brasil. **Revista Tocantinense de Geografia** (online) <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia> ISSN 2317-9430. 2022.
- ALCÂNTARA, L. C. S. Bem Viver e Ecosocioeconomias: uma síntese. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 47, p. 121-128, out. 2018.
- ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p. 231-251, abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, vol.53, p.78-101, jan./jun., 2020.
- ALIMONDA, H. **Una introducción a la Ecología Política latinoamericana** (pasando por la historia ambiental). Buenos Aires: Clacso, 2015.
- ANDREOTTI, V., STEIN, S., SUSAN, R. Da casa construída pela modernidade ao micélio saudável. **Sinergias – diálogos educativos para a transformação social**, Portugal, fevereiro, nº 8, 2019a.
- ANDREOTTI, V.; STEIN, S.; SIWEK, D.; CARDOSO, C.; CAIKOVA, T.; PATAXÓ, U., PITAGUARY, B.; PITAGUARY, R.; HUNI KUI, N.; JIMMY, E. Sinalizando Rumo a Futuros Decoloniais: observações pedagógicas e de pesquisa de campo. **Sinergias – diálogos educativos para a transformação social**, Portugal, outubro, nº 9, 2019b.
- ALTIERI, M. **Agroecologia e a Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- ARANTES, J. T. **Estudo avança no entendimento da vassoura-de-bruxa, doença que derrubou a produção de cacau no Brasil**. Agência FAPESP. 2021. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/estudo-avanca-no-entendimento-da-vassoura-de-bruxa-doenca-que-derrubou-a-producao-de-cacau-no-brasil/36258/> Acesso em: 16 de maio de 2023.
- BALLESTRIN, L. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio – agosto, 2013.

BARBIER, R. A escuta sensível na abordagem transversal. In BARBOSA, Joaquim (Coord). **Multirreferencialidade nas Ciências e na Educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998. p.168-199.

BASPINEIRO, A C. Aruskipasipxañanakasakipunirakispaw. In: SIERRA CABALLERO, F.; MALDONADO, C. E. (eds.). **Comunicación, decolonialidad y buen vivir**. Quito: CIESPAL, 2016. p. 59-94.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.144p.

\_\_\_\_\_. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BELING, A. Sinergias Sur-Norte para una “transición civilizatoria” hacia la sustentabilidad: diálogos de saberes entre buen vivir, decrecimiento, y desarrollo humano. **Revista Colombiana de Sociología**, 42(2), 279-300, 2019.

BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. p. 197-221. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BISPO DOS SANTOS, A. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCT. 2015. 151p.

BOFF, L. **Saber Cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

BONNEUIL, C.; FRESSOZ, J-B. **The Shock of the Anthropocene**. Trad. David Fernbach. London/New York: Verso Books, 2016.

BOOKCHIN, M. **The ecology of freedom: the emergency and dissolution of hierarchy**. Palo Alto: Cheshire Books, 1986.

\_\_\_\_\_. What is social ecology? In: ZIMMERMAN, M. (ed.) **Environmental Philosophy: from animal rights to radical ecology**, Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1993.

\_\_\_\_\_. **Municipalismo libertário**. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/SOMA, 1999.

\_\_\_\_\_. **Anarquismo: crítica e autocrítica**. São Paulo: Hedra, 2011.

BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense. 1984.

\_\_\_\_\_. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense. 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)> Acesso em: 30/12/2020.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II,**

**III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)> Acesso em: 03/02/2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> Acesso em: 03/02/2021.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm)> Acesso em: 03/02/2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm)> Acesso em: 03/02/2021.

BRASIL. **Acordo de Paris. Contribuição Nacionalmente Determinada – NDC.** Brasília, 8 de fevereiro de 2022.

CALMON, M. Restauração de florestas e paisagens em larga escala: o Brasil na liderança global. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 73, n. 1, p. 44-48, Jan. 2021. Available from: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S000967252021000100009&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252021000100009&lng=en&nrm=iso)>. Access on: 28 Mar. 2023. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602021000100009>.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 2006.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa.** Ed. Gaia (Brasil), 1964.

CARVALHO, J. J. de; ÁGUAS, C. Encontro de saberes: um desafio teórico, político e epistemológico. In: **Atas do Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul.** Coimbra: CES, 2015.

CASTORIADIS, C. **The imaginary institution of society.** Cambridge: Polity Press, 1987.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Organizadores). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia

Universidade Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

CAVALCANTE, K. L. Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano. **Revista Semiárido De Visu**, Petrolina, v. 8, n. 2, p. 184-192, 2020.

CHAKRABARTY, D. The climate of history: four theses. **Critical Inquiry** 35 (2):197-222. 2009.

CHANCEL, L.; PIKETTY, T.; SAEZ, E.; ZUCMAN, G. **World Inequality Report 2022**. [https://wir2022.wid.world/wwsite/uploads/2021/12/Summary\\_WorldInequalityReport2022\\_English](https://wir2022.wid.world/wwsite/uploads/2021/12/Summary_WorldInequalityReport2022_English). 2022.

CHANCEL, L., BOTHE, P., VOITURIEZ, T. **Climate Inequality Report 2023**. World Inequality Lab Study. 2023.

CHARDEL, P. A.; REBER, B. ed(s). **Écologies sociales: Le souci du commun. Situations et critiques**. Paris: Editions Parangon. 2014.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo. 2020.

CONVENTION ON BIODIVERSITY DIVERSITY - CBD. **Conference. COP15**. Disponível em: <<https://www.cbd.int/conferences/2021-2022/cop-15/documents>>. Acesso em: 28/02/2023. 2022.

CORTEZ, D. **La construcción sociales del "Buen Vivir" (Sumak Kawsay) en Ecuador**. Aportes Andinos 28, 1-23. 2011.

COSTA, A. **Cosmopolíticas da Terra: Modos de existência e resistência no Antropoceno**. Tese de doutorado. Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. 303 p.

COSTA, S. L. da; CARVALHO, E. N. As Potências da Narrativa. In Lopes, Carvalho & Matos (Orgs.). **Ética e as Reverberações do Fazer**. Fortaleza: Edições UFC. 2011.

COSTA, S. L. da; MENDES, R. (Org.) **Redes Sociais Territoriais**. São Paulo: Fap – Unifesp, 2014. 232 p.

COSTA, S. L. da; DE CASTRO E SILVA, C. R. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 10(2), São João del Rei, julho/dezembro, 2015.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. **The Anthropocene**, Global Change Newsletter, 41, 17-18. 2000.

CUSICANQUI, S. R. **Un mundo ch`ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018. 176 p.

D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Decrescimento: Vocabulário para um novo**

**mundo**. 1ª edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, 312p.

DAMIANI, A. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: CARLOS, A.; DAMIANI, A.; SEABRA, O. (Org.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 48-61.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro: ISA/Cultura e Barbárie, 2014.

DAWSON, J. **Ecovillages: new frontiers for sustainability**. Green Books, Cambridge. 2006.

DE LA CADENA, M. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.

DE LA CADENA, M.; BLASER, M. (Eds.). **A World of Many Worlds**. Durham: Duke University Press, 2018. 224 p.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34. 2000.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia** (S. Rolnik, Trad., Vol. 4). São Paulo: Editora 34. 1997.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos** (E. A. Ribeiro, Trad.). São Paulo: Editora Escuta. 1998.

DIÁLOGO COM OS POVOS. **O que é a Teia dos Povos?** (1h56m5s). Disponível em: <https://youtu.be/L-hwxfWvS>. Acesso em: 20/12/2022.

DIAS, M. A.; LOUREIRO, C. F. B.; CHEVITARESE, L.; SOUZA, C. D. M. E. The meaning and relevance of ecovillages for the construction of sustainable societal alternatives. **Ambiente e Sociedade**. 20(3). p. 79–96. 2017.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 1ª Ed. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 1994.

DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. 472 p.

DINERSTEIN, A. C. **Concrete utopia: (re)producing life in, against and beyond the open veins of capital**. <<https://mronline.org/2017/12/24/concrete-utopia/>>. 2017.

DOBSON, A. P. et al. Ecology and economics for pandemic prevention. **Science**. v. 369, nº 6502, p. 379-381, jul., 2020.

DOMINGUEZ, D.; BEAULIEU, A.; ESTALELLA, A.; GOMEZ, E.; SCHNETTLER, B. Virtual Ethnography. Forum Qualitative Sozialforschung Forum: **Qualitative Social Research**, 8(3). 2007.

ESTERMANN, J. **Filosofía andina: Sabiduría indígena para un mundo nuevo**. 2da. ed. La 256

Paz: ISEAT, 2006. 414 p.

ESCOBAR, A. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton University Press, Princeton. 1995.

\_\_\_\_\_. **Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds** (New Ecologies for the Twenty-First Century). Duke University Press. 2018. 312p.

\_\_\_\_\_. **Pluriversal Politics: The Real and the Possible**. Duke University Press. 2020. 232p.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira. 1968.

FALS BORDA, O. **Uma sociologia sentipensante para América Latina: antología y presentación de Víctor Manuel Moncayo**. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores y CLACSO, 2009.

FALS BORDA, O.; RAHMAN, M. A. **Action and Knowledge: breaking the monopoly with participatory action-research**. New York: Apex, 1991.

FANNING, A. L.; O'NEILL, D. W.; HICKEL, J.; ROUX, N. The social shortfall and ecological overshoot of nations. **Nature Sustainability**, 5 (1), p.26-36. 2022.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320p.

FERNANDES, B. M. 27 Anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, p. 27-52. 2008.

FERNÁNDEZ-PRIETO, L.; SOTO-FERNÁNDEZ, D.; QUIROGA, F.; FONTÁN-BESTILLEIRO, D.; SUÁREZ-GARCÍA, R. CAPELO, A.; BERTRAN, A.; RODRÍGUEZ-LÓPEZ, M. **Cuando éramos sostenibles**. Aprendiendo en el Barbanza las claves del futuro. Santiago de Compostela: Editorial RIA. 2021.

FERREIRA, J.; FELÍCIO, E. **Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil**. Teia dos Povos, Arataca. 2021. 439p.

FONSECA, R. A. A. Por outros modos de Bem Viver: alternativas de transição e narrativas comunitárias no movimento brasileiro de ecovilas. **IV Seminários Avançados de Pesquisas sobre Assentamentos Sustentáveis do CASA Brasil** (1h55m39s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Sem8uPIMs4>. Acesso em: 29/10/2021.

FONSECA, R. A. A.; NASRI, Y. X. G.; IRVING, M. de A. Da (in)sustentabilidade do desenvolvimento ao Bem Viver: travessias epistemológicas rumo a horizontes decoloniais. **Anais do I Colóquio Latino-Americano sobre Insurgências Decoloniais, Psicologia e os Povos Tradicionais**. Sobral, Ceará. 2020.

FONSECA, R. A. A.; IRVING, M. de A.; NASRI, Y. X. G.; FERREIRA, G. F. Sustainability

and social transformation: the role of ecovillages in confluence with the pluriverse of community-led alternatives. **Springer Nature - Climate Action**, 1:23, p.1-10, 2022.

\_\_\_\_\_. Por outros modos de bem viver: o pluriverso de alternativas e as ecovilas nas confluências comunitárias. In: Para Além do Antropoceno: crise climática, novas ontologias e alternativas à modernidade antropocêntrica. Coimbra: **E-caderno CES**. 38, p.97-117. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GAIA EDUCATION. **Ecovillage Design Education (EDE)**. Global Ecovillage Network, Findhorn. 2005.

GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK - GEN. **The ecovillage map of regeneration**. 2023.

GLOBAL WITNESS. **A Que Preço? Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do meio ambiente em 2017**. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defenders-annual-report/>. Acesso em: 29/10/2021.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, Coimbra, p. 115-147. 2008.

GUATTARI, F. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 1991.

\_\_\_\_\_. **Da produção de subjetividade**. In A. Parente (Org.), *Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, pp. 177-191.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUDYNAS, E. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. **América Latina em Movimento - ALAI**, nº 462: 1-20; fevereiro, 2011a.

\_\_\_\_\_. Buen Vivir: today's tomorrow. **Development**, v. 54, n. 4, p. 441–447. 2011b.

\_\_\_\_\_. Más allá del nuevo extractivismo: transiciones sostenibles y alternativas al desarrollo. In: FARAH I., WANDERLEY F. (Ed.) **El desarrollo en cuestión**. Reflexiones desde América Latina. CIDES UMSA, La Paz, Bolívia, p. 379–410. 2011c.

\_\_\_\_\_. **Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais**. Tradução de Igor Ojeda. 1ª Ed. São Paulo: Editora Elefante. 2019. 340p.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 16, n. 53, p. 71-83, 2011.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais.

**GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.

\_\_\_\_\_. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina** / Rogério Haesbaert. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. **Environmental Humanities**, 6(1), 159-165. 2015.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; CUBILLO-GUEVARA, A. P. Deconstrucción y genealogía del “buen vivir” latinoamericano. El (trino) “buen vivir” y sus diversos manantiales intelectuales. **International Development Policy**, 2017.

ILLICH, I. **Tools for conviviality**. Harper & Row, New York, Evanston, San Francisco, London. 1973.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, v.18, n. 37, jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Município de Arataca**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/arataca/panorama>. Acesso em: 20/12/2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA - INCRA. **Assentamentos**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 20/12/2022.

\_\_\_\_\_. **Base de Dados Georreferenciados**. Disponível em: [//certificacao.incra.gov.br/csv\\_shp/export\\_shp.py](https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py). Acesso em: 20/12/2022.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. Summary for policymakers. In: **Climate Change 2021: The Physical Science Basis**. Cambridge University Press, Cambridge. 2021.

\_\_\_\_\_. Summary for policymakers. In: **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Cambridge University Press, Cambridge. 2022a.

\_\_\_\_\_. Summary for policymakers. In: **Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change**. Cambridge University Press, Cambridge. 2022b.

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY ANDECOSYSTEM SERVICES - IPBES. **Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services**. IPBES secretariat, Bonn, Germany. 2019. 56p.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE - IUCN. **Nature-based Solutions leverage nature and the power of healthy ecosystems to protect people, optimise**

**infrastructure and safeguard a stable and biodiverse future.** Available from: <Nature-based Solutions | IUCN>. Access on: 28 Mar. 2023.

IRVING, M. A. Sustentabilidade e o futuro que não queremos: polissemias, controvérsias e a construção de sociedades sustentáveis. **Sinais Sociais**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 26, 2014.

IRVING, M. de A.; OLIVEIRA, E. **Sustentabilidade e transformação social**. Rio de Janeiro: Ed. Senac, 2012.

IRVING, M. A.; D'ÁVILA NETO, M. I.; MACIEL, T. M. F.; BEYSSAC, M. L. C. L'approche brésilienne de l'écologie sociale. In: CHARDEL, P. A.; REBER, B. **Écologies sociales: le souci du common**. Lyon: Paragon, 2014.

IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J.; GURGEL DE LIMA, M. A. **Turismo - Ressignificando Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2018.

KATARI. **Emblema Nacional del Pusinsuyo = Tawantinsuyo**. Disponível em: <http://www.katari.org/wiphala/wiphala.htm>. Acesso em: 18/03/2021.

KOTHARI, A. Earth Vikalp Sangam: proposal for a Global Tapestry of Alternatives. **Globalizations**, Routledge, v. 1, n. 2, 245–249. 2020.

\_\_\_\_\_. These alternative economies are inspirations for a sustainable world. **Scientific American**, 324(6). p. 60–69. 2021.

KOTHARI A., SALLEH A., ESCOBAR, A., DEMARIA F. E ACOSTA A (Editores). **Pluriverse: A Post-Development Dictionary**. Tulika Books. 2019. 340 p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. 85p.

\_\_\_\_\_. **A vida não é útil**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2020a.

\_\_\_\_\_. **O amanhã não está à venda**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2020b.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. São Paulo: Cultura do Bem Viver. 2020c.

KROEF, R. F. da S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, ago. 2020.

LACERDA, R. F.; FEITOSA, S. F. Bem viver: projeto u-tópico e de-colonial. **Interritórios**, Caruaru, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2015.

LANDER, E. Estamos vivendo uma profunda crise civilizatória. **América Latina em Movimento** N° 452 - Sumak Kawsay: Recuperar el sentido de vida. Quito, 2010.

LANG, M. Introdução: Alternativas ao desenvolvimento. In: Dilger, G.; Lang, M.; Pereira Filho, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extratativismo e alternativas**

**ao desenvolvimento.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

\_\_\_\_\_. Buen vivir as a territorial practice. Building a more just and sustainable life through interculturality. **Sustain Sci Springer** 17, p. 1287–1299. 2022.

LARSEN, P. B.; HALLER, T.; KOTHARI, A. Sanctioning Disciplined Grabs (SDGs): From SDGs as Green Anti-Politics Machine to Radical Alternatives? **Geoforum** 131, p. 20-26. 2022.

LATOUCHE, S. **L'invention de l'économie.** Paris: Albin Michel, 2005.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

\_\_\_\_\_. **Imaginar gestos possíveis que barrem o retorno da produção pré-crise.** N-1 Edições. 2020. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/28>> Acesso em: 26/12/2020.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LIFTIN, K.T. **Ecovillages: lessons for sustainable community.** Polity Press, Malden. 2014.

LÓPEZ, L.S.; PRADA, D. F. S. El movimiento de ecoaldeas como experiencia alternativa de Buen Vivir, **Polis** [En línea], p 40. 2015.

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.) **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. Sustentabilidade e educação ambiental: controvérsias e caminhos do caso brasileiro, **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 37-69, 2014.

LOVELOCK, J.E., MARGULIS, L. Biological modulation of the earth's atmosphere. **Icarus** n. 21, p.471-489, 1974.

LÖWY, M. De Marx ao Ecosocialismo. In: BENZAÏD, D.; LÖWY, M. **Marxismo, Modernidade e Utopia.** São Paulo: Xamã, p. 227-238. 2000.

MACAS, L. Sumak kawsay: recuperar el sentido de vida. En: **El Buen Vivir de los pueblos indígenas andinos.** Plataforma del Buen Vivir. 2010.

MACY, J.; BROWN, M. Y. **Nossa Vida Como Gaia: práticas para reconectar nossas vidas e nosso mundo.** Tradução Marcello Borges – São Pulo: Gaia, 2004.

MAFFESOLI, M. **Comunidade de destino**. Trad. ROCHA, A. L. C. da. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, pp. 273-283, jan./jun. 2006.

MAISONNEUVE, J. **Introdução à psicossociologia**. São Paulo: Edusp. 1977.

MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, vol.31 no.1 Brasília Jan./Apr, 2016.

MAMANI, F. H. **Buen Vivir/Vivir Bien. Filosofia, políticas, estratégias y experiencias regionales andinas**. Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI. Lima, Peru, 2010.

MARQUES, P. S.; SANTOS, J. H. Assentamento Terra Vista: direito à terra, ao território e ao Bem Viver. **32ª Reunião Brasileira de Antropologia, Saberes Insubmissos: diferenças e direitos**, Rio de Janeiro, 2020.

MATTOS, T. P. **Ecovilas: a construção de uma cultura regenerativa. Uma etnografia de Findhorn**. Novas Edições Acadêmicas, Escócia. 2018.

MATURANA, H. **Transformación**. Santiago: Dolmen, 1999.

MATURANA, H.; VARELA, F. **El árbol del conocimiento**. Santiago: Hachette, 1991.

MBEMBE, A. **The Universal Right to Breathe**. Tradução Carolyn Shread. Disponível em: <https://critinq.wordpress.com/2020/04/13/the-universal-right-to-breathe/> Acesso em: 21/01/2021. 2020.

MEADOWS, D. L., MEADOWS, D. H., RANDERS, J. & BEHRENS, W.W. **Limites do crescimento - um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

MEDINA, J. **Suma Qamaña: por una convivialidad post-industrial**. Garza Azul Editores, 2006. 199p.

MERHY, E. E. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: Franco TB, Peres MAA, organizadores. **Acolher Chapecó: uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho**. São Paulo: Hucitec; 2004. v. 1. p. 21-45.

MIGNOLO, W. **Histórias locais, projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

\_\_\_\_\_. **Decolonialidade como o caminho para a cooperação**. São Leopoldo: IHU On-Line, n. 431, ano XIII, p. 21-26. Entrevista concedida a Luciano Gallas. 2013.

\_\_\_\_\_. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Introdução de *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 32, n. 94, 2017.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2001.

MOLLISON, B. C.; HOLMGREN, D. **Permaculture one: a perennial agriculture for human settlements**. Tyalgum: Tagari, 1978.

MÓNICO, L. S.; ALFERES, V. R.; CASTRO, P. A.; PARREIRA, P. M. Investigação Qualitativa em Ciências Sociais. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Atas CIAIQ**. Vol. 3. 2017.

MONTICELLI, L. Embodying alternatives to capitalism in the 21st century. **TripleC Commun Capit Critique** 16(2):501–517. 2018.

MORAES, I. A. de; VIEIRA, F. A. da C. O Municipalismo Libertário e a Revolução em Rojava. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. Uberlândia, v.7, n.2, p.62-109. 2017.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

\_\_\_\_\_. **Rumo ao abismo? Ensaio sobre o destino da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. — Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2011b. 228 p.

\_\_\_\_\_. É hora de mudarmos de via as lições do coronavírus. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2020. 97 p.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terre Patrie**. Paris: Seuil, 1993.

MOSCOVICI, S. **De la nature: pour penser l'écologie**. Paris: Éditions Metailié, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **A Luta pela Educação no Assentamento Terra Vista**. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/10/24/a-luta-pela-educacao-no-assentamento-terra-vista/> Acesso em: 13/04/2023.

MUÑOZ-VILLARREAL, E. M. Ecoaldeas en Colombia transitando hacia el buen vivir. **Entramado** 14(2):114–131. 2018.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **O que são mudanças climáticas?** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-sao-mudancas-climaticas>> Acesso em: 04/06/2022. 2022.

NAESS, A. 1989. **Ecology, community and lifestyle**. Cambridge University Press, Cambridge.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico, **Estudos Avançados** 26 (74), 2012.

NASCIMENTO, H. M. do. Questão agrária, território e meio ambiente no Brasil: Os limites da transição para uma agricultura sustentável. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. IX, n. 31, p. 723-758, 2009.

NORBERG-HODGE, H. **Local is our future: steps to an economics of happiness**. Ed: Local Futures. 2019.

ODUM, E. **Fundamentos de ecologia**. Pt Calouste Gulbenkian, 1988.

OSTROM, E., BURGER, J., FIELD, C. B., NORGAARD, R. B., POLICANSKY, D. Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges. **Science**, v. 284, n. 5412, 9 abr. p. 278-82. 1999

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEFE - OXFAM. **Survival of the Richest: How we must tax the super-rich now to fight inequality**. Oxford, 2023.

PARRIQUE, T. **The political economy of degrowth**. Economics and Finance. Université Clermont Auvergne; Stockholms Universitet. 2019. 872 p.

\_\_\_\_\_. **A response to Paul Krugman: Growth is not as green as you might think**. Disponível em: <https://timotheeparrique.com/a-response-to-paul-krugman-growth-is-not-as-green-as-you-might-think/>. Acesso em: 27/02/23. 2023.

PEREIRA, A. A. **Narrativas de (re)existência: antirracismo, história e educação**. Editora da Unicamp. 2021. 318p.

PIMENTEL, S. K.; MENEZES, P. D. R. A Teia dos Povos e a universidade: agroecologia, saberes tradicionais insurgentes e descolonização epistêmica. São Paulo: **Ambiente & Sociedade**. Vol. 25, 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006b.

\_\_\_\_\_. A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. Florianópolis: **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012.

PRIMAVESI, A. M. **Manejo Ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. 7ª ed. São Paulo: Nobel, 1984. 541 p.

QUIJANO, A. Colonialidade del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, v. 2, p. 342-386, 2000. Special Issue.

\_\_\_\_\_. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Revista de Estudos Avançados**, v.19, n.55, 2005.

\_\_\_\_\_. “Bem Viver”: Entre o “desenvolvimento” e a “des/colonialidade” do poder. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Universidade Federal de Goiás, v. 37, n. 1, p. 46-57, 2013.

QUINTERO, P.; CONCHA ELIZALDE, P.; FIGUEIRA, P. Uma breve história dos estudos decoloniais. **Arte e Descolonização**, São Paulo: MASP e Afterall, n. 3, 2019.

RADCLIFFE, S. A. Desenvolvimento para uma era pós-neoliberal? Sumak kawsay, viver bem e os limites para a descolonização no Equador. **Geoforum**, 43 (2), 240-249. 2012.

RAMÍREZ, R. **La Vida buena como riqueza de los pueblos: Hacia una socioecología política del tiempo**. Quito: IAEN, 2012.

RAWORTH, K. **Doughnut economics: seven ways to think like a 21st century economist**. London: Penguin Random House. 2017.

REDES FITO – FIOCRUZ. **Implementados Três Polos de Desenvolvimento de Fitomedicamentos no Brasil**. 2019. Disponível em: <<http://www.redesfito.far.fiocruz.br/index.php/noticias/549-rotas-da-biodiversidade-implementa-tres-polos-de-desenvolvimento-de-fitomedicamentos-em-biomas-brasileiros>>. Acesso em: 28/04/2023.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K. et al. A safe operating space for humanity. **Nature** 461, 472–475. 2009.

ROYSEN, R.; MERTENS, F. New normalities in grassroots innovations: the reconfiguration and normalization of social practices in an ecovillage. **J Clean Prod** 236, 1–8. 2019.

ROYSEN, R.; ARRUDA, B. M.; FERREIRA, R.; FONSECA, R. A. A.; ALVARENGA, M. A. A.; DUARTE, L. G. M. F. Zonas de agroecologia e ecovilas: uma proposta para os planos diretores municipais. **Sustentabilidade** 2(e215527):1–15. 2021.

ROYSEN, R.; SCHWAB, A. K. The potential of ecovillages for transitions in rural areas: a comparison of ecovillages in Germany and Brazil. In: **Climate Adaptation: Accounts of Resilience, Self-Sufficiency and Systems Change**. Arkbound Foundation, Glasgow. 2021.

ROSEVICS, L. Do pós-colonial à colonialidade. Em CARVALHO, G., ROSEVICS, L. (Orgs.). **Diálogos Internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: PerSe, 2017.

ROSZAK, T. **The Making of a Counterculture: Reflections on the Technocratic Society and Its Youthful Opposition**. Nova Iorque: Doubleday, 1969.

- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes. 2000.
- SAID, E. W. **Orientalismo - O Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução: Rosaura Eichenberg, São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- SAITO, C. H. et al. Conflitos socioambientais, educação ambiental e participação social na gestão ambiental. **Sustentabilidade em Debate**, v. 2, n. 1, p. 121-138, 2011.
- SAMPAIO, C. A. C.; PARKS, C. D.; MANTOVANELI JR., O.; QUINLAN, R. J.; ALCÂNTARA, L. C. S. Good living for the next generation: between subjectivity and common good from the perspective of eco-socio-economy. **Revista Saúde e Sociedade**, 26(1), 40-50. 2017.
- SAMPAIO, C. A. C.; ALCÂNTARA, L. C. S.; VIEIRA, P. H. F. Bem Viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-Covid-19. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Universidade Federal do Paraná, v. 59, p. 162-181, jan./jun. 2022.
- SANDOVAL-FORERO, S. A. **Sentipensar intercultural y metodología para la sustentabilidad de desarrollos otros**. Universidad Autónoma Indígena de México. 2021. 109p.
- SANTAMARÍA, R. Á. La utopia andina. In: BALDI, C. A. (Coord.) **Aprender desde o Sul: novas constitucionalidades, pluralismo jurídico e plurinacionalidade: aprendendo desde o Sul**. Belo Horizonte: Fórum, p.141-178, 2015.
- SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A cruel pedagogia do vírus**. 1ª Ed. Coimbra: Editora Almedina. S.A. 2020. 32p.
- \_\_\_\_\_. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2021, 426p.
- SANTOS, B. de S.; CUNHA, T. **Economias de Bem Viver - Contra o Desperdício das Experiências**. Coimbra: Edições 70. 2022 690 p.
- SANTOS, S. B. **História do assentamento Terra Vista**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – UESC, Ilhéus, 2016.
- SAWAIA, B. B. Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. pp 35-53 In: CAMPOS, Regina H. F. (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da Solidariedade à Autonomia**. Petrópolis: Vozes. 1996.
- SCARANO, F. R. **Regenerantes de Gaia**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Dantes Editora. 2019. 128p.
- SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno** (Small is Beautiful), São Paulo: Editora

Zahar, 1977.

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Global Biodiversity Outlook 5** – Summary for Policy Makers. Montréal. 2020.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, L.; BERNARTT, M. de L. BEM VIVER: uma perspectiva (des)colonial em comunidades indígenas em CECCHETTI, E.; CRUSARO, J. (Orgs.). Memórias del IV Seminario Internacional Culturas, desarrollos y educaciones (SICDES). **Migraciones, interculturalidad y buen vivir: diálogos y resistências**. Chapecó, SC: Argos, 645p. 2018.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009.

SIMAS, A. C. B. F. **Comunicação e Diferença: estratégias de comunicação colaborativa para a sustentabilidade comunitária**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, L. F. de M. Viver de forma sustentável ou contribuir para a sustentabilidade do capital? As contradições que permeiam a práxis das ecovilas em tempos neoliberais, **Revista Geografias**, 10(1), 41-53. 2014.

SOLÓN, P. (Org.). **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Editora Elefante. 2019.

SORRENTINO, M. et al (Org.). **Educação, Agroecologia e Bem Viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural, 2017. Disponível em: [http://www.nacepteca.esalq.usp.br/sites/default/files/publicacao\\_arq/Educacaoagroecologia-e-bem-viver%20final.pdf](http://www.nacepteca.esalq.usp.br/sites/default/files/publicacao_arq/Educacaoagroecologia-e-bem-viver%20final.pdf). Acesso em: 15 de abril de 2022.

SOUTH-SOUTH-NORTH. **Why Solutions for Adaptation Need Radical Collaboration**. <https://www.preventionweb.net/news/why-solutions-adaptation-need-radical-collaboration>. 2021.

STEFFEN, W., RICHARDSON, K., ROCKSTROM, J., et al. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet, 347, 1259855. 2015.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**. Trad. Eloísa Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

\_\_\_\_\_. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**: Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019. 186p.

TAKEITI, B. A.; COSTA, S. L.; PARDO, C. R.; GUERRA, T. G.; MIRANDA, C. Psicossociologia desde a América Latina. **Pesqui. prá. psicossociais** [online]. vol.16, n.2, p. 1-8. 2021.

TEIA DOS POVOS. **Carta da I Jornada de Agroecologia da Bahia**. Arataca, 2012. Disponível em: <https://teiadospovos.org/>. Acesso em: 10/12/2022.

\_\_\_\_\_. **Carta da II Jornada de Agroecologia da Bahia**. Arataca, 2013. Disponível em: <https://teiadospovos.org/>. Acesso em 10. Acesso em: 10/12/2022.

\_\_\_\_\_. **Carta da III Jornada de Agroecologia da Bahia**. Arataca, 2014. Disponível em: <https://teiadospovos.org/>. Acesso em 10. Acesso em: 10/12/2022.

\_\_\_\_\_. **Carta da IV Jornada de Agroecologia da Bahia**. Arataca, 2015. Disponível em: <https://teiadospovos.org/>. Acesso em 10. Acesso em: 10/12/2022.

\_\_\_\_\_. **Carta da V Jornada de Agroecologia da Bahia**. Porto Seguro, 2017. Disponível em: <https://teiadospovos.org/>. Acesso em: 10/12/2022.

\_\_\_\_\_. **Carta da VI Jornada de Agroecologia da Bahia**. Utinga, 2019. Disponível em: <https://teiadospovos.org/>. Acesso em 04/04/2023.

\_\_\_\_\_. **Carta da VII Jornada de Agroecologia da Bahia**. Salinas da Margarida, 2023. Disponível em: <https://teiadospovos.org/>. Acesso em: 04/04/2023.

TEIXEIRA, C. A.; SANTOS, S. O.; OLIVEIRA, J.F.; BRITO, S. S. As Jornadas de Agroecologia da Bahia como importante instrumento no avanço do debate e prática da agroecologia no estado. In: **Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF**. Cadernos de Agroecologia vol. 13, n. 1, Jul. 2018.

THOMSON, B. Pachakuti: perspectivas indígenas, buen vivir, kawsay sumaq e decrescimento. **Desenvolvimento**, 54 (4), 448-454. 2011.

TÖNNIES, F. **Community and association: Gemeinschaft und Gesellschaft**. Tradução de Charles P. Loomis. London: Routledge & Kegan Paul, 1955.

TORTOSA, J. M. **Mal desarrollo inestable: un diagnóstico**. Actuel Marx / Intervenciones, Universidad Bolivariana / LOM Ediciones, Santiago de Chile, 7: 121-138, 2018.

TSING, A. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas. 2019.

TUGNY, R. P. Conhecimentos tradicionais e território na formação universitária. In TUGNY, R. P.; GONÇALVES, G. B. B. (org.). **Universidade popular e encontro de saberes**. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 439-62.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG. **UFMG diploma 15 novos doutores por ‘notório saber’**. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg->

diploma-15-novos-doutores-por-notorio-saber. Acesso em: 03/04/2023.

UNITED NATIONS - UN. **Convention on Biological Diversity**. 1992. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>>. Acesso em 12/05/2020.

\_\_\_\_\_. **The Paris Agreement**. Disponível em: [https://unfccc.int/sites/default/files/english\\_paris\\_agreement.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf). Acesso em: 15/02/2022. 2015a.

\_\_\_\_\_. **Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/Post2015/Transformingourworld>. Acesso em: 15/02/2022. 2015b.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP. **Making Peace with Nature: A scientific blueprint to tackle the climate, biodiversity and pollution emergencies**. Nairobi. 2021.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE - UNFCCC. **What's the Paris Agreement?** Disponível em: <<https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>> Acesso em: 07/06/2022.

VANHULST, J. V.; BELING, A. E. Buen vivir: Emergent discourse within or beyond sustainable development? **Ecological Economics**, 101, 54-63, 2014.

VARGAS, R. C.; ZUÑIGA, C. H.; ALCANTARA, L. C. S. Turismo de base comunitária: uma perspectiva desde o bem viver como alternativa ao desenvolvimento na América Latina e Abya Yala. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Vol. 54, p. 167-183, jul./dez. 2020.

VEIGA, J. E. da. **O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra**. São Paulo: Editora 34, 2019. 152p.

VERBUNT, G. **Manifeste Interculturel**. 1ª ed. Paris: Editions Franciscaines, 2016.

WAHL, D. C. **Design de Culturas Regenerativas**. Rio de Janeiro: Bambual Editora. 2019. 376 p.

WALSH, C. Interculturalidad, reformas constitucionales y pluralismo jurídico. **Boletín ICCI – RIMAI do Instituto Científico de Culturas Indígenas**, ano 4, n. 36, mar. 2002.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidade, estado, sociedad. Luchas (de) coloniales de nuestra epoca**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar e Abya-Yala, 2009.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento como Buen Vivir: acordos institucionais e (des)envolvimentos coloniais. **Desenvolvimento**, 53(1), 15-21, 2010.

\_\_\_\_\_. Pedagogías decoloniais: práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Tomo I. **Série Pensamiento decolonial**, 2012.

WILLIAMS, M. Avatar watching: Participant observation in graphical online environments.

**Qualitative Research**, 7(1), 5-24. 2007.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT - WCED. **Report of the World Commission on Environment and Development: "Our common future"** (Brundtland Report). New York: UN, 4 Aug. 1987. 374p.

WORLD ECONOMIC FORUM - WEF. **The Global Risks Report 2022**, 17<sup>th</sup> Edition. 2022.

WORLD RESOURCES INSTITUTE - WRI. **Impacto das mudanças climáticas: 6 descobertas o relatório do IPCC de 2022 sobre adaptação**. Disponível em: <<https://wribrasil.org.br/pt/blog/clima/relatorio-ipcc-2022-impactos-mudancas-climaticas-adaptacao>>. Acesso em: 05/06/2022. 2022a.

\_\_\_\_\_. **6 conclusões do relatório do IPCC de 2022 sobre mitigação das mudanças climáticas**. Disponível em: <<https://wribrasil.org.br/pt/blog/clima/6-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-de-2022-sobre-mitigacao-das-mudancas-climaticas>>. Acesso em: 05/06/2022. 2022b.

WORLD WILDLIFE FOUNDATION - WWF. **Living Planet Report 2022: Building a nature-positive society**. Almond, R.E.A., Grooten, M., Juffe Bignoli, D. & Petersen, T. (Eds). Gland, Suíça, WWF, 2022.

ZANJANI, L. V. et al. Territories of life as key to global environmental sustainability. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, Vol. 63. 2023.

ZAPATA, T. Desenvolvimento Territorial Endógeno – conceitos, dimensões e estratégias. **Desenvolvimento Territorial à Distância** – Florianópolis: SeaD/UFSC. 2007.

ZIBECHI, R. **Territórios em rebeldia**. São Paulo: Editora Elefante. 2022. 272p.

## **9. APÊNDICES**

**9.1 Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE)**

**9.2 Roteiro de entrevista-narrativa**

**9.3 Lista de entrevistadas e entrevistados**

**9.4 Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)**

Rio de Janeiro, novembro de 2022.

### **REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) para participar do desenvolvimento da pesquisa de tese intitulada **“NA TESSITURA DO BEM VIVER: Germinando Alternativas de Transição Justa e Sustentável desde as Experiências Comunitárias da Teia dos Povos, Bahia, Brasil”**, concebida pela pesquisadora doutoranda Renata Amorim Almeida Fonseca, sob orientação da profa. Dra. Marta de Azevedo Irving, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EICOS/IP/UFRJ).

Essa pesquisa tem como objetivo central a produção de conhecimentos e narrativas sobre as experiências práticas e as subjetividades emergentes das alternativas comunitárias baseadas na natureza, desenvolvidas por movimentos articulados em rede, visando identificar potencialidades e desafios para políticas de transição justa e sustentável no contexto brasileiro.

Devido a sua experiência de vida relacionada ao tema, você foi selecionado/a para participar e construir junto essa pesquisa. Sua participação é voluntária e opcional, contudo, sua contribuição é considerada fundamental para o alcance dos objetivos do estudo e para a produção desse conhecimento. Caso aceite participar da pesquisa, você será convidado para a realização de uma conversa para o compartilhamento de sua percepção, conhecimento e vivência pessoal sobre os temas de interesse. Sua identificação pode ser anônima ou explícita, conforme desejo e autorização. A conversa poderá ser gravada para possibilitar a posterior consulta. Sua duração poderá variar, dependendo de sua disponibilidade e poderá ser dividida em etapas e contar com mais de um encontro. Somente a pesquisadora e sua orientadora terão acesso aos seus dados e informações narradas, que serão analisados em conjunto com um conjunto mais amplo de registros para compor a tese de doutorado.

Cabe ressaltar que toda pesquisa possui riscos em tipos e gradações variados. Nesse estudo, estes são mínimos e podem ocorrer como desconforto, constrangimento, entre outros sentimentos desagradáveis. Caso seja identificada alguma situação incômoda, ou havendo qualquer outra necessidade, a entrevista poderá ser interrompida. Por outro lado, entre os possíveis benefícios em participar da pesquisa está a possibilidade de realizar uma reflexão profunda e compartilhada sobre trajetórias pessoais e coletivas, além de um resgate de memórias e registro histórico e, ainda, possibilitar o acesso a emoções positivas, ao estimular a imaginação de caminhos possíveis para superação de desafios e o fortalecimento comunitário.

Os resultados serão divulgados em eventos acadêmicos, em artigos científicos e na tese, propriamente dita, além de existirem outras possibilidades de popularização e divulgação científicas a serem concebidas conjuntamente. Ao final da pesquisa, uma cópia

impressa da tese ficará arquivada no Programa EICOS/UFRJ, e cópias digitais serão disponibilizadas na página oficial do referido programa de pós-graduação, e em bibliotecas da UFRJ. A versão digital ficará disponível, ainda, na página pessoal do portal Academia.edu do Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS) e na página pessoal da pesquisadora responsável. Também estão previstos encontros para a restituição da pesquisa, dirigidos ao público participante para a devolução dos resultados.

Caso tenha alguma dúvida sobre essa pesquisa, você pode entrar em contato conosco através dos endereços e canais de comunicação abaixo. O Comitê de Ética é a instância responsável por examinar os aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos, zelando pela proteção à dignidade, autonomia e direitos dos participantes.

- Renata Amorim Almeida Fonseca, Doutoranda do Programa EICOS/UFRJ:

**Programa EICOS**, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Endereço: Pavilhão Nilton Campos, Av. Pasteur, 250, Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro – RJ. E-mail: renata.a.a.fonseca@ufrj.br. Celular pessoal: (21) 98883-1101

- Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ:

**Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH**, Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30. Campus da UFRJ da Praia Vermelha. E-mail: cep.cfch@gmail.com. Telefone: (21) 3938-5167

Agradeço por ler estas informações até aqui. Se desejar participar da pesquisa e estiver de acordo com os termos deste RCLE, por favor responder:

Sim, estou de acordo com os termos deste RCLE e desejo participar da pesquisa.

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

**ROTEIRO DE ENTREVISTA** (Projeto de Tese – Caminhos Vivos da Transição Social e Ecológica: Alternativas Sistêmicas e Comunitárias para o Bem Viver, com Inspirações no Tecer da Teia dos Povos do Brasil)

1) IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Filhos: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Território/Comunidade: \_\_\_\_\_

2) MINIBIOGRAFIA (fale um pouco sobre você, sua história de vida, seus anseios e projetos e o que mais quiser compartilhar 😊)

3) DESCRIÇÃO DO LUGAR ONDE VIVE (fale um pouco sobre o território, a comunidade, histórias, tipos de relações, anseios e projetos e o que mais quiser compartilhar)

4) SENTIDOS DE COMUNIDADE (dentro da sua vivência e experiências coletivas, o que significa comunidade e vida comunitária?)

5) SENTIDOS DE NATUREZA (a partir da sua vivência e percepção, o que significa natureza para você e como é sua experiência de contato com ela?)

6) MODOS DE VIDA (como é a vida cotidiana, a rotina, as suas atividades e práticas na relação consigo mesmo, com os outros e com a natureza, nas diversas dimensões da vida?)

- Ecológica (práticas envolvendo o cuidado e a relação direta com a natureza):
- Social (relações interpessoais, lazer, participação em grupos):

- **Econômica** (relações de trabalho, atividades produtivas, geração de renda, trocas):
- **Cultural** (visão de mundo, práticas espirituais, manifestações artísticas, festas, tradições e conhecimentos):
- **Política** (trabalhos e ações coletivos, participação em colegiados, associações, partidos):
- **Saúde, bem-estar e qualidade de vida** (hábitos de cuidado consigo e com os outros, envolvendo mente e corpo, alimentação, prevenção e tratamento de doenças e também questões subjetivas):
- **Educação** (envolvimento com processos educativos formais e informais):

7) **VISÃO SOBRE POTENCIALIDADES, DESAFIOS, SONHOS E PERSPECTIVAS DE FUTURO** (para si, a família, a comunidade, o território, ou mesmo para o município, país, continente e o mundo...)

8) **OUTRAS PARTILHAS QUE DESEJAR FAZER** (pode ser em forma de texto, poema ou ilustrações. Se puder e quiser pode enviar fotos, desenhos, pinturas, vídeos e fazer indicações/sugestões... 😊)

**MUITO OBRIGADA!**

Lista de entrevistadas e entrevistados durante a imersão no Assentamento Terra Vista, Arataca, BA, realizada no período de 26 de novembro a 08 de dezembro de 2022.\*

<b>NARRADORAS E NARRADORES DAS ENTREVISTAS-NARRATIVAS</b>			
<b>Identidade</b>	<b>Idade e faixa etária</b>	<b>Profissão</b>	<b>Especialidades e áreas temáticas</b>
Pimenta Rosa	23	Chocolatier	Coordenação do coletivo da juventude e Produção de chocolate
Lírio do Brejo	30-40	Agroecólogo e Babalorixá	Agroecologia, Educação e Espiritualidade
Pitanga	62	Agricultor	Horticultura e produção agrícola
Quioiô	30-40	Técnica administrativa no CEEP Milton Santos e empreendedora	Produção de polpas de fruta e histórico no MST
Goiaba	30-40	Motorista da escola e empreendedor	Produção de polpas de fruta
Manjericão	40-50	dona de casa e filha de axé (mãe cuidadora)	Plantas medicinais e mãe de santo no Candomblé
Artemísia	40	Agrônoma	Coletivo de mulheres, produção de óleos essenciais e cosméticos e professora
Citronela	56	Consultora Natura e funcionária área de saúde do município de Arataca	Saúde geral, posto de saúde do ATV
Capim Santo	61	Liderança, coordenador MST, ATV e fundador da Teia dos Povos	Histórico, visão geral e estratégica do ATV e da Teia dos Povos

\* Outras narrativas (12) também foram ouvidas nessa ocasião, sob a forma de palestras, em dinâmicas de grupo e nas conversas informais, e incorporadas à pesquisa, conjuntamente à observação participante. Além disso, foram realizadas entrevistas, conversas e reuniões, remotamente, envolvendo representantes da Teia dos Povos e de outros coletivos nas fases pré e pós-campo, fora do período indicado.

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** SUSTENTABILIDADE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: subjetividades, práticas locais e a confluência de alternativas em experiências comunitárias brasileiras

**Pesquisador:** Renata Amorim Almeida Fonseca

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 55442621.3.0000.5582

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia (UFRJ)

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.239.845

#### **Apresentação do Projeto:**

De acordo com a pesquisadora: "Essa pesquisa de tese trata, em essência, sobre sustentabilidade e Transformação Social. Ancorada no campo de estudos da Ecologia Social, se fundamenta em aportes teórico-conceituais da crítica decolonial com o intuito de problematizar sobre os desafios estruturais associados ao cenário de crise civilizacional e contribuir para a sua superação. Partindo dessa implicação ético-política, incorpora aspectos psicossociais ao processo dialógico de construção de conhecimentos, buscando suplantar concepções disjuntivas das diferentes realidades e criar possibilidades de reconexão entre Sociedade e Natureza. Isso porque, a cisão forjada pelo pensamento ocidental moderno entre os domínios das ciências humanas e das ciências da natureza acarreta limitações à compreensão de interrelações complexas, o que acaba por produzir modos insustentáveis de existência, incompatíveis com as bases de sustentação da vida. (...) Almeja-se com essa pesquisa acadêmica intervir no sentido de duas urgências, suscitadas pelo jogo desigual de forças das narrativas em disputa nesse momento histórico crucial: a) documentar novas e/ou distintas formas de organização socioecológicas e de práticas políticas, associadas às dimensões ecológica, social, econômica e cultural da sustentabilidade, bem como as subjetividades delas emergentes e b) elaborar abordagens teórico-metodológicas que ultrapassem distinções subsistentes nos sistemas naturais e culturais, suplantando visões fragmentadas e reducionistas

Continuação do Parecer: 5.239.845

que prefiguram categorias científicas de análise nesse processo. Visando contribuir, em última instância, para fortalecer os modos de vida e subjetividades regenerativos - em ressonância com as dimensões trinas de identidade cultural, equidade social e sustentabilidade ecológica associadas à noção de Bem Viver - e para que se possa compreender também suas potencialidades e seus desafios, a metodologia adotada nesse percurso envolve: a) a realização de pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, b) a participação em encontros e reuniões para observação participante e engajamento coletivo, c) o mapeamento de alternativas comunitárias territoriais e d) a realização de entrevistas, a sistematização dos relatos de experiências e a produção de narrativas com mulheres e homens (agricultore/as familiares, ecovileiro/as, pescadore/as artesanais, quilombolas, indígenas e outros sujeitos comunitários) selecionado/as com base em uma ampla rede de indicações".

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

1) Interpretar práticas sociais e a produção de subjetividades em experiências comunitárias territorializadas, no contexto nacional, bem como identificar potencialidades e desafios para a confluência de alternativas sistêmicas, a partir da perspectiva do Bem Viver. Em última instância, objetiva-se relatar experiências pessoais e coletivas visando ao fortalecimento comunitário e a sustentabilidade nos territórios, no contexto de crise civilizatória.

Objetivo Secundário:

1) Problematizar o contexto de crise civilizatória contemporânea, a partir de um debate crítico sobre as perspectivas modernas/coloniais de desenvolvimento e as alternativas de transição para sociedades sustentáveis;

2) Abordar os sentidos do Bem Viver, suas bases ontológicas e epistemológicas e seus desdobramentos ético-políticos na América Latina, enquanto via possível para ressignificar caminhos e horizontes, pautando um outro tipo de relação entre Cultura e Natureza desde uma

Continuação do Parecer: 5.239.845

perspectiva forjada no Sul Global;

3) Caracterizar as alternativas sistêmicas de transição para modos de vida comunitários e sustentáveis, apresentando seus fundamentos e antecedentes, bem como suas potencialidades e fragilidades no contexto global e nacional;

4) Relatar experiências de iniciativas comunitárias, mediante a produção de narrativas que buscam traduzir vivências em conhecimentos, como forma de abordagem psicossocial para as questões socioambientais contemporâneas, à luz da perspectiva do Bem Viver.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

De acordo com as Resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), todas as pesquisas envolvem riscos, ainda que mínimos. Desta forma, existem eventuais riscos que as/os participantes podem vir a ter, como desconforto, constrangimento, entre outros sentimentos desagradáveis. Caso seja identificada alguma situação incômoda, ou havendo qualquer outra necessidade, a entrevista poderá ser interrompida. Ainda existem os riscos característicos das atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas, conforme prevê o documento “Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual”, publicado pela Comissão Nacional de Ética

em Pesquisa (Conep), do Conselho Nacional da Saúde, em 24 de fevereiro de 2021. Mas serão tomadas todas as medidas possíveis para assegurar a confidencialidade dos dados e evitar potenciais riscos de violação, tais como a inserção de senhas para abrir a pasta onde ficarão arquivadas as informações das/os participantes. Vale ressaltar que as pessoas entrevistadas, caso não se sintam confortáveis, terão plena liberdade para recusar-se a participar da pesquisa, ou para retirar o seu consentimento durante todas as fases do projeto, sem qualquer prejuízo ou justificativa. Nesse caso, será enviada uma resposta de ciência sobre o interesse da pessoa em retirar o consentimento em participar do estudo. A

identidade das pessoas entrevistadas será mantida em sigilo, a menos que expresse claramente que prefere sair do anonimato, oficializando este posicionamento em documentos cabíveis. Caso contrário, qualquer dado que possa identificar as/os participantes será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. Esses cuidados mencionados têm como objetivo deixar claro que a pesquisa apenas será realizada com o

Continuação do Parecer: 5.239.845

consentimento das pessoas envolvidas.

#### Benefícios:

Entre os possíveis benefícios em participar da pesquisa, destaca-se o fato de que a entrevista poderá viabilizar à/ao participante a realização de um resgate histórico e sensível sobre as suas raízes e as suas vivências. Além disso, também será possível a realização de uma reflexão mais aprofundada sobre a sua identificação com a temática da sustentabilidade, autonomia territorial, relações comunitárias e com a natureza. Essas elaborações reflexivas poderão potencializar a atuação dessas pessoas entrevistadas e possibilitar o acesso da pessoa entrevistada a emoções positivas, ao estimular a imaginação de utopias desejáveis.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa relevante, com solidez na matriz teórica, apresentando os documentos obrigatórios previstos nas resoluções nºs 466 e 510. A pesquisa buscará analisar alternativas ao modelo hegemônico ocidental cuja ruptura histórica entre ser vivo e natureza vem nos legando um cenário de degradação ambiental e no horizonte uma série de novas pandemias diante do quadro destrutivo ambiental, necessitando a reflexão sobre as matrizes coloniais que fundam o ocidente.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

A pesquisadora apresentou o RCLE conforme as determinações previstas nas resoluções atentando para os dados fundamentais, com exceção do prazo de 5 anos, mas que diante da formulação escurrida do RCLE, entendemos por colocar como recomendação, para não gerar atrasos à pesquisa.

#### **Recomendações:**

Acrescer o prazo de 5 anos de armazenagem no RCLE.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto está aprovado, e reforça-se o cumprimento da recomendação acima.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

**UFRJ -  
CENTRO DE FILOSOFIA E  
CIÊNCIAS HUMANAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO**



Continuação do Parecer: 5.239.845

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1868000.pdf	14/12/2021 09:20:36		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_Plataforma_Brasil.pdf	14/12/2021 09:17:49	Renata Amorim Almeida Fonseca	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Assinada.pdf	08/12/2021 16:10:27	Renata Amorim Almeida Fonseca	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE.pdf	06/12/2021 17:18:05	Renata Fonseca	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	06/12/2021 17:16:58	Renata Fonseca	Aceito
Orçamento	Orcamento_preliminar_plataforma_brasil.pdf	06/12/2021 17:13:17	Renata Fonseca	Aceito
Cronograma	Cronograma_previsto_plataforma_brasil.pdf	06/12/2021 17:12:50	Renata Fonseca	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RIO DE JANEIRO, 11 de Fevereiro de 2022

**Assinado por:  
ERIMALDO MATIAS NICACIO  
(Coordenador(a))**

## **10. ANEXOS**

**10.1 Cartas Finais Jornadas de Agroecologia da Bahia**

**10.2 Aprovação do Projeto de Pesquisa-ação entre Teia dos Povos e UFRJ pela  
*Adaptation Research Alliance (ARA)***

## CARTA DA I JORNADA DE AGROECOLOGIA DA BAHIA

Nós, os mais de quinhentos participantes da I Jornada de Agroecologia da Bahia, tupinambás, quilombolas, pataxó hã-hã-hãe, pataxó, assentados e assentadas, acampados e acampadas. Homens, mulheres, jovens e crianças, reunidos entre os dias 26 de novembro e 01 de dezembro de 2012, no assentamento do MST, Terra Vista, no município de Arataca, afirmamos o nosso compromisso com o modo de vida agroecológico.

Ao longo dos seis dias de jornada nos debruçamos sobre práticas agrícolas, educação, movimentos sociais, cultura, fortalecimento de Identidade e de luta popular, contextualizando-os com a agroecologia. Compreendendo que a agroecologia é mais que um modelo de técnicas agrícolas, pautamos o nosso evento nas mais diversas linguagens, não deixando de lado a necessidade de envolver as crianças e adolescentes na construção do mundo que queremos.

Lamentamos o modelo antidemocrático, latifundiário, capitalista, oligárquico que ainda prevalece na Bahia e no Brasil, assim como a ausência de políticas públicas eficientes que contemplem a dignidade dos povos camponeses. Elencamos como problemáticas que dificultam a concretização da agroecologia: a precariedade da educação no campo e o fechamento de escolas no campo, o êxodo forçado da juventude camponesa, ausência de formação efetiva e contextualizada para os professores, a falta equidade de gênero, submissão do Estado ao grande capital, uso de agrotóxicos, inoperância de políticas públicas que permitam o escoamento da produção agroecológica, modelo de segurança pública pautado em uma tradição escravocrata de extermínio e opressão dos nossos povos, dentre outros.

Indignamo-nos com a incompetência e seletividade dos órgãos do governo estadual e federal em executar políticas públicas que garantam a titulação e permanência dos povos do campo e da floresta em seus territórios.

Afirmamos então, nossa capacidade de resistência, apresentando com nossas vidas e nossos esforços nos aprendizados cotidianos, outra forma de desenvolvimento baseado no modelo agroecológico e de uma educação libertadora, construtora de outro modelo de pensamento, produzindo, trocando e comercializando alimentos de qualidade, sem agrotóxico, fortalecendo a organização, o associativismo, respeitando as diferenças étnicas, de gênero e geração, valorizando a cultura e a arte do nosso povo.

Comprometemo-nos em expandir a articulação e manter permanentemente mobilizada a Rede de Agroecologia organizada nesta jornada com o objetivo levar aos diversos territórios da Bahia a matriz agroecológica de produção e transformando em tradição a realização da Jornada de Agroecologia na Bahia como ponto de encontro, troca, ação e mobilização permanente dos povos.

*“Uma caminhada de passos largos e sem direção, é tempo perdido. Uma caminhada de passos curtos com objetivos, demora, mas um dia se chega lá.”*

Assentamento Terra Vista – Arataca – BA, 01 de dezembro de 2012.

## CARTA DA II JORNADA DE AGROECOLOGIA DA BAHIA

Os povos do campo e da cidade, reunidos na II Jornada de Agroecologia da Bahia, no Assentamento Terra Vista, em Arataca, Território Litoral Sul, entre os dias 12 e 15 de dezembro de 2013, uniram povos e saberes para a defesa irrestrita da agroecologia enquanto um modo de vida e um instrumento para conquistar a soberania de nossos territórios.

Lamentamos o não reconhecimento e apoio digno do Estado Brasileiro para com a agroecologia e com a luta de nossos povos, cuja vida perpassa permanente criminalização, risco e extermínio. O Estado Brasileiro, sustenta uma estrutura baseada na exclusão social, quando este financia e apoia o êxodo rural, fomentando pobreza e violência para servir aos interesses do capital, o que distorce seu papel de proteção e garantia de dignidade de seus povos. O sistema de produção do campo imposto pelo capitalismo, o agronegócio, nos violenta a cada dia e não para, ele acumula um histórico de extermínio cultural e territorial, se apropriando de nossos saberes, de nossa ciência e de nossa cultura para fins de dominação, seja transformando tudo em produtos para a indústria e o mercado, seja ridicularizando e espetacularizando a nossa diversidade.

A II Jornada é resultante da consolidação da Teia de Agroecologia dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica, formada na I Jornada em 2012, para atuar de forma permanente enquanto uma rede que reconstrói a solidariedade entre os povos negros, indígenas, assentados, juventude e crianças e dá um sentido mais amplo à agroecologia, tão distorcida pelo excesso de academicismo, teoricismos e tão pouca prática. Nós, da Teia, rompemos o tecnicismo perigoso para defender uma agroecologia que une os povos e saberes para garantir saúde para nossos alimentos, solos e águas, saúde para as nossas relações sociais, para nossa identidade cultural, espiritualidade e ancestralidade.

Estamos construindo uma forma de organização entre os povos que busca autonomia política e financeira, através das ações de fortalecimento das experiências agroecológicas em cada território que compõe a Teia, na busca de autogestão e do autofinanciamento. Estamos trabalhando para atuar adequadamente levando em consideração as especificidades de nossas crianças, jovens, homens, mulheres e idosos. Mas não teremos como conquistar essa saúde e autonomia, que representa na verdade novas formas de vida, política e militância, sem garantir nossos territórios e a vida de nosso povo e nossas lideranças.

A agroecologia então, é também uma forma de enfrentamento desse sistema e a Teia se propõe a ter ações solidárias diretas de defesa de nossos povos. Assim, nossa luta segue o caminho irrestrito de defesa da garantia da terra e por uma soberania dos povos que sabemos que só pode ser feita a partir de nosso suor.

Nossa Jornada e nossa Teia renovam nossas utopias e nosso poder de seguir:

*“Nada do povo, para o povo, acima do povo, sem o povo!”*

Arataca, Bahia, 15 de dezembro de 2013.

## CARTA DA III JORNADA DE AGROECOLOGIA DA BAHIA

Elas e eles, mais de mil e duzentos, chegaram de todas as partes chocalhando seus maracás, tocando seus tambores e atabaques, percutindo seus berimbaus e caxixis, dedilhando seus violões e acordeons e soprando suas flautas e gaitas. Chegaram com ginga, com cores, com alegria, trouxeram suas sementes sagradas e seus saberes ancestrais. Nos seus alforjes, sonhos, rebeldias e esperanças de um novo mundo possível para TOD@S.

Na primeira semana de dezembro de 2014, entre 4 e 7, aconteceu nosso Grande Encontro no Assentamento Terra Vista, em Arataca, sul da Bahia, com o tema: "*Sementes, ciência e tecnologia agroecológica, para mudar a realidade das comunidades no campo e na cidade*". Foram quatro dias intensos de partilhas, reflexões, práticas, celebrações e uma mística que envolvia a tod@s.

Com oficinas temáticas, mini-cursos, mesas redondas, momentos lúdicos, conversas ao pé da fogueira, ocupamos os diversos "cantos" do assentamento. Junto a isso, a feira troca-troca de sementes crioulas, os banhos no Rio Aliança e as diversas reuniões políticas dos movimentos aqui presentes, levaram-nos as seguintes constatações:

\* A certeza de que a caminhada realizada desde a I Jornada no final de 2012, com a consolidação da Teia de Agroecologia dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica, deve continuar. A Teia atuará de forma permanente enquanto uma rede que reconstrói a solidariedade entre as comunidades tradicionais, movimentos do campo e da cidade, ampliando assim o sentido da agroecologia, tão distorcida pelo excesso acadêmico e teórico e de tão pouca prática. Devemos desconstruir o tecnicismo perigoso, para defender uma agroecologia que une os povos e saberes, para garantir saúde dos nossos alimentos, solos e águas, das nossas relações sociais, da nossa identidade cultural, espiritual e ancestral. Como vimos fortemente nesta III Jornada, nos comprometemos na luta pela preservação e garantia de nossas sementes – "Patrimônio genético dos povos e da humanidade".

\* Assim como na II Jornada, percebemos e reafirmamos o compromisso de consolidar uma saúde de boa qualidade, diferenciada e autônoma, que reafirme nossos modos de vida ancestrais e nossa forma de construir política e militância. Isso só é possível a partir da luta pela garantia dos territórios, de alimentos saudáveis e da vida de nosso povo e lideranças. A agroecologia, então, é também uma forma de enfrentamento do sistema opressor e a Teia se propõe a conduzir ações solidárias diretas em defesa desses objetivos. Assim, nossa luta segue o caminho irrestrito da defesa da terra e da construção de uma soberania popular que só pode ser conquistada a partir de nosso suor.

\* Exigimos a democratização da terra, a garantia dos territórios dos povos, a desintrusão e regularização imediatas dos territórios indígenas e quilombolas, além da reforma do solo urbano. Repudiamos veementemente os ataques dos ruralistas, com a conivência do Estado Brasileiro, contra os direitos duramente conquistados pelos povos do campo. Por isso, dizemos NÃO às propostas de Emendas Constitucionais (PECs), Projetos de Leis (PLs) e Portarias Ministeriais que atacam e tentam tirar direitos já conquistados. Todos esses instrumentos buscam inviabilizar e impedir o reconhecimento e a demarcação das terras dos povos tradicionais; reabrir e rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados; facilitar a invasão, exploração e mercantilização dos territórios sagrados dos povos das florestas. Continuaremos numa luta constante contra todos estes instrumentos jurídicos e legislativos que tentam deslegitimar as lutas e retirar os direitos constitucionais destas populações.

\* Rechaçamos as propostas dos serviços ambientais no contexto da economia verde, incluindo seu maior expoente, o REDD+. Isso continuará sendo uma parte central da nossa luta contra o capitalismo e as indústrias extrativas, mineradoras, assim como outras que se alinham ao capitalismo espoliador e destruidor da natureza e de seus povos. Reafirmamos o compromisso de nos organizarmos pela defesa e autonomia dos nossos territórios, das populações que vivem, dependem e são parte das florestas, pela defesa da Mãe Terra. Basta de projetos espoliadores! Não aos serviços ambientais! Lutar contra REDD+ também é combater o capitalismo!

\* Reafirmamos que lutar não é crime. Não à criminalização e extermínio dos povos que defendem seus territórios! Queremos um basta imediato no processo de criminalização das lutas e das lideranças.

\* Exigimos que os governos municipais, estaduais e o governo federal cumpram com suas obrigações constitucionais e garantam os nossos direitos. Que possamos ter políticas públicas que, verdadeiramente, atendam e respeitem as nossas necessidades e especificidades. Isto não é um favor, é um direito!

\* Invocamos a proteção dos nossos encantados, os seres de luz, para continuarmos lutando contra os projetos de morte, que em nome do dito “progresso”, conhecido como agronegócio e hidronegócio, ataca e agride nossas comunidades, desrespeita identidades culturais, ferem a Mãe Natureza e seus filhos e filhas. Lutaremos sempre por uma educação descolonial, não patriarcal, antirracista e libertadora, que nos leve a concretizar o nosso Bem Viver.

\* Percebemos a necessidade e nos comprometemos em aperfeiçoar a prática da agroecologia nos nossos territórios, articulando saberes ancestrais com novos conhecimentos, usando tecnologias e formação política para o empoderamento popular. Nos comprometemos com a ampliação dos nossos bancos de sementes e viveiros de mudas, com o manejo e uso da agroecologia e biodiversidade em SAF's (Sistemas Agroflorestais). Fortaleceremos modelos comunitários de produção, sem o uso de venenos e construindo uma grande Teia de tecnologias sociais, onde a camponesa e o camponês, com seus saberes tradicionais, são fundamentais para garantir a soberania dos povos em suas terras.

\* Firmamos nossa atuação com as diferentes gerações e nos comprometemos com a educação para a rebeldia e desobediência; com a formação política e vivências comunitárias para nossas crianças e jovens; e com o enfrentamento das opressões contra as mulheres, a população negra, indígena e LGBT, no campo e nas periferias das cidades.

\* As mulheres da Teia reafirmam a necessidade da consolidação de um modo de atuação que garanta a organização autônoma de seus espaços, fortalecendo o enfrentamento da opressão de gênero no campo e na cidade.

\* A Teia dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica sente a necessidade e a importância de articular com outros povos, por isso se faz necessário a vinculação com a Via Campesina, agregando nossas ações aos povos do mundo e colaborando com o avanço da luta no estado da Bahia, tão fragmentada por disputas mesquinhas, quase sempre conduzidas pelas disputas partidárias.

\* Nos comprometemos em continuar a nossa jornada unid@s, partilhando os nossos saberes, construindo coletivamente nossos sonhos, protegendo as nossas sementes, organizando em mutirão as nossas lutas, exigindo com responsabilidade e de forma propositiva os nossos direitos, transformando os nossos espaços em territórios sagrados, semeando sementes de esperança para colhermos frutos de vida e plenitude, retirando e impedindo o uso de venenos e agrotóxicos não só da terra, mas de nossa convivência, para podermos saborear num futuro bem próximo um chocolate amargo-doce, resultado de uma corrente de diferentes elos unidos e entrelaçados por um único ideal: O DE AVANÇAR! DIGA AO POVO QUE AVANCE... AVANÇAREMOS! É preciso resistir para EXISTIR!

Assentamento Terra Vista – Arataca (BA), 07 de dezembro de 2014.

## **CARTA DA IV JORNADA DE AGROECOLOGIA DA BAHIA**

Com o lema: Terra, Território e Poder, nós militantes da Teia dos Povos, nos reunimos entre os dias 29/10 e 01/11/2015 no Assentamento Terra Vista, no Município de Arataca, Estado da Bahia, para realizarmos a IV Jornada de Agroecologia e reafirmarmos o nosso compromisso com a defesa dos direitos, da vida e da transformação social, ao mesmo tempo que repudiamos a democracia burguesa e todas as formas de enganação política e moral que levam a crer que há soluções justas dentro do capitalismo.

Diante das diferentes crises proporcionadas pelo capitalismo que afrontam e põem em risco a vida de todas as espécies no planeta, viemos, com urgência, convidar todas as forças comprometidas com a ética, a justiça e a dignidade, para lutarmos juntos contra a exploração do trabalho humano, a devastação da natureza, o envenenamento e a intoxicação dos organismos vivos e, a favor de um projeto popular de poder, que envolva, em uma ampla teia democrática e pluriétnica, mulheres, homens, jovens e crianças na busca pela emancipação social e humana.

Constatamos que a situação de calamidade que se encontram os corpos d'água brasileiros em todas as regiões do Brasil, não têm como causa as crises climáticas, mas na ganância dos capitalistas que encontram, nos bens da natureza, o último recurso para acumulem riquezas. Para além disso, denunciemos que a causa maior da violência contra as águas têm suporte político, jurídico e militar do governo conivente e colaborador das forças dominantes e dirigentes do País. Exigimos do governo Brasileiro a imediata realização da reforma agrária, a demarcação dos territórios indígenas e áreas de remanescentes de quilombos, o cumprimento das legislações no que se refere à educação dos povos do campo, das águas e das florestas, o oferecimento de educação com qualidade para toda a classe trabalhadora e a interrupção imediata do fechamento das escolas do campo e da cidade, bem como, que o Congresso Nacional suspenda todos os projetos de lei criminosos que afrontam o direito ao território próprio dos povos indígenas, negros e trabalhadores em geral.

Declaramos que, enquanto índios, negros, camponeses, lutadores e lutadoras sociais, não temos mais espaço neste modo de produção que prioriza a acumulação, por meio da produção de mercadorias, para satisfazer aos geradores de violência que concentram a renda e as decisões políticas sobre o destino da humanidade, por isso, convidamos o povo à rebelião geral, pela defesa da vida, da soberania e da dignidade.

Saudamos com as nossas experiências e comemoramos os avanços alcançados na construção de projetos agroecológicos de iniciativa popular que visam a construção de uma sociedade Socialista. Nos colocamos à disposição da luta em prol de uma educação crítica e libertadora, da conscientização da classe trabalhadora, povos e comunidades tradicionais e da implantação de soluções que se oponham ao esforço devastador do capital.

Nos comprometemos a lutar contra a exploração da terra, das águas, das espécies da natureza e dos seres humanos, ao mesmo tempo que convocamos todos os seres de luz e encantados, para fortalecer nossa ancestralidade e caminharmos juntos na reconstrução do "Bem Viver". Nos somamos a quem luta e resiste contra o assalto aos direitos sociais que o governo vem implementando, que faz penar os trabalhadores, aumentar a violência e leva a sociedade ao retrocesso e à barbárie, ao mesmo tempo que, convidamos para lançar-nos ao trabalho de base, no plantio de novas sementes naturais e organizativas para resgatarmos a esperança, a indignação e a coragem de traçarmos o nosso próprio destino em direção à nova sociedade. Juntos construiremos uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Vida longa à Teia do Povos! Diga ao povo que avance! Avançaremos!  
Assentamento Terra Vista – Arataca (BA), 29 de outubro a 1 de novembro de 2015.

## CARTA DA V JORNADA DE AGROECOLOGIA DA BAHIA

Está decretado o fim da invasão! Foi num espaço à beira das praias de Porto Seguro – onde, exatos 517 anos atrás, aportaram na Bahia os invasores portugueses –, que nós, ativistas das Teias dos Povos, realizamos nossa V Jornada de Agroecologia, com o intuito de, em primeiro lugar, denunciar que essa chegada dos europeus, foi, acima de tudo, o início oficial da ocupação de nosso território pela colonização europeia e a hegemonia do Capital, a qual persiste até os dias atuais.

Somos mulheres e homens, crianças e anciões de inúmeros movimentos sociais e povos em luta: assentadas e assentados, acampadas e acampados, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, pescadoras e pescadores, quebradeiras de coco, povos de terreiro, povos de fundo e fecho de pasto, educadores, estudantes, pesquisadores, trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade. Na Teia dos Povos, construímos uma aliança em busca do Bem Viver e da defesa dos territórios.

Aqui viemos para afirmar em alto e bom som: esta não é a Costa do Descobrimento, é a Costa da Invasão! Estas terras tinham e têm dono. Este foi o mote de nosso encontro este ano: Terra e Território – Natureza, Educação e Bem Viver. Ele nos lembra que precisamos construir um mundo em que a luta dos povos pulse nos caminhos da ancestralidade.

Nossa alegria pela reunião se redobra com a presença de uma comitiva da Teia dos Povos do Maranhão, vinda do outro extremo do Nordeste, das fronteiras da Amazônia. Recebemos com alegria esses irmãos e irmãs que lutam pelos mesmos ideais e preparamo-nos para também visitá-los em retribuição, consolidando a aliança dos povos, tal como havíamos anunciado como nosso compromisso primordial.

Com esse ato de ocupar as praias de Porto Seguro, entre os dias 19 e 23/4/17, queremos lembrar ainda, que, hoje, vivemos tempos sombrios, em que nosso país e toda a América Latina voltam a correr grave perigo diante da nova investida imperial estadunidense e de outros representantes da linha de frente dos interesses do Capital.

Neste momento temeroso em que o Brasil tem sua Constituição rasgada por esse mau governo que ataca os direitos historicamente conquistados pelas lutas da classe trabalhadora, recebemos tristes notícias que sinalizam o avanço do império do autoritarismo e do racismo: primeiro, a chacina que vitimou esta semana ao menos dez camponeses na gleba Taquariçu do Norte, em Colniza (MT); depois, a condenação pela Justiça do jovem negro Rafael Braga, preso durante as manifestações de junho de 2013 por portar uma garrafa de pinho sol.

A investida do capital, vale lembrar ainda, não se dá somente por meio do poderio militar, mas também a partir da impressionante capacidade dos grandes conglomerados empresariais internacionais, em particular aqueles ligados à comunicação digital, de manter uma grande parte da população em estado de alienação, completamente absorvida por uma pauta diária que a imobiliza, desmobiliza e fragmenta.

Diante desse quadro, convocamos a todas as pessoas dispostas a não ceder a esse entorpecimento e comprometidas com a luta pela autonomia das comunidades e a dignidade humana a retomar a luta contra o Capital e o Império. Desde o Sul da Bahia conclamamos os povos a se juntarem à bandeira da agroecologia e, por meio dela, construir alternativas locais à monocultura que o capital nos impõe. O mundo capitalista é uma fazenda cercada!

A Teia representa a esperança de unidade dos povos, em sua diversidade e pluralidade. Não haverá democracia real no Brasil sem a justiça na distribuição de terras e na demarcação dos territórios, sem o respeito à autonomia das comunidades e sem a construção de uma nova matriz econômica, alicerçada na soberania alimentar e na agroecologia. Se a colonização se consolida em nossas cabeças, a descolonização real começa pelos pés, pisando nos territórios, demarcando-os com nossos passos e cultivando-os com a prática de nosso bem viver.

Revigorados e animados pelo encontro e a partilha, deixamos as praias da Costa da Invasão novamente rumo a nossos territórios reafirmando o compromisso com os desafios que a Teia se coloca para 2017: consolidar e robustecer a aliança dos povos; conquistar e garantir nossos territórios; recuperar os biomas devastados pelo latifúndio agroexportador; produzir autonomia e soberania alimentar; construir uma economia para além do capital; descolonizar definitivamente o ensino em nossas comunidades, fortalecendo as Quatro Grandes Escolas que neles estão sendo cultivadas – A Escola das Águas e dos Mares, a Escola dos Quilombolas, Tambores e Terreiros, a Escola do Arco e da Flecha e a Escola da Floresta, do Cacau e do Chocolate.

Muitas pisadas na direção do cumprimento desses compromissos já foram dadas este ano. Um exemplo são as diversas visitas solidárias entre as comunidades participantes da Teia, como a agora realizada por uma delegação da Jornada ao território Cahy- Pequi/Comexatibá, do Povo Pataxó, chamado pelos invasores de Parque do Descobrimento. Os mutirões se multiplicam. A rede de troca de sementes crioulas prospera. A juventude se fortalece. As mulheres avançam na tecitura de sua rede. Nossas iniciativas de comunicação se ampliam em vários fronts – a exemplo do acordo que assinamos com a TV Educativa da Bahia durante a V Jornada.

Ao som dos maracás, tambores, atabaques, cantando e bailando com nossas Guerreiras e Guerreiros, Caboclas e Caboclos, Mikisi, Orixás, Seres de Luzes e Encantados, convocamos mulheres, homens, jovens, crianças, anciões – toda a humanidade em luta pela construção do bem viver – a juntar-se a nossa caminhada. A história pertence à mulher e ao homem que não têm medo de lutar.

É preciso resistir para existir. Compreendemos que nossa Mãe Terra não nos pertence, nós é que pertencemos à Terra. E por isso é preciso dizer ao povo que avance para a tarefa da descolonização. Convocamos a todos a se juntar nesse grande mutirão, na construção permanente do Bem Viver.

Aquilo que nos une é maior do que o que nos separa. Dizendo ao Povo que avance. Avançaremos!!!! Pátria livre!

Porto Seguro, Terra dos Pataxó, 23 de abril de 2017.

## CARTA DA VI JORNADA DE AGROECOLOGIA DA BAHIA

Fortalecidas e guiadas pela ancestralidade negra e indígena, reconhecendo e valorizando nossa diversidade: somos grandes, seremos ainda maiores.

Com a licença dos mais velhos, aos núcleos de base, aos elos da Teia, às mulheres da Teia, à juventude, aos grupos de apoio, estamos construindo uma grande luta negra, indígena e popular. Nos encontramos no coração das Terras Payayá, na Cabeceira do Rio Utinga, neste ano de 2019, inspirados pelo espírito de luta e de guerra do grande cacique Sacambuasu, para confirmar uma grande aliança. O que estamos fazendo aqui ainda não encontramos um nome próprio, mas se trata de um grande ajuntamento de povos e territórios em luta.

A Teia dos Povos congrega movimentos e organizações sociais, pescadoras, marisqueiras, ribeirinhos, povo de fundo e fecho de pasto, povos de terreiros, pequenos agricultores, sem-terra, sem-teto, indígenas de muitas nações, quilombolas, povo negro, extrativistas e os muitos elos que apoiam e constroem a Teia a partir da solidariedade. Nos encontramos em Utinga e levantamos um grande acampamento para falar e nos ouvir, construindo coletivamente e de modo auto-organizado. Foram mutirões para construir banheiros, cozinhas, ocas, composteira e tantas outras instalações. Fizemos uma grande feira dos povos, falamos e ouvimos em mesas, rodas de conversa, aprendemos em oficinas, trocamos sementes crioulas, cozinhamos, cantamos e brincamos juntos. Nossas crianças brincaram num terreiro lúdico. Brincamos com elas. Não nos separamos de nossos filhos e netos.

Reunindo povos e movimentos em torno do tema Terra, território, águas e ancestralidade: tecendo o bem viver nossa sexta jornada foi vitoriosa. Aperfeiçoamos a nossa autogestão e avançamos muito no autofinanciamento de nossas atividades, seguimos com autonomia ideológica e política, produzindo uma análise de conjuntura e reflexões forjadas a partir da nossa realidade. Nossa fé e nossa ancestralidade construíram e seguem construindo nossas cosmovisões de mundo, além da defesa de nossos direitos e de nossas terras e territórios. Não existimos enquanto povo se não defendermos nossas águas, pois como consideram nossos antepassados Payayá, “o rio é o outro em mim”.

Hoje acreditamos que tecer o bem viver é algo que só se faz com luta, organização, resistência, autonomia, soberania. Tem sido a ancestralidade nossa grande conselheira e nos tem ensinado que “ser forte é saber porque estamos lutando”. Nos sentamos e conversamos. Está evidente que esta conjuntura nos faz um apelo à unidade, pois nossos mortos são mulheres, negros e indígenas. Há uma grande arquitetura da morte, eles lucram com nossos corpos em projetos do agronegócio, encarceramento de negros e indígenas, militarização e privatização do sistema de segurança pública, militarização e fechamento de escolas, megaprojetos de desenvolvimento que saqueiam nossos territórios e nos impedem de existir. Em outras palavras: nós temos um inimigo em comum. Nossos antepassados fizeram alianças em tantos outros contextos de guerra e nos deram a condição de estar aqui hoje. A força que emanamos na Chapada Diamantina também emerge da energia ancestral que transborda entre rios, lajedos e matas, pulsando nos trabalhos de evocação da jurema, encantados, caboclos, mikisis, orixás e voduns, reforçando a resistência política da luta dos povos que através do ubuntu e do bem viver enfrenta a colonização das mentes, dos corpos e territórios.

Nós não temos mais ilusões com a conciliação com esse modelo de institucionalidade perverso, desmobilizador, e os poderes constituídos que sempre tem defendido os

interesses das classes dominantes. Não há ilusões com a democracia burguesa dominada pelo capitalismo. Eles seguem nos perseguindo e nos odiando, agora com uma forte militarização da política agrária e ambiental que tem resultado no aprofundamento da criminalização das lideranças. São mais de 500 anos de assassinato espiritual, intelectual, cultural, moral e física. Isto é o que chamamos de genocídio indígena e negro. Este grande projeto econômico do capital é também um projeto neoextrativista predatório centrado no controle estratégico da terra, água, minério e biodiversidade. Rios morrem, florestas são queimadas, marés são contaminadas, tudo isso em um ritmo cada vez mais acelerado e escancarado, sem a vergonha de esconder o ódio contra nós. Por isso nossos povos e movimentos defendem a mãe terra, “a natureza da qual fazemos parte, nos mantém”. Estamos inspirados por quem nos tem ensinado que temos que construir um mundo que caibam muitos mundos, por aqueles que gritaram há alguns anos “já basta”!

Fomos grandes, mas podemos ser ainda maiores. Aprendemos com nossos erros e nossas conquistas. Fortalecemos nossa rede de solidariedade, amparamo-nos mutuamente, traçamos estratégias para autodefesa e resistência. Sabemos, contudo, que há desafios urgentes e que nossa articulação precisa avançar.

Nossas pré-jornadas – eventos regionais de organização da Teia – foram importantes no salto qualitativo da autogestão deste encontro e de ações conjuntas entre movimentos. Entretanto é essencial multiplicá-las e garantir que os núcleos de base e elos da teia se articulem nas regiões a partir das pré-jornadas. Esta é uma relevante tarefa pois a Teia dos Povos não se propõe a ocupar o lugar dos movimentos sociais e das organizações. A Teia uma articulação. A Teia dos Povos somos nós.

Firmamos o compromisso aqui de fortalecer a participação da juventude em nossos espaços e para isso é essencial que os territórios formem e construam atividades com o protagonismo de jovens. Esta é uma decisão. Seguimos insistindo na necessidade vital de enfrentar as violências e toda sorte de subalternização das mulheres. Em nossos territórios as mulheres já ocupam um lugar central de sobrevivência de nosso povo. Estão do plantio à organização da família e da comunidade. É essencial que isto transpareça nas estruturas organizativas e de decisão – na agroecologia a terra é feminina e o papel fundamental é das mulheres.

Assim convocamos todos os núcleos de base, elos da Teia, apoiadores e lutadores e lutadoras do povo para uma grande ação em março de 2020 em Salvador. Ali o comando será das mulheres negras e indígenas e pelas mulheres e seus povos. Essa é nossa próxima tarefa e a cumprimos. 2020 será o ano da grande aliança rumo a libertação de nossos povos. Aqui enfrentaremos as contínuas invasões brancas e estrangeiras.

Até a guerra! Diga ao povo que avance!

Cabeceira do Rio Utinga, primavera do 519º ano da primeira invasão, 2019.

## CARTA DA VII JORNADA DE AGROECOLOGIA DA BAHIA

Com as bênçãos de nossas mais velhas e mais velhos e dos mais velhos do que os nossos mais velhos. Em respeito às águas e seus povos. Em respeito às crianças e a nossa juventude. Em respeito às férteis terras do Recôncavo e as ricas águas da Baía de Todos os Santos, que tantos de nossos irmãos alimentaram ao longo de séculos e séculos.

Com a força dos ventos, desde o quilombo de Conceição de Salinas, território ancestral pesqueiro conquistado e preservado por gerações de mulheres negras guerreiras, aqui falamos em nome da Teia dos Povos, desde a Bahia. Aqui estamos em território repleto de memórias dos Tupinambá e Tupiniquim, que aqui reinaram por muitos séculos e também permanecem vivos no sangue e nas almas de muitos de nós.

Em 2019, estivemos reunidos na Chapada Diamantina, onde nascem águas que correm até a baía em cujas margens hoje voltamos a nos reencontrar, depois de mais de três anos em que padecemos com um governo fascista e uma pandemia que potencializou a política de extermínio de nossos corpos e modos de vida. Enquanto lutamos aqui, irmãos e irmãs Yanomami e Ye'kwana, entre tantos outros povos ameaçados pela mineração e o agronegócio, seguem sendo perversamente violentados.

Reunidos neste lugar sagrado de encontro das águas, nos preparamos em nossas mentes, corpos e espíritos, celebrando o dia de Iemanjá e Kayala para abençoar nossa luta contra o capital, simbolizada por Salvador, primeira capital estabelecida pelos invasores em Pindorama.

Esta Baía de Todos os Santos nos serve, hoje, para lembrar que, há exatos 200 anos, uma poderosa aliança negra, indígena e popular varreu as tropas portuguesas destas terras, garantindo nosso embarque no grande sonho de independência latino-americana. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de lembrar a amarga traição que as elites brancas nos infligiram logo em seguida, assim que tiveram chance. Permanece viva a lembrança do cativo imposto a milhões de nossos ancestrais e das guerras injustas travadas, ainda, contra os povos originários, mesmo depois do 2 de Julho de 1823.

Neste nosso encontro em terras afro-indígenas, inauguramos nossos trabalhos no mesmo dia em que tivemos a revoltante notícia do assassinato do pescador Josias Almeida de Jesus, morador do vizinho povoado de Encarnação, brutalmente alvejado em praça pública por um representante da elite branca local que se evadiu do local do crime de forma covarde.

Honramos nosso compromisso com os nossos, com as nossas, e com a comunidade de Encarnação apoiando seu justo protesto na estrada que corta o distrito, num exercício de solidariedade que nos permitiu rememorar coletivamente o sério desafio que enfrentamos no Brasil atual, para enfrentar a militarização de nossa sociedade e a espúria tentativa de imposição de tutela dos militares sobre nossa frágil democracia burguesa. É sempre importante perceber que, como aconteceu no caso de Josias, quando os militares têm que optar entre proteger a vida da população ou o patrimônio dos ricos, eles muitas vezes fazem opções que expõem a verdadeira natureza dessa instituição: impedir a revolta dos povos escravizados contra o latifúndio.

Neste momento em que assume um novo governo, em torno do qual se gera enorme expectativa, em nosso exercício coletivo de reflexão, também pudemos ouvir com atenção nossos mais velhos e nossas mais velhas, que nos alertaram para a necessidade de não construirmos um novo ciclo de ilusões em nossas mentes e corações. A constante aliança com o latifúndio e o capital que tem sustentado todos os governos neste país em cinco séculos nunca nos deu e nunca nos dará de forma plena o que é mais fundamental: terra e território – liberdade e dignidade.

Precisamos, sim, é de aproveitar a oportunidade histórica que nos oferecem os grotescos erros do anterior governo fascista. É hora de enterrar de vez o autoritarismo e o militarismo nestas terras. Na Bahia, fascista não se cria. Que o espírito dos Aimoré, dos Malês, dos Alfiates, de Canudos inspire o Brasil a varrer para o esgoto essa escória.

Renovamos, ainda, em nossas conversas, as reflexões sobre o maior perigo que atualmente ronda a humanidade, o atual estado generalizado de ecocídio, cujo enfrentamento nos exigirá, ainda, muito vigor e energia. É uma luta urgente e de longa duração, sabemos. São muitas as comunidades que nos trazem relatos das ameaças que as rondam. Não satisfeito com o atual processo de colapso ambiental planetário, o capital segue voraz, cobiçando águas, terras, florestas, jazidas minerais, cardumes, tudo aquilo que ele devora para transformar em dinheiro – para eles – e ruínas – para nós.

Não podemos nos enganar: o ecocídio generalizado e a expansão desenfreada do capital sobre o mercado mundial de alimentos estão criando uma crise sem precedentes. A fome se espalha cada vez mais, e triste será o povo que permanecer desatento à necessidade de construção de sua soberania alimentar. Só um povo altivo consegue guerrear contra seus inimigos.

Trata-se de uma tarefa imediata, urgente, e que não podemos deixar a cargo do Estado. Ao mesmo tempo, é importante perceber que as pessoas só permanecerão na terra, para defender nossos territórios, se tiverem uma renda digna – que deve ser garantida pelo trabalho. É só assim que conseguiremos que as novas gerações permaneçam nos territórios e construam um futuro de luta e emancipação real para si.

Durante nosso encontro anterior, em 2019, havíamos assumido o compromisso de dar um espaço central para a juventude nesta Jornada. Cumprimos nossa palavra. Aos jovens foram confiadas importantes tarefas e espadas para as lutas vindouras.

E não há espaço para a juventude sem espaço para formação. Por isso estamos criando este ano a Universidade dos Povos. Não será um espaço de aprendizagem para indivíduos, será dos povos e territórios. Não estamos preocupados em oferecer diplomas, e sim oportunidades para o desenvolvimento de nossas melhores inteligências. A Universidade dos Povos poderá não dar canudos, mas, quem sabe, dê em muitas novas Canudos.

Mas, é importante lembrar, precisamos garantir às crianças uma boa formação de base. O atual sistema oferecido pelos Maus Governos é simplesmente uma fábrica de escravos. A Universidade dos Povos principia, na verdade, desde nosso terreiro lúdico, desde a escola de base, que precisa educar para a emancipação.

O desafio de encantar o mundo não pode encontrar limites nas fronteiras definidas pelos Maus Governos. Por esta razão, prometemos ir muito além da Bahia em nossas tessituras, e é o que estamos fazendo. Neste nosso encontro, fomos honrados com a presença de delegações de algumas das novas Teias que estão semeadas por todo o Brasil, às quais deixamos uma especial saudação e a confiança que seguirão a expansão de nossa articulação.

Vimos das águas doces da Chapada Diamantina e agora fomos abençoados nas águas salobras da Baía de Todos os Santos. O destino do rio é encontrar-se com o mar. E esperamos que assim seja nossa jornada.

Nossa palavra não é de boca, é de coração. Assumimos, então, que até lá seguiremos uma caminhada de unidade através dos seguintes passos:

- Não esperaremos que o Estado demarque nossas terras, seguiremos o caminho de autodemarcação de nossos territórios em luta.
- Em nossa próxima jornada, haverá uma centralidade da luta das mulheres em nossa atividade para que esse espaço faça jus à grandiosa atuação das companheiras que são o fundamento dessa tessitura que é a Teia de Povo.
- Vamos enfrentar a fome em nossos territórios e onde quer que tenhamos pernas e forças para fazê-lo.
- Fortaleceremos as experiências revolucionárias de formação de crianças e jovens para que tenhamos guerreiras e guerreiros para nossas próximas gerações.
- Ao nos encontrarmos no Quilombo da Conceição, reafirmamos nossa solidariedade aos territórios em conflito. Seguiremos com essa postura e ampliaremos nosso pacto de solidariedade.
- Avançamos com a Teia dos Povos para cinco outros estados e temos que seguir ampliando a nossa articulação, cada vez mais envolvendo novos povos e agregando nossa gente desterritorializada para que encontrem morada em nossas lutas.

Com a força dos ventos e das águas, seguiremos no desafio histórico de acabar com o machismo, o racismo e o capitalismo, agarrando a pequena brecha de esperança no futuro da humanidade, diante do colapso ambiental, que é a unidade dos povos em luta!

Essa é a Palavra da Teia dos Povos.

Quilombo de Conceição, Salinas da Margarida, Bahia, 03 de fevereiro de 2023.



# Grassroots Action Research Micro-grants

30 awardees from Africa, Asia-Pacific, Latin America & the Caribbean awarded up to GBP 15,000 to carry out inclusive, locally-led projects for adapting to impacts of climate change.

9 May 2023

# AFRICA

## Women empowerment & local climate adaptation through climate smart agriculture (CSA)



Increasing women's resilience to climate change through climate smart agriculture tools and enhancing food security through fruit production.

**Project lead:** New Millenium Women Empowerment Organisation (NMWEO)

**Country:** Ethiopia

---

## Sustaining sub-Saharan african cities through youth leadership (You Sustain)



An inventory of solutions in use or proposed to address twin challenge of climate change and urban environmental problems in Sub-Saharan Africa.

Increasing the involvement of young people in sub-Saharan Africa's climate change response and sustainable development aspirations.

**Project lead:** Green Africa Youth Organization (GAYO)

**Country:** Ghana

## Exploring Community Responsive Adaptation (CRA) to flooding in Kenya and regional cities



A comprehensive dataset on flood adaptation measures, including impact of the CRA model, an evaluation of flood risk reduction over time, due to project interventions, and testing the CRA model in other cities.

**Project lead:** [Kounkuey Design Initiative \(KDI\)](#)

**Country:** Kenya

---

## Unpacking the needs of Boeny coastal cities for adapting to climate change & building resilience



Provide knowledge on climate change to city representatives and identify challenges, opportunities and needs.

Identify risk and vulnerability to co-design an adapted solution with local actors using a multi-level approach, resulting in an agenda relating to climate change adaptation and resilience action research.

**Project lead:** Tanjona Association

**Country:** Madagascar

## City-level climate information & citizen resilience adaptation actions in informal settlements of Lilongwe



Identifying ways informal settlement dwellers access climate change information, understanding the effects of that information on behaviours, and proposing ways in which the efficacy of information and actions can be enhanced.

**Project lead:** Centre for Community Organisation and Development (CCODE)

**Country:** Malawi

---

## Strengthening rural women resilience to climate change through targeted advisory service and knowledge building



Knowledge and capacity building of rural people, particularly among women who are excluded in information and resource sharing.

**Project lead:** Society for Climate Action in Nigeria (SCAN)

**Country:** Nigeria

## Enhancing inclusive community resilience and adaptation to climate change induced shocks in Somalia



A project to increase communities' resilience and adaptation to climate change induced shocks through action- oriented research and develop risks mitigation and adaptation strategies in Somalia.

**Project lead:** Action for Women and Children Concern (AWCC)

**Country:** Somalia

---

## Exploring farmer managed seed systems as an adaptation method



A project to enhance resilience of rural small-holder farmers through affordable and farmer managed seed systems that promote food and nutrition security.

**Project lead:** Women's Life and Wellness Foundation (WLWF)

**Country:** Zambia

## Community adaptation to climate change through diverse and sustainable livelihood portfolios of nature-based enterprises (NBEs)



Generating evidence to inform development policy and help avoid maladaptation by identifying risks associated with sustainable nature-based enterprises (NBEs), thereby advancing the sustainable development agenda.

**Project lead:** Pad Up Zimbabwe

**Country:** Zimbabwe



# ASIA-PACIFIC

## Piloting & knowledge co-creation on nature-based solutions to protect wave erosion in Haor areas of Bangladesh



A project to develop a local-led wave erosion protection measure for management and resilient livelihoods for flood-vulnerable people in Haor through NbS.

**Project lead:** [Center for People and Environment \(CPE\)](#)

**Country:** Bangladesh

---

## Saving mothers, protecting the womb



This project aims to provide solutions to disadvantaged pregnant women of coastal regions by introducing a frugal technology & developing a community-led model that improves the health status of the hard-to-reach and marginalized coastal pregnant women communities in Bangladesh.

**Project lead:** Institute of Sustainable Innovation for Communities (ISIC)

**Country:** Bangladesh

## Climate change, women with disabilities, invisibility and networking response



Promoting climate justice rights for Women with disabilities through enhancing knowledge and information on climate change for Women with disabilities, and building skills and capacity on climate adaptation for women with disabilities.

Project lead: Shanta Memorial Rehabilitation Centre

Country: India

---

## Finding adaptation solutions to menstrual health risks induced by climate change through knowledge co-creation



A participatory action research group focusing on MHM and climate change to improve dialogue, collaboration, approaches & processes among diverse stakeholders and addressing issues related to menstrual hygiene and sanitary products.

Project lead: SaciWATERS

## Supporting India's national disaster management guidelines by developing community led templates for managing urban flood



Developing templates for urban flood management for non coastal areas, co creating these templates with the communities, and facilitating the uptake and adoption of the templates by the larger stakeholders in the government by formulating a SMART advocacy plan.

Project lead: [Gujarat Mahila Housing SEWA Trust](#)

Country: India

---

## Community climate adaptation for local infrastructure



Research to identify the challenges and priorities of local communities in relation to climate change and elevate their solutions to a global level, and understand what it means, in practical terms at a grassroots level, to work with local communities.

Project lead: [Doh Eain](#)

## Building climate-resilient local health systems in the Philippines



A project exploring links between health & climate change aimed at increasing climate-health knowledge and health- focused climate adaptation interventions through the co-diagnosis of risks and vulnerabilities with local communities

Project lead: St. Luke's Medical Center College of Medicine

Country: Phillipines

---

## Flood risks, environmental sanitation and health research in riverine communities in Iloilo, Philippines (Project FRESH)



Co-developing and popularising CC-DRR mitigation and adaptation strategies by integrating local knowledge into scientific research & improving local environmental health by piloting community-based, sustainable wastewater treatment technologies; and co-creating built environments by supporting slum upgrading and other community actions.

Project lead: Technical Assistance Movement for People and Environment, Inc. (TAMPEI)

## Cloud forest restoration at Bopaththalawa, central highlands of Sri Lanka



Connecting fragmented cloud forest that are holding a vast amount of montane biodiversity, involving local community in habitat restoration, and educating on restoration and montane biodiversity.

Project lead: [Earthlanka Youth Network](#)

Country: Sri Lanka

---

## Engagement of vulnerable and marginalised coastal communities for empowerment and climate adaptation



Empowering and engaging marginalised and vulnerable coastal communities to understand and respond to multiple risks and impacts of climate change, disasters, social, environmental and economic issues, and to enhance their climate adaptive capacity by integrating ecosystem-based approaches into community and development planning and decision-making.

Project lead: [Songkhla Community Foundation \(SCF\)](#)

# LATIN AMERICA & THE CARIBBEAN

## Donde hubo fuego, habrá bosques



A project to investigate and identify with the community nature-based solutions to restore the mountain forest in Cordoba after fires, and apply the identified solutions in a participatory way with different social actors in order to increase the resilience of the forest and better adapt to climate change.

Project lead: Asociación Civil Apu Kuntur

Country: Argentina

---

## Incorporation of the climate perspective in community strategies



Developing a replicable methodology, which incorporates adaptation to climate change to the planning of economic-productive activities in vulnerable communities.

Project lead: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO)

Country: Argentina

## Autonomy, sustainability and peoples' buen vivir: catalysing the power of community-led adaptation and nature-based alternatives in the Atlantic Rainforest region, Brazil



A project to further knowledge to enhance climate justice and resilience locally, to be globally connected in a web of alternatives for a just and sustainable transition.

Project lead: [Teia dos Povos Universidade Federal do Rio de Janeiro](#)

Country: Brazil

---

## La planificación urbana local de la adaptación al cambio climático en Chile



This project propose to identify the response and prevention capacity of local governments to risks and disasters, looking at obstacles and how to accelerate the implementation of adaptation policies and measures, and taking a multi-level approach.

Project lead: [Asociación Civil ICLEI Argentina](#)

Country: Chile

## Building resilience with people and nature: from an ecosystem based adaptation approach



A masterclass for the architecture faculty of the UPB in Monteria on capacity building and enhancing resilience through ecosystem-based adaptation, a participatory workshop with national and local partners to catalyse action-oriented research for high-impact ecosystem adaptation, and a comparative exercise between Monteria and La Estrella of ecosystem-based adaptation.

Project lead: [ICLEI Colombia](#)

Country: Columbia

---

## Building strong and sustainable communities for girls at Dame Marie, Grand'Anse Department



Educating girls in the vulnerable community about climate change adaptation by building resilience to disasters in the commune of Dame Marie. Creating a mechanism of mitigation and response to emergencies in vulnerable communities, working together with communities for resilience.

Project lead: Centre d'Innovation Technologique et d'Entrepreneuriat (CITE)

Country: Haiti

## Gobernanza hídrica local: complejidad institucional y operativa de Juntas Administradoras de Agua (JAA) en Honduras



Action to improve local management of water resources and investigation of climate change events on JAA of the El Jilguero protected area and its population.

Project lead: Fundación Hondureña de Ambiente y Desarrollo Vida

Country: Honduras

---

## Co-investigating opportunities for climate change adaptation in the small-scale



A participatory and collaborative investigation of challenges imposed by climate change on inland and coastal small-scale fisheries, and building a transdisciplinary space for knowledge co-creation and learning, involving fishers and other stakeholders, focused on exploring adaptation opportunities and strategies.

Project lead: Instituto Sudamericano para Estudios sobre Resiliencia y Sostenibilidad (SARAS)

## Percepciones y acciones para reducir el impacto de inundaciones sobre la comunidad de Durazno, Uruguay



A project analysing perceptions of climate challenges, analysis of patterns & dimensions of historical changes in soil use, workshops aimed at women, girls & youth, and a 'working week' with climate action, conservation strategy and environmental education. **Project lead:** Vida Silvestre

Uruguay Country: Uruguay

---

## San Jacinto se prepara. Liderazgo local y resiliencia comunitaria ante un Impacto Global: la escasez de agua



Practical solutions, implemented by the community for a positive, measurable and transferable impact on current problems and future climate risks related to water. Sustainable management of resources, oriented towards a sustainable use with organised actions.

**Project lead:** Amigos del Viento  
meteorología ambiente desarrollo

# Learn more

 [secretariat@adaptationresearchalliance.org](mailto:secretariat@adaptationresearchalliance.org)

 [www.adaptationresearchalliance.org](http://www.adaptationresearchalliance.org)

 [@Adapt\\_Alliance](https://twitter.com/Adapt_Alliance)

